

MACAU NA ÉPOCA DA RESTAURAÇÃO

(MACAU THREE HUNDRED YEARS AGO)



The Christian Century
in Japan
1549-1650

C. R. BOXER

FIDALGOS IN THE FAR EAST 1550-1770



OXFORD UNIVERSITY PRESS

THE GREAT SHIP FROM AMACON

ANNALS OF MACAO
AND THE OLD JAPAN
TRADE, 1555-1640



ISSN 1682-1106



9 771682 110004

VIDA E FEITOS DE
LOPO E INACIO SARMENTO
DE CARVALHO
GRANDES CAPITÃIS QUE NO
SECVLO XVII HONRARAM
PORTUGAL NO ORIENTE



MACAO
CIDADE
DE CHINA

47

Edição Internacional
International Edition

Revista de Cultura
Review of Culture



RC

Revista de Cultura
Review of Culture

some facts, fancies and

C. R. BOXER

C.R. BOXER

THE GREAT SHIP FROM AMACON

ANNALS OF MACAO
AND THE OLD JAPAN
TRADE, 1555



C. R. BOXER

FIDALGOS IN THE FAR EAST 1550-1770

C. R. BOXER

OXFORD UNIVERSITY PRESS

International Edition 47

Edição Internacional 2014

BREVE RELACÃO
DA
VIDA E FEITOS
DE
LOPO E INACIO SARMENTO
DE CARVALHO

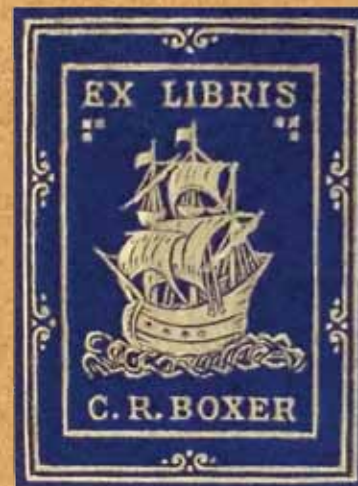
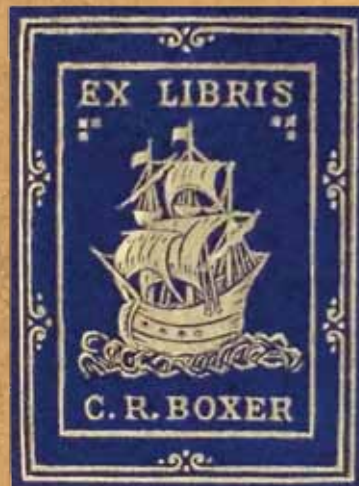
GRANDES CAPITÃIS QUE NO
SECVLO XVII HONRARAM
PORTUGAL NO ORIENTE

PELO

MAJOR C. R. BOXER
NO ANO DOS CENTENÁRIOS
DA FUNDAÇÃO E RESTAURAÇÃO

MACAU

Nas Oficinas da Imprensa Nacional
Apo. 1940.



EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Ung Vai Meng, Yao Jingming,
Wong Man Fai, Luís Ferreira,
Wong Io Fong
rci@icm.gov.mo

CONSULTOR
Giorgio Sinedino
GSinedino@icm.gov.mo

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Sofia Salgado
SofiaSalgado@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

DIRECTOR GRÁFICO
Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei Iek Iong

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
800

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
DEIP - Divisão de Estudos, Investigação e Publicações
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996381
Fax: (853) 28523660
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: http://www.icm.gov.mo

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.

Assine a Revista de Cultura Subscribe to Review of Culture

Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau
MOP 80,00

Ásia / Asia
via aérea / air mail
US\$ 23,00

via marítima / surface mail
US\$ 14,00

Outros países / Other countries
via aérea / air mail
US\$ 29,00

via marítima / surface mail
US\$ 16,00

Assinatura / Subscription (4 números / issues)

Macau
MOP 160,00

Ásia / Asia
via aérea / air mail
US\$ 72,00

via marítima / surface mail
US\$ 36,00

Outros países / Other countries
via aérea / air mail
US\$ 96,00

via marítima / surface mail
US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.

Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

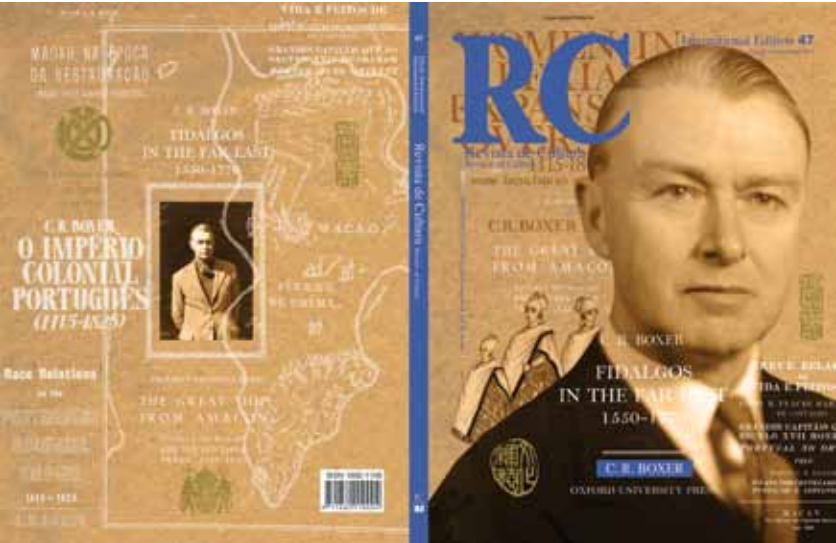
To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS
Contacts
Email: rci@icm.gov.mo
Tel: 853-83996381
Fax: 853-28523660

COLABORARAM NESTE NÚMERO
Contributors to this Issue
RC, n.º 47, IIIª Série, 3.º Trimestre 2014
RC, no. 47, IIIrd Series, 3rd Quarter 2014

TEXTO
Texts
Alberto Luiz Schneider
Amândio Jorge Morais Barros
Anthony Disney
António Aresta
Celina Veiga de Oliveira
Cristina Costa Gomes
Giorgio Sinedino
Isabel Murta Pina
Jorge Bruxo
Lurdes Escaleira
Richard Pflederer
Vitor Teixeira

REVISÃO
Proofreading
Chao Siu Fu (Chinês),
Luís Ferreira (Português),
Jennifer Ann Day (Inglês)



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA
2014 assinala o 110.º aniversário do nascimento de Charles Boxer, a quem a *Revista de Cultura* dedica este número. A ideia de organizar uma edição especial sobre o grande historiador surgiu de um artigo de Celina de Oliveira, “Macau e a visão do colonialismo português de Charles R. Boxer”. Boxer teve uma “Uncommon Life”. Reverenciado como um dos mais insígnies historiadores da Idade Áurea de Portugal, seguiu uma carreira multifacetada como militar e professor, colecionador e viajante. Morreu com 96 anos de idade, legando 324 livros e artigos. Os textos coligidos nesta edição sublinham os diversos interesses daquele historiador. Publicamos um estudo sobre o papel das comunidades portuguesas no Oriente, uma discussão sobre a filosofia política do Leal Senado de Macau, uma análise da desconstrução social no Império Colonial português e uma avaliação do contributo de Boxer para a historiografia nas Américas portuguesas. Boxer descreveu o papel exercido pelos portugueses para integrar diversos povos pelo mundo. Eis o pano de fundo para uma investigação sobre motivos tipicamente chineses nos papéis de parede em quintas portuguesas, bem como um ensaio a respeito da influência de João de Barros, humanista português do século XVI, sobre a obra do historiador britânico. Num tom mais íntimo, um dos textos reconta vivamente um aspecto privado da carreira de Boxer. Por último, uma nova tradução da série “Dimensões do Cânone” conclui este número, com selecções dos *Apontamentos sobre Música*, uma referência clássica para a apreciação musical na China Imperial.

OUR COVER
2014 marks the 110th anniversary of Charles Boxer’s birth, to whom *Review of Culture* dedicates this issue. The idea of organising a special publication about the great historian came from Celina de Oliveira’s article, ‘Macao and Charles R. Boxer’s Views on Portuguese Colonialism’. Boxer had an ‘Uncommon Life’. Revered as one of the most distinguished historians of the Portuguese Golden Age, he led a multifaceted career as military man and teacher, collector and traveller. He died at 96 years old, leaving behind 324 books and articles. The articles collected in this issue underscore Boxer’s wide-ranging interests. We now publish a survey of the role of Portuguese communities in the East, a discussion of the Leal Senado de Macao’s Political Philosophy, an analysis of Social Deconstruction in Portugal’s Colonial Empire and an appraisal of Boxer’s contribution to Historiography in the Portuguese Americas. Boxer described how the Portuguese played a pivotal role to conjoin several peoples across the world. That is the background for a study of peculiarly Chinese wallpaper designs found in Portuguese manor houses and an essay about the influence of João de Barros, the 16th-century Portuguese Humanist, on the British historian’s work. In a more intimate tone, one paper vividly recounts a private aspect of Boxer’s career. Finally, a new translation from the series ‘The Dimensions of the Canon’ closes this issue, with selections from the *Remarks on Music*, a classical reference for musical appreciation in Imperial China.

SUMÁRIO
Index



6	EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER * IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER HISTORIANS, AUTHORS AND LOVERS: THE 60-YEAR PARTNERSHIP OF CHARLES BOXER AND EMILY HAHN 历史学家、作家和恋人：查尔斯·博克塞和项美丽的六十年伴侣关系 Richard Pflederer
11	CHARLES RALPH BOXER (1904-2000): THE REMARKABLE CAREER OF A MASTER HISTORIAN 查尔斯·博克塞 (1904-2000)：一位历史学大师的卓越生涯 Anthony Disney
24	MACAU E A VISÃO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS DE CHARLES RALPH BOXER 澳门·与查尔斯·博克塞对葡国殖民主义的看法 Celina Veiga de Oliveira
34	LOCAL HISTORY AS GLOBAL HISTORY? WEAKNESS AND RESILIENCE OF EARLY MODERN SELF-ORGANISED PORTUGUESE COMMERCIAL COMMUNITIES: THE CASE OF MACAO IN THE 16TH AND 17TH CENTURIES 本地历史作为全球历史？近代自治葡萄牙商贸团体的弱势及强势（16与17世纪澳门的案例） Amândio Jorge Morais Barros
50	CHARLES BOXER E O LEAL SENADO DE MACAU 查尔斯·博克塞与澳门市政厅 António Aresta
60	SOLDADOS, CASADOS, CLÉRIGOS E “GENTIOS”... A SOCIEDADE NO IMPÉRIO LUSO-ORIENTAL SEGUNDO C. R. BOXER 查尔斯·博克塞眼中的葡属东方帝国社会 Vitor Teixeira
76	A AMÉRICA PORTUGUESA NA OBRA DE CHARLES BOXER: NOS MEANDROS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA 查尔斯·博克塞著作中的葡属美洲：在历史与史学史蜿蜒曲折的路上 Alberto Luiz Schneider
93	CHARLES RALPH BOXER E JOÃO DE BARROS 查尔斯·博克塞与若昂·德·巴洛斯 Jorge Bruxo, Lurdes Escaleira
111	CENÁRIOS DA CHINA EM CASAS PORTUGUESAS. A PROPÓSITO DO PAPEL DE PAREDE: TRATOS, ROTAS E DESTINOS 葡人家宅的中国景色。关于墙纸：路程、路线及目的地 Cristina Costa Gomes, Isabel Murta Pina
125	AS DIMENSÕES DO CÂNONE - II * THE DIMENSIONS OF THE CANON - II ARTE MUSICAL NA CHINA ARCAICA: À GUIA DE CONTEXTO 中国古代的音乐艺术：一种思路 Giorgio Sinedino
129	O CÂNONE DA MÚSICA ORTODOXA CHINESA: UMA SELECÇÃO DOS APONTAMENTOS SOBRE MÚSICA 乐统：《礼记·乐记》辑略译注 Giorgio Sinedino
147	RESUMOS
149	ABSTRACTS



Historians, Authors and Lovers

The 60-Year Partnership of Charles Boxer and Emily Hahn

RICHARD PFLEDERER*

*He a dashing British army officer, she an adventurous St. Louis-born writer living on her own in pre-WWII Asia.
How did they meet, fall in love and combine their efforts to publish scores of books and hundreds of articles?
His interests centred on the Portuguese and Dutch explorations in Brazil, Africa and Asia;
hers on a wide range of historical biographies, wildlife stories and human interest books.
Though very different in temperament, writing style and nationality,
they lived as man and wife for over 50 years until her death in 1997 at the age of 92.
From her travels in Africa and Asia, to their love affair in wartime Hong Kong,
to their life together in Britain where he became a scholar and historian,
they led a life extraordinary by any standards.*



DECEMBER 19, 1941.

It was a dark day for the British colonial administration in Hong Kong and for the British Army units garrisoned there. The Japanese army was on the beaches and the smart money that had not already fled the colony was betting on a swift takeover of the territory.

That morning, a British intelligence officer, travelling by staff car near Shouson Hill on the south side of the island spotted a British platoon engaged with a Japanese force. The platoon had no officer, so the Captain jumped out of the car and attempted to organise the defenders and was promptly wounded in the left side of his chest. After the fighting had moved

on, he lay there in a ditch and was found nearly dead the next day. He was taken to Queen Mary hospital, and his life hung in the balance. Meanwhile, his American mistress was scouring the midlevels of the island for powdered milk and other essentials to keep their newborn daughter alive.

Who were these two people, and where did the fortunes of the war and its aftermath take them?

She was Emily Hahn and he Charles Boxer, and their lives were intertwined in a fascinating way. She was to become the biographer of Stamford Raffles and the Soong sisters, as well as the author of numerous novels and non-fiction works. He became Professor of Portuguese history and author of hundreds of books and articles on the period of European discoveries.

In this story, we will meet these two people whose lives have spanned nearly the entire 20th century and whose works have helped us understand not only these times but also the history of European discovery interaction with indigenous peoples in Asia, Africa and the Americas.

Charles came to meet Emily, Mickey to her friends, on the China coast through a circuitous route that began with his assignment to a Japanese regiment

* He is a retired executive whose career provided several long term residential assignments in Asia and South America. While in Hong Kong, he made several visits to Macao where he began a study of the Portuguese overseas expansion. This study became a second career and he has authored several books and articles, with a particular emphasis on the navigational aspects of the expansion, most recently *Finding their Way at Sea* (Houten: Hes De Graaf, 2013).

É um executivo aposentado cuja carreira lhe proporcionou várias comissões de serviço na Ásia e na América do Sul. Enquanto em Hong Kong, realizou inúmeras visitas a Macau, onde se interessou pelo estudo da Expansão Portuguesa. Esta motivação tornou-se uma segunda carreira. Publicou vários livros e artigos, com especial ênfase nos aspectos da navegação nas descobertas, sendo o mais recente, *Finding their Way at Sea* (Houten: Hes De Graaf, 2013).

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



in Nara, near Kyoto, in 1931. This posting, part of a British/Japanese officer exchange program, was to arouse his interest in the East and all things Asian. He became fluent in Japanese language and made a number of friends in the Japanese army.

His assignment in 1936 to British Army Intelligence in Hong Kong allowed him to broaden his informal studies of Portuguese discoveries in Macao and China. As well, he made trips to Southeast Asia, where he began to study the successors to the Portuguese explorers and colonisers of East Asia, mainly the Dutch.

At the end of 1937, as war grew imminent, Captain Boxer was sent to Shanghai to observe the Japanese who occupied the territories surrounding Shanghai but whose army had not yet invaded the city. There he was to meet a charming and adventurous young American woman, Emily Hahn.

Emily was born in 1905 in St. Louis. The atmosphere in her family was a liberal, modern, intellectual one, and she learned her lessons well. She grew up to be the prototypical liberated woman, decades before this became the norm. For example, she became the first woman to graduate in Engineering from the University of Wisconsin, and the story of how this came about is instructive of her unconventional approach to life.

She had no special interest in engineering and was enrolled in the Arts and Sciences. In her sophomore year, she learned that a well-known professor was offering a chemistry course. She decided to take the course, but she was told this course was reserved for engineering students. Undeterred, she said she would change her major just to take the course, with the intent of returning to Arts and Sciences after the course. The registrar explained that there were no women in engineering – this program was for men only. This attitude engaged her feminist instincts, and she promptly insisted on a transfer to engineering. Once in the School of Engineering, she encountered so much resistance from her fellow (male) students that she decided to continue, finally graduating in 1924 as the first woman from that school.

But her true love was writing and adventure, so she moved to New York, where she led the life of a struggling young writer. At one point she made a driving trip across the US by motorcar with her sister, quite a feat in those days of unreliable cars and poor roads.

A few years later, when her writing was not selling, she decided to go to darkest Africa, not a coastal city, but upcountry in the Congo, not on a tour or even accompanied – but totally alone. There she lived for some time, writing and experiencing life in the bush.

By this time, she began writing for a new magazine, the *New Yorker*, and she was to maintain a relationship with the magazine until she died. She had also written a couple of novels and was well on her way to supporting herself by her writing. She had not married, but had had a number of romantic affairs, mostly, it turned out, with married men.

In 1935, she and her sister decided to make a round the world tour by ship. After Yokohama, the next stop was Shanghai, where the sisters had planned to spend about two weeks. When it was time for them to depart, Emily told her sister to go on without her: she intended to stay on and write about the East.

Her writing was the main focus of her life and her source of income, but she would try anything: On a lark, she decided to work as a taxi dancer in a bar near the port for one night. Sadly, during this period, she began experimenting with opium, to which she was to become addicted.

There in Shanghai, she met an interesting Chinese man, Sinmay Zau, an intellectual and a writer, who eventually became her lover. He was known for his anti-Japanese sentiments, and he owned a printing press on which he printed political pieces. He was constantly in fear of the press being confiscated, so he and Emily decided to marry, hoping that the Japanese would not harass a printing press belonging at least in part to an American. That decision to make a marriage of convenience was to have interesting consequences for her in 1943 in occupied Hong Kong, as we shall see.

During his visit to Shanghai, Captain Boxer made arrangements to meet Emily, whose reputation as an intellectual writer and Bohemian had travelled as far as Hong Kong. From the beginning, there was a mutual admiration, but as she was living with Sinmay, there was no romance. The next year, Emily had occasion to sail down to Hong Kong where she again met Boxer. Their attraction, based partly on similar intellectual interests, began to grow, even though Charles in the meantime had married an English girl, Ursala. But Emily was off to Chunking, China, where she was to write an authorised biography of the Soong sisters. Entering Chaing Kai-shek's China required Emily to

be free of her opium habit, and she accomplished her own private drug rehab prior to flying to Chunking.

In 1940, by the time she returned to Hong Kong after completing her on-site research for the Soong book, she and Charles were very much in love. She postponed (again) her planned visit to her family in the US and rented a flat on May Road in the Hong Kong midlevels, conveniently near to the Boxers.

War with Japan was now considered to be inevitable, Boxer's wife, Ursula, had been evacuated by government order to the apparent safety of Singapore. Late that year Charles and Emily decided to have a child together so that he would have an heir if he didn't survive the war. By early 1941 they had succeeded, and as Emily's pregnancy began to show the British tongues began to wag. After all, he was an officer in the regular army, married, and she was a notorious free-living American!

During this time, Ernest Hemmingway, now in his 40's, was visiting Hong Kong. When he heard Emily was pregnant, he gallantly offered to claim to be the father of her child if she wanted. She of course declined, and to this day we don't know if this offer was serious and if it was made to protect her reputation or enhance his!

In May 1941, Charles visited Singapore on military business, and during the trip met Ursala. He hoped to get her to agree to a divorce, but she was having none of that. Returning to Hong Kong with no resolution of his private situation, difficult times for the couple ensued. Eventually all was settled, and he changed his will to be sure Emily's child would be taken care of in the event of his demise in the war.

Carola Militia Boxer was born 17 October 1941, just two months before the arrival of the war. Even today, she agrees her timing could have been better. Once the relatively brief fighting was over, the danger of immediate physical harm was reduced, but the threat of starvation and disease was very real and continued throughout the war years.

By now Charles was in a Japanese POW hospital, but Emily was allowed to see him from time to time. Both Emily and Charles had useful contacts in the Japanese administration from their earlier days in Nara, Japan and Shanghai, and they were able to get a fair hearing when they needed something. Such a situation arose in 1943 when a civilian exchange for non-combatant countries was announced. With a straight face, Emily applied for herself and daughter. The officer patiently explained that American civilians

Emily Hahn with her pet monkey (1920's).

were not eligible. ‘But I’m not American, I’m Chinese’, she said. The incredulous officer asked her to explain. She told of her 1938 marriage to Sinmay in Shanghai. When asked for documentation, she said that the documents were lost during the bombing, but she offered to find Japanese officers who knew her and Sinmay in Shanghai before the war. Amazingly this worked and she and Carola were soon on a ship out of Hong Kong, destination New York.

She arrived on 1 December 1943, and her family was there to meet her, but she had another reception party as well. Not surprisingly, the FBI had a few questions for her about her contacts with Japanese military and civilian officials during her days in Shanghai and Hong Kong. She was detained overnight, repeating her claim of being absolutely apolitical and innocent of providing any assistance to the enemy. In the end she was released and there were no more questions about espionage or collaboration.

In New York, she wrote several books: *China to Me*, *Raffles of Singapore*, and *The Soong Sisters*. Advances and royalties from these books supported the baby and her. The war finally ended, and Charles was reunited with Emily and Carola in New York. Soon after, Ursula changed her mind about her marriage. The divorce came through, and the newlyweds and daughter moved to his family home in Dorset.

Here, their life was not as exciting as their time in the Orient, but no less eventful. A second daughter, Amanda, was born, Charles retired from the army, and they both contemplated their post-war careers. Emily seemed set with her writing, and the *New Yorker* continued to publish her. Even though Charles had no credentials in the academic world, his writing and studies in Portuguese and Dutch discoveries earned him an unexpected opportunity in academia. A chair in Portuguese history at the University of London was offered him, and he went on to enjoy a long and illustrious career as *the* premier world authority in these subjects.

Over the ensuing 40 years he wrote several landmark books recognised by scholars around the world. Among the best known are: *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*; *The Christian Century in Japan*; *The Golden Age of Brazil*; *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*.

In these and other books as well as innumerable articles, Boxer treated European discovery, colonisation

and missionary work across a variety of dimensions, and scholars in many fields including cartography and seamanship as well as historians and social scientists studied his works were. Over forty years ago, he addressed the role of women and the non-European races in Portuguese colonial society in an objective manner not typical for that period of scholarly study.

After the unconventional lives they had lived to that point, the love affairs she had had, their differing temperaments, many people were very interested to see what kind of a marriage they would have once they settled down in England. The answer was that it was a long lasting, loving marriage, but not a constraining one. She had a set of interests different from his, including a love of New York City and the *New Yorker* magazine. She also had a healthy dislike of the British Inland Revenue Service, so she spent half the year in New York and half the time with Charles in Britain. He, in turn, travelled and lectured around the world. But their mutual love was visible to everyone, especially their daughters. Carola was trained as a teacher, spent most of her time in the US, and lived in New York where she has worked for the American Cancer Society. Amanda, an actress, lives in London. Both grieved the loss of their mother in 1997 in New York and their father who passed away this year after celebrating his 96th birthday at his country home outside London.

The literary and historical legacy of this couple is truly astounding. Emily has had published dozens of books and scores of articles, biographies, novels, non-fictions on a wide range of subjects.

A bibliography of Charles’ work published in the 1990’s listed 324 articles and books from 1926 to 1990. Each required intensive research and in many cases, translating of ancient documents in Portuguese and Dutch language. By any standard, this is a huge body of work, and anyone truly committed to the History of Discoveries must strive to understand and appreciate his work.

Together, Emily and Charles set a timeless example of success in their professions, their personal relations, in life. Their story would be remarkable in any generation. It combined the best of an active life of adventure, hardship and danger with a studious commitment to disseminating challenging ideas to a world audience. The story also manifested an undying mutual love for almost 60 years. **RC**



Charles Ralph Boxer (1904-2000)

The Remarkable Career of a Master Historian

ANTHONY DISNEY*

Charles Ralph Boxer, whose life nearly spanned the 20th century almost from its start to its finish, was the most productive and widely respected non-Portuguese historian ever to have written about the role played by Portugal in European overseas expansion and empire. Charles was born in 1904 into a British naval and military service family. His father, Hugh Boxer, an officer in the Lincolnshire Regiment, was killed on the Western Front in the First World War. Charles was therefore brought up from an early age by his Australian mother and by other members of his family circle. One of the latter, his paternal grandmother, happened to possess a collection of *netsuke* ivories. It seems these fascinated Charles in boyhood, helping to

create in him a life-long interest in Japanese culture and history.

As a result of pursuing his Japanese interests Charles quickly came to appreciate that the Portuguese had been the first Europeans to establish physical contact with Japan. Soon he began to exercise an intense curiosity about Portugal per se, and about its role in bringing Europe and Asia together – and in 1924 he started to learn the Portuguese language, so he could read the original sources. In the mid-1920s he joined the Japan Society and began learning Japanese. Then, in about 1927, he began too to learn Dutch seriously, the Dutch being the European successors in Japan to the Portuguese when the latter were expelled in the early to mid 17th century. Also at about this time Charles began two life-long scholarly pursuits. The first was the task of assembling what would eventually become one of the world’s greatest private libraries of manuscripts and books concerning the histories of the Portuguese and Dutch empires. The second, which he seems to have begun in earnest about the time of his first trip to Portugal in 1925, was the construction of an extensive network of Portuguese and Dutch scholarly contacts.¹ Meanwhile, in 1924, at the age of just nineteen, he completed officer training at Sandhurst and was duly

* He is a Scholar Emeritus of La Trobe University (Australia). He has written extensively about Portugal and the Portuguese overseas, especially in maritime Asia during the late 16th and early 17th centuries. His first book – *Twilight of the Pepper Empire* – appeared in 1978, and his two volume *A History of Portugal and the Portuguese Empire* in 2009. Anthony is currently writing the biography of Dom Miguel de Noronha, fourth Count of Linhares.

Académico Emérito da Universidade de La Trobe (Austrália). Tem escrito extensivamente sobre Portugal e os Portugueses além-mar, especialmente na Ásia marítima durante os finais do século xvi e inícios do século xvii. O seu primeiro livro, *A Decadência do Império da Pimenta*, surgiu em 1978 e o segundo, em dois volumes, *História de Portugal e do Império Português*, em 2009. Prepara, no momento, a biografia de D. Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares.

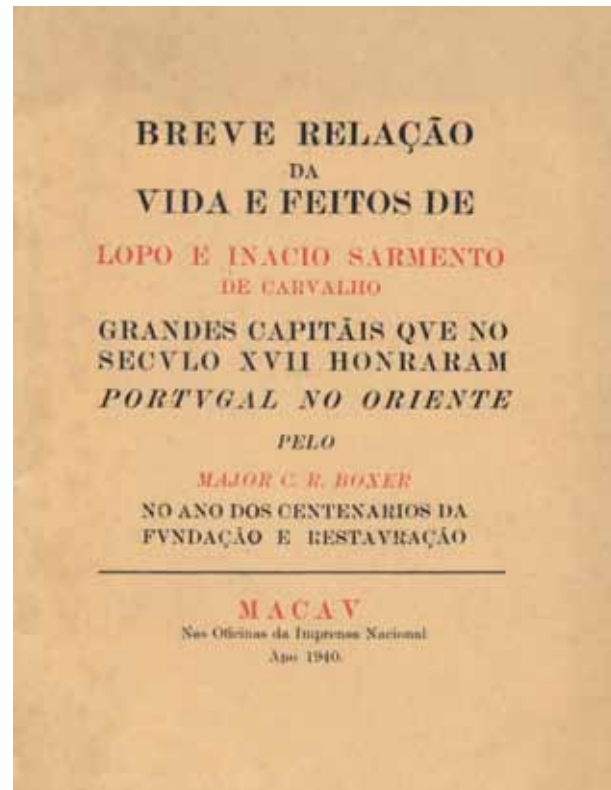
EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

commissioned as second lieutenant in his father's old regiment, the Lincolns. So began the military career that he was to pursue for over two decades.

Charles Boxer's first army posting was to a then relatively untroubled Northern Ireland, which was soon followed by a period in Aldershot. However, because of his scholarly interests he applied for training as a language officer – and in that capacity he was posted to Japan, in 1930. There he undertook officer training with the 38th Nara Infantry Regiment, then did several months at an NCOs school in Nagoya, picking up a working knowledge of colloquial Japanese in the process. He subsequently travelled widely in the East, before in 1933 joining the Intelligence Division of the British War Office. In 1937 he was posted as an Intelligence Officer and Japanese interpreter to the GOC, Hong Kong – that is, at about the beginning of the Sino-Japanese War. The Hong Kong assignment kept him frantically busy and, over the next four years, he travelled widely in China's interior on various intelligence missions. The Japanese attacked Hong Kong itself on 7 December 1941 – and, in the ensuing fighting, Boxer was badly wounded, trying to rally a detachment of defending Indian troops. The colony surrendered on Christmas Eve 1941, and Boxer spent the next three and a half years in captivity – an unpleasant experience described in detail in Dauril Alden's biography, but one that Boxer endured with considerable fortitude and Stoicism. Moreover, when it was all over, he simply moved on with very little rancour.²

A consequence of Boxer's capture and imprisonment by the Japanese in December 1941 was an abrupt pause to his career as a historian. For the next three-and-a-half years, which he spent interned in Hong Kong and South China, he was deprived of his library and manuscript collection, and unable to communicate with publishers. His scholarly activity was, therefore, for the time being suspended – which provides an opportunity to evaluate what he had achieved up until then.³

Between September 1926 and December 1941 Boxer published approximately eighty-five scholarly works – that is, about one item every two months. Almost all of these publications concerned the maritime and overseas histories of the Portuguese and Dutch, the bulk of them being journal articles or chapters in collectively authored books. Many were supported by previously unpublished documents, more often



than not taken from Boxer's own collection. But Boxer also published during the same period two substantial book-length volumes, each comprising a 17th century manuscript that he personally translated into English, and thoroughly annotated. They were *The Journal of Maarten Harpertszoom Tromp* and *The Commentaries of Ruy Freyre de Andrade*. Both were written by 17th century commanders, one of them a celebrated Dutch admiral and the other a distinguished Portuguese captain-general. They described their authors' campaigns against the Spaniards in the Downs and the English and Persians in the Persian Gulf respectively, in considerable detail. Boxer himself contributed substantial introductions.

Also during his Hong Kong period Boxer published in Macao two other quite substantial volumes worthy of mention. The first, which appeared in 1940, was a work of about seventy pages that he called *Breve Relação da Vida e Feitos de Lopo e Inácio Sarmento de Carvalho*. This volume reconstructed the lives and exploits of two 17th century Macao-based trading *fidalgos* – father and son – whose patriotism and bravery in defending Macao and Cochin respectively Boxer felt deserved recognition. The second volume was

an annotated edition of a 350 page mid-18th century Portuguese manuscript entitled *Azia Sinica e Japonica*, allegedly by the cleric Friar José de Jesus Maria. This appeared in 1941, and was also published in Macao, Boxer providing an introduction.⁴

Many of the characteristic features of Boxer's historiographical method had become apparent by the end of this phase of his scholarly career. First, there was the close relationship between collecting manuscripts and books on the one hand and writing history on the other. This was also associated with his determination, before committing himself to paper, to consult and critically scrutinise as far as possible *all* the relevant documentary sources. Boxer, as a consequence, aided by his exceptionally sharp memory, invariably seemed to achieve an awesome mastery of detail. Other positive characteristics of his scholarly work in this period were a lively style of writing that was, at the same time, graceful, pungent and entertaining. He likewise developed a remarkable ability to relate to those whose personal stories he was recounting, invariably portraying them as real flesh and blood human beings.

On the other hand, in his historical writing Boxer showed almost no interest in ideological presuppositions or theoretical models, his work being almost exclusively located within the classic empirical tradition. Moreover, at this stage of his career he had still not published a single genuinely book-length monograph – unless the translated Tromp and Freyre manuscripts described above are accepted as such. Nor does he appear to have as yet particularly espoused the notably progressive attitudes towards racism and imperialism that eventually became his hallmark from the 1950s or early 1960s. His focus in the 1920s and 30s was rather on the struggles within and between the various European powers. In these he was particularly keen to demonstrate that the Portuguese and Dutch gave as good as they got – and to argue that they should be more respected for this than they often were in the Anglophone tradition. For instance in a 1935 chapter he wrote, 'It is easy [for the English] to dismiss the lot of them [the Portuguese] as decadent "dagoes" or priest-ridden Papists, but in doing so we sadly under-rate the achievements of our forefathers'. He then added that, 'along with many weaklings and half-castes', the Portuguese had in India 'soldiers and sailors who gave every bit as much as they received'.⁵

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

After the Japanese surrender in August 1945 Boxer briefly resumed his duties in Hong Kong as an intelligence officer – and it was not until that November that he was finally evacuated, to San Francisco. From there he proceeded to the eastern seaboard of the United States where, having secured a divorce from his first wife, he promptly married the remarkable American adventurer and authoress, 'Mickey' Hahn, his de facto partner in Hong Kong since 1940. Then that December, through the influence of the well-known Japanologist, George Sansom, he secured a posting to Japan with the Far Eastern Commission. There he was able to secure the return of most of his library, which had been shipped from Hong Kong to the imperial museum in Tokyo in 1942 as part of the spoils of war.

In 1924 he started to learn the Portuguese language, so he could read the original sources. In the mid-1920s he joined the Japan Society and began learning Japanese.

At this point Boxer still expected he would be able to continue his military career in the Far East, while simultaneously renewing his scholarly interests. But this was not to be – and, in the event, his army service came to a permanent end in 1947 when, at the age of forty-three, he resigned his treasured commission after approximately 22 years service. The difficulty had been that the army medical authorities considered him unfit for a long-term Far East posting, owing to his partly paralysed left arm where he had been wounded during the defence of Hong Kong. But Hong Kong was the one assignment he desperately craved because of his historical interests in the region and his many roots and contacts there – and he was adamant he would not serve instead in an indefinite desk job in the UK.⁶

Meanwhile, the Camões Professorship in Portuguese Studies at King's College, London, had fortuitously fallen vacant – and the appointment was offered to Boxer. Convinced, under all the circumstances, that it was an opportunity not to be

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

missed, he decided to make the career change, becoming a civilian and accepting the King's College offer. He took up the Camões Chair in October 1947. Altogether it was a quite remarkable achievement for an essentially amateur historian with no formal academic training and no university degree – and Boxer might well be cited as living proof of Hugh Trevor Roper's dictum that the 'greatest historians have been amateurs'.⁷

On his arrival at King's College Boxer began the second phase of his scholarly career – a phase which lasted for some twenty years from late 1947 to 1967. These years were without doubt his most productive as a historian, the period when he wrote and published most of his major works. Overall, through the two decades he produced between 130 and 140 publications – that is, more than one every two months. While this was about the same rate that he had achieved in the first phase of his scholarly career, before the fall of Hong

Kong, the major difference was that during his time at King's College he produced fifteen or sixteen books. Moreover, most of these were full-length monographs and several quickly became classics in their own right. It was as though the understanding, interpretative skill and extraordinary grasp of detail that had been building up inside him for over twenty years had suddenly broken free like lava bursting through the earth's crust.

With just one or two exceptions – most obviously *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800* (1965) – all these 1950s and 1960s books concerned exclusively or primarily the overseas activity of the Portuguese.⁸ But whereas during his earlier pre-war phase he had concentrated overwhelmingly on developments in South, East and Southeast Asia, in his King's College phase he encompassed a much wider geographic area. His first post-war book – *Fidalgos in the Far East 1550-1770* (1948) – was actually a collection of some fifteen previously published articles and essays and was therefore still somewhat in the old mould, or at most in a transitional one. Boxer himself described it as 'a study of key episodes and periods' in the history of Macao, while also focusing on 'typical personalities'.⁹ He dedicated it to his Portuguese friends, Armando and Carlota Cortesão – a gesture that would soon acquire great irony.

Boxer's next book – *The Christian Century in Japan 1549-1650* (1951) – was a much more radical departure. It was a magisterial account of the extraordinarily ambitious though in the end disastrously unsuccessful campaign to convert Japan to Christianity in the 16th and early 17th centuries. Conducted within the context of the Portuguese *Padroado* the campaign was essentially a Jesuit enterprise though with some, if to the Jesuits unwelcome, input from missionary friars. In writing this book Boxer consulted not only a vast array of documentary sources in Portuguese and other European languages, including the voluminous Jesuit reports in the Ajuda Palace Library and the British Library, but also a significant range of relevant material, both primary and secondary, in Japanese. A number of key Japanese documents translated into English were included in the appendices. The prestigious Japanologist and former U.S. ambassador to Japan, Edwin O Reischauer, declared this book to be 'a major contribution to the historical literature on Japan'.¹⁰

After *The Christian Century in Japan* Boxer turned his attention for the first time seriously to colonial Brazil

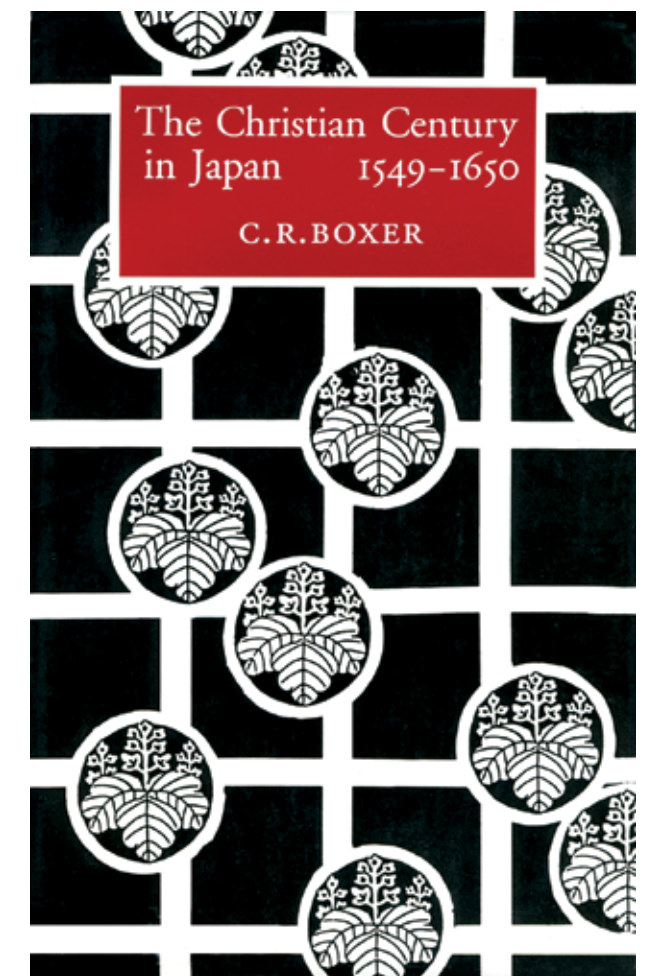
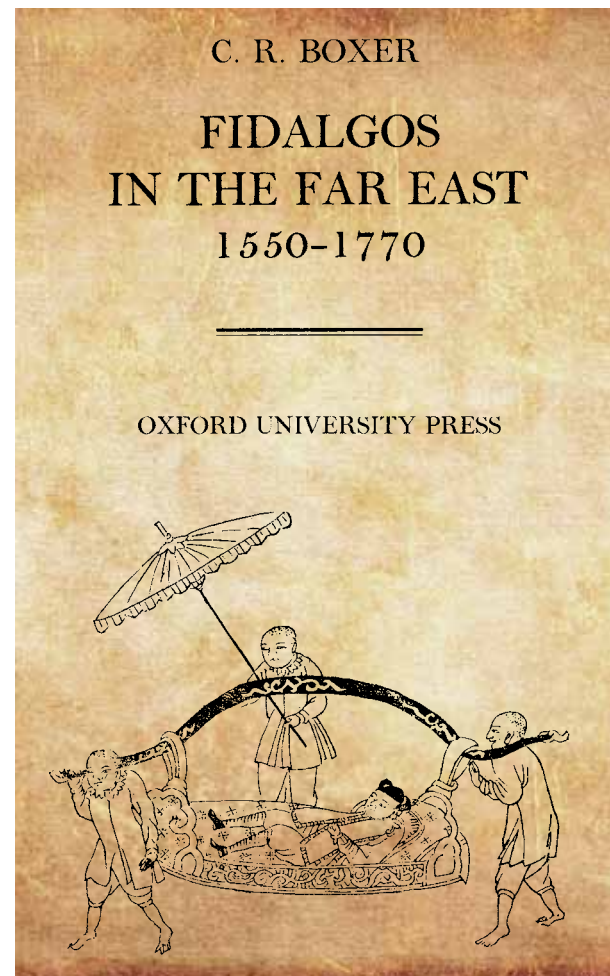


about which he produced three books in quick succession. The first, published in 1952, which might perhaps be categorised as a semi-biography, was *Salvador Correia de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686*. It was followed swiftly by *The Dutch in Brazil 1624-1654* (1957) and then, after a rather longer gap, *The Golden Age of Brazil 1695-1750* (1962). The first two of these books were complementary, being set in overlapping time frames and both being largely concerned with aspects of the Luso-Dutch struggle for control of Portugal's South American settlements. In his preface to *Salvador de Sá* Boxer rightly described English knowledge of colonial Brazil's history in general as 'abysmal'. He pointed out that virtually nothing had been written about it by British historians since Robert Southey's multi-volume *History of Brazil* – and Southey's work had appeared as long ago as 1810-1819. Claiming that Salvador de Sá (1602-1686) was a key figure in the 17th century Portuguese world, Boxer went on to emphasise that 'the bulk of this book is based on documents in the Portuguese and Brazilian archives'.¹¹

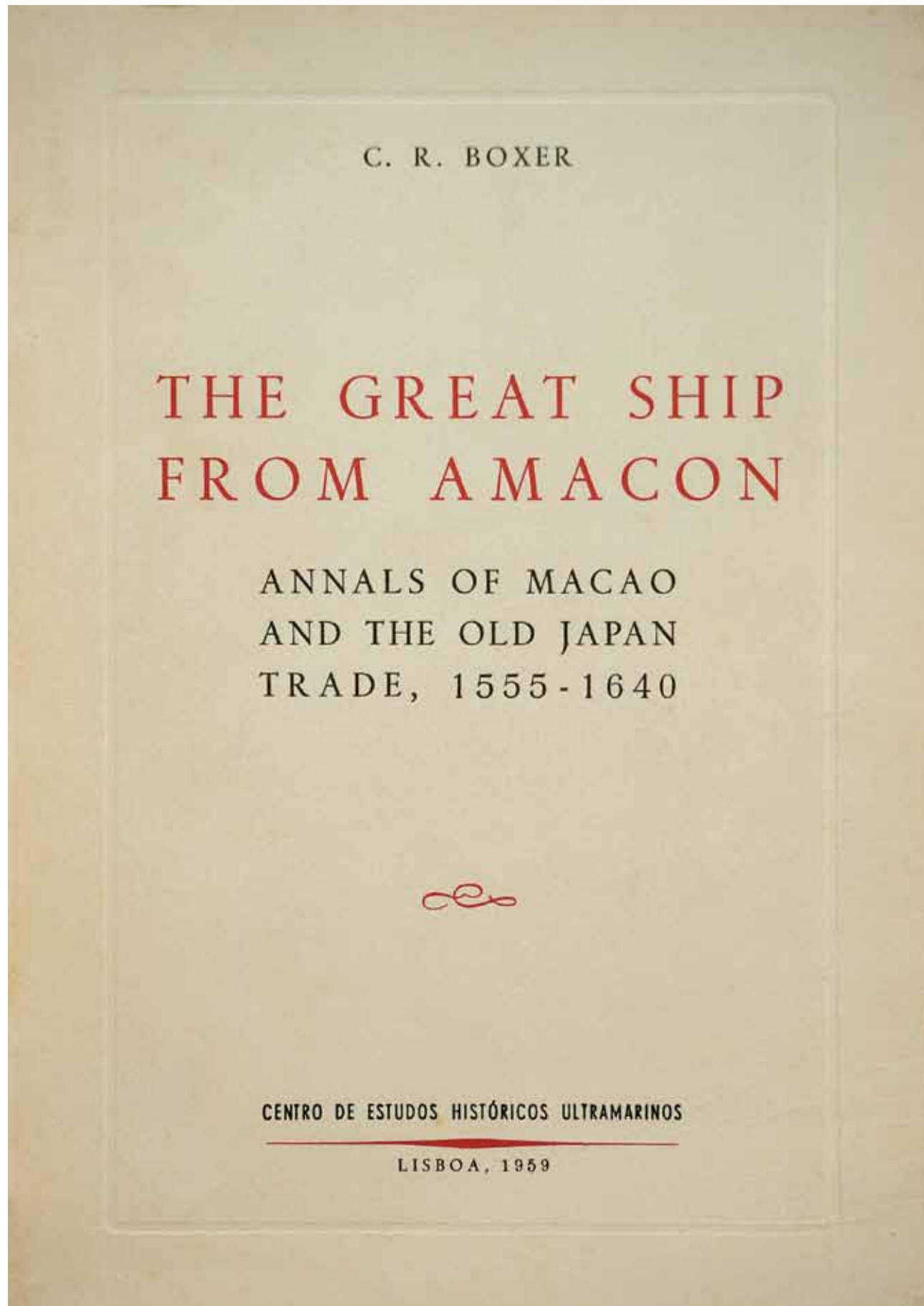
Just as Boxer's semi-biographical study of Salvador de Sá allowed him to describe and explain in some detail Portuguese behaviour in the Atlantic world of the 17th century, *The Dutch in Brazil* enabled him to do the same for the Netherlanders – again, largely by focusing on one pre-eminent leader. In this case the leader was Prince Johan Maurits of Nassau-Siegen, the Enlightened Dutch governor of Netherlands Brazil, whose life-span (1604-1679) roughly corresponded to that of Salvador. Finally, *The Golden Age of Brazil* took up the story of the Portuguese in South America for roughly the following half century – that is, down to about 1750. But, unlike Boxer's earlier Brazil books, *The Golden Age of Brazil* lacked a central individual figure. Instead, it was organised largely on a geographical basis, with separate chapters for each of various key regions of the huge colony. During the period, colonial Brazil was transformed from a cluster of mainly coastal settlements into a much larger, more coherent political entity, significantly more important economically than its Portuguese mother country.

Also during his King's College years Boxer produced three volumes of historical narratives in English translation, each meticulously edited, and

provided with substantial, scholarly introductions. The first was *South China in the Sixteenth Century* (1953), which consisted of two Portuguese and one Spanish account of southern China in the third quarter of the 16th century.¹² The other two were *The Tragic History of the Sea, 1589-1622* (1959) and, almost a decade later, *Further Selections from the Tragic History of the Sea, 1559-1565* (1968). Each of the latter comprised English translations of three 16th/early 17th century narrative accounts of Portuguese shipwrecks off the coasts of Africa. The first volume also included a masterly introductory essay that described the workings and travails of the *Carreira da Índia*. Meanwhile, linked thematically to these three volumes was *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640* (1959). This consisted of, first, a long introductory essay of some 150 pages, describing in chronological order the annual trading voyages between



IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



Macao and Japan for the period of almost a hundred years, between the mid-16th century and the 1630s. There followed a rich array of contemporary documents illustrating *inter alia* such matters as how the trade was organised and conducted, the goods involved, the kinds of contracts entered into, voyaging practices and experiences and the attitudes and reactions of the Japanese. The book demonstrated just how vital the Japan trade was to the *Estado da Índia*, throughout this period.

The year after the publication of *The Great Ship from Amacon*, Boxer produced, jointly with his old friend Carlos de Azevedo, yet another monograph – *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa, 1593-1729* (1960). This project, begun in 1957, was instigated by the directors of the Gulbenkian Foundation who, having decided to fund the restoration of Fort Jesus, wanted Charles and Carlos to write a book about it and duly sponsored a visit to East Africa by the two of them. The Mombasa book was another new departure for Charles, being his first substantial work on East Africa. Visiting Kenya also marked the start of a period of much greater overseas travel for him more generally, most of it for historical research, writing and relevant sightseeing.

During his final years at King's College Boxer composed his widely applauded general overviews of the Dutch and Portuguese empires. Outstanding works of synthesis and reflection – *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800* (1965) and, even more, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825* (actually published in 1969 after he had left King's) – quickly became the standard texts within their respective fields. However, before either had been published Charles produced, in 1963, a small volume that was to have a more dramatic impact, and cause more pain and controversy, than anything else he ever wrote. This little book, consisting of the texts of three lectures he had delivered at the University of Virginia in November 1962 and entitled *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825*, challenged head on the then official Portuguese government doctrine that 'racism' was never a characteristic of Lisbon's overseas empire and had always been officially rejected. Overall the book presented its case courteously, showing respect and understanding for those who sincerely held opposing views. But, given that Boxer was questioning a fundamental article of faith of the Salazar regime, which at the time was

highly sensitive about foreign criticism, he must have known he was going to raise a storm. Moreover, there was one passage in the book that amounted to a direct personal attack on Salazar – and, inevitably, it was this passage that attracted the greatest attention, and was most widely quoted.¹³

To respond to *Race Relations* the Salazar government chose Professor Armando Cortesão, a close and long-time friend of Boxer. A 'liberal' in the 1930s, Cortesão had, at that time, gone into voluntary exile; but in the early 1950s he had decided to make his peace with the regime in Lisbon, and to return to Portugal. Now, in support of Salazar's colonial policy, he wrote a vitriolic indictment of Boxer's newest book, which was duly published in Portugal's most widely circulating newspaper, *Diário Popular*. It accused Charles of betraying the very country that had always welcomed him so warmly and treated him so generously.¹⁴ For the rest of his life Cortesão never forgave Boxer for this 'betrayal' and absolutely refused to be reconciled with him.

Why, then, did Boxer, who had hitherto always been careful to avoid public involvement in contemporary Portuguese politics, decide to break with this tradition when he wrote *Race Relations*? Dauril Alden argued that it may well be that he 'deliberately provoked controversy' simply because he had 'great reverence' for the truth – and he knew the regime's official version of the history of race relations in its colonial territories was not the truth, but a serious distortion of the truth.¹⁵ However, while this may have been a factor, it seems to me that much of the explanation – particularly the timing – lay in the realm of politics. A war of liberation against Portuguese rule in Angola had begun early in 1961, which involved some sickening atrocities. Similar wars were soon affecting Portuguese Guinea and Mozambique – and Portuguese efforts to suppress the 'rebels' in all three territories involved heavy costs and a substantial increase in the military establishment. On top of this, in December 1961 Indian troops seized Goa. Thus the early 1960s were a critical time for the Salazar regime, whose colonial doctrines and imperial pretensions were coming under increasingly close and mostly hostile foreign scrutiny. At the same time, pressure was growing on historians of Portugal and its empire to show their political colours – that is, to commit themselves for or against the status quo. There was therefore a real

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

danger for someone like Boxer, a renowned specialist on the history of the Portuguese empire, that if he did not make clear his rejection of Salazarism, he would himself be labeled a Salazarist fellow-traveller.

With just one or two exceptions – most obviously The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800 (1965) – all these 1950s and 1960s books concerned exclusively or primarily the overseas activity of the Portuguese.

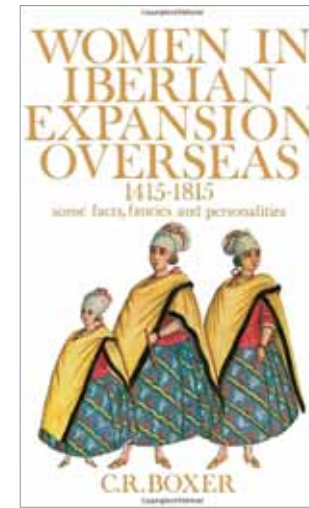
This was a serious concern for Boxer by the early 1960s. At the time, he was tiring of King's College, where he had already worked for over a dozen years and his teaching load was getting heavier. He had begun eyeing possible job opportunities at universities in the United States, where, *inter alia*, they paid their professors better. In November 1962 he accepted a short-term visiting professorship at the University of Virginia – and it was there that his controversial lectures on race relations were originally delivered. It has been plausibly suggested that he deliberately chose to speak out on the racism issue at that time – and to do so with maximum publicity – in order to establish his credentials as a historian *not* committed to Salazarist colonial principles, in the eyes of mainstream American universities.¹⁶ Only two years before, it had been possible for Boxer to avoid committing himself on this emotive issue – to retain the friendship and respect of people like Cortesão in Portugal while at the same time enjoying credibility in the Anglophone world. In 1960 he had been able to accept, apparently without serious hesitation, lavish hospitality from Salazar's Portugal at the five hundredth anniversary celebrations of the death of Prince Henry the Navigator. He had in fact led the British participants in this event – and he had delivered a carefully crafted uncontroversial speech, complimenting his hosts.¹⁷ But, after the turmoil in Portuguese Africa and Goa in 1961, such a balancing

act was arguably no longer possible. It seems that Boxer knew this – and spoke out accordingly. But it is nevertheless unlikely that he expected the intensity of the adverse reaction from conservative Portuguese, when it came.

Meanwhile, continuing his venture into North American academe, Charles contributed another lecture series in 1964, at the University of Wisconsin. Concerning the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, the lectures were turned into a 240-page book, the following year.¹⁸ It was also at about this time that Boxer began negotiating with various institutions interested in eventually acquiring his splendid library of books and manuscripts – a process which culminated in an agreement with the Lilly Library, University of Indiana, Bloomington, Indiana, in 1965. As a result he received the status of a visiting research professor at that university, where he took up residence in 1967. For the next twelve years Bloomington was his centre of operations in the United States – except from 1969 to 1972 when he held a professorship at Yale. At both Yale, and the University of Indiana, he was widely acknowledged to be an outstanding mentor and teacher – and at both he also maintained his already formidable reputation as an inveterate partygoer. The years 1967 to 1979 therefore constituted a third distinct period in Boxer's academic career – one which might reasonably be described as his North American period. It was, however, much less productive as far as his writing was concerned than had been his years at King's College. This was perhaps in part because he had to devote significantly more time to conducting classes and preparing and delivering lectures. Be that as it may, only four or five of Boxer's works that could reasonably be described as even small books date from this period.

One of these small books was about the activities of a successful 17th century Portuguese private merchant, Francisco Vieira de Figueiredo, who traded mainly in the South and Southeast Asia regions. Though based on original documents, Boxer's account of this merchant's activities was intended to be no more than a preliminary study, and did not amount to a full-scale biography.¹⁹ However, through the late 1960s and early 70s Charles continued to accept short-term visiting professorships and lecture tours, as well as performing his longer term commitments – and several of these visiting appointments resulted in significant publications. For

instance, in October-November 1972 he gave a series of lectures at Bryn Mawr College, which linked into the by then increasingly popular subject of women's history. The lectures described the roles played by Portuguese and Spanish women in the overseas expansion process, over a period of about 400 years (1415-1815). They were subsequently assembled into a book of about 140 pages, under the title of *Women in Iberian Expansion Overseas 1415-1815*.²⁰



Again, Boxer was invited to deliver the Schouler Lectures at the John Hopkins University in 1976. In this case he chose to speak about the Catholic Church's missionary enterprise into the non-European world, within the contexts of Portuguese and Spanish expansion. Interestingly, the first of the four lectures he entitled 'Race Relations', thereby revisiting the issue that had sparked so much bitterness some thirteen years before. His Schouler lectures were published in 1978 by the John Hopkins University Press under the title of *The Church Militant and Iberian Expansion 1440-1770*. By the time *The Church Militant* came out Boxer was aged in his mid-70s – and still teaching. But he was increasingly feeling his age and after a last semester at the University of Indiana in the spring of 1979 he decided enough was enough. Meanwhile he had written his last full-length book – a slim volume entitled *João de Barros. Portuguese Humanist and Historian of Asia*. It was published in 1981, though it had been completed several years earlier. It displayed the full range of qualities for which he had become so famous – thorough culling of primary sources, awesome mastery of factual detail, strong sense of context and elegant expression.

At the end of the 1970s there were still scholarly challenges Boxer wanted to meet, some of them major undertakings. But it was beginning to look as though they might just be too ambitious. Among them were proposed biographies of two major historical figures – Fr. António Vieira and the Marquis of Alorna. Fr.

Vieira, the celebrated 17th-century Jesuit missionary and court preacher, Boxer considered to be the finest exponent of prose-writing in the Portuguese language.²¹ Charles had written several short pieces on Vieira in the 1950s, but was convinced that a full-scale biography was what was really needed. However, he had been repeatedly forced to postpone undertaking the task owing to other more urgent commitments. In the end, a Vieira biography never eventuated – an outcome Alden lamented as a great loss to posterity.²² The other projected biography was of Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, first Marquis of Alorna and 44th viceroy of Portuguese India (1688-1756). Boxer's interest in Alorna was kindled by his acquisition in 1959 of a substantial collection of that nobleman's papers – and there is no doubt he was enthusiastically committed to the Alorna project, through the 1960s and 1970s. But, again, he was repeatedly forced to postpone working on it because of other more urgent scholarly tasks. In the end the Alorna biography, too, was never written.²³

At this point I would like to introduce into this short review of the life and work of Charles Boxer some personal memories. As far as I can recall, I first became aware of Charles as a historian when I read some of his articles in the popular magazine *History Today* in the early 1950s, to which he was in those days a regular contributor. A few years later in 1960, when I was an Oxford undergraduate, I acquired my first Boxer book – *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa*. I knew the area concerned quite well, having passed Fort Jesus on numerous occasions in my East African boyhood – though I had never entered it because in those days it was used by the British colonial authorities as a prison. I found the book enthralling – and my respect for Boxer as a historian was reconfirmed. Up to that time I had not, of course, had the privilege of meeting him. Nor had I had any personal correspondence with him, nor even heard him speak – although a little later (I cannot now recall exactly when, but it must have been in late 1960 or 1961) I did attend a guest lecture he gave in Oxford.

It was not until 1964, when I was a young acting lecturer at the University of Melbourne and contemplating doing a Ph.D. thesis on a Portuguese topic, that I first made tentative contact with him. This was done indirectly through Professor Max Crawford, the then chairman of the Department of History at

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

the University of Melbourne – and Boxer was kind enough to respond by writing me a personal letter of encouragement, assuring me there was ‘plenty of scope in all fields’ of Portuguese colonial history for what I was contemplating, and urging me meanwhile to read as much on the subject as possible.²⁴ (I had as yet little idea of precisely what topic I wished to study, though I was rather intrigued by the figure of King Manuel and what he stood for). At the time, Boxer himself was preparing to move on from King’s College. For a while – as he told me in a letter in 1965 – he seriously considered taking up a professional research fellowship in Canberra. If this had happened, I would certainly have become his Ph.D. student. But, as he explained at the time, his family was against him emigrating to Australia – and in the end he ‘reluctantly’ gave up the idea.²⁵ To soothe my disappointment he assured me in the same letter: ‘Of course I don’t think the question of a supervisor is a vital one. The best Ph.D. theses I have examined (and I have examined a great many since 1947) have nearly all been 90 % or even 99 % the work of the candidate and owe little or nothing to the supervisor’. In the event, a year later I went to the Graduate School of Arts and Sciences at Harvard, where I wrote my Ph.D. thesis under the supervision of Professor J. H. Parry.

An opportunity to meet Boxer in person eventually came to me in early 1969. He was then already in Bloomington while I was working at the Newberry Library in Chicago, where I had a one year fellowship. Bloomington was a relatively easy flight from Chicago, so I wrote to ask if I could come and see him. ‘Naturally’, he had replied, ‘I will be delighted to see you, as your topic interests me very much’.²⁶ He was referring to my Ph.D. thesis, which was about the history of the Portuguese East India Company of 1629-1633. Of course, he knew many of the sources I was using very well, such as the Codex Lynch, which was in the possession of King’s College, London, and the various Ataide documents in Harvard’s Houghton Library. I had an invaluable and wonderfully stimulating meeting with him – and came away amazed at his incredible grasp of detail and grateful for his generous willingness to share what he knew.

A couple of months later I received another letter from him asking if I could help solve an intriguing mystery. He explained that back in April 1962 he had

received, out of the blue, a letter from a Captain E. MacRobert, purportedly of the Melbourne suburb of Beaumaris, who had described himself as the director of navigation in the Australian Commonwealth Department of Shipping and Transport. MacRobert had written (I quote Charles) ‘I have made an interesting discovery – the original personal journals of Matias de Albuquerque are in Melbourne ... in the hands of Mr Walter Birch of Coburg and are carefully preserved’. He went on to ask Charles if the documents would be of interest to him and undertook to send him a list of them. Boxer said he had written back ‘at once’ saying he was extremely interested; but added that he had received no reply to his letter and had heard nothing more from the mysterious MacRobert since.²⁷

Both Boxer and I knew that if genuine ‘personal journals’ of Matias de Albuquerque – who was viceroy at Goa in 1591-1597 – had indeed turned up in Melbourne they would constitute a unique and potentially invaluable source for a 16th century Portuguese viceroy. I therefore immediately agreed to follow up MacRobert’s claims, as soon as I got back to Australia. This I did – but by then the MacRobert letter was already seven years old, and the trail had grown cold. Despite my best efforts, I was unable to track down either the mysterious MacRobert, or Birch – and the story began to look increasingly improbable. I informed Charles and he wrote back, ‘I quite agree with you that the alleged Birch-Albuquerque connection... [sounds] remarkably phoney’. He added that, ‘we should dismiss the whole story as a piece of nonsense, unless something unexpectedly turns up’.²⁸

After the disappointment over Matias de Albuquerque Boxer continued to exchange occasional letters with me through the 1970s. Looking over this correspondence now it is interesting to see how his attitude became more relaxed and informal over time. Initially he had always addressed me, somewhat formally, as ‘Mr Disney’; but at some point in the 1970s it had become simply ‘Disney’ (‘surely we can dispense with handles by now’, he wrote in one letter), and finally ‘Anthony’ or just plain ‘Tony’. Similarly, having initially always signed off with ‘yours sincerely, C R. Boxer’, he began to do so with just ‘CRB’ and, finally, simply ‘yours ever, Charles’.

There was a particular flurry of letters exchanged between us in 1978-1979 – mostly to do with a visit

to Australia I was trying to organise for him. It was to take place in July and August 1979, and he would visit Melbourne, Canberra, Sydney, Armidale, Adelaide and Perth, in the course of three to four hectic weeks, giving a lecture, a seminar or both in each city. He had never been to Australia before – but it was something he had long wanted to do. He was keen to add Hobart because, as he explained, it was ‘where my mother was born’. But he also realised he was committing to a very demanding schedule for someone of his age (he was then in his mid 70s).²⁹ He worried about the paper he was to give to the La Trobe University Institute of Latin American Studies, because it had to be on a Latin American subject. (In the end he settled for a presentation about English merchants and the Brazil trade.³⁰) His other major concern – and mine – was getting enough funding. ‘I shall arrive’ he said, ‘at Melbourne, God willing, on 22 July, with my begging bowl extended’. But he need not have worried, as the funds were cobbled together for him – and although the tour *was* strenuous he appreciated it immensely. Back home he commented, as late as October, ‘I am still very euphoric about my trip to Australia. I enjoyed every minute’. In another letter he wrote, ‘I wish I was back “Down Under”’.³¹ As always, he particularly enjoyed the parties where he took characteristic pleasure in singing songs. Of course, he himself had a rich repertoire, and he quickly found a kindred spirit in one of the local minstrels whom he insisted on referring to as ‘Burle Ives’.³²

Soon after his Australia trip Charles was travelling again, this time to the Gulf. He managed a two-day visit to Muscat, which he claimed was ‘very difficult and took a lot of doing’ because of the political tensions there. He also visited Abu Dhabi, Portugal, the Netherlands, Sri Lanka and Japan in late 1979 and 1980. Clearly, creeping age notwithstanding, he was still in fine fettle. In 1980 I was on study leave in Europe, during which my family and I had the privilege of calling on Charles at home in Little Gaddesden. He provided a warm welcome, a good lunch and a box of chocolates for the children. I then spent the afternoon working on transcribing material on the Conde de Linhares from the Boxer manuscript collection while the family went to the zoo. After that we continued to exchange letters through the early 1980s. Charles hated English winters and complained much about the weather. ‘After the biggest blizzard which ever hit this country’, he

complained, there was ‘chronic disruption, panic and confusion’, adding somewhat illogically, ‘It happens at least once a year of course, since 1066, if not before’.³³ A couple of years later he wrote about having ‘our hottest summer here on record’, adding ‘everyone else complains of the heat [but] it is certainly preferable to the ice, cold, and snow of the winter’. Then, in reply to question I had asked him about Lisbon, he assured me, rather mischievously, that the congress I had just missed there ‘was a total and utter shambles, with over 700 people (most of them concubines and hangers-on) and very badly organised’.³⁴ On a more serious note he had recently told me in another letter that he had ‘just got back from a month in Red China’ where he had ‘revisited old haunts I knew in the 1930s from the great wall to Canton’.³⁵

The following year I got the first real hint that perhaps, at last, age was seriously catching up with him. He told me in July that he had had to cancel a proposed trip to Manila because ‘I had to go into hospital for an eye implant and cannot focus properly’. He was waiting for new spectacles ‘which take time in this benighted country’ – i.e. three to four weeks, as opposed to, ‘48 hours in Hong Kong’.³⁶ But he must have got the spectacles eventually – and they would have helped, because he wrote in his Christmas letter for that year (1984) that he had had a ‘delightful trip’ to Macao (via Hong Kong). Furthermore, he expected to be in Lisbon in 1985.³⁷ He had by then, of course, reached the age of eighty.

Based permanently at Ringshall End, his English home in Hertfordshire, Charles continued to travel through the 1980s and early 1990s. In 1991 he returned, for the final time, to his beloved Macao for the Sixth International Seminar on Indo-Portuguese History. He did not present a paper; but the University of Macau, taking advantage of his presence, bestowed on him an honorary degree. Meanwhile, in a moving conference tribute, the senior French scholar, Professor Genevieve Bouchon, in the name of all the participants, said simply, ‘We never shall forget the help Professor Charles Boxer has generously given to each one of us’. In 1996, seventy years after his first article was published and now at the age of ninety-two, having produced over 350 scholarly publications – nearly all of them about Portuguese or Dutch global expansion – Charles finally published what appears to have been his last scholarly work.³⁸ The following June, when he

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



In 1991 the University of Macau awarded Charles Boxer an honorary doctorate.

was aged ninety-three, all the participants in the Vasco da Gama Quincentenary Conference that convened in Melbourne and Fremantle signed a collective statement extending to him their ‘warmest greetings’ and ‘highest esteem’.³⁹ But by this time he had become very frail, his eyesight deteriorating almost to the point of blindness, his short-term memory increasingly unreliable.

Charles finally died on 27 April 2000, at the age of ninety-six. There were many obituaries, most of them laudatory. To cite just a few, António de Figueiredo, writing in *The Guardian*, described him as ‘one of the best British historians of early European overseas expansion’, adding that he was ‘a larger than life figure’ and ‘a man of great sensitivity’. Geoffrey Scammell

called him one of the greatest, most original and most remarkable figures in the world of learning. A third obituarist – Charles’s devoted friend, John Cummins – praised his ‘enormous but unhurried energy’ and his, ‘lucid, sharp, precise mind’. There was, however, one unpleasant dissident note. Hywel Williams, writing in *The Guardian* on 24 February 2001 indeed extolled Charles as ‘a fine soldier and a brilliant historian’ and ‘a magisterial figure’ – but then, astonishingly and without citing any evidence, went on to suggest that ‘with all his gifts, Boxer may also have been a traitor – a man who betrayed his fellow officers in a Japanese run POW camp in Hong Kong, in a way that undermined the entire British intelligence system in south-east Asia’.⁴⁰ The outcry that followed from Charles’s friends, family, former students and colleagues was immediate. Many wrote reviews and letters in Boxer’s defence, with particularly powerful refutations coming from Dauril Alden, Charles’s meticulous biographer, who knew the Boxer story better than anyone else, and from Kenneth Maxwell of the Council of Foreign Relations. Williams, who had apparently been relying purely on speculation and innuendo, was unable to produce any credible evidence in support of his sinister accusation. To those who came to Boxer’s defence when Boxer could obviously no longer defend himself he made no response but, having dropped his bomb-shell, apparently just walked away.

I last saw Charles at the 1991 Macao seminar referred to above. He was there to be honoured, not to give presentations – and he was well looked after. By then his letters had more or less dried up. Curiously, the last letter of his I actually saw was addressed to a student who had written to him for advice about his topic. Charles had replied, in a shaky hand, ‘Dear Mr X, thank you for your letter. Unfortunately I am too old (90+), too ill, and too preoccupied with other matters ... to cope with your problems. However, you seem to be on the right lines and should be able to produce something useful.’ Clearly, he was ready to hang up his boots at last – as he surely had a right to do. However, he was still doing what he could to encourage those starting out on their careers. That was one of the great things about him. **RC**

NOTES

- 1

For this brief overview of Boxer’s early formation see the essential Dauril Alden, *Charles R. Boxer: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller* (Lisbon: Fundação Oriente, 2001), especially pp. 28-29, 44 and 47.
- 2

For Boxer’s experience as an intelligence officer in Hong Kong and subsequently as a POW see Alden, *Charles R. Boxer*, chapters 6 to 8.
- 3

Boxer did publish four items including *Macau na Época da Restauração* (Macao: Imprensa Nacional, 1942), and another work, *Subsídios para a História dos Capitães-Gerais e Governadores de Macau (1557-1770)* (Macao: Imprensa Nacional, 1944). But these had almost certainly been submitted to their publishers *before* Hong Kong fell.
- 4

Boxer had recently acquired one of only two known copies of this manuscript. A second edition of the work, with a new preface by Benjamin Videira Pires SJ, was published under the title of *Ásia Sínica e Japónica* in two volumes in Macao in 1988.
- 5

C. R. Boxer, ‘Anglo-Persian Rivalry in the Persian Gulf 1615-1635’, in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, edited by Edgar Prestage. (Watford: Voss & Michael, 1935), p. 59.
- 6

Ibid, pp. 285-304.
- 7

Cf. Blair Worden, ‘Trevor-Roper at a hundred’, *The Oxford Historian*, no. 11, 2014, p. 14.
- 8

For a fuller review of Boxer’s major publications during this period see Alden, *Charles R. Boxer*, especially pp. 341-355.
- 9

C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East. 1550-1770* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1948), ‘Introduction’, p. x. For Boxer’s biographical writings see Anthony Disney, ‘Charles Boxer as a Biographer: A Preliminary Evaluation’, *Anais de História de Além-Mar*, Vol. 4, 2003, pp. 9-28.
- 10

Cited in Alden, *Charles R. Boxer*, p. 348.
- 11

C. R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686* (London: Athlone Press, 1952, p. x).
- 12

The two Portuguese authors of these narratives were Galeote Pereira and Gaspar da Cruz OP, while the Spaniard was the Augustinian friar Martín de Rada.
- 13

On page 40 of *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* (Oxford: Clarendon Press, 1963) Boxer made the comment that in Angola ‘the prevailing social pattern was (and is) one of conscious white superiority.’ He then added ‘Captain António de Oliveira Cadornega, who lived for over forty years in Angola, is a safer guide in this respect than Dr. António de Oliveira Salazar who has never set foot in Africa.’ (Cadornega wrote a history of the ‘Angolan wars’ in the early 1680s, after spending some forty years in the West African interior).
- 14

The sad and very public breakdown of friendly relations between Boxer and Cortesão at this time is well narrated in Alden, *Charles R. Boxer*, pp. 369-386.
- 15

Ibid., pp. 386-387.
- 16

Cf. the interesting essay by Rui Ramos, ‘A erudição lusitanista perante a guerra (c.1960-c.1970): Algumas observações sobre a polémica entre Charles Boxer e Armando Cortesão’, in *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo do Língua Inglesa 1880-1972/The Portuguese Discoveries in the English-Speaking World 1880-1972*, coord. Teresa Pinto Coelho (Lisbon: Edições Calibri, 2005), pp. 189-218.
- 17

Charles Boxer, ‘Discurso do representante da Grã-Bretanha’, in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas* (Lisbon: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960), Vol. 1, pp. 75-77.
- 18

C. R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800* (Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965).
- 19

See C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant Adventurer in South East Asia, 1624-1667* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1967), 113 pp.
- 20

Published by Oxford University Press in New York, 1975.
- 21

C. R. Boxer, *The Dutch in Brazil 1624-1654* (Oxford: Clarendon Press), p. 273.
- 22

Alden, *Charles R. Boxer*, p. 577. However, early on Boxer did write several short pieces on Vieira, including a short booklet entitled *A Great Luso-Brazilian Figure: Padre António Vieira, S.J., 1608-1697* (London: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1957).
- 23

In July 1975 Boxer wrote that he still remained committed to the Alorna biography but had been forced to put it aside for a year or two ‘having so many other irons in the fire to finish off first’. CRB to ARD, 30 June 1975. Nearly three years later he admitted, ‘I have made no progress with Alorna as I have been side-tracked cataloguing all the State Papers Portugal 1661-1780 in the PRO ...’. CRB to ARD, 28 May 1978.
- 24

CRB to ARD, 3 November 1964.
- 25

CRB to ARD, 17 July 1965.
- 26

CRB to ARD, 10 March 1969.
- 27

CRB to ARD, 11 May 1969.
- 28

CRB to ARD, 21 June 1970.
- 29

CRB to ARD, 8 August 1978.
- 30

See CRB to ARD, 17 May 1979. This paper was later published in the Institute’s Occasional Paper Series, under the title of *The English and the Portuguese Brazil Trade, 1660-1780: Some Problems and Pesronalities* (Melbourne: Institute of Latin American Studies, La Trobe University, 1981). It has become quite a rarity – and does not even appear in the standard published listing of Boxer’s publications – *Homenagem ao Professor Charles Ralph Boxer/A Tribute to Professor Charles Ralph Boxer* (Figueira da Foz: CEMAR, 1999).
- 31

CRB to ARD, 29 August 1979 and 15 October 1979.
- 32

Later I had to contact ‘Burle Ives’ to get from him the precise words of the satirical Australian song ‘There’ll always be a Menzies’ that Charles wished to perform at home at a Christmas party.
- 33

CRB to ARD, 23 December 1981.
- 34

CRB to ARD, 30 December 1983.
- 35

CRB to ARD, 16 December 1982.
- 36

CRB to ARD, 21 January 1984.
- 37

CRB to ARD, 4 December 1984.
- 38

His last work appears to have been ‘Some Reflections on Macau, Nagasaki and the Maritime Silk Trade in the Late 16th and Early 17th Centuries’. *Tenri Journal of Religion*, no. 24, March 1996, pp. 79-84. See Alden, *Charles R. Boxer*, p. 584.
- 39

Reported in Alden, *Charles R. Boxer*, p. 504.
- 40

Hywel Williams, ‘Secret history of a hero’. *The Guardian*, 24 February 2001.



Macau e a Visão do Colonialismo Português de Charles Ralph Boxer

CELINA VEIGA DE OLIVEIRA*

Este ensaio pretende mostrar a polémica que se gerou à volta da publicação do livro *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825 (Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825)*, de Charles Ralph Boxer, em 1963, numa década em que o desmoronamento irreversível do império começou a tomar forma, e reflectir sobre os motivos que levaram o historiador britânico, cujo 110.º aniversário de nascimento se assinala este ano, a não considerar Macau na sua abordagem ao colonialismo português.

O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS NOS ANOS 60 DO SÉCULO XX

Nos anos 60 do século xx, o processo de desagregação irreversível do império colonial português estava em curso. Na década anterior tinham aparecido os primeiros sinais, com a perda dos enclaves de Dadrá (Estado de Gujarete) e Nagar Aveli (entre a fronteira do Estado de Gujarete e o de Maharashtra), em 1954.

Em 1961, porém, os alicerces do império foram abanados de forma sistemática, com o início da guerra de libertação em Angola, em Fevereiro, a perda da Fortaleza de São João Baptista de Ajudá, em Julho, e a

integração do Estado de Goa, Damão e Diu na União Indiana, em Dezembro. Dois anos depois seguiu-se a guerra na Guiné e em Moçambique.

Tornava-se necessário ao governo português justificar para dentro – facções que se opunham ao regime –, e para fora do país – ONU e novos países saídos, muitos deles, de um longo processo de colonização e reunidos à volta do espírito de Bandung (1955) –, que os espaços coloniais portugueses eram meras extensões do espaço português europeu. As colónias começaram a designar-se por províncias ultramarinas, sendo Portugal uma expressão geográfica que ia do Minho a Timor. De acordo com a ideologia do Estado Novo, havia, nesse todo ultramarino, uma coerência civilizacional, que funcionava como uma força aglutinadora para unir a diversidade de povos e de culturas. A grande preocupação da política portuguesa era, como é sabido, a manutenção das colónias de África. A estrutura que suportava a retórica do poder – o Secretariado Nacional de Informação – fazia valer por todos os meios de propaganda o valor e o respeito pela dignidade humana que sempre tinham norteado a conduta dos portugueses. A heterogeneidade do povo, a estrutura tradicional comunitária e patriarcal e o ideal cristão de fraternidade tinham marcado, desde o início da expansão, o relacionamento do português com outras sociedades de diferentes estádios de desenvolvimento, procurando criar instrumentos para a sua integração e progresso permanente.¹

Esta ideologia não era nova. Gilberto Freyre (1900-1987), polímato brasileiro, criara o conceito de luso-tropicalismo, cujos pontos essenciais eram os seguintes: os portugueses haviam construído por

* Licenciada em História pela Universidade de Coimbra e doutoranda em História pela Universidade Nova de Lisboa. Dos muitos trabalhos publicados, destacam-se *Camilo Pessanha: O Jurista e o Homem e Macau: Uma História Cultural* (em parceria). É vice-presidente da Comissão Asiática da Sociedade de Geografia de Lisboa e editora.

Graduate in History from Coimbra University's Faculty of Arts, currently preparing her Ph.D. in History (Lisbon's Universidade Nova). Author of several books, the most relevant of them being Camilo Pessanha: O Jurista e o Homem, and Macau: Uma História Cultural (co-authorship). She is vice-president of the Asian Commission of the Sociedade de Geografia de Lisboa, and a publisher.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

todo o mundo colonial uma unidade de sentimento e de cultura, decorrente dos processos e das condições da sua colonização;² os povos colonizados pelo português tinham características únicas de simpatia e de cordialidade herdadas dos seus pais colonizadores;³ o português fora, sobretudo no Brasil, um procriador europeu, miscigenando-se com as populações nativas e convivendo harmoniosamente com elas.⁴ Em consequência dessa miscigenação, Portugal podia orgulhar-se de olhar para as suas colónias daquele tempo – 1940, por altura das comemorações henriquinas – como ilhas de paz no meio de um mundo dividido por guerras entre raças.⁵

O luso-tropicalismo, como conceito justificativo da singularidade colonial portuguesa, era um importante suporte ideológico para a manutenção da política do Estado Novo, com o qual Charles Boxer não estava de acordo.

A POSIÇÃO DE CHARLES RALPH BOXER
SOBRE O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Vale a pena analisar a posição de Boxer na sua polémica com o historiador sueco Magnus Mörner,⁶ que consta do “Postscriptum” do seu livro *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Diz Charles Boxer:

“Magnus Mörner, aludindo ao meu *Race Relations* (1963) no seu estimulante *Race Mixture in the History of Latin America* (Little Brown, Boston, 1967, p. 52) observou: ‘Graças à abordagem revisionista do historiador britânico, C. R. Boxer, o conceito de uma política portuguesa consistentemente tolerante nos assuntos raciais foi, finalmente, desafiada [*sic*]. Mas serão precisas mais investigações sistemáticas para se ver até que ponto o ponto de vista de Boxer pode ser aceite’. O Dr. Mörner não precisava de ficar tão hesitante. Se tivesse consultado um trabalho português maciço, publicado dois anos antes do seu, teria encontrado mais do que amplo apoio para os meus argumentos de 1963, com uma riqueza de citações independentes de fontes dos séculos XVI e XVII e uma penetrante análise destas. Refiro-me à obra-prima do Dr. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (2 vols., Lisboa, 1963-1965), Vol. II, cap. 9, ‘O mercado da mão-de-obra e os escravos’, pp. 517-587”.⁷

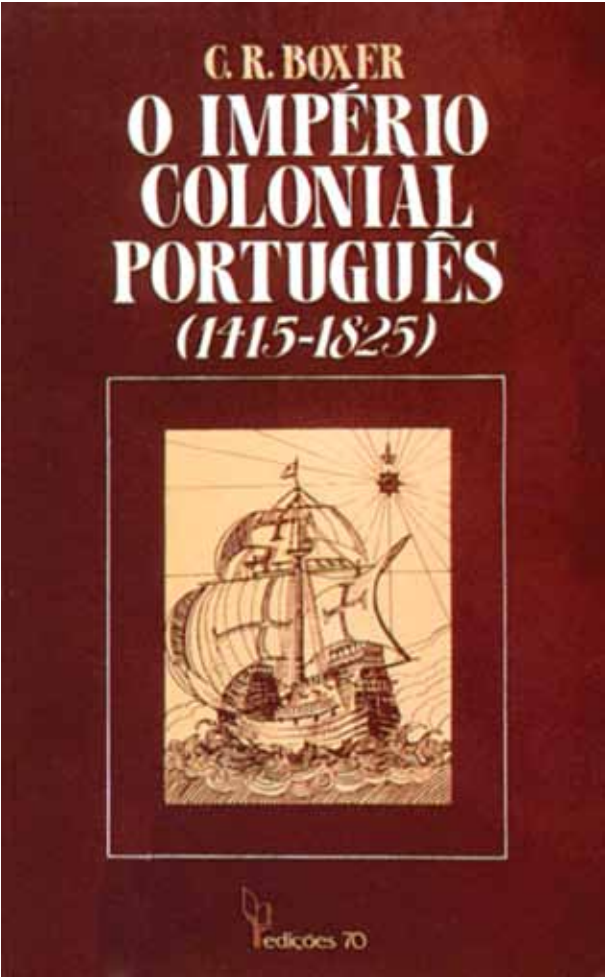
A ‘recomendação’ de Boxer significava o seguinte: se a sua obra sobre o império colonial português poderia ser considerada suspeita para alguns historiadores, por se tratar da visão de um britânico, cujo país também tivera império colonial, o mesmo não poderia suceder com Vitorino Magalhães Godinho, que era português, e cuja autoridade historiográfica não podia ser posta em causa. Se Mörner consultasse o capítulo referido – “O mercado da mão-de-obra e os escravos” –, teria oportunidade de verificar que Magalhães Godinho considerara que o arranque e o florescimento do capitalismo comercial da Idade Moderna assentavam no trabalho escravo e que a estrutura crematística colonial, baseada na escravatura, fora modelada, a partir da era quatrocentista, por portugueses e espanhóis, prática depois seguida por todas as nações da Europa à medida que participavam nos tratos ultramarinos.⁸

Charles Boxer, nos três capítulos da sua obra *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825* – “Marrocos e África Ocidental”, “Moçambique

e Índia”, “Brasil e Maranhão” – contraria a visão mítica do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e, igualmente, o ideário salazarista, que sustentava que o comportamento do povo português, “sem distinção de cor ou credo”,⁹ era próprio do ideal cristão de fraternidade. Boxer recorre a um amplo *corpus* documental para comprovar a inexistência de fundamento histórico para tais opiniões.

Na mesma linha pode incluir-se uma outra obra deste historiador, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, que, no capítulo XI, “Pureza de sangue” e “Raças infectas”, retoma criticamente o tema da colonização portuguesa como um estilo de civilização integrativa. Nesse capítulo opõe-se ao argumento do historiador Edgar Prestage (1869-1951), que considerava o seguinte: em Portugal nunca existira qualquer distinção de raça ou de cor, os convertidos ao catolicismo podiam ocupar postos administrativos e deste quadro só ficavam excluídos judeus e escravos.¹⁰ Boxer considerou que, com estas afirmações, Prestage confirmava a existência de discriminação, uma vez que tanto os escravos negros, como os cristãos-novos, eram segmentos muito importantes da sociedade imperial portuguesa, não sendo inclusivamente os únicos sobre os quais recaía o preconceito racial. O mesmo sucedia com os convertidos, porque nem todos eram elegíveis para postos oficiais.¹¹

Do mesmo modo, J. H. Plumb (1911-2001), historiador britânico, na “Introdução” que fez a esta obra, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, deu força aos argumentos de Boxer. Começando por afirmar ser o “império português um dos maiores enigmas da história”, admitiu que uma análise ao percurso imperial do povo português colocava uma série de questões embaraçosas a qualquer historiador. Por um lado, os motivos que tornaram possível a uma “nação pequena, bastante pobre e culturalmente atrasada” ter sido tão “dramaticamente bem sucedida nesse grande século de empreendimentos que começou por volta de 1440”. Por outro, “por que razão se tornou este êxito uma pálida sombra de si mesmo no curto espaço de cinquenta anos”.¹² Plumb considerava que o império português, o primeiro e o último dos impérios europeus, subsistira pela inércia. Já nos tempos modernos, e sobretudo depois da descolonização que foi tendo lugar após a 2.ª Guerra Mundial, tornou-se inadiável, para o sector intelectual identificado com o regime salazarista, contrapor à situação de decadência e de imobilidade do império aquilo que era considerado, por esse sector,



o valor mais alto do legado português no mundo: a inexistência de preconceitos raciais nos territórios colonizados. Plumb incluiu nesta linha historiográfica Gilberto Freyre, cujas obras ajudaram a consolidar “esta lenda no seu belo livro acerca da escravatura do Brasil”. Porém, Charles Boxer, com documentação “maciça e conclusiva”, provara a sua falta de veracidade, repondo a verdade histórica, concluía Plumb.¹³

A POLÉMICA ENTRE CHARLES BOXER
E ARMANDO CORTESÃO

A mais contundente crítica ao livro *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825* veio de Armando Cortesão (1891-1977), historiador e eminente cartógrafo (autor de *Portugaliae Monumenta Cartographica*), que protagonizou acesa polémica com Charles Boxer, após a publicação deste livro em 1963.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Dauril Alden, na extensa biografia que dedica ao historiador britânico, *Charles Boxer: An Uncommon Life: Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller*, deu voz à controvérsia entre os dois historiadores.¹⁴ Em quatro artigos publicados no *Diário Popular*, Cortesão acusou Boxer de pretender denegrir a imagem de Portugal numa época crítica da sua história provocada pela emergência dos movimentos de libertação nas colónias. Boxer – afirmava Cortesão – tinha sido um admirador do império português e unira-se naquele momento aos inimigos de Portugal. Usara a documentação dos arquivos portugueses para produzir uma obra altamente prejudicial para a imagem do país. Ao contrário da ideia que fazia de si próprio, Boxer não era um historiador insigne, uma vez que não tinha dito a verdade.

O luso-tropicalismo, como conceito justificativo da singularidade colonial portuguesa, era um importante suporte ideológico para a manutenção da política do Estado Novo, com o qual Charles Boxer não estava de acordo.

Numa carta ao historiador Carlos Azevedo (com quem escrevera *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça: 1593-1729*), Charles Boxer admitiu que esperara uma reacção, mas nunca em termos tão contundentes, só a compreendendo por Cortesão, contrariando o seu passado anti-salazarista, ter passado a assumir a defesa da política colonial portuguesa. Em resposta aos artigos de jornal escritos por Cortesão, Boxer refutou todas as acusações. Com a publicação do livro, pretendia demonstrar ser impossível aceitar o conceito de humanidade e de igualitarismo – que, de acordo com a ideologia oficial do regime, caracterizava o modo como os povos indígenas das possessões portuguesas haviam sido sempre tratados – porque essa ideia constituía um

anacronismo. A mentalidade daqueles tempos fora outra, bem diferente. Negou que, para sustentar a sua tese, tivesse investigado e citado deliberadamente fontes específicas e documentos difíceis de encontrar; pelo contrário, a consulta documental estava publicada em colecções bem conhecidas e de fácil acesso. Reafirmou que a intolerância religiosa e a escravização de povos indígenas não tinham sido uma prática exclusiva de portugueses, mas seguida, muitas vezes em maior escala, por outros povos colonizadores europeus. Previendo a possibilidade de o seu texto não ser publicado, por proibição da censura política portuguesa, Charles Boxer fez cópias do mesmo, que enviou para amigos, periódicos e instituições académicas em todo o mundo. O *Diário Popular*, porém, e com consentimento de Salazar, publicou-o “sem cortes”.¹⁵ A polémica continuou. Em contraponto à posição de Armando Cortesão, aponta-se Vitorino Magalhães Godinho. Este historiador, recentrando cientificamente a historiografia nacional, na linha da Escola dos *Annales*, passou a “proceder à crítica de fontes (seguindo o exemplo de Duarte Leite) e à constituição de colectâneas documentais organizadas em função de uma problemática”, bem como ao “estudo dos diferentes processos de expansão, no quadro dos chamados grandes *complexos histórico-geográficos*, do Atlântico ao Índico e ao Pacífico”.¹⁶ Ao contrariar a ideologia do Estado Novo, Vitorino Magalhães Godinho foi demitido do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e forçado a exilar-se.

CHARLES BOXER E A SITUAÇÃO DE MACAU

A obra *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, no capítulo “Moçambique e a Índia”, que trata do Estado da Índia – nome dado pelos portugueses a todas as possessões e postos de comércio entre Sofala e Macau ou, em sentido mais amplo, a toda a costa marítima da África Oriental e da Ásia, desde o Cabo da Boa Esperança ao Japão –, não alude a Macau.

Em minha opinião, precisamente por Charles Boxer, considerado um dos grandes historiadores da presença portuguesa no Oriente, ser um profundo conhecedor da História de Macau. Viveu vários anos em Hong Kong, foi amigo e correspondeu-se com grandes vultos que dedicaram anos de vida ao estudo



Planta de Macau, de autor anónimo, incluída na colectânea *Begin ende Voortgangh Van de Vereenighde Nederlantsche Geochtroyeerde Oost-Indische Compagnie*, de Isaac Commelin (Amesterdão, 1646).

do seu passado, como Jack Braga e Monsenhor Manuel Teixeira, e investigou os arquivos da Cidade. Apesar da sua formação estritamente militar, Boxer foi um cultor autodidacta da História e um erudito coleccionador de documentos, tendo publicado alguns com anotações. Boxer sabia, de facto, que Portugal nunca exercera ilimitadamente o poder em Macau. Com um estreito campo de acção – aquele que lhe era permitido pelas autoridades chinesas –, os portugueses exercitaram-se no recurso à negociação, desde o seu estabelecimento em meados do século XVI. “A pas que temos com o Rey da China he conforme elle quer”, escrevia António Bocarro, cronista do reino em Goa, em 1635.¹⁷ Apesar de o império chinês ter reconhecido a forma senatorial, adoptada em 1583, para o governo de Macau, cedo se começou a desenhar, por parte das autoridades chinesas, uma tendência crescentemente

intervencionista nos negócios da Cidade. Esta ingerência na vida dos portugueses atingiu, em meados do século XVIII, uma situação de ‘quase’ integração no império chinês, em consequência de um conjunto de procedimentos administrativos e económicos que vinham a ser adoptados desde os princípios do século anterior. Designadamente: a elaboração, nos primeiros anos do século XVII, de um “Tratado de Proibições do Aitão”, contendo normas que deviam ser respeitadas pelos portugueses, sob pena de expulsão, que proibia a edificação de casas e de fortalezas, a entrada de qualquer navio sem prévia medição, a prática da escravatura e as actividades de contrabando; o estabelecimento de uma alfândega chinesa, em 1688, para cobrança de direitos sobre as mercadorias, e a fixação de um contingente para a frota comercial de Macau limitado a 25 barcos, sujeitos a rigorosa fiscalização pelas autoridades mandarínicas; a

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

criação, em 1736, de uma nova alfândega para cobrar as receitas dos barcos que atracavam na Praia Grande; a instituição do mandarinato de *tso-tang*, destinado a coadjuvar o mandarim de Hian-Chan na administração de Macau, e com jurisdição criminal e de polícia sobre os chineses; a publicação, em 1749, de um edital do *suntó*, vice-rei de Cantão, com disposições cuja violação levaria “os estrangeiros que estão fazendo contrato na terra da China” a serem castigados severamente. Este edital reafirmava a proibição de construção de casas e de reparação das existentes sem licença do mandarim e proibia o ensino da religião cristã aos chineses, porque tal lei “corrompe os costumes e o coração”.¹⁸

Nesta conjuntura de permanente limitação ao exercício de poder, o Senado tomou sempre uma posição de conciliação e de cedência, procurando manter o frágil equilíbrio de interesses.

Após a vitória da Inglaterra na 1.^a Guerra do Ópio, formou-se na região um novo complexo histórico-geográfico, completando-se espacialmente o triângulo formado pela colónia inglesa de Hong Kong, pelo enclave português e pela metrópole de Cantão; emergiu uma nova economia, com a criação do porto franco de Hong Kong, a instituição da Província de Macau, Timor e Solor, independente do Estado da Índia, em 1844, a isenção de direitos portuários a todas as mercadorias, em 1845, e o correlativo apagamento da jurisdição fiscal cantonense no delta do rio das Pérolas; e estruturaram-se relações de poder de diferentes níveis, com a presença de potências europeias no interior do império chinês.

Este contexto de debilidade imperial foi aproveitado pelo governador Ferreira do Amaral para impor o domínio português durante o seu consulado (1846-1849), chamando a si, através de uma série de drásticas medidas, a responsabilidade total sobre o território, sem a interferência do Senado e do poder mandarínico. Amaral acabou com o pagamento anual do “foro do chão”, de 500 taéis de prata, que correspondia a um arrendamento pelo espaço que os portugueses ocupavam, tomou posse plena das ilhas da Taipa e de Coloane, retirou a jurisdição criminal dos mandarins sobre a população chinesa, impôs às autoridades que pretendiam vir a Macau o estatuto de representantes de um país estrangeiro, e afirmou a jurisdição portuguesa até à Porta do Cerco (fronteira terrestre entre Macau e a China), ordenando a construção de uma estrada desde as muralhas da

cidade até àquele posto fronteiriço.¹⁹ Quanto ao Senado, acabou com as veleidades autonómicas que o caracterizavam, substituindo a eleição dos seus membros pela nomeação de pessoas por critérios de confiança política.

A imposição do domínio português conduziu a uma forte reacção chinesa e o clima de hostilidade que se seguiu culminou com o assassinato do governador em 22 de Agosto de 1849. Anos depois, o Tratado de 1887, assinado entre os dois países, se, por um lado, reconhecia formalmente a soberania portuguesa sobre Macau – a China confirmava a perpétua ocupação e governo de Macau e suas dependências por Portugal como qualquer outra possessão portuguesa –, por outro, impedia a alienação do território sem acordo com a China. Ou seja, a China reconhecia formalmente o exercício de uma soberania limitada em Macau.

Macau constituiu, por conseguinte, sempre um caso à parte no contexto do império colonial português: território exíguo, distante da ‘metrópole’ e esquecido por ela, subordinado ao Estado da Índia até à sua autonomização no século XIX – em consequência da tendência centralizadora do liberalismo que colocava todas as parcelas ultramarinas no mesmo plano político e jurídico –, tivera o seu tempo de glória durante a vigência da actividade comercial com o Japão. Este comércio, muito lucrativo por ser feito em regime de exclusividade, terminou em 1639, com a expulsão dos mercadores e missionários portugueses do arquipélago. A partir daí, Macau sobreviveu como pôde, à medida das circunstâncias, procurando afirmar a sua individualidade, face a Goa e ao Império Chinês, aproveitando-se, sempre que a situação o exigia, do apoio diplomático dos padres jesuítas que serviam na corte de Pequim como cientistas, músicos, conselheiros, intérpretes e artistas plásticos, e tendo sempre consciência de que a negociação era imprescindível para a sua sobrevivência.

Nunca ali se verificaram as condições históricas que existiram nos territórios coloniais portugueses da América, de África e da Ásia, só concebíveis em contextos de exercício total de poder. Macau vivera uma realidade diferente: um entreposto comercial no seio de um império poderoso. O objectivo fundamental era o desenvolvimento de relações pacíficas com as autoridades mandarínicas, com vista ao sucesso das suas actividades económicas. A presença de uma guarnição, embora salvaguardasse a soberania portuguesa, era



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

irrisória face ao poderio do império chinês e tinha como função controlar actividades de pirataria que vinham do mar. Por isso, os canhões das fortalezas do território sempre foram dirigidos para o mar e não para o continente. O modelo de poder colonial, geralmente aplicado nos territórios ultramarinos, seria impossível em Macau. Isso justifica que Boxer, ao tratar os temas do império colonial português, não tenha estendido as suas fórmulas ao enclave. Charles Boxer conhecia muito bem este particularismo histórico de Macau, não podendo, por isso, incluí-lo na sua obra *Relações Raciais no Império Português 1415-1825*.

De resto, é sabido que a posição da República Popular da China, fundada em 1949, sustentou, a partir dessa data, que Macau e Hong Kong não eram territórios coloniais, não reconhecendo os “Tratados Iníquos” a que o Império fora sujeito no século XIX pelas potências ocidentais. Embora a situação não fosse completamente idêntica para os dois territórios, uma

vez que Macau era fruto de uma ocupação comercial, tolerada desde meados do século XVI, e Hong Kong o resultado da fraqueza do Celeste Império decorrente da Guerra do Ópio, a República Popular da China não admitiu a inclusão destes territórios na Comissão de Descolonização da ONU. Para Charles Boxer, à data da publicação de *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, em 1963, em plena explosão das independências africanas e asiáticas dos ex-impérios coloniais britânico e francês, o problema da história do império colonial português em África e parte da Ásia era completamente distinto da questão de Macau.

Tanto para o historiador britânico, como para os chineses e para a ONU, o território macaense não era parte desse império e o facto de ter interpretado o seu passado histórico por um prisma diferente deveu-se precisamente à sua correcta interpretação de que a vivência sociológica do enclave deveria ser estudada noutra sede, que não a colonial. 

verificou-se a quebra de amizade entre os dois investigadores, após o termo do conflito internacional. De velhos e veementes amigos, passaram a orgulhosos e intransigentes adversários. (Dauril Alden, *Charles Boxer: An Uncommun Life: Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller*, pp. 373-380).

- 15
- 16
- 17
- “without cuts”, *ibidem*, p. 379.
- Diogo Ramada Curto, *Para que serve a História?*, p. 149.
- “A pas que temos com o Rey da China he conforme elle quer porque como esta tão desviado da Índia, e tem hum poder tão aventajado a todo o mayor que os Portugueses puderão la ajuntar em n.º de gente, nunca por mais escandalos que tivessemos delles ouve um pençamento de chegarmos a rompimento porque só com nos tolher o mantimento consumira a nossa Cidade por não aver parte nem com que os hir buscar, que posto o Reino da Cochimchina fica a distancia referida de Machão, e aly aja sempre pataxos com que se navega pera partes com tudo he só em monções, e ainda que ouverão fragatas e fustas

de remos, nunca nos está bem levantarmos guerra a China porque só cô nos neguarem o comercio ainda que alcançáramos grandes vitorias he o mayor mal que nos podem fazer, quanto mais que o vulgo desta nação são inclinadicimos a enganar que não he mais que em enganos no comprar e vender ...” – “Descrição da Cidade do Nome de D.s da China, 1635 (por António Bocarro, cronista-mor do Estado da Índia)”, in Obra Completa de Charles Ralph Boxer, Vol. II, *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*. Fac-símile da edição da Imprensa Nacional de Macau de 1942. Lisboa: Fundação Oriente, 1993, pp. 37-38.

- 18
- 19
- Celina Veiga de Oliveira, “A história e a modelação do estatuto de Macau”, *Administração - Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 19/20 (1993), pp. 9-11.
- António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, *Macau: Uma História Cultural*, p. 98.

BIBLIOGRAFIA

Alden, Dauril. *Charles Boxer: An Uncommun Life: Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001.

Aresta, António e Veiga de Oliveira, Celina. *Macau: Uma História Cultural*. Lisboa: Fundação Jorge Álvares e Editorial Inquérito, 2.ª ed., 2009.

Boxer, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992.

———. *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*, fac-símile da edição da Imprensa Nacional de Macau de 1942, Obra Completa de Charles Ralph Boxer, Vol. II. Lisboa: Fundação Oriente, 1993.

———. *O Senado da Câmara de Macau*, nota de apresentação de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira. Edição trilingue (português-chinês-inglês). Macau: Leal Senado de Macau, 1997.

———. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977.



Curto, Diogo Ramada. *Para Que Serve a História?* Lisboa: Edições Tinta da China, 2013.

Freyre, Gilberto. *O Mundo Que o Português Criou. Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1940.

———. *O Luso e o Trópico. Sugestões em torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: O Luso-Tropical*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol IV. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

Jesus, C. A. Montalto de. *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990.

Pereira, Francisco Gonçalves. *Accommodating Diversity: The People's Republic of China and the 'Question of Macao' (1949-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2013.

NOTAS

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- “Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique”, *Relações Raciais do Império Colonial Português 1415-1825*, p. 7.
- Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou. Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas*, p. 42.
- Ibidem*, p. 42.
- Ibidem*, p. 43.
- Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico. Sugestões em torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: O Luso-Tropical*, p. 282.
- Magnus Mörner, historiador sueco (1924-2012), que dedicou grande parte da sua vida aos estudos latino-americanos, tendo sido director do Instituto de Estudos Latino-Americanos de Estocolmo.
- C. R. Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, p. 129.
- Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. IV, cap. 9 “O mercado da mão-de-obra e os escravos”, p. 151.
- “Salazar Says”, Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, 1962, p. 6., citado por Boxer in *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, p. 7.
- O Império Marítimo Português 1415-1825*, p. 245.
- Ibidem*, p. 245.
- Ibidem*, p. 12.
- Ibidem*, p. 16.
- Nesta biografia, Dauril Alden relatou circunstanciadamente décadas de convívio e de franca colaboração entre Charles Boxer e Armando Cortesão. Este publicara os primeiros ensaios históricos de Boxer e consultara-o durante a preparação do seu trabalho *Cartografia e*

Cartógrafos Portugueses, oferecendo-lhe posteriormente um exemplar autografado (1935). Durante o exílio em Londres, por razões políticas, Armando Cortesão descobriu com Charles Boxer, na Biblioteca do British Museum, o manuscrito do cronista seiscentista António Bocarro sobre o Estado da Índia (compilado entre 1634 e 1646 e revisto por Pedro de Barreto de Resende). Percebendo a importância histórica do manuscrito, reuniram apoios para a sua publicação, projecto que não veio a ter sucesso. Mas Cortesão fez uma transcrição completa do documento, fornecendo uma cópia a Boxer. [Este documento, que inclui uma descrição de Macau, está publicado em Obra Completa de Charles Ralph Boxer, Vol. II, *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*]. Preocupado com a situação financeira do amigo, Boxer desenvolveu esforços com a British Society for the Protection of Science and Learning – organização que providenciava assistência financeira a refugiados académicos – para que Cortesão fosse contratado pelo Museu Marítimo de Greenwich, o que não conseguiu. De regresso a Hong Kong, em 1936, o historiador britânico pediu ao Governo de Macau para que Cortesão, sem o conhecimento das autoridades de Lisboa, passasse a transcrever documentos históricos portugueses do *British Museum*, assegurando-se, assim, algum apoio financeiro ao exilado político. Armando Cortesão veio a descobrir outro documento fundamental para a História dos Portugueses no Oriente, a *Suma Oriental*, de Tomé Pires, um verdadeiro tratado de geografia das relações económicas, políticas, sociais e antropológicas dos povos do Extremo Oriente. Mas o eclodir da 2.ª Guerra Mundial na Europa impediu a publicação da obra, que só veio a lume em 1945. No Extremo Oriente, a invasão de Hong Kong pelo exército nipónico foi um tempo duro para Charles Boxer, ferido e preso num campo de concentração japonês. Em circunstâncias não totalmente esclarecidas,

Local History as Global History? Weakness and Resilience of Early Modern Self-organised Portuguese Commercial Communities

The Case of Macao in the 16th and 17th Centuries

AMÂNDIO JORGE MORAIS BARROS*

FOREWORD

Recently, scholars move their attention to the role performed both by informal trade and commerce companies and individual agents in the construction of European commercial dynamics in the pre-existing circuits of the Asian worlds.

Charles R. Boxer opened the path to this kind of approach by examining the role of the Portuguese communities in Asia and Southeast Asia. In some of his books, such as *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*,¹ or *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*,² Boxer reviewed the presence and strategies of the Portuguese in that

part of the world in the 16th and 17th centuries, and paved the way to new studies.

This paper addresses the subject of Portuguese self-organised commercial communities by reassessing their role through specific examples of merchants established in Macao and Southeast Asian ports. By examining documentation both from Portuguese and Spanish archives (these ones giving a brand new and more insightful view of the merchant’ schemes), mainly concerning the trade between Macao and Japan, it is my purpose to explain the apparent contradiction in this papers’ title. Frequently acting in the porous political margins of the ‘states’ and empires, away from the direct control of the Portuguese, Spanish, Chinese and Japanese officials, these communities and agents were vulnerable to their interferences, and at the mercy of political, economic, religious and military hazards, that may put in risk their own existence. It is in the response they found to face these menaces that we must recognise their flexibility and capacity to endure and thrive.

Methodologically, I’ll present archive documentation – mainly from the Spanish archives – and the inquiry that frames the research, I’ll identify the communities and agents under scrutiny, the threats they faced and the reports they wrote, the solutions they found and, finally, the results they achieved.

1. SOUTHEAST ASIA, GLOBALISATION AND GLOBAL HISTORY

The subject analysed in this study only recently caught the attention of historians, but they swiftly estimated it as decisive in the history of the Early Modern world: the role of self-organised commercial communities settled in the territorial margins of ‘states’ and territories, moving in and out of their frontiers disregarding political boundaries, and how these communities and their informal, economic, social, political and cultural networks were at the forefront of a globalisation process that took place between the 15th and 18th centuries. In this regard, the article seeks to demonstrate how a theme of ‘local’ history, in the sense that a specific region, yet very extensive, may have global or, at least, transnational impact. It intends above all, to show how maritime and commercial relations were instrumental in the establishment of movements with consequence; departing from a local and regional basis these transactions became global as soon as certain agents assumed a decisive role in carrying goods, people, ideas and civilisational experiences outward from that space, or turning it into a point of attraction and centrality. Characters in this process have been Asians (mainly Chinese, Japanese, Philippine, Malaysian) and European (Portuguese and Castilian, because in this story the Dutch are left out and only appear as challengers).³ It is my intention to highlight, among the European, two groups that I find more supranational than anything else, and have been influential on this system’s functioning: on the one hand the Jesuits and on the other hand the New Christians. However, and generally speaking, each of these groups performed a major role in the development and affirmation of these cross-cultural dealings; therefore, and although based in European data, this article will recognise Asian and European as equal players of a complex and long game, and by assessing the way they acted, as well as of the impacts resultant from strategies of affirmation (spiritual, political and economic in the case of the Jesuits; economic and conceivably religious in the case of New Christians), I intend to avoid Eurocentric or Eurasiancentric tendencies and prejudices that so far have dominated in historical analysis.

By examining these agents’ action we come across valuable data to evaluate at what levels interactions and transfers were realised. If the seas and oceans, and the

overall structure of the communities worked as means of communication and encounter, though sometimes have lifted up barriers which prevented them, the way these exchanges ‘contaminated’ far between societies for good, changing their lifestyle habits, leads me to reinterpret the concept of *Great Divergence*, in line with the Jan de Vries industrious revolution, albeit moving its chronology to the 16th century and by introducing new characters in the process.⁴

Even though the study of the consequences of these contacts and transfers addresses the deep changes that arose in Europe’s consumption habits,⁵ is no less important to raise the question of these Southeast Asian convergences and divergences impacts. If Europeans found there a world of long-time connections in which, at times, they found it difficult to enter, or not entered at all, it is also true that Asians were also obliged (by their own will or by imposition) to adapt to the new rhythms and demands of their newcomers partners. Besides, we must keep in mind that numerous operations carried out by the Europeans were directed and had exclusive meaning for the region itself, not only when they acted as middlemen between Asian trading parties, but because many of them chose to settle there forever, becoming locals, and participants in the Asian’s destinies.

Thus, albeit indirectly for it is not my purpose to go down that route, these considerations reflect on globalization in history, much debated nowadays or, to be cautious about the transnational nature of history; moreover, whether there are significant differences between the ‘global’ history we wish to write and the history that others before us have written, as was the case Charles R. Boxer, evoked in this publication.

2. MACAO, A MERCHANT COMMUNITY LEFT TO ITS FAITH

This study’s starting point is the situation experienced in Macao in 1639, reported in two letters sent to the Crown. Far away from Madrid (and Lisbon), and in desperation, Senate Chamber’s men and the clergy of the city of the *Nome de Deus de Macau* (city of the Name of God of Macao) addressed Philip III of Portugal asking him for help although they probably knew their efforts would come to nothing. In these documents, in which there are data to supplement the Japan route accounts composed by Charles Boxer, the

* Graduate in History from Oporto University’s Faculty of Arts. Professor at the School of Education of Porto is postdoctoral graduate by the universities of Oporto and Valladolid. At present he is researcher of CITCEM-UP (Center for Transdisciplinary Research, Culture, Space and Memory) and full member of the National Navy Academy. Specialised in the areas of Social and Economic History and Maritime History. His publications have focused on these history fields, as well as in the history of Oporto and Douro Valley Region, and mainly in the History of Portuguese Overseas Expansion.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor da Escola Superior de Educação do Porto, é pós-doutorado pelas universidades do Porto e de Valladolid, investigador do CITCEM-UP (Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória) e membro efectivo da Academia de Marinha. Especializou-se nas áreas da História Social e Económica e em História Marítima. As suas publicações têm incidido nestes domínios, assim como nos da História da cidade do Porto, do Douro e da Expansão.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Macanese elites complained of the problems caused by Jesuit missionaries in Japan, whom, contrary to the orders of the authorities persisted in their evangelisation work, which had been systematically banned since late 16th century. The outcome was what was expected or even worse-than-expected: an expulsion order was given to all the Portuguese and they have been threatened with severe punishment if returned; and they were complied with: more than one time, ambassadors sent by Macao were arrested, and hostages and diplomats carrying the burden of remedying the problem provoked by the missionaries attendance were summary executed.

The preacher's actions were the near motive for the Japanese harassments against the Portuguese. However, the Jesuits mission had a much deeper scope, as we shall see. But the first impression we get from the Macao's laments is that we are faced with an extremely vulnerable community and as titled above, delivered to its faith.

First of all, due to the great distance both from Portugal and the *Estado da Índia* (State of India) under which the city was administrated. Closer to Castilian overseas domains – and this could be, and was, an advantage for their projects and commercial ventures – Macao had to adjust to the complexity of routes and surrounding circuits which the Portuguese crown never managed to cover much less control and protect. This appears to be usual in the first global world: with exceptions, control of overseas trade by the central authorities was constantly precarious, paved the way to individual and particular initiatives and ventures; that was the case of the Macao-Goa relation in which the latest never seemed to be able to solve the problems that have affected this 'forgotten part' of its domains.

Besides geographical distance, since the late years of the 16th century attention to these territories notably resented of the State of India's internal strife, lost in uninterrupted wars, undermined by its officials incompetence, elites' ambition and confrontation. The time was of decay and corruption, intrigue and scandal, political agendas, and widespread speculation where everything had a price, disguising personal interests with Crown's taxation. Thus, this plot crippled authority, administrative and economic systems' functioning, and had consequences in the remotest parts of Asia, instigating ports and merchants to devise their own ventures and to use their own means to survive and eventually succeed, as it happened with Macao.

Those were days of governing intermittency, of growing difficulties to oversee navigation in all sea passages despite Viceroy's and Governor's efforts in the organisation of annual armadas to the Straits of Sunda, Malacca, Singapore, in order to patrol all routes that linked this complex and complicated geography. Troubles intensified after the Dutch's arrival, pouncing Portuguese strategic settling points and then developing their own control models; Dutch maritime supremacy affected Portuguese mastery over seafaring deeds, routes and trading posts, and thereby exacerbated the isolation to which were voted various communities scattered through the Asian seas.

Still in the 16th century, Japan appeared as a godsend to the Portuguese who, from the outset of their overseas expansion, sought to get coinable metals to finance their trades. Silver and gold shortage was more acute in East Asia, 'a meeting point of a world of cheap silver and a world of expensive silver'.⁶ Simultaneously jealous in guarding its most lucrative trades, but open to exchange and cross-cultural experiences, this cosmopolitan world was met by the Portuguese thanks to the guidance of Chinese and Japanese pilots; very soon they recognised the basic mechanisms of social and commercial interaction, in a process celebrated by the Discoveries' chronicles and confirmed by the archival documentation.

The (simplified) explanation for the Portuguese success as middlemen in the dealings between China and Japan is well known: relations amid the two states were officially cut off in consequence of both Japanese piracy and China's protectionist policies; the Portuguese exploited this state of affairs to take over as mediators with benefits; on the other hand, they earned with the reasonable value ratio between the Chinese gold and the Japanese silver, which facilitated cross-border trade and investment; finally, the preference of Japanese consumers for the Chinese silk also carried out in Portuguese ships was cause for additional profit.

The Macao-Japan trade composition was far more complex: obviously silver circulated, but also the gold, although this was more an import product than export as was the first. In Japan the Portuguese also traded weapons (swords and spears, until Japanese authorities banned its exportation in 1621), in a broader process of military knowledge circulation referred by Bêbio Amaro;⁷ the Japanese copper also played an significant role in the Portuguese transactions, mainly at the peak



Macao, a port and a tradesmen city in the 16th and 17th centuries. Note the galleons anchored in this Theodore de Bry's picture (1598).

of labour of the cannon foundries, especially the one ran by the famous Manuel Tavares Bocarro (1627-1650). Finally, lacquers and gilded veneer screens were also part of a luxurious trade demanded by the European elites.

A document of 1633 unveils a few more goods of this China-Japan dealings, not hiding they were essential commodities for this Asian-Iberian merchant economy: '*Este gobierno y la conservacion de sus Provincias consiste en que el comercio de la Gran China y Japon com ellas corriente, y principalmente el del Japon que en rigor es mas considerable assi por vezino poderoso como por que de aquel Reyno solian traer muchos géneros de que se carece, como son hierro, cobre, plomo, salitre, arina, tozino, legumbres, drogas y plata que a Vuestra Magestad cuesta mucho hazienda averlos de proveer de Nueva España*'.⁸ Sporadically former Korean prisoners

turned into slaves were also traded to fill the strong slave demand by the Portuguese in the East; but pretty soon that practice was countered both by the Jesuits as by Goa officials, and then abolished.⁹

About African slaves, mentioned in the Appendix's document 1, and to which I shall come back, there is data to consider. Slaves were documented in Macao and China, and many circulated through multiple slavery routes managed by the Portuguese. I remember the words of the late José Capela stating that even in the 19th century there was a lot yet to know and study about the slave deals between Goa and India and as we know the 16th century Portuguese extended *India* between the Cape of Good Hope and Japan. If the State of India letters provide evidence of a Mozambique slave supply, with some specificity

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

– women, for example, did not seem to please the buyers who thought them *lazy at work* – documents from China offer even more to think about it by noticing the involvement of Macanese agents in the Angola slave trade. Not surprisingly, however. Similar to entrepreneurship behaviour in the margins of the political states boundaries (and also beyond the legal limitations they imposed) and, most of all to how they adapted to circumstances, Macao's merchants expanded their business with slave trade, and when they found themselves struggling with the Japan trade crisis they became 'front-men' of Chinese, Indian and even Japanese merchant firms, as Boxer wrote.

In addition to this movement in the margins, associative forms, and co-operative strategies, one of enormous consequence had to be added: Manila. Destiny of the galleon from Acapulco, since the foundation (1571) Manila became the third vertex of a recognisably active triangle linking Macao and Malacca, until then the dynamic axis of the Portuguese trade with China; valuable prolongations to Goa, through the Straits routes, Japan and of course the Spanish Indies mostly enhanced trade. Ultimately, Manila came to organise this area, this world of silver, and worked as a decoy for Southeast Asian ships and merchants. Not coincidentally, the galleon dispatched from Acapulco every year was often called the *ship of China*.¹⁰

Moreover, the Portuguese deployment in this large and busy area took advantage of the existing transnational market and profited from the intermediation model they'd follow. Macanese businessmen, in association with Chinese commercial entities, quickly became key-players in Japan, Siam, Cambodia, and Hainan¹¹ trade where small Christian communities existed. Historical data seem to confirm that business with those regions rapidly came to dominate the traders' activity and vital to its prosperity; although placing the emphasis on the survival of Catholic religious in Southeast Asia, documents published in the Appendix give proof of that.

There is still much to find out about these regions involvement in long-distance trade and global connections, but they seem to emerge while the Iberians structured their field of activity. This looks as a logical consequence of the fact that Portuguese and Spaniards, through the *Great Ship of Amacao*, the Manila Galleon, and several other private ships owned in partnerships, have worked essentially as a huge and

active commercial enterprise that could not fail to touch, and influence the rhythms of these markedly commercial territories.

3. MACAO'S WEAKNESSES

The examination of Macao's weaknesses, which were similar to the ones of other Portuguese groups scattered throughout the Empire, has been initiated in the previous section. Through the analysis of the *great ship* voyages organisation we come to find out more about the Macao-Japan trading relationship hazards, as the commercial expeditions supported the traders' prosperity.

The travel arrangements scheme was generally corrupt, mostly external to the mercantile community and often placed out of its reach the Macanese consortia disturbing its commercial ventures; let us specify a little further. Any nobleman who claimed he had performed meritorious service to the Crown or fought for her in any fortress or military post in the East wanted to be rewarded with a ship's concession – a *viagem*. There were various *voyages* to several Asian maritime destinies and they meant great profit to the awarded and the contractors. Of all the voyages the Portuguese fared in Asia, the ones to China and Japan were the most desired; the latter was the most wanted in Macao. However, the Japan voyage was in the hands of Major-Captain (*capitão-mor*), appointed by the Crown or by the Goa Viceroy. Being the most influential concessionary, and driven by dark interests (or too clear ones), the Major-Captain ceased the honourable concessions and instead decided to auction the voyages to collect the profits; he quickly became the most important figure in the city, but also attracted the greatest enmity of the city's traders, to the extent of requesting the Viceroy his replacement. 'In 1623 a General-Captain (*capitão-geral*) was appointed as Macao governor, and from this date the Captain-Major of the Japan voyage never exercised jurisdiction on land; however, the citizens of the City of the Name of God in China soon realised that they had not earned anything with the exchange. So, they went back to its previous position, but it was too late, and the authority of the Major-Captain was henceforth limited to vessels

The Nanban black and great ship of Amacao.
Detail of a Japanese nanban screen, late 16th-century/early 17th-century.



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

and control of the Portuguese merchant community in Nagasaki’.¹² Invested in these new functions he acted as a high-rank Portuguese administration servant, a kind of overseer/ambassador, like the one the Crown had in Antwerp; he was highly regarded in Japan and recognised as *daimyo*, he supervised their fellow countrymen behaviour, exercised justice (offenders, debtors and defaulters, Portuguese and European, were delivered to him by the Japanese authorities to be trialled) and, from 1614 onwards, he was supposed to prevent the Jesuits missionaries and Christian religious entry in Japan.¹³ These data raised a pertinent reflection: from an early stage, the Portuguese Crown took charge of the commercial agency, even assuming commercial management as one of its key-functions. Maybe without the necessary skills to effectively intervene in the economy, yet undeniably competing with traders and placing them before challenges that only with much effort and difficulty they would overcome, and in many occasions they did not.

I mentioned the administrative disturbances from Goa, as well as the clear difficulties of the central power intervention in Southeast Asia, from Madrid and Lisbon; but there were those who withdrew advantages of this ‘disorder’. Who? An also mentioned organised group with a political agenda; not the religious hierarchy that united much of its faith to the faith of the Crown and its officials, and too entangle in the same processes of intrigue and power struggle,¹⁴ but a religious congregation that, since the 16th century, activated a political, spiritual and cultural programme, and, moreover, was well aware of how to affirm itself thanks to the superior culture of its members, resources, influence, organisational capacity and internal cohesion: the Jesuits. In the very first letters sent by the priests who first touched Japan unveil a great eagerness in information collection about geography, habits, social and political organisation, economic practices, and the ways in which they could, and should, intervene, always in an edifying tone, but perfectly oriented.¹⁵

Yet this represents an additional fragility of the Macao’s community regarding its contacts with Japan, and the core discussion in the present work; ironically, this started out as an advantage for the Macanese agents (whom were in charge of the missionaries transportation to Japan) because they saw in the Jesuits’ ability to penetrate in the Japanese commercial communities, in the speed with which they communicate and recognise

trading social processes, values to be explored in their benefit; but where at the beginning they perceived advantages, in a short while they were transformed into problems, aggravated with the deep animosity developed by the Japanese authorities towards the Jesuit missionary.

Historiography explains the Japanese brawl against the Portuguese with their struggle against Jesuit missions. But we must go a little further and perceive, behind the religious issues, matters of a different nature: economic, for instance, and very sensitive ones. The subject is rather complex and can hardly be fully clarified. It has to do with the Jesuits interference in business and trade. This is not exactly a novelty, but for example when Charles Boxer addresses this question he ‘only’ considers the Jesuits’ role as middlemen/traders and silk traders. We now know a bit more: for instance, that they played a major role in finance, involved in highly lucrative and speculative credit operations in silver trade, through ‘*respondência*’ with Japanese bankers and Portuguese businessmen.¹⁶ Two facts can therefore be invoked to elucidate a bit more the irreversible setbacks imposed by the Japanese. First, the borrowers’ constant crashes, unable to bear the highly speculative interest rates; those bankruptcies raised to unsustainable levels the Portuguese debt that became unpayable. Second, the Japanese wished to eliminate a powerful and dangerous economic adversary; in fact, Jesuits were penetrating in influent layers of the Japanese society and potentially challenging the feudal system and even the unification of the state, in progress since the last quarter of the 16th century.¹⁷

4. MACAO AND THE STRENGTH OF A MERCANTILE COMMUNITY

Macao’s regional influence, the private initiative of its residents, and their organisation, gave the city the strengths to resist when challenged by adversaries whom, at that time, systematically expelled the Portuguese (and the Castilian) out of some key positions of their domains. As specific examples, we have the unsuccessfully English siege and port blockage in June 1622, and the great and celebrated event of the victory over the Dutch, even if it happened by work of pure chance, or Saint John’s miracle.

Delivered to their fate, as in those military events, the strength of Macao community is described by Luís



Busy Manila, a cross-cultural seaport in the Early Modern Age (Museo de Arte Jose Luis Bello, Puebla, Mexico).

Filipe Barreto in these terms: ‘official State of India apparatus’ wishes and projects, opposite to the wealth of Macao’s. Political and centralist Goa threatens the founding axis Macao-Canton. Residents and Macao Senate struggles and conflicts against Portuguese Crown official powers on behalf of a local autonomy based on the uniqueness of the Portuguese and Chinese consortium’,¹⁸ remain as the clearest response to the central government interventionist desires.

Strength of the Macao community proved in the systematically adoption of an existing practice: the Portuguese ships from this port converted into pirates, or patrollers in the region, with the aim of counteracting competition of any kind. As soon as in 1588 (March 1) Friar Francisco Manrique, a well-informed Spaniard prior of the Saint Augustine convent of Macao, denounced the Portuguese attempts to prevent the direct Japanese navigation towards Manila.¹⁹

Still in the maritime domain, from the last quarter of the 16th century and especially in the 1630s (expecting troubles in Japanese trade) the Portuguese ship’s dominant mission was to compensate the traffic disruption in Nagasaki and other Japanese ports with deeper control of the Manila trade, for which they had to challenge Chinese seafarers. In 1588 Bartolomeu Vaz Landeiro, a Macao neighbour ‘*quien viaja mucho entre esos reinos* [of China and Japan]’, typified the

Portuguese shipowners regularly seen in Chinese ports and specifically in Canton, servicing and chartering their ships; very competitive, they prevented both the Castilian attendance in the Canton ‘fair’ as the Chinese shipping to Manila.²⁰ After 1613, when they noticed the Japanese ruler eased restrictions on Chinese direct trade with Japan attracting to his ports 60 to 80 Chinese junks every year,²¹ and when they found themselves chased away for good from the same Japanese ports, they managed to reduce the junks’ traffic to Manila. Acting like that Portuguese sought to balance losses on one side (Japan), with gains on the other (Philippines). On 10 November 1634, the President and the Ombudsman of the Audience of Manila were commanded by a Royal chart to conclusively prove that information sent by Juan Grau y Monfalcón, General Attorney of Manila saying the Portuguese ‘*embarazan a los sangleyes en el comercio com Filipinas para así asentarse ellos com este trato*’.²² Even worse, said the same official, the Portuguese in Macao were causing much damage to the Manila neighbours because they went to Canton to purchase merchandise ‘*y que luego vendían en Manila impidiendo que los españoles pudieran sacar beneficios de ellas, como sucedía cuando eran los chinos los que iban allí a venderlas y los españoles las negociaban para llevarlas a Nueva España. Los portugueses no las fían, las venden a precios excesivos y las envían por su cuenta a México*’.²³

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

When the Macao rulers whine their fate in the letters sent to the King, briefly characterised the town as a mercantile society. Isolated, as already said – no mail exchange with Goa and the Kingdom for more than three years – and desolated by the loss of Japan trade; populous with ‘*melhoria de sincoenta mil almas*’ between local, married (*casados*),²⁴ and merchants who temporarily frequented it according to the trade rhythms. Being that the situation was undeniably severe, those letters emphasised misfortunes, particularly when referring the ruin of the city’s wealth support: ‘*como os cabedais destes moradores são muito limitados, e esses empregados em fazendas que sô pera o mesmo Jappão servem ahy se apodrecerão, e assy ja oje morre muita gente a fome*’.²⁵

Despite these lamentations they were experienced merchants aware of business setbacks. And they knew they had to look for valuable alternatives; in the meantime, they did not hesitate to resort to the assistance of a power – the Crown – they were used to often conflict and deceive in many ways.²⁶

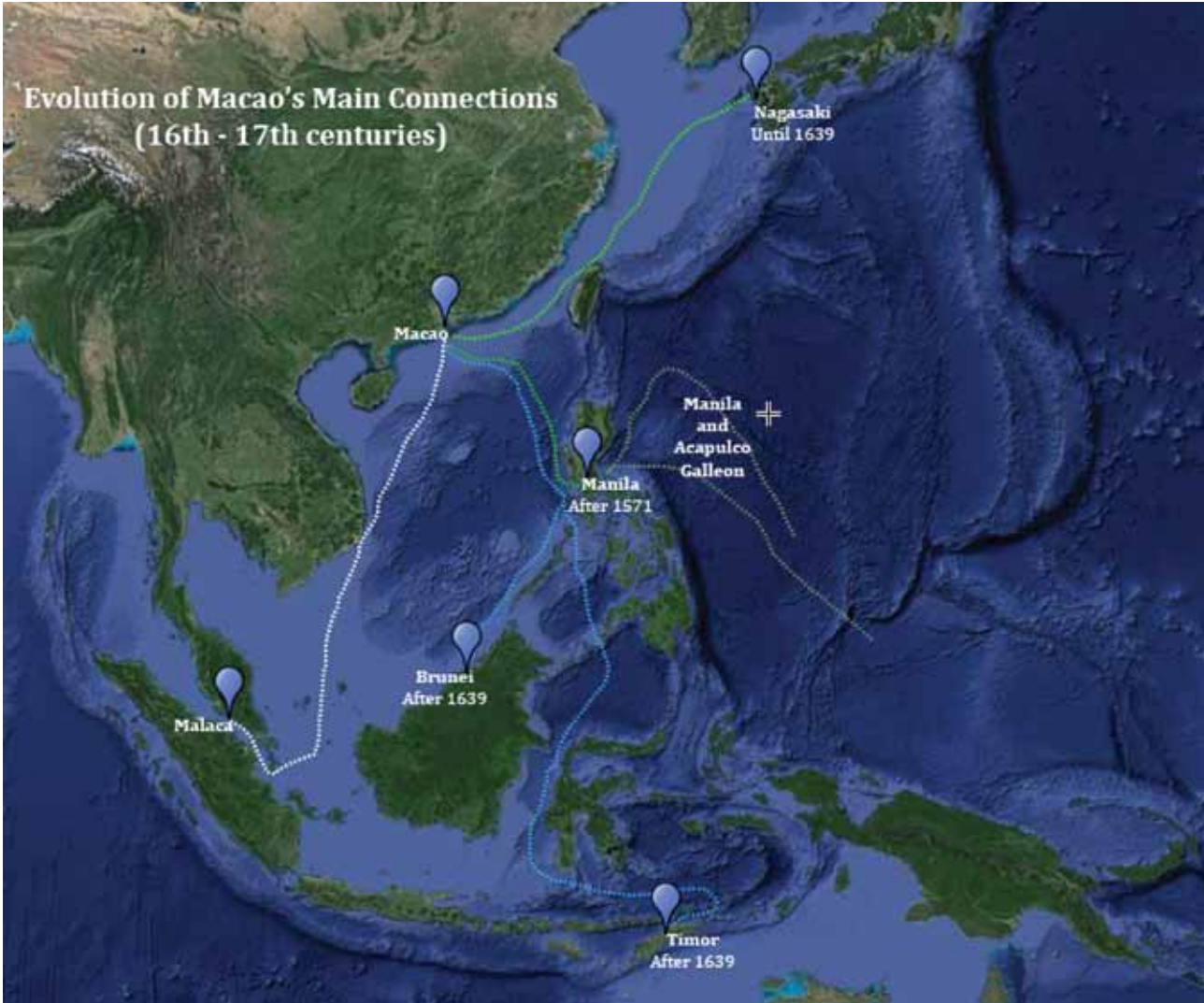
In the first place, Macao traders asked the King’s permission to organise slave trade expeditions to the West African coast (Angola), which is mostly unknown in the current historiography: ‘*a Ell Rey nosso senhor temos avizado e lhe pedimos seja servido mandarnos conceder hua embarcação desta cidade pera o Reino e outra pera Angola pera com isso se não vir a largar esta praça*’.²⁷

In the second place, although not mentioned in the letters but insistently referred elsewhere, was a well succeeded attempt of penetration in Castilian Asian domains, more specifically in Borneo. Recent study says that ‘well aware of Borneo Sultanate detached role in regional trade routes, the Spaniards from Philippines immediately eye-pointed its expansionist actions and zone control in its direction’, achieving to dominated it in the last quarter of the 16th century;²⁸ however the Portuguese – again comfortable with associative and co-operative strategies with Spanish agents, which guaranteed them the required licenses to operate in the area without any major problem – managed to heavily participate in the trade with the Sultanate, as can be proved by the 1636 complaints against their presence.²⁹

But the Macao rulers, spokesmen of the shipping community they ran, went further: ambitious merchants in need, they wanted, and managed to

strongly insinuate themselves in the attractive Castilian *Carrera de Índias* from Manila, and put many of their commercial ventures in the hands of their Spanish associates and at the risk of Spanish Crown bans and confiscations, to whom, of course, they addressed: ‘*e juntamente seja servido mandar desembargar o trato do Perû pera que as fazendas desta cidade possão ter comunicação com essa e com esta sahida se possão conservar estas duas Republicas*’.³⁰ Thoroughly preparing the ground by seizing a big portion of the Philippines-China trade, as mentioned above, then playing up their trump cards as strong agents in the Philippine market networking with Castilian officials and traders by using all the mechanisms of trade networks to establish and thrive. 10 October 1632: to the Spanish Indies council arrived several documents allegedly intended to protect Filipino merchants’ business. The first referred an agreement approved in the Manila Secular Church Chapter affirming the trade monopoly in the islands, breached by Mexican merchants whom in recent years, were sending capitals and overseers to the Philippines and set themselves in accordance with shipmasters and sailors hoarding cargoes to be traded in the Indies; accordingly, a 11 January 1593 Royal chart assuring Manila neighbours the trade monopoly and specifically preventing New Spain neighbours to do so (which meant they did), was copied and sent. The third document came in the wake of this controversy: it is dated from Manila, 11 October 1632, ordering an enquiry to determine who Mexican traders were involved in this business. The fourth clears over the issue; dated 22 October of the same year, requested the Manila Bishop to deny absolution to all the people in town associated with Mexican dealers and to impose ecclesiastical penalties to whom shipped their commodities, especially the Mexican and Macanese merchants. The last, dated 8 November 1632, is a Manila town council agreement asking the same Bishop new and more serious reproaches to the same traders.³¹

Over these documents stands a feeling of strength and initiative, identical to the strength and endeavours of other Portuguese overseas communities: for the most part, that strength came from the action of individual agents, tradesmen and navigation technicians who could move like no one in the intricacies of ports, trade, and business, regardless partnerships or rivalries. Among the seamen, the Great Ship Amacau pilot was



at the frontline. He was always Portuguese, the solely responsible for the navigation manoeuvre, influential in the cargo distribution and the crew contractor. He used the power he had aboard in his own benefit and too for his partners’ benefit but there’s still a lot to know about these connections.

So far, Early Modern trade schemes expose merchants as promoters and responsible for these connections. As for the present research, the Macanese merchants rely in the New Christians’ networks that seemed to be key-elements in this 16th and 17th centuries’ business narrative both in Europe and throughout overseas empires. Through family, confessional, and cultural ties, which not prevented trans-national coalitions they were influential thanks

to their commercial networks, present in all ports and reference markets. Apart from the vast literature, a 1645 Portuguese account confirms the networks’ impact in Macao, showing, on the other hand, a last and formidable menace hovering over these communities’ heads: the Inquisition, the ultimate weapon used by rivals and the government officials to counteract this trend. The Inquisition process against Pêro Henriques de Guevara, a New-Christian from Torre de Moncorvo (a Northern Portuguese village famous by its crypto-Jewish merchants’ community) tried in the Holy Office Court of Lisbon, reports the existence of and performance of New-Christian networks in Macao and Manila, and, like in many other ports, supported by the clergy.³²

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

CONCLUSION

In the preceding pages we followed a merchant’s community which grew accustomed, since its foundation, to manage its destiny and that, in the 1630s, was caught in a deadlock caused by the impending loss of one of its richest trades. This episode allows us to identify Asian ports’ agents moving across political borders, and transforming the concept, enabling ‘new’ territories to emerge, transforming the notion of space and trade community, direct and indirectly contacting and adapting to different realities. Groups who also saw suffered threats to their own existence and often had to rely on their own resources and wits to survive and in the process became stronger, paving the way for new organisational economic, social and cultural models.

Returning to the initially question of this study, and offering an additional concept to reflect upon, globalization consists of what is understandable by people and agents in and of different worlds. The commercial practice described in this study, extended to different areas, made of widespread exchanges, experiences and adaptations, was undeniably understood by all participants.

In this sense, it is also important to stress the fact that this process greatly contributed to our understanding of ports and merchants’ first steps towards globalisation, which in history, is still far from being studied and clarified, and this thanks to the intervention of two Southeast Asian port-cities: Macao and Manila.

For merchants and networks Macao acted as base, meeting point and departing point of maritime routes that linked trading key points, such as Malacca, Nagasaki and Manila. At its limit, commodities were sent to Lisbon, from where the Crown administrated the Oriental trade. But this was just a small part of this world of business; the lion’s share was in Southeast Asia, in every port and harbour of the Straits, India, China, Japan, the Philippines, and elsewhere, where the Portuguese intervened as equal, assuming themselves as local agents and, whenever possible, on the fringes and outside the official schemes of Portuguese Crown trade.

By virtue of the Portuguese and the Portuguese ships, many and diverse areas began to contact and linked as a result of their commercial transactions. This kind of involvement contrasts with the Castilian Caribbean, traditionally defined as ‘closed’ to external navigation by virtue of the Spanish authorities restrictions, although this remains to be fully proved. In Southeast Asia, in essence dealings were organised and managed by Portuguese merchants, as seen in the cases of Goa-Japan-Manila, and Ormuz-Goa routes and the immense circuits where they participated, more or less freely and autonomously.

‘Born with a silver spoon’, Manila turned the Philippines into the cradle of globalization,³³ but only because many factors converged to it, including some mentioned in this study. So I have no doubt in saying that this first global age was due to merchants; to the itinerant men of ports and networks, Iberian and Asian, and their partners, who developed a settlement and affirmation model different of the one later developed by the Dutch and English, guideline by some kind of imperialist intervention.³⁴

With Manila there was a meeting of wills. As recently shown by Picazo Muntaner, the Castilians of Manila suffered from similar constraints to those imposed on the Portuguese in Macao: growing interventionism of the Crown, which led to the adoption of ‘escape’ strategies and devices to circumvent limitations, resulting, in most cases, in smuggling practices or in partnerships with agents familiar to all ports and areas. The Spanish had to overcome an additional and serious obstacle of social order and even of social prejudice, namely when officers of noble extraction decided to involve themselves in trade and business, which was in contradiction with the Spanish Ancient Regime social behaviour standards.³⁵

As a closing remark, the existence of this first globalisation is proved by the fact that the practices involved clearly contradict the traditional idea of closed worlds: the Atlantic, Indian and the Pacific worlds. On the contrary, these movements generated in ports through their networks linked, interconnected the different systems: Atlantic, Indian and Pacific. Suddenly, the world became small. 

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

DOCUMENTAL APPENDIX

DOCUMENT 1

1639. December. 3. Macao³⁶
Letter addressed to the King Philippe the 3th of Portugal and signed by some Macao’s neighbours, about the cut of relations with the Portuguese decided by the ‘King’ of Japan; as the trade ceased, in consequence, the city risks to no longer exists because commerce with Japan is the principal reason why the city thrives. They proposed and ask for an agreement with the Spaniards in order to be authorised to participate in the Spanish Indies trade as compensation for that loss; they mention the ‘King’ of Japan’s sentence and say that it is translated in this letter, which is not.
Archivo General de Indias (AGI), Filipinas, 41, N.64 – 3

Senhor
Damos conta a Vossa Magestade de como este anno nos despedio El Rey de Jappão pera que não tivéssemos mais este trato com elle nem tornacemos a seu Reino com as penas referidas na sentença que nos mandou cujo treslado vay com esta E como sem este comercio se não pode conservar esta cidade fica exposta não sô a se não conservar, respeito de se não poderem sustentar seus moradores mas tão bem receoza de que o enemigo de Europa reine sobre ella por ficar com este trato que tantos annos hã pretende; o que tudo foy ocasionado de tres Religiosos que avião prezos com o que se erriou tanto no odio que a nossa Sancta Fê tem, e as amoestações que todos os annos nos fazião com o que se vierão a resolver desta maneira;

Partirão pera aquelle Reino coatro navios de viagem, de que hos dous lâ chegarão e hum dos de companhia se perdeo, e o outro aribou destroçado, chegados os dous mandarão desembarcar a gente sem lhes consentirem levarem outra couza algua mais que o que sobre seus corpos tinhão, e depois de estarem em terra lhes foy notificada a sentença que vos dizemos, a qual mandarão a esta cidade, e logo tornarão a lançar os navios pella barra fora sem consentirem tyrarce delles nem as cartas que pera os do seu governo hião como hê costume, nem deixarem vender valia de hum sô real, nem ainda pera sustento da mesma gente emquanto lâ estiveram; antes não quizerão receber as fazendas de seus naturais que nos mesmos navios hião com lhas offerecerem os Portuguezes, dizendo que nem o que era seu querião de nos que tal hê o odio que nos tem tomado.

Com este sucesso fica esta cidade em estado que não sabemos se se poderá conservar athe ser El Rey nosso senhor avizado por que os
[verso]

que não são cazados se vão e desemparão a terra, e os que o são farão o mesmo por se não poderem sustentar, por quanto mayor mal foy tornarem as fazendas por vender, de que a quebra do mesmo comercio, por que como os cabedais destes moradores são muito limitados, e esses empregados em fazendas que sô pera o mesmo Jappão servem ahy se apoderearão (*sic*), e assy ja oje morre muita gente a fome, e outros se passam pera os Infieis não atentando o que devem a suas almas por verem o estado em que estamos pois hê tal que não hã filho que a seu pay possa ser bom, nem o pay ao filho Estes naturais que entre nos vivião, vendonos neste estado se forão e nos desemparão.

Neste estado fica esta cidade sem sabermos o quanto se poderá conservar e presto temos avizado ao Vice Rey da India estã elle em estado e pello impedimento dos’Estreitos que em tres annos não temos cartas daquelle Estado.

A Ell Rey nosso senhor temos avizado e lhe pedimos seja servido mandarnos conceder hua embarcação desta cidade pera o Reino e outra pera Angola pera com isso se não vir a largar esta praça e juntamente seja

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

servido mandar desembargar o trato do Perù pera que as fazendas desta cidade possão ter comunicação com essa e com esta sahida se possão conservar estas duas Republicas Sirvace Vossa Magestade fazernos merce fazer a El Rey nosso senhor a mesma suplica em favor desta cidade pera que com a informação que Vossa Magestade lhe fizer sejamos providos para nossa conservação, antepondo o de quanto perjuizo será a sua Coroa e a seu real serviço assenhorearce o enemigo destes tão opulentos tratos de China e Jappão que tantos annos hã pretende, e outras muitas conciderações de seu real serviço e bem de seus vassalos.

E como ao serviço d’El Rey nosso senhor não convem que o rebelde fique com este trato, respeito que com elle se farã tão poderozo que em pouco tempo imtentara couzas muito mayores pedimos a El Rey nosso senhor se sirva mandar fazer hua suplica a Sua Sanctidade em que lhe peça mande passar um Breve com graves penas e sensuras para que nenhum Religioso passe a Jappão durante o tempo desta perciguição atentando o nenhum fruto que oje se fas nem pode fazer naquelle Reino, nem menos pode nelle entrar Religioso que logo não seja prezo, e morto sem fazer fruto algum antes ocazião de morrerem e arrenegarem muitos, e sobre tudo a grande perda, e roina que se seguirá, e aos estados d’El Rey nosso senhor fazendoce o enemigo poderozo com estes tratos alem da perda desta cidade aonde hã melhoria de sincoenta mil almas Christãs afora as Christandades destes reinos vizinhos que com a falta desta cidade tudo se acaba: Pedimos a Vossa Magestade seja servido fazernos merce de que com a concideração que dizemos emforme a El Rey nosso senhor para com sua emformação sermos providos no que pedimos, e no que mais convier a seu real serviço.

Como pera sermos avizados d’El Rey nosso senhor se hão de passar dous e tres annos, e o estado em que estamos hê tal que não sabemos se antes disso se poderá esta cidade vir a desemparrar, intentamos mandar este [recto]

anno a Jappão seis ou oito homens velhos, e de mais experiencia daquele Reino com todo o risco da sua sentença ver se nos querem ouvir e apiedar de nos pera o que pedimos a Vossa Magestade e o mesmo pedimos ao Governador destas Ilhas nos fação merce de que com junta que se faça de todos os tribunais eclesiasticos e seculares e perlados das religiões aonde vistas e concideradas as rezoins asima nos fação merce de hua obrigação assinada por todos os tribunais e mais pessoas que dizemos em que se obriguem a que não passem nem passarão Religiosos ao dito Jappão, e esta obrigação em forma que a possamos mandar a Jappão e cazo que por ella queirão ver se lha comprimos e nos pessão fiquem lâ refens com as vidas obrigadas que não sô possão ficar os tais refens, se não que tão bem possamos obrigar os navios e fazendas se lâ tornarmos, e as vidas dos que nelles forem e assym convem que com esta cautela e segurança aja de ser: Pedimos a Vossa Magestade seja servido mandar obrar nesta materia como vir mais convem ao serviço das duas Magestades Divina, e Humana antepondo as rezoins referidas por hua e outra parte. O que tudo reprezentará por esta cidade, e seu povo: Miguel de Macedo fidalgo de muitas partes e experiencia no serviço de Vossa Magestade em que ocupou lugares de muita concideração; ficamos entendendo nos não faltara Vossa Magestade com sua merce e favor a tam justas petiçoins: Deos Nosso Senhor goarde e prospere a Vossa Magestade por largos e felices annos. Macao. [noutra letra:] Sobescrita per mim Simão Vas de Pavia (?) cavaleiro fidalgo alferes escrivão da Camara desta cidade do Nome de Deos na China em 3 de Dezenbro de 1639.

[signatures: Manoel Galvão de Sa, Diogo Enrique de Lousada, Francisco Botelho, Manoel de Figueira (?), Jeronimo (?) Silveira (?) de Campos]

[verso]

carta de Macao

Santo Nombre de Dios. A Vuestra Magestad 3 de Dexiembre 1639

Algunos vezinos de la ciudad de Macao

DOCUMENT 2

1639. November. 11. Macao

Letter sent by some Macao’s clergy personalities about the passage of Jesuits missionaries to Japan which they condemned and ask not to be continued. João Pereira, governor of the China’s Bishopric, António de São Domingos, vicar of Saint Dominic’s convent, João de Jesus, prior of Saint Augustine’s convent, António Ribeiro, visitor of the Jesuit Order (Company of Jesus), and Bento de Cristo, guardian of the Saint Francis’s convent, in connection with the Macao’s City Hall, refer the attacks they suffer in Japan by the local authorities in retaliation against the Jesuit’s insistence in their mission work, and consider that it is not convenient to allow them to continue to pass there. They also warn that trade between Macao and Japan had broken up and the danger represented by the Dutch that menace to take over all the traffic in Asia.

AGI, Filipinas, 41, N. 63

Assi como a charidade obriga aos pregadores evangelicos a acodirem as Christandades e pregarem a fê de Christo Nosso Senhor aonde hã esperança de fruto, assim a mesma obriga os mesmos a se desviarem e não passarem aonde sua prezença pode ser de grande perjuizo a mesma Christandade e porquanto a experiencia de largos annos tem mostrado que a ida dos Religiozos a Jappão não sô foi de nenhum fruto aquella Christandade, mas antes a tem posto em tal estado que ja não hã christão nenhum que queira ouvir nem recolher os Religiozos que lâ passão por que fogem todos delles e nenhum se confeça, dizendo que não servem de mais que de fazer cair alguns poucos se ainda os hã provocando com sua ida os tirannos a lhe darem cruelissimos, e nunca ouvidos tormentos com os quaes tornão atras por onde pedem os mesmos naturais que não passem Padres a Jappão, visto sua ida não servir de mais que de irritar os emfieis contra elles pera os obrigarem a fazer mil dezacatos, pizando as Sagradas Imagens por não poderem sofrer tão intoleraveis tormentos visto tambem ser impossivel chegar a Jappão algum Padre sem ser logo descoberto prezo, e posto nelles e os que hão sido christãos não lhes querem dar hum prato de arros, por onde tres Religiozos vendosse mortos de fome, e sem remedio se forão apresentar aos tirannos comfeçandosse por Religiozos os quaes logo forão postos a tromentos de modo que nenhua pessoa tem animo pera falar com os Pregadores do Evangelho, e a Christandade quoando a haja ficara sendo cada dia mais aveixada finalmente visto ser cauza esta passagem de se quebrar de todo o comercio e trato de Macao com os Jappoins, como aconteceo este anno de 1639 no qual mandarão tornar os nossos navios com suas fazendas sem consentirem se dezembarcasse fato [verso]

algum despedindoos de todo, como consta da sentença que derão contra nos com penna de morte aos que lâ tornassem com o que fica em grande risco esta cidade da qual dependem todas as Christandades da China, Tunquim, Cochimchina, Canboja, Laos, Sião e outras partes que sem ella se não podem sustentar, nem comservar, e os Olandezes ficarão com todo este comercio com o qual serão senhores de toda a India. Por onde vendonos os perlados das Religioens desta cidade abaixo assinados os grandes malles, e detrimentos que se seguem da passagem dos Religiozos a Jappão somos todos de parecer e julgamos que por nenhum cazo comvem passarem Religiozo algum a Jappão emquoanto dura tão grande rigor, e tão dura perceguição visto não se tirar fruto nenhum de semelhante passagem, antes se seguirem gravissimos danos e detrimentos

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

assy spirituais, como temporaes, que a charidade obrigua evitar e por assy o entendermos fizemos esta carta por vias, por nola pedirem os officiaes desta cidade do Nome de Deos da China pera com ella informacem a quem mais convier. Macao 18 de Novembro de 1639.

[signatures:]

Joam Pereira governador
Frei Antonio de São Domingos, vigario geral
Frei João de Jesus prior de Santo Agostinho
Antonio Ribeiro vizitador da Companhia de Jhesus
Frei Bento de Christo guardião de São Francisco

[in another letter:]

Antonio de Macedo ouvidor com alçada por Sua Magestade nesta cidade do nome de Deos da China juis das Justificações e dos Regiduos em ella etc. a quantos esta minha certidão de justificação virem [recto]

faço saber em como os sinco sinais que estão ao pé do relatório atras hê hum delles do Reverendo Padre João Pereira governador que autualmente he deste Bispado da China, e outro hé do Reverendo Padre Frey Antonio de São Domingos vigairo do Convento de São Domingos e outro hê do Reverendo Padre Frei João de Jhesus Prior do Convento de Santo Agostinho, e outro he do Reverendo Padre Antonio Ribeiro da Companhia de Jhesus visitador das Provincias de China, e Jappão, e outro hê do Reverendo Padre Frey Bento de Christo guardião do Convento de São Francisco da Capucha, segundo me constou da fê do escrivão que esta sobescreveo que bem os ditos sinais conhece pello que hey os ditos sinco sinais atras por justificados por serteza do qual mandey passar a prezente certidão de justificação por mim assinada e sellada com o sello das armas Reaes da Coroa de Portugal que no juizo da Ouvidoria desta dita cidade serve aos vinte e oito³⁶ dias do mes de Novembro de mil e seis sentos trinta e nove annos. [outra letra:] E eu Domingos Rodrigues de Figueiredo escrivão da Ouvidoria per Sua Magestade nesta cidade que o fis escrever e sobescrevi. Pagou desta o acostumbrado e d’asinar e sello trinta reis.

[signed:]

Antonio de Macedo
[Two illegible words] Macedo

[verso]

Carta dos perlados
Santo Nombre de Dios 18 de Noviembre 1639
Juan Pereira Governador y Religiosos

NOTES

- 1

I used the Portuguese version. Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*. 4^a ed. Macao: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- 2

Idem, *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- 3

And, as we know, will bring with them the winning strategy.
- 4

Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000; Jan De Vries, *The Industrious Revolution: Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- 5

Material goods consumption but also of knowledge and culture goods.
- 6

Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 1.
- 7

Bébio Vieira Amaro, ‘Nagasaki as Emporium: History and Social Composition in its Initial Years’, in *Vanguards of Globalization: Port-Cities from the Classical to the Modern*, edited by Rila Mukherjee. Delhi: Primus Books, 2014, p. 255.
- 8

Archivo General de Indias (AGI), Filipinas, 8, R. 2, N. 21.
- 9

General ideas about this commercial framework in Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau* p. 7.
- 10

Marina Alfonso Mora; Carlos Martínez Shaw, *El Galeón de Manila*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, and the massive bibliography about this subject published in Spain, which is referred in this book/catalogue.
- 11

Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 4. Document 2 specifically refers ‘*cristandades*’ (christianities) of China, Tonkin, Cochinchina, Cambodja, Laos, Sião, ‘*e outras partes que sem ela [a cidade de Macau] não se podem sustentar*’ (‘and other parts that could not survive without Macao’).
- 12

Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, pp. 8-9.
- 13

When the Roman Catholic Church was definitely banned; to better understand the Jesuit presence in Japan it’s essential to consult the work of Léon Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon: la fondation de la mission japonaise par François Xavier (1547-1551) et les premiers résultats de la prédication chrétienne sous le supérieurat de Cosme de Torres (1551-1570)*. Lisbonne/ Paris: Fondation Calouste Gulbenkain/Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1993. Although dated, this book contains plenty and useful data. Recent revision in João Paulo Oliveira e Costa, *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1995.
- 14

That means, also with a political agenda, however identical to the one of their counterparts, entangled with personal interests.
- 15

Which escapes to Aníbal Pinto de Castro in his study *As Cartas dos Jesuítas do Japão: Documentos de Um Encontro de Culturas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1991.
- 16

Oka Mihoko, ‘The investment of Japanese Silver in XVII century Macao-Japan trade’, in *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edited by João Paulo Oliveira e Costa and Vitor Luís Gaspar Rodrigues. Lisbon: CHAM, 2010, pp.119-138.
- 17

Besides, there were a different missionary project in Japan by other religious orders, especially the Franciscans, which I don’t study in this article, but that we can, in a certain part, find in the second document of the Appendix (and in many other letters sent to Rome and to the Iberian Crown complaining about the Jesuits monopoly since the 16th century. As soon as 1590, 3 March, Friar Mateo de Mendoza, prior of the Holy Name of Jesus, an Augustinian convent in Cebú, informed that the Augustinians have had founded several convents in the Phillipines, Macao and Japan, and that in this last country the Jesuits notified them to leave by subpoenaing them with a letter from Pope Gregory XIII which have conceded them the Japan
- 18

conversion exclusive. AGI, Filipinas, 79, N. 21. Curiously, one of the letter’s signatories was the General of the Jesuits in Macao, which gives proof of the genuine care about the Jesuit problem in Japan.
- 19

Luís Filipe Barreto, *Macau: Poder e Saber: Séculos XVI e XVII*. Lisbon: Presença, 2006, p. 167.
- 20

AGI, Filipinas, 79, N. 17. About the Japanese presence in Manila, see Fernando Iwasaki Cauti, *Extremo Oriente y el Perú en el siglo XVI*. Lima: Fondo Editorial de La Pontificia, 2005.
- 21

AGI, Filipinas, 79, N. 17, cit. 22. In this game of interest’s competition we can find, sometimes, unexpected allies (whose positions we need to fully clarify through new studies, in order to determine the intentions behind those positions). In 1599, Friar Miguel de Benavides, Bishop of New Segovia, in Spanish Indies, censored the Castilian governor Francisco Tello for having sent a ship trading in China lamenting that, because of that ‘*tambien padecerán los portugueses de Macao, así como el comercio y la evangelización en general*’ (the Portuguese in Macao will also suffer, as well as trade and conversions in general). AGI, Filipinas, 76, N. 42.
- 22

Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 4.
- 23

AGI, Filipinas, 340, L. 3, F. 478v-479v.
- 24

AGI, Filipinas, 41, N. 16.
- 25

As clear example of the casados’ ability to thrive and becoming influent, self-organised and present in the Asian most important hubs, see Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Os Casados de Malaca, 1511-1641: Estratégias de Adaptação e de Sobrevivência*, in IICT/bHL/blogue de História Lusófona/Ano VI/Junho 2011, available in <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17183>.
- 26

See Appendix, document 1.
- 27

Not surprisingly. We must be careful with anachronism analysis which could exaggerate autonomous initiatives of traders and businessmen in this era; if that’s true that the self-organisation displayed by these men was a fact and responded to their needs, we are still far from neo-liberal positions that dominate in our time and are part of our actual reality.
- 28

See Appendix, document 1.
- 29

Manel Olé i Rodríguez, “A inserção das Filipinas na Ásia Oriental (1565-1593)”, in *Revista de Cultura* n.º 7, 2003, p. 9.
- 30

AGI, Filipinas, 82, N. 1.
- 31

See Appendix, document 1
- 32

AGI, Filipinas, 27, N. 156.
- 33

Torre do Tombo – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13643.
- 34

Dennis O. Flynn and Arturo Giráldez, ‘Born with a “Silver Spoon”’: The Origin of World Trade in 1571’, *Journal of World History* 6, no. 2 (Fall, 1995); David R. M. Irving, *Colonial Counterpoint: Music in Early Modern Manila*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 9. See also Benjamim Videira Pires, *A Viagem de Comércio Macau-Manila, nos Séculos XVI a XIX*. Macao: Imprensa Nacional, 1971, study in which the successive stages of encounter between Portuguese from Macao and Philippines are referred, namely with business proxy nominations, p. 31.
- 35

Of course Spanish and Portuguese had imperial projects; however these were of Crown initiative; what distinguished them was that the Iberian global projects had little to do with the Crown.
- 36

Antoni Picazo Mountaner, ‘Ports and Networks: the Case of the Philippines’, in *Vanguards of Globalization: Port-Cities from the Classical to the Modern*, ed. by Rila Mukherjee. Delhi: Primus Books, 2014, pp. 219-229.
- 37

Although later than document 2, the subject had been already debated in the City’s Chamber, and afterwards with the clergy; that’s why I present this document in first place.
This word amended.

Charles Boxer e o Leal Senado de Macau

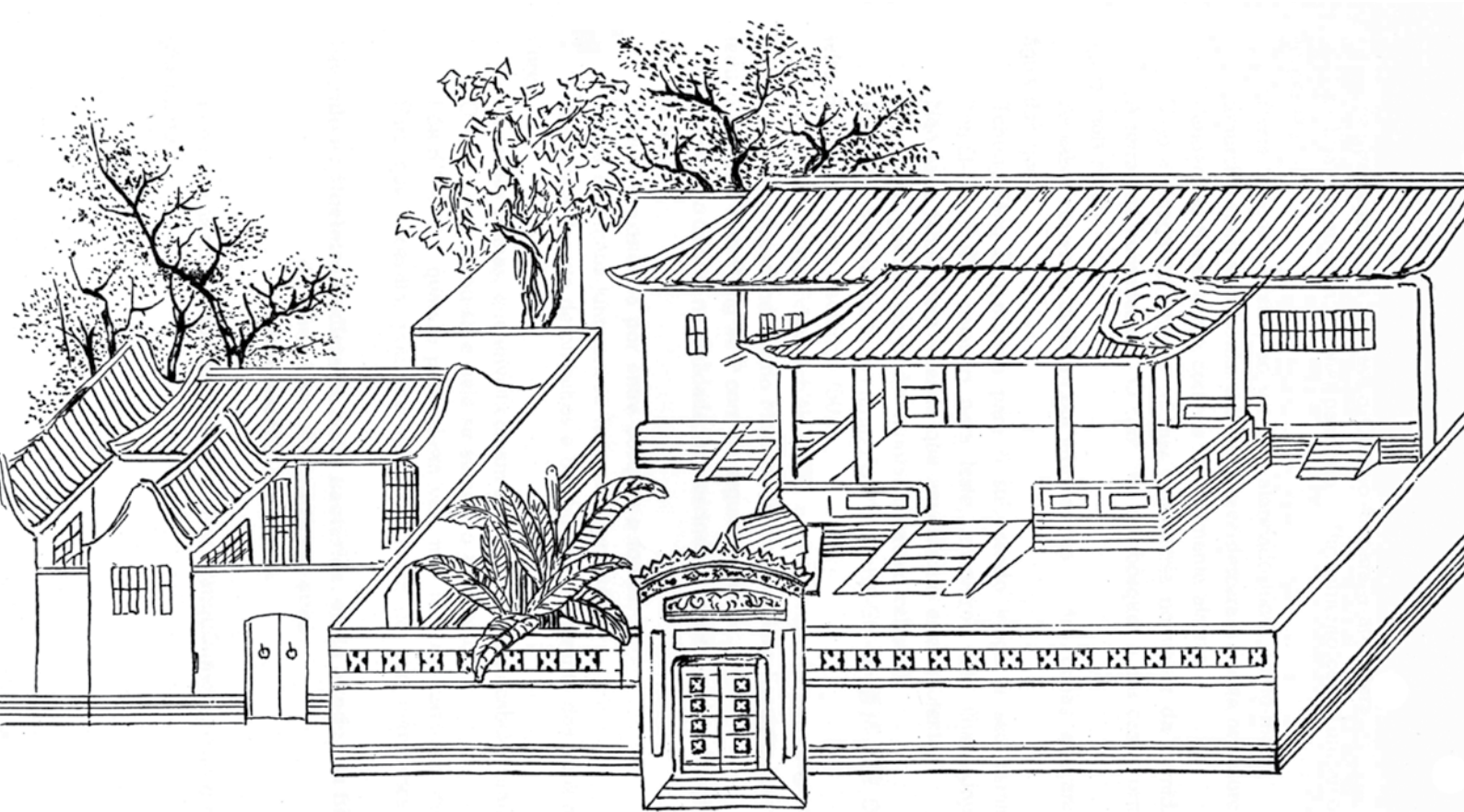
ANTÓNIO ARESTA*

Charles Boxer confessa o seu fascínio por Macau de uma forma assaz singela:
“Quando vi Macau pela primeira vez, em 1933, era uma ‘vila pacata’, talvez como uma terra portuguesa semiadormecida no Alto Alentejo, onde muita gente vinha para descansar. Agora, não posso deixar de sentir uma certa nostalgia

desse tempo embora saiba que as coisas não podem parar. [...] Gostava muito de poder fazer como George Chinnery e morrer aqui, mas nunca fiquei em Macau mais do 10 ou 15 dias seguidos. A curta duração das minhas visitas foi compensada pelas inúmeras vezes que cá tenho vindo e como Macau é bastante pequena deu para ficar a conhecer a cidade bastante bem.”¹
A conversa foi em 1988 e Charles Boxer encontrava-se novamente no Território a convite do governador Carlos Melancia que o tinha distinguido com a Medalha de Valor. O “primeiro livro sobre Macau

escrevi-o alguns anos antes de vir a Macau, em 1926. Foi um texto sobre a vitória do dia 25 de Junho de 1622, dia de S. João, sobre os holandeses”.²
A partir de então publicou regularmente³ sobre Macau, dizendo, tantos anos volvidos, “já escrevi muito sobre esta terra mas muito mais há ainda para escrever. É um território pequeno mas com muito por onde nos debruçarmos em termos de estudo; muitas coisas que não foram ainda descobertas; muitos documentos interessantes que estão a ganhar pó em arquivos e que ainda ninguém estudou. Sabia que a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, por exemplo, tem um riquíssimo arquivo de documentação sobre Macau que pouca gente estudou?”⁴
A sua faceta de bibliófilo⁵ não passava despercebida, tal a quantidade de espécimes raros e valiosos que salvou da destruição ou que adquiriu em leilões de bibliotecas particulares, o que, convenhamos, era pouco abonatório para a acção das instituições oficiais cuja missão era exactamente a de identificar, preservar e salvaguardar o património intelectual e histórico portugueses.
Charles Ralph Boxer (1904-2000) era oriundo de uma família com grande tradição militar e estudou na Academia Militar de Sandhurst. Foi colocado no Japão, entre 1930 e 1933, como adido militar e oficial do serviço de informações junto do exército japonês. Aprendeu a língua japonesa, escrita e falada, confidenciando que “o meu interesse por Macau nasceu através do Japão, e eu tinha a vantagem de saber japonês (agora, com a falta de prática, já esqueci quase tudo, à excepção, talvez, de alguns versos de canções de marinheiros embriagados) o que me permitiu consultar fontes japonesas”.⁶
Iniciou-se também na aprendizagem das línguas portuguesa e holandesa, o que lhe facultou o acesso a outras fontes documentais até então inacessíveis.
Durante a segunda guerra mundial, já aquartelado em Hong Kong, ficou gravemente ferido no ataque japonês, em 1941, à antiga colónia britânica. Boxer recorda esse lance dramático: “fui soldado durante 27 anos e estava em Hong Kong quando foi a invasão dos japoneses. Fui ferido no peito e no braço esquerdo, por isso não posso usar a mão esquerda, e acabei num campo de prisioneiros em Cantão. No fundo tive sorte porque

as balas japonesas eram bastante pequenas, se tivesse sido atingido por balas inglesas, que eram maiores e mais pesadas, podia ter tido um pulmão perfurado e não sobreviver”.⁷
Com o humor tipicamente britânico, acrescenta o seguinte: “bem vistas as coisas, foram os japoneses, ao invadirem Hong Kong, que permitiram dedicar-me a fundo à escrita, porque quando a guerra acabou fui desmobilizado e passei a receber uma pensão de invalidez militar, isenta de impostos, o que me deu a segurança financeira necessária para me dedicar calmamente aos meus estudos e enveredar pela carreira académica. Estive vinte anos na Universidade de Londres e depois fui para os Estados Unidos onde ensinei durante nove anos na Universidade de Indiana e depois mais três anos em Yale. É por isso que a brincar costume dizer que devo a minha carreira de historiador às balas japonesas”.⁸
Com a patente de major, Charles Boxer passa à reserva em 1947 e neste mesmo ano é convidado para uma cátedra, *Camões Chair of Portuguese*, no King’s College em Londres. Sabe-se agora⁹ que Boxer inviabilizou, em 1960, a ida de leitores portugueses para o King’s College porque eram suspeitos de serem agentes da PIDE¹⁰ infiltrados para espiarem a comunidade académica portuguesa. A sua obra já era extensa, entre separatas, artigos, livros ou organização de edições e trazia a insuperável vantagem de ser publicada em língua inglesa, com a consequente difusão internacional que lhe estava intrinsecamente associada. De resto, o reconhecimento da comunidade científica foi paulatinamente acontecendo ao longo da sua vida.¹¹
Atrás de Boxer veio um pelotão de investigadores e historiadores com um apetite voraz sobre a história do império português, colonial e ultramarino, vozes dissonantes da historiografia ‘oficial’ do Estado Novo mas, e pela primeira vez, com um seguro domínio da língua portuguesa. Sem esquecer algumas polémicas¹² com historiadores conservadores de Portugal e do Brasil. Como nota de pormenor, diga-se que Charles Boxer não detinha quaisquer grau académico, para além da sua específica formação militar. Destaco os seguintes títulos da sua extensa bibliografia: *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao* (1948); *South China in the Sixteenth Century* (1953); *The Dutch in Brazil, 1624-1654* (1957); *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640* (1959); *The Dutch Seaborne Empire*,



O edifício do Leal Senado, in *Aomen Jilüe* 澳门记略 (Breve Monografia de Macau), de Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 张汝霖, 1751.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

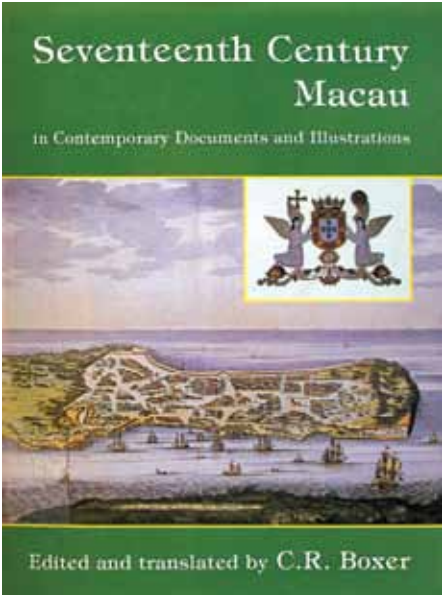
1600-1800 (1965); *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800* (1965); *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825* (1969); *Portuguese India the Mid-Seventeenth Century* (1980).

Há uma aura romântica e misteriosa que paira sobre a personalidade de Charles Boxer, intelectual e homem de acção, militar e membro dos serviços secretos no Extremo Oriente, no decurso da guerra civil na China e durante a 2.ª Guerra Mundial. De resto, as mesmas características que poderíamos reconhecer em José Maria Braga e em Austin Coates.

Macau deve mesmo muito a estas três individualidades.

A última obra de Charles Boxer publicada em Macau foi *O Senado da Câmara de Macau*¹³ e resulta de um capítulo autonomizado do livro *Portuguese Society in the Tropics*. Esta edição, que gentil e pessoalmente autorizou, inseria-se num esforço de revisitação de um historiador por vezes injustamente esquecido assim como almejava ser uma tentativa de compreender¹⁴ a espantosa perenidade de Macau como fenómeno da história, da fortuna das paixões dos homens. Ele mesmo referia “o afinco e a teimosia com que o Português emigrado se arreigava nas fraldas dos mares orientais, desde Moçambique até Macau, é uma constante da história da expansão portuguesa no Oriente – como, aliás, o era na África e no Brasil. O amor da terra natal foi transferido à terra onde a gente se instalava e criava família”.¹⁵ E será o enraizamento telúrico desta gente que irá garantir a formação das Câmaras e das Misericórdias,¹⁶ cuja importância foi primordial para a consolidação do domínio português.

Parece-nos interessante recordar essa velha linhagem autonómica que o Senado de Macau cultivava com um zelo extremo e reflectir¹⁷ sobre a evolução da administração do poder político: na conciliação da dissonância das estratégias imperiais com a consonância de uma cidadania construtora de uma individualidade e de um individualismo que se abria à nação chinesa; na gestão dos conflitos interclassistas e de jurisdição interna entre as diversas sedes do poder; nas sempre imprevisíveis relações diplomáticas com o mandarinato provincial;



na abertura a um liberalismo económico com as regiões e estados circunvizinhos. Por aqui passa a história de Macau num turbilhão: no século XVII observamos a reacção do Senado à nova composição do poder político na China decorrente da mudança de dinastia; no século XVIII, à penúria económico-comercial, ao confronto com as autoridades chinesas, aos atritos com o governador e capitão-geral e ao reforço da autoridade régia, pelo menos na esfera legislativa; no século XIX ao liberalismo, às guerras do ópio e à fundação de Hong Kong. Ao Senado coube produzir um habilidoso pensamento político e diplomático, refreando velhas ambições de independência, ao mesmo tempo que torneava humilhações e conspirações viciosas, adequado a um território vulnerável e sustentado num pragmatismo notável. Com a organização do Senado enquanto sede do poder político, assiste-se à progressiva identificação da Cidade com o Senado e ao aparecimento do conceito de comunidade, superando-se a atomização dos pequenos grupos coesos com políticas de alianças ocasionais. Este poder realmente moderador revelou-se vital para Macau, em épocas de grandeza ou de declínio, e pode ser entendido como a principal referência deste municipalismo português no Oriente.

Diz-nos Charles Boxer que “não há dúvida que o Senado da Câmara de Macau era a mais importante e influente de todas as municipalidades coloniais durante os três séculos de que nos ocupamos. Uma vez que o governo chinês, quer na dinastia Ming quer na dinastia Manchu, reconheceu a Câmara e não o capitão-geral como a autoridade responsável local, a Coroa em Lisboa e o vice-rei em Goa tinham que proceder do mesmo modo ainda que com relutância. O facto de Macau ser para todos os efeitos uma colónia que se autogovernava era tanto uma fonte de orgulho para os seus cidadãos como uma fonte de arrelias para os vice-reis e governadores que tentavam fortalecer o controlo excessivamente lasso da Coroa sobre os seus vassalos distantes nas costas do mar do Sul da China”.¹⁸

Ao Senado estava cometida uma função jurisdicional, ora sombria, ora visível, porque “tinha

sobretudo que fazer frente às despesas constantes e periódicas com subornos e extorsões aos oficiais locais chineses. O Senado também providenciava o policiamento da cidade, montando patrulhas nocturnas formadas pelos ordenanças ou milícias que eram remunerados pelo Senado que também fornecia oficiais, resistindo consistentemente aos esforços de alguns governadores de supervisionar esta força militar”.¹⁹ Essa omnipresença era notada, “em Macau, virtualmente todas as despesas militares, civis e eclesiásticas, com excepção parcial das do colégio jesuíta, tinham que ser financiadas directa ou indirectamente pelo Senado”.²⁰

Muito pouco notado é o facto de o Senado ter chamado a si a administração e a gestão de eventos e cerimónias do foro religioso. O Pe. Manuel Teixeira²¹ não deixa passar em claro essa jurisdição:

“O Senado tinha a seu cargo várias procissões religiosas, sendo a mais importante a do Corpo de Deus. Elegeu padroeiros da cidade quatro santos: N. Sr.ª da Conceição, S. João Baptista, S. Francisco Xavier e St.ª Catarina de Sena e promovia as festas dos mesmos. Em 1647, decidiu que todos os seus oficiais se confessassem e comungassem nestas festas”.

Estruturalmente português e luso-chinês, muito “embora o Senado da Câmara de Macau pudesse ser definido como uma oligarquia que se perpetuava por si própria, quando considerada como instituição, muito poucas famílias de Macau pertenciam ao estrato social de onde os Senadores foram escolhidos por mais de duas ou três gerações. Não havia provavelmente mulheres brancas entre os primeiros colonos de 1555-1557”.²²

A composição dos membros do Senado de Macau, como explica Charles Boxer, “com direito a voto eram três vereadores, dois juizes ordinários e o procurador da cidade, que eram eleitos pelo processo anteriormente descrito. Os vereadores tinham de ter pelo menos 40 anos de idade e os juizes ordinários trinta. O secretário da Câmara de Macau, que

geralmente associava esta função à de alferes, era usualmente eleito por um período de três anos, mais tarde alargado para seis, e, depois de cerca de 1630, esse cargo era muitas vezes vitalício. [...] O procurador da cidade de Macau era, comparativamente, uma figura muito mais importante do que qualquer outra das câmaras coloniais ou metropolitanas. Desde muito cedo se tornou o representante creditado em todas as negociações com os oficiais chineses e acordou-se na atribuição do título de mandarim júnior pelas autoridades”.²³ O Alvará de 1709²⁴ estipulava que os lugares da Vereação do Senado eram para cristãos velhos portugueses de nação e geração.

A indefinição das origens do estabelecimento, uma espécie de permanente dúvida metódica para os historiadores, leva Boxer a clarificar que “Macau deve a sua fundação e existência a um entendimento

entre as autoridades da província de Kwangtung e o capitão-mor da Viagem do Japão. Nem o governo chinês nem o vice-rei em Goa deram qualquer jurisdição a este estabelecimento, durante anos. Em 1586, o vice-rei da Índia portuguesa, Dom Duarte de Menezes, emitiu um decreto autorizando o Senado ou Conselho Municipal a eleger os seus membros de 3 em 3 anos e a designar alguns cargos judiciais. Outro *alvará* da mesma data, confirma a classificação de Macau como cidade com alguns ‘privilégios, benefícios, honras e precedentes’ tais como os da cidade de Évora em Portugal. O bispo,

Dom Leonardo de Sá, é que tomou esta iniciativa em 1583 ou 1585 (não há certeza nas datas), chamando os cidadãos mais importantes, e conseguiu a formação do conselho municipal, conhecido como o *Senado da Câmara* com vereadores eleitos, juiz, magistrado e outros funcionários. O local, que inicialmente era conhecido como Povoação do Nome de Deus na China, será agora designada por *Cidade do Nome de Deus na China*”.²⁵

Como refere Charles Boxer, “é certo que as principais cidades indo-portuguesas como Goa, Malaca e Cochim tiveram uma organização municipal semelhante mas aí só raramente os Vereadores



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

se aventuravam a desafiar os desejos do Vice-Rei ou Governador e muito menos os do Bispo ou da Inquisição: em Macau, o Senado, por diversas vezes actuou como uma força efectiva contra as tendências despóticas do governador local e não havia Inquisição para os atemorizar. Curiosamente esta forma democrática de governo durou até à implantação da Monarquia Constitucional em Portugal no século XIX, quando os poderes do Senado foram reduzidos, ficando apenas como um mero conselho municipal”.²⁶

Um mero conselho municipal como bem se demonstra na fractura entre liberais e absolutistas, materializada nesta singular ordem despachada de Goa,²⁷ no dia 1 de Abril de 1829, por D. Manuel de Portugal e Castro, para o Leal Senado da Câmara da Cidade do Nome de Deus de Macau:

“Tendo trazido a charrua = S. João Magnânimo = da Viagem do Reino desta monção, entre outras participações, a circular datada no Palácio d’Ajuda em 29 de Fevereiro do ano próximo passado, assinada pelo Exm.º Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, encarregado interinamente dos da Marinha e Ultramar, pela qual se fez saber a este Governo a feliz chegada de Sua Alteza o Sereníssimo Senhor Infante Regente Dom Miguel à Corte e Cidade de Lisboa no dia 22 do dito mês, onde era tão ansiosamente esperado, sendo este um acontecimento muito feliz para todos os portugueses, e que dele devem ter conhecimento para o aplaudir, como é próprio da sua constante Lealdade e conforme ao que se acha disposto no Decreto de 13 de Outubro de 1827, de que para seu devido cumprimento envio a V.S.^a a cópia inclusa assinada pelo Secretário de Estado Cipriano Silvério Rodrigues Nunes, tendo sido mui manifestos os testemunhos, com que o bom Povo de Lisboa se expressou em seu justo aplauso, e nas demonstrações com que a porfia o acompanharão todas as outras terras do Reino ; e sendo constante a contemplação, que no Real Ânimo do dito Sereníssimo Senhor Infante Regente, em nome d’El-Rei, merecem os fiéis e beneméritos Povos desses Estados, comunico a V.S.^a tão faustas e alegres notícias, a fim de que V.S.^a fazendo-as públicas, possa tomar parte com os fiéis habitantes dessa Cidade no júbilo Português, ordenando-lhe

tenham lugar todas aquelas demonstrações de regozijo público que em tão grandes e faustas ocorrências se costumam fazer, cumprindo que os Habitantes desses Estados se persuadam que um dos principais desvelos às solicitudes do dito Sereníssimo Senhor Infante Regente em nome d’El-Rei, a bem da Monarquia Portuguesa serão sempre os interesses e prosperidades dos mesmos Estados, em que já se tem começado de entender. O que tudo participo a V.S.^a, para que faça quanto antes verificar nessa Cidade todas as ditas demonstrações do público regozijo por tão plausíveis notícias, entendendo previamente com o Governador e Capitão-Geral interino”. Estava assim selado o destino do Senado no contexto da filosofia política portuguesa, apenas um mero executor das directivas oriundas de Lisboa e de Goa.

O Pe. Manuel Teixeira²⁸ sintetiza as mudanças estruturais a que esteve sujeita essa velha instituição:

“Pela ‘Nova Reforma Administrativa Colonial’, de 9 de Janeiro de 1834, o Senado viu-se reduzido a simples Câmara Municipal, sujeita ao Governador; e este, que era Bernardo José de Sousa Soares Andrea, não esteve com meias medidas – dissolveu a Câmara a 22 de Fevereiro de 1835. A 27 de Abril de 1837, o Senado fez a tentativa de recuperar os antigos privilégios, mas em vão. A 20 de Agosto de 1847, foi-lhe retirada a procuratura, sendo anexada à Secretaria do Governo e a 5 de Julho de 1865 determinou-se que o procurador da cidade passasse a ser de nomeação régia, sob proposta do Governador. E assim o Senado, que em 13 de Maio de 1810, recebera o honroso título de Leal devido à vitória contra os piratas de Cam Pau Sai, viu fugir-lhe todo o seu antigo esplendor, deixando de ser ‘um Senado que a tudo é superior’.”

Convirá, no entanto, observar essa lenta e irregular desagregação do poder político e diplomático do Senado ao mesmo tempo que se assiste à emergência de novos poderes e de novos protagonistas. É a reinvenção do poder em Macau.

O decreto de 20 de Setembro de 1844,²⁹ no seu artigo 7.º estipula que o “Leal Senado de Macau, continuará em todas as suas regalias que não são alteradas por este Decreto, competindo-lhe todas as atribuições que pelo Código Administrativo tem as

Câmaras Municipais e o Procurador da Cidade gozará de todas as que a comunicação com as Autoridades Chinas torna necessárias”. Mas o desenho deste poder olvidou a complexidade das relações com a China e o Senado renasceu com uma dinâmica precocemente multicultural.

Com a organização do Senado enquanto sede do poder político, assiste-se à progressiva identificação da Cidade com o Senado e ao aparecimento do conceito de comunidade, superando-se a atomização dos pequenos grupos coesos com políticas de alianças ocasionais.

O Senado³⁰ apropria-se de um espaço novo, a comunicação fiável e fidedigna com as autoridades chinesas, garantindo assim um poder extraordinário. Nasce a sinologia de feição civilista, associada ao cargo do procurador. Dadas as características muito especiais da fixação dos portugueses em Macau facilmente se compreende como era imperioso garantir a eficiência de um sistema de informações e previsões seguras quanto à programação da geopolítica regional do mandarinato de Cantão. Contudo, esta sinologia de raiz senatorial ocultava a origem do seu poder selectivizando o acesso ao estudo e à aprendizagem da língua sínica. Este verdadeiro monopólio da Procuratura transformou-se, com o passar dos anos, numa incapacidade funcional e numa metodologia para a fragilidade: a língua e o seu domínio foram o valor de troca dado pelo valor do uso do chão. A uma cidadania dócil, piedosa e puritana, adicionava-se a consolidação de uma economia cintilante que cada vez estreitava mais os nós das redes marítimas regionais. O Senado assemelhava-se, pois, a um misto de teocracia laica e sínica, vinculado por um nexó linguístico-diplomático e dependente da eficácia da unidade legislativa e militar de toda uma arquitectura colonial oceânica.

No dia 27 de Dezembro de 1783³¹ o Senado escreve à rainha D. Maria:

“a falta de Missionários Portugueses na China, a Corte do Imperador obrigou a mesma a escrever-nos por via dos Mandarins que são os seus Ministros para mandarmos pedir a V. Maj. Se dignasse enviar a sua Corte algumas Pessoas de préstimo, principalmente Professores de Matemática e outras ciências, e Artes, como Pintura e Medicina, o que nós satisfizemos no ano de 1781, por Carta que dirigimos à presença do Exm.º Secretário do Estado de que não tivemos resposta até ao presente, sobre cujo particular tem os mesmos Mandarins repetido, em nome do Imperador por várias Chapas, ou Cartas de que o Procurador deste Senado tem dado conta nas ocasiões respectivas; e como o dito Imperador professa tanta amizade e afeição aos Portugueses que nenhuma outra Nação consente no seu Império senão debaixo deste nome, por isso tornamos a rogar a V. Majestade que para conservação da Aliança, e amizade que este Soberano tem com V. Majestade que tanto sabe especializar, se digne atender as nossas súplicas, e aos desejos do mesmo Imperador; por que tudo cede, em aumento da glória de V. Majestade, intenção do Santíssimo Nome de Deus e Real Nome de V. Majestade e benefício deste Domínio”.

Nesta mediação diplomática, a longa experiência do Senado foi realmente muito importante.

Mas, a linhagem do poder³² tinha sofrido erosões e o declínio³³ do poder senatorial é já uma realidade indesmentível: “... devendo os governadores de Macau ter mais jurisdição e autoridade que a pouca ou nenhuma que presentemente tem deve este começar, ordenando eu à Câmara daquela cidade não dispor nem determinar coisa alguma sobre negócios relativos aos chinas, nem pertencentes à real fazenda sem primeiro ser consultado o Governador daquele domínio e se obter o seu consentimento e aprovação”, porque o “Senado da Câmara daquele importante domínio composto na maior parte de degredados, que ali se refugiaram ou de outros semelhantes a eles, todos ignorantíssimos em matérias de governo, e sem outras vistas, mais que as de procurarem a sua fortuna por meio da navegação e do comércio, só cuidam em fazerem menos cruel a tirania dos mandarins com humilhações servis com dádivas que

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

constantemente lhes oferecem, talvez extorquidas da real fazenda submetendo-se a quanto eles querem, sem lhes importar coisa alguma que diga respeito ao decoro da nação portuguesa, nem ao incontestável direito de soberania, que a coroa de Portugal tem naquele domínio”.

A severidade e a contundência deste juízo de valor, de 24 de Janeiro de 1784, não parece de aferição fácil, não obstante a sua clareza proposicional. Entram em cena as especificidades locais. O Senado já tinha iniciado uma política de localização³⁴ de funcionários, em 1751, “... não nomearam a nenhum português e fizeram as nomeações em filhos da terra”, o que deu origem a queixas ao vice-rei, em Goa.

Após 20 de Setembro de 1844, Macau e os estabelecimentos de Solor e Timor formam uma unidade governativa equiparável a qualquer outra possessão. Desde então, ao Senado da Câmara de Macau é-lhe cometida uma função autárquica desprovida de poder político. A Cidade só ganhou com a dedicação exclusiva do Senado a si própria: a estruturação do ensino público, o rasgar de ruas e avenidas, a disciplina urbana, o abastecimento de água, a regulação do comércio e da indústria, a biblioteca pública ou a saúde. Novos desafios iriam despontar, mas o Leal Senado soube sempre ocupar o seu espaço. Não é impunemente que o Leal Senado se tornou numa referência incontornável em Macau e na sua história várias vezes secular. O Pe. Manuel Teixeira reflecte em voz alta sobre a primeira instituição democrática do Oriente: “quem matou a democracia macaense ? Foi o Governo de Lisboa”.³⁵

Charles Boxer e a sua obra histórica continuam a merecer respeito, larga difusão e leitura compreensiva. Uma visão de pormenor sobre esta personalidade pode encontrar-se em Dauril Alden, na obra justamente intitulada *Charles R. Boxer: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller*.³⁶ Não raras vezes a biografia se revela essencial para se perceber o dilema ético de uma vocação ou para iluminar os longos caminhos da razão hermenêutica. Com Charles Boxer poderemos aprender a não ter complexos, quiçá vergonha, da História. Sobre tudo da nossa.

Quando faleceu, no ano 2000, António de Figueiredo, no jornal inglês *The Guardian*³⁷ registou esta irónica contradição: “*he was perhaps better known and honoured internationally than in his native England*”.

É caso para dizer, na boa tradição portuguesa, “santos da casa não fazem milagres”. **RC**

DOCUMENTO N.º 1

Termo sobre a Feytoria desta Cidade

1708

Aos onze dias do mez de Outubro de mil setecentos, e oito nesta Cidade do Nome de Deos de Macao na China na Caza da Camara della estando em Meza de Vereação os Officiaes, que no dito anno servem forão chamados todos os homens bons, que costumão andar nos Pelouros, os quaes juntos lhe foi dito pelo Vereador do Meyo Manoel Gonçalves Rebuças, em como suas mercês forão chamados para lhes propor, em como S. Magestade lhe tinha feito mercê a esta Cidade da Feitoria della, com condição de que ficaria obrigada a mesma Cidade a pagar o valor da dita mercê, o que por todos foi assentado, que se não respeitasse a dita mercê, e que se pedisse novamente ao dito Senhor aliviasse esta penção das ditas mercês, e que para as contas se obrigava a cidade a mandalas a Goa a custa da mesma Cidade, e como assim forão todos do mesmo parecer – fiz este termo, em que os ditos Ministros se assignarão todos comigo – Manuel dos Santos Alferes mor, e Escrivão da Camara desta Cidade, que o escrevi.

- Manoel Gonçalves Rebuças
- Manoel de Abreu
- Luiz Lopes de Seqr^a.
- Antonio Pinheiro de Faria
- Manoel Favacho
- Francisco Rangel
- Felipe Froes de Quadros
- Jozê de Lisboa de Almeida
- João Gracia de Laures
- Luiz Loubo da Gama
- Gaspar Martins
- Jeronimo de Vasconcellos
- Manoel Gonçalves dos Santos
- Manoel Leite Pereira
- Gaspar Barradas

Fonte: Manuel Múrias (org.), *Instrução para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau*, pp. 239-240.

DOCUMENTO N.º 2

Carta q’os officiaes do Sennado da Camara de 1710 escreueo a Sua Mg. q’ D.G.

Senhor,
Pella carta de 7 de Mayo de 1710: que se dignou V. Mg. de ordenar a (es)te Senn.º que desse huma publica satisfação ao Rdº. Bispo desta Cid. Fazendo auizo tão be’ (ao) Ouuidor, e ao Juis dos orphãos que uieram tirados, sobre a alteração do depozito da orphã Mar(ia) de Mora Vasconcellos por cauza dos esponçaes q’a mesma tinha contrahido có Antº. de Albuquerque’ Coelho; có toda a prontidão se deo a ditta satisfação obedecendo a dª. orde’ como leaes vassalos de V. Mg. dando com isso de entender a dº. Rdº Bispo sentira V. Mg. de semelhante absurdo ; suposto q’ não foy de malicia q’ tiuesse este Sennº. Cometido nesta Caza có tudo fica este Sennado esposto a castigo que V. Mg. for seruº. Deos G. a V. Mg. pª. emparo de seus vassalos. Macao 23 de Dezembro de 1710 ; Eu Antonio Pinheiro de Faria Alferes e escrivão da Cama(ra) desta Cid. que a escreuy. Assinados os mesmos e registada p’ my’ dº. Escriuão abaixo assinado.

Antº. Pinheiro de Faria

Fonte: *Arquivos de Macau*, 3.ª Série, Vol. V, n.º 3, Março de 1966, p. 175.

DOCUMENTO N.º 3

Determinando ao L. Senado, que desse qualquer documento, todas as vezes, q’o Govdor. Desta Cid. Pedisse &

Serve esta de prevenir a V. Sa., que todas as vezes q’o Governador dessa Cid. A bem do Real Serviço carecer de quaesq. noçoens, docum., ou copias extrahidas dos archivos desse Leal Senado, lhe serão promptam. prestados, e franqueados. O que comunico a V. Srª. pª. sua intelligencia, e cumprimtº. D. G. a V. Sa., Goa 15 de Abril de 1829 = Assignado – D. Manoel de Portugal e Castro. Para o Leal Senado da Cidade do Santo Nome de Deos de Macao.

Fonte: *Arquivos de Macau*, 3.ª Série, Vol. XXI, n.º 1, Janeiro de 1974, p. 49.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

NOTAS

1

“Charles Boxer: Gostava de Morrer em Macau”, entrevista concedida a João Miguel Roque e publicada na Revista *Macau*, n.º 12, 1988, pp. 2-5, edição do Gabinete de Comunicação Social, Macau.

2

Ibidem, p. 3.

3

Até ao fim dessa década publica estes estudos: *Embaixada de Portugal ao Japão em 1617. Relação Inédita Anotada*. Separata do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 38, 1928, 46 pp.; *A Portuguese Embassy to Japan (1644-1647)*, Londres: K. Paul, Trench, Trübner & Co., 1928, 64 pp.; *The Affair of the ‘Madre de Deus’*, Londres: K. Paul, Trench, Trübner & Co, 1929, 94 pp.

4

“Charles Boxer: Gostava de Morrer em Macau”, pp. 3-4.

5

Biblioteca Boxeriana being a short title catalogue of the books & manuscripts in the Library of Captain C.R.Boxer, Macau: Tipografia Mercantil de N.T. Fernandes, 1937, 86 pp.; José Maria Braga também publicou *A Biblioteca do Capitão C.R.Boxer*, Macau: Escola Tipográfica do Orfanato,1938, 14 pp.; S. George West, *A List of the Writings of Charles Boxer Published Between 1926 and 1984*, Londres: Tamesis Books, 1984.

6

“Charles Boxer: Gostava de Morrer em Macau”, p. 3.

7

Ibidem, p. 4.

8

Ibidem, p. 4.

9

Raquel Ribeiro entrevistou Tom Earle [Revista 2, jornal *Público*, 8 de Junho de 2014], decano dos Estudos Portugueses na Inglaterra. Essa informação foi prestada por Hélder Macedo, no contexto da mesma entrevista.

10

Polícia política extinta em 1974. O acrónimo significa Polícia Internacional de Defesa do Estado.

11

Foram-lhe concedidos doutoramentos *honoris causa* pelas Universidades de Utrecht (1950), Lisboa (1952), Baía (1959), Liverpool (1966), Hong Kong (1971), Sri Lanka (1980), Universidade Nova de Lisboa (1988).

12

O livro *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*, publicado em 1963 [ed. portuguesa, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto: Afrontamento, 1988], encetou uma polémica histórico-ideológica com Armando Cortesão e Gilberto Freyre.

13

Editada pelo Leal Senado de Macau, em 1997, com nota de apresentação de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, edição trilingue [português-chinês-inglês].

14

Foram organizados os volumes: Luís Gonzaga Gomes, *Macau: Um Município com História*, organização, prefácio e notas de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, Macau: Leal Senado de Macau, 1997, 171 pp.; António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, *O Senado: Fontes Documentais para a História do Leal Senado de Macau*, Macau: Leal Senado de Macau, 1998, 437 pp.

15

Dares-e-Tomares nas Relações Luso-Chinesas durante os Séculos XVII e XVIII através de Macau [Conferência proferida na Casa de Macau,

16

em 8 de Novembro de 1979, durante a IV Quinzena de Macau em Lisboa]. Separata de *Arquivos de Macau*, Tomo I, Janeiro de 1981, p. 4.

17

C. R. Boxer, “Town Councillors and Brothers of Charity”, in *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, pp. 273-295.

18

António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, *O Senado. Fontes Documentais para a História do Leal Senado de Macau*, p. 18.

19

O Senado da Câmara de Macau, pp. 53-54.

20

Ibidem, pp. 32-33.

21

Toponímia de Macau, p. 48.

22

O Senado da Câmara de Macau, p. 47.

23

Ibidem, pp. 19-20.

24

Publicado nos *Arquivos de Macau*, 4.ª série, n.º 8, 1989, pp. 58-59.

25

Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo, p. 20.

26

Ibidem, p. 21.

27

Arquivos de Macau, 3.ª série, Vol. XXI, n.º 1, Janeiro de 1974, pp. 35-36.

28

Toponímia de Macau, pp. 61-62.

29

Jorge Noronha e Silveira, *Subsídios para a História do Direito Constitucional de Macau (1820-1974)*, pp. 81-82.

30

António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, *O Senado. Fontes Documentais...*, p. 20.

31

Pe. Manuel Teixeira, *Macau no Século XVIII*, p. 626.

32

António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, *O Senado. Fontes Documentais...*, p. 22.

33

“Carta do Governador e Capitão General da Índia D. Frederico Guilherme de Sousa, para o Desembargador João Diogo Guerreiro Camacho de Brito Aboim, Procurador da Coroa e Fazenda, pedindo o parecer deste sobre as ordens e providências de S. Maj.^{de} relativas ao Domínio de Macau”, in Manuel Múrias (org.), *Instrução para o Bispo de Pequim e outros Documentos para a História de Macau* [fac-símile da edição da Agência Geral das Colónias], pp. 103 e 105, grafia modernizada.

34

Ibidem, p. 267.

35

Primórdios de Macau, p. 30.

36

Publicado pela Fundação Oriente em 2001. Esta instituição está a editar as Obras Completas de Charles R. Boxer: Vol. 1: *Estudos para a História de Macau: Séculos XVI a XVIII*, 1991; Vol. 2: *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*, 1993. Diogo Ramada Curto preparou a edição de três volumes, *Opera Minora*, Vol. I – *Erudição/Erudition*, 2002; *Opera Minora*, Vol. II – *Orientalismo/Orientalism*, 2002; *Opera Minora*, Vol. III – *Historiografia/Historiography*, 2002.

37

“Charles Boxer: magisterial historian of Portugal and its dark imperial past”, *The Guardian*, 16 May 2000.

BIBLIOGRAFIA

Aresta, António e Oliveira, Celina Veiga de.

O Senado. Fontes Documentais para a História do Leal Senado de Macau. Macau: Leal Senado de Macau, 1998, 437 pp.

Arquivos de Macau, 3.ª Série, Vol. V, n.º 3 , 1966.

Arquivos de Macau, 3.ª Série, Vol. XXI, n.º 1, 1974.

Arquivos de Macau, 4.ª Série, n.º 8, 1989.

Boxer, Charles Ralph.

Dares-e-Tomares nas Relações Luso-Chinesas durante os Séculos XVII e XVIII através de Macau. Separata de *Arquivos de Macau*, Tomo I, Janeiro de 1981, 33 pp.

——.

Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo [*Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and Fancy in the History of Macao*, 1948]. Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, 259 pp.

——.

The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825. Manchester: Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation, 1991, 426 pp.

——.

O Senado da Câmara de Macau, nota de apresentação de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira. Edição trilingue (português-chinês-inglês). Macau: Leal Senado de Macau, 1997, 148 pp.

Figueiredo, António de.

“Charles Boxer: Magisterial historian of Portugal and its dark imperial past”. *The Guardian*, Tuesday, 16 May 2000.

Múrias, Manuel (org.).

Instrução para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau [fac-símile da edição da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1943]. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, 380 pp.

Roque, João Miguel.

“Charles Boxer: Gostava de Morrer em Macau”, *Macau*, n.º 12, 1988, pp. 2-5.

Silveira, Jorge Noronha e.

Subsídios para a História do Direito Constitucional de Macau (1820-1974). Macau: Publicações O Direito, 1991, 300 pp.

Teixeira, Padre Manuel.

Macau no Século XVIII. Macau: Imprensa Nacional, 1984, 750 pp.

——.

Primórdios de Macau. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990, 39 pp.

——.

Toponímia de Macau. Macau: Imprensa Nacional, 1979, 667 pp.



Pormenor de um dos panos das "Tapeçarias de D. João de Castro" (Kunsthistorisches Museum, Viena).



Soldados, Casados, Clérigos e "Gentios" ... A Sociedade no Império Luso-Oriental Segundo C. R. Boxer

VITOR TEIXEIRA*

O "Império Civil" construído pelos portugueses no Oriente é uma das imagens de marca mais originais do frondoso manancial de estudos que Charles Ralph Boxer dedicou ao Extremo Oriente, área geográfica sobre a qual nos focaremos, entre os séculos XVI e XVIII. Marca impressiva, a do pretense "Império Civil" luso-oriental, ainda que diluída na obra de Boxer, surge por comparação com o "Império Militar" hispano-filipino. Ou, melhor dito, espanhol, no seu todo, como se poderia aferir do português, com algumas exceções, embora mitigadas. Civil primeiro, mas militar depois, o império português, refere Boxer, ao contrário do espanhol, que de militar, conquistador, se tornou civil com o decorrer dos séculos.

A expressão "Império Civil" abrangerá mais do que o plano social, em termos de abordagem

histórica, pois retrata, segundo Boxer, o todo que foi a dominação ultramarina desde a tomada de Ceuta, em 1415, até ao "adeus brasileiro" de 1822. Sociedade, mas também processos e sistemas de ocupação, exploração económica, redes políticas, até metodologia missionária, em certa medida, o "Império Civil" de Boxer é a tentativa de definição e caracterização do que foi a criação e desenvolvimento de uma estrutura histórico-geográfica de matriz portuguesa, pluricontinental e multissecular. Detendo-nos no Extremo Oriente, deambulando pelo Sudeste Asiático, a partir da plataforma giratória fundamental que é Macau, este estudo, à guisa de homenagem a Charles Ralph Boxer, procurará, pois, uma síntese do entendimento deste prolífico historiador acerca da(s) sociedade(s) luso-asiáticas no quadro do tal Império Civil, na realidade histórico-geográfica do designado "Estado da Índia". Ou o sistema social português no Oriente, dos "soldados" e "casados", soldados solteiros e colonos casados, clérigos como soldados da cruz e da fé, mas todos "soldados do rei". Boxer acrescenta ainda aos soldados, aos casados/colonos e aos clérigos, os vagabundos, os aventureiros, os mendigos, uma marca importante no perfil social do império ultramarino. Cremos assim que, sem entrar em comparações com o império espanhol, que consideramos mais militar, podemos interpretar a obra

* Doutorado em História pela Universidade do Porto, com Pós-doutoramento em Teoria das Artes na Universidade de Roma La Sapienza e na Universidade Católica Portuguesa (Porto), é investigador no Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias das Artes desta última. É Professor Auxiliar na Universidade de S. José, Macau, e na Universidade Católica Portuguesa (Porto).

Ph.D. in History from Oporto University, with Post-doctorate in Theory of Art at the University of Rome La Sapienza and Catholic University of Portugal (Porto). He is researcher at the Centre for Research on Science and Technology of Arts at the same university in Portugal. He is Assistant Professor at the University of St. Joseph in Macao, and the Catholic University of Portugal (Porto).

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

de Boxer como afirmativa do Império Civil português, que não foi pois tanto uma estrutura (o autor chama-lhe “aparelho”) militar “notável” (adjectivo *boxeriano*...) ou assente em algo que se possa assim definir. Senão, poderíamos recordar as vicissitudes e perdas sucessivas do Império, a sua “organização” militar, na Ásia principalmente, lembrando, entre outros factores para esse definhamento, a entrada em cena dos holandeses, ou dos ingleses, com verdadeiras estruturas militares com as quais só raramente conseguimos medir forças e quase nunca vencer – honrosa excepção para o 22 de Junho de 1622, aqui em Macau, em que as gentes da terra, diríamos assim, venceram os holandeses, num conjunto de escaramuças quase de David contra Golias... Deste modo, consideramos, em síntese, que o Império ultramarino português, na Ásia, refira-se, foi mais “Civil” do que, como considera Boxer, “Militar”.

Muito se tem discutido, nos últimos tempos, acerca da obra de Boxer intitulada *Relações Sociais no Império Colonial Português, 1415-1825*¹ (publicada em português em 1977, mas editada em 1963 em inglês) da “discriminação racial” que o autor considera ter existido nas relações entre portugueses e as comunidades autóctones do espaço ultramarino, submergindo a tradicional concepção da relação aberta e sem complexos raciais das gentes lusíadas, que desconstrói na obra e considera até de “racista”, de certa forma. Ou, dito de outro modo, demonstra-se na obra os modos, comportamentos, de “discriminação racial”. Não vamos aqui analisar, porém, essa obra de Boxer, a qual, segundo alguns, considera como “racista” ou “racionalmente discriminador” o império português. Não se irá mesmo analisar pretensas ideias, subliminares ou até claras, tanto que na referida obra a região mais oriental do Estado da Índia não foi analisada, ou pelo menos de forma substantiva, embora se possam respigar algumas ideias. Esse título é aqui referido pelo facto de evidenciar a atenção do autor para a história da sociedade ultramarina portuguesa, da sua composição e relações, quadros histórico-geográficos e perfis antropológicos até, rompendo por vezes, como veremos, com teorias e modelos que mais não eram que panegíricos a incensar a aventura “mestiça” e plural dos portugueses no seu Império ultramarino. Desfaz, segundo alguns refira-se, o mito da multirracialidade, ou o de que a fé era muito superior ao ideal da conquista, o que até pode enfatizar ainda mais o “Império Civil” português, sublinhando, por contraponto, o “Império Militar” espanhol. Não se

irá pôr em causa essa capacidade histórica lusa de união matrimonial, sexual ou sentimental, com mulheres das regiões onde andaram portugueses, não se irá discutir acerca de que tal não é bem assim ou até havia racismo nas relações interétnicas do império. Apenas afloraremos a abordagem de Boxer acerca das relações sociais, da sociedade enfim, no contexto histórico-geográfico do Extremo Oriente no Império Civil luso, até ao século XVIII. Afinal, o que mais justifica que se fale em Império Civil, no modo como ele se forjou, se manteve e consolidou, reinventou até, na forma como sobreviveu aos sucessivos desastres militares e reduções territoriais, notadamente a partir de 1580. Boxer, é importante referi-lo, em forma de ideia preambular, aponta, com base documental e literária, que existiu “discriminação racial”, refere-a, enuncia-a, mas não a aponta como um quadro geral ou absoluto ou característica dos portugueses, não deixando de enaltecer e, em tese, até defender a longevidade do império a partir do enraizamento dos mesmos em todos os recantos e junto de todos os povos ultramarinos. As categorias “discriminação racial”, “raça” e outras derivadas ou análogas, são enunciadas neste estudo de acordo com o sentido que Boxer lhes dá, na época em que escreveu.

O título onde provavelmente Boxer melhor evidencia esta preocupação de tentativa de “desconstrução” historiográfica será provavelmente uma das suas obras referenciais, *O Império Marítimo Português 1415-1825* (primeira edição em inglês, em 1969, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*), na qual, explicitamente, põe em causa a teoria do luso-tropicalismo, pleno e absoluto, nos cinco séculos de missão civilizadora dos portugueses no mundo, modelo que o Estado Novo aproveitaria, em ênfase e notoriedade propagandística, para sublimar a manutenção do Império – dir-se-ia colonial – português. Boxer não nega a existência dos modos e comportamentos, atitudes colectivas, que sustentam a ideia do luso-tropicalismo que Gilberto Freyre enunciou, antes refere que não foi total, teve épocas, lugares e conjunturas em que a História demonstra precisamente o contrário. Não apenas casos, pessoas, algo pontual, mas lugares e espaços onde nem sempre foi bem assim, a tal convivialidade inter-racial de forma harmoniosa. De certa forma, o luso-tropicalismo enquanto modelo teórico em discussão e até já pertencendo à história da antropologia, enferma, na recepção e divulgação, pela sua “canibalização” por parte do Estado Novo em

Portugal, no seu esforço e afã de preservar o império do Minho a Timor de forma una e inequívoca, estribando-se nessa missão aglutinadora e plurirracial, de abertura e generosidade, que foi o proclamado devir colonizador português. “Esse mundo que os Portugueses criaram”, fruto, mas exemplo também, da tenacidade de um povo que se soube afirmar em curto período, no século XV, como diria J. H. Plumb na “Introdução”² do referido título de Boxer:

“O Império Português é um dos maiores enigmas da história. A qualidade de sobrevivência não foi a única característica estranha do império marítimo português. De facto este Império coloca uma série de questões embaraçosas ao historiador. Por que razão esta nação pequena,

bastante pobre e culturalmente atrasada, foi tão espantosamente bem sucedida nesse grande século de empreendimentos que começou por volta de 1440? E por que razão se tornou este êxito uma pálida sombra de si mesmo no curto espaço de 50 anos?”³

Interrogações para um livro onde elas abundam, como a questão da sociedade ultramarina portuguesa, que afinal o luso-tropicalismo não explica, como não explica a perenidade do império, o tal “mundo que os Portugueses criaram”. Boxer, no seu tempo, no contexto histórico – e historiográfico – em que escreveu esta obra, com as possibilidades documentais e as chaves hermenêuticas que usava, não se enredou em teses laudatórias gratuitas, em teoremas apoloéticos ou

Jan Huygen van Linschoten, “Deste modo se deixam transportar os portugueses que são de ascendência nobre e de posses”, in Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (eds.), *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa: CNCDP, 1977.



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

bálsamos apaziguadores: o laboratório heurístico e a sua experiência de vida como de historiador permitiram-lhe uma análise mais crítica e objectiva, destemida e sem discursos de enaltecimentos ou adjectivações comprometidas. Ainda que, como – e principalmente – em Plumb, o impacto das autodeterminações das antigas colónias europeias em África e na Ásia nos anos 60, ou a imolação portuguesa na Guerra Colonial em África (1961-1975) e do abandono “sem honra” (na opinião do Estado Novo...) de Goa em 1961, tenha provavelmente influenciado opiniões e visões históricas: Boxer não o evidencia, mas até que ponto não é “tocado” por esse contexto nesta sua visão da sociedade ultramarina portuguesa? A “ausência de preconceitos raciais” no império ultramarino português



é, assim, a tese clássica que Boxer põe em causa na sua obra historiográfica.

Atente-se, assim, na forma como analisou as tentativas de Pombal de implementar politicamente um “anti-racismo” ao nível institucional, administrativo e daí passar para a sociedade, principalmente no império ultramarino. Mas não teve sucesso. Num tempo em que, por exemplo, aponta Boxer, a Companhia de Jesus, um dos eixos vectoriais da tal “missão civilizadora” do império, não admitia nativos e mestiços nas suas casas professas, no que não foram, porém, a única ordem religiosa, refere o autor, a proceder de tal modo. Boxer não deslustra nem faz desmerecer o trabalho e acção missionária dos Jesuítas e dos demais institutos religiosos, mas não deixa de identificar este tipo de situações menos humanísticas ou eivadas de proselitismos menos evangélicos. Estende para além da Igreja essas “assimetrias raciais”, ou descontinuidades na tolerância interétnica, identificando-as ao nível da administração, das profissões e mesteres, nas condecorações e agraciamentos honoríficos, como quando diz:

“Se a discriminação racial era omnipresente numa Igreja que pregava ostensivamente a fraternidade entre todos os crentes cristãos, esta discriminação era ainda mais evidente nas outras profissões. Encontramo-la nas forças armadas, na administração municipal e nas corporações dos artífices. A sua existência pode também detectar-se nas regras e regulamentações que regiam a admissão às três ordens militares.”

Ainda neste registo de análise da sociedade ultramarina portuguesa, Boxer não esqueceu também, na sua tese de existência de “discriminação racial”, a escravatura, numa visão em que procura evitar o anacronismo, abordando o tema dentro das categorias próprias da época em questão.

A sua perspectiva é, por isso, singular, curiosa: “Tanto teólogos como leigos estavam convencidos de que a escravatura era autorizada pela Sagrada Escritura. Além disso, os modernos escritores portugueses e brasileiros que afirmam que os seus antepassados nunca tiveram qualquer sentimento de preconceito ou a discriminação racial contra os negros africanos, ignoram o facto evidente de que uma raça não pode escravizar

Pormenor de biombo *namban* (século XVII).

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

sistematicamente membros de outra, em larga escala, durante mais de 300 anos sem adquirir, ao longo deste processo, um sentimento consciente ou inconsciente de superioridade racial”.

Não deixando de fazer um certo julgamento, mais do que em entrelinhas, Boxer enuncia uma posição crítica, uma vez mais contra a tradição historiográfica do seu tempo, ou “de Regime”, denunciando à vontade na questão e conhecimento de estudos das novas correntes antropológicas estruturalistas da sua época, embora não sendo delas o mais fiel discípulo, note-se. Mas a visão crítica, desapaixorada, fundamentada, é uma marca impressiva nesta sua análise, como noutras, próprias de um historiador experimentado, maduro, conhecedor dos meandros, fontes e arquivos, da realidade portuguesa ou lusófona, usando uma “categoria” emergente dos dias de hoje.

As características mais liberais do império português, em comparação com outros impérios coevos, na Ásia diga-se, parecem perder sentido na análise do historiador britânico em apreço, quase que passando para o nível da “lenda”, como referiu Plumb, sem lupas de engrandecimento. O qual aponta a obra de Boxer como uma recordação violenta do que foi a “crueldade e o barbarismo”, por exemplo, no século XVI português, além e aquém-mar. Plumb de certa forma exagera a apreciação de Boxer, mas não deixa de se fundamentar, nessas considerações, no teor da obra do historiador, onde a escravidão, a inferiorização das outras raças pelos portugueses – e não só, refere Plumb – eram consideradas justas no império ultramarino lusíada. Mas só o foram, refira-se, em certos contextos, épocas, por alguns, não de forma generalizada, à luz dos quadros mentais da época, para evitar o “pecado mortal” dos historiadores, segundo Henri-Irinée Marrou: o anacronismo. Um mundo acorrentado à Europa, parece querer dizer, entretanto, Plumb, durante séculos por laços sangrentos, pagando-se um preço terrível na abertura de novos mundos, principalmente por Portugal.

Zelos cruéis, liberalidades sexuais, opressão escravagista, fanatismo, roubo, imoralidade, alianças entre espadas e crucifixos, muitas são as negras matizes com que Plumb pincela a obra de Boxer, mas cremos que força demasiado a nota e extrapola, na intensidade e na adjectivação, o perfil das sociedades ultramarinas de matriz lusófona. Charles Ralph Boxer não é, no entanto, apaziguador nem deixou de polemizar na sua

interpretação acerca das relações inter-raciais no mundo lusíada. Não coloriu de forma tão negra como Plumb, na sua síntese indigenista e apaixonada, anticolonialista até, ainda que não despida de critério e consistência: apenas radical na forma, já que o conteúdo por vezes se aproximará da realidade, mesmo indo para lá da opinião de Boxer. Este, dizíamos, não deixou porém de traçar um império intersocial, o “civil”, diferente do registo de isenção de “preconceitos raciais dignos de menção” que definiu o quadro social ultramarino português. Ou seja, a essa liberalidade e ausência de distinção de raça ou cor portuguesas defendidas até à exaustão pela historiografia tradicional, Boxer contrapõe com a “limpeza” e a “pureza de sangue”, em tónica classista e racial ou, a mais aviltante, permitam o adjectivo, a expressão “raças infectas”, terminologia que surge em abundante documentação, oficial também, como na correspondência privada e até na cronística e outras literaturas.⁴

A tese da “ausência de preconceitos raciais” no império ultramarino português é posta em causa de forma categórica por Boxer, que aponta os exemplos mais antigos dos cristãos-novos/judeus e dos escravos, principalmente africanos, como bastando para pôr em causa essa proverbial e lendária liberalidade racial dos portugueses. Ou, pelo menos, as atitudes e políticas, as práticas, foram sempre diferentes das belas teorias, em tempos e espaços diferentes. Cita o exemplo da formação do clero nativo no Estado da Índia, a qual era possível sempre que “pudessem ter atingido os padrões morais e educacionais exigidos para o sacerdócio”, para etíopes, indianos, africanos. Sol de pouca dura nos seminários goeses, principalmente no de Santa Fé, da Companhia de Jesus, para estudantes africanos e asiáticos. Com efeito, a partir de 1568, após o Concílio de Trento (1545-1563), começa-se a pôr em causa a ideia de formar clero nativo, pois os “desta terra [Índia]”, por exemplo, dizia o Pe. António Gomes, S. J., “são pobres de espírito”, e os portugueses só se queriam confessar a padres compatriotas, ouvir missa deles, “... só a padres de sangue puramente português”, rematava aquela jesuíta. Antes S. Francisco Xavier não advogara também que não se deveriam admitir noviços indianos na Companhia? Recorda Boxer... E lembra, no mesmo sentido, que, até 1773, só um indiano foi ordenado padre na Companhia, e em 1575... Em abono da verdade, os jesuítas do Padroado Português do Oriente seguiram também indicações superiores

para não admitirem noviços asiáticos ou euro-asiáticos, não apenas eles próprios advogaram essa recusa. O que manifesta que a tal liberalidade racial era uma bela teoria mais da historiografia dos séculos XIX e XX e de algumas figuras pontuais até então do que uma realidade plena. Curiosamente, japoneses, chineses e indochineses e coreanos, foram autorizados por Alessandro de Valignano, S. J. (visitador da Companhia na Ásia entre 1574 e 1506), a noviciarem e formarem-se nos Jesuítas, mas opondo-se aos indianos... Tudo porque os portugueses não os estimavam tanto, por serem de cor: “...todas as raças escuras são muito estúpidas e viciosas, e espiritualmente do mais baixo nível que é possível, como também porque os Portugueses as tratam com o maior dos desprezos...”. Ter cor, ou alguma, certa mestiçagem, não era bem visto, ao que parece, pelos portugueses. Estes consideravam, aliás, segundo um dominicano italiano, Fr. Ardizzone Spínola, todas as raças como intrinsecamente inferiores à branca, acusando a existência de discriminação racial no Padroado, como na administração colonial portuguesa. Até a comunhão, dizia o frade, era proibida a gentes de cor de classes baixas e escravos negros. Estigmas, principalmente na formação do clero nativo, que apenas com o Marquês de Pombal se diluíram em parte ou mitigariam na intensidade, refere Boxer, que adjudica a este “déspota excentricamente esclarecido” uma política anti-racista no Império. Política efémera, porém, fracassada até. Mas, pelo menos, o termo “cristãos-novos” foi desaparecendo, apesar de terem subsistido alguns desses arcaísmos, por exemplo em Macau, onde, em 1790, alguns pregadores mais retrógrados, refere Boxer, mantinham a crença “cretina” (expressão do autor) de que “os cristãos-novos nasciam com um pedaço de cauda e que os homens eram menstruados como as mulheres”... Não haverá também uma certa rivalidade ou desprezo em relação aos portugueses e ao seu extenso império ultramarino, à sua implantação e enraizamento no mesmo, por parte de muitos estrangeiros, mesmo clérigos, com crítica fácil e focada apenas no lado negativo?

Soldados, solteiros, colonos, casados, estavam sempre de guarda, mas não eram uma estrutura militar ou militarizada forte e afirmativa, embora confinados a espaços cercados por civilizações maiores e mais poderosas, em quase enclaves de fronteira – Índia portuguesa, Malaca, Macau, Ormuz, Nagasáqui... –, criando aquilo que era um empreendimento militar.

Mas urdido por teias mais civis, entre as liberalidades e as discriminações. Boxer começa por tentar afirmar o carácter militar mas põe mais estribos e afirma mais o pendor civil, ou a capilaridade civilista do império, tantas vezes perdedor na arte da guerra, ainda que com soldados em pequenas unidades, mas nem sempre os melhores, todavia. Nunca numa boa organização militar, que não era também rápida a intervir normalmente, além de serem desmobilizados tão depressa como eram mobilizados, sem os mercenários que engrossaram, por exemplo, o ramo militar da Companhia das Índias Orientais da Holanda. Mal pagos, numa estrutura mal organizada, efémera muitas vezes em termos de acção, sem casernas ou alojamentos, mal treinados muitas vezes, estes soldados reinóis cirandavam pelo Oriente, em expedientes e actividades nem sempre consentâneas com o espírito castrense, à procura de aventura, de mulheres e de soldo mais fácil. Pediam nas ruas, nas portas de igrejas e conventos, recorda Boxer, morriam à fome, trabalhavam como escoltas ou então amancebavam-se com senhoras que os sustentavam. O jogo, as tabernas, a prostituição, as famílias que não raro criavam, exauriam os parques estipêndios que amealhavam. Poucos regressavam desta vida aventureira, os que o faziam retornavam sempre depois de oito ou dez anos, reclamando da Coroa recompensas, nem sempre justas. A maior parte ficou pelo Oriente, vagueando, na aventura, sem eira nem beira, muitos passando de “soldados” a “casados”, disseminando-se por toda a Ásia. Terras havia, porém, onde os soldados eram um “bem raro”, como Macau, ou poucos, mal treinados. Os holandeses, refere Boxer, assim o documentam, a justificar o seu fracasso na tentativa de conquistar a Cidade do Nome de Deus na China em 24 de Junho de 1622, quando sofreram retumbante derrota perante civis portugueses e alguns militares, muito poucos, mas diante de um “exército esfarrapado” de escravos e “filhos da terra”, destemidos e bravos, responsáveis pela expulsão do ataque holandês. As tropas portuguesas estavam em Malaca, dali não se mexendo, tendo deixado Macau, apesar dos avisos, à mercê da poderosa armada holandesa.



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Boxer realça a vitória dos macaenses (euro-asiáticos), dos asiáticos vários e dos escravos africanos, com alguns portugueses e um destemido jesuíta italiano, o padre Rho, com dotes de artilheiro. Os holandeses atribuem a vitória aos escravos e aos macaenses, principalmente aos primeiros. Os portugueses, segundo Boxer, embora salientando o empenho dos africanos, atribuem a glória aos portugueses europeus e aos macaenses.

Também aqui Boxer parece, mais subliminarmente, recordar a tal “discriminação racial”, que Plumb alcandora a níveis mais radicais. Boxer recorda mesmo que, depois da vitória, já em 1651, o governador de Macau pediu ao vice-rei de Goa, soldados para a colónia na foz do rio das Pérolas, mas soldados portugueses, reinóis, ou escravos negros, não os “inúteis” soldados “mesticinhos”, indianos... Aliás, os mestiços luso-indianos, que antes tão propalada fora a sua “fundação” como “grupo social” (para não falarmos nessa anacrónica e perigosa categoria que é a “raça”) na Índia portuguesa por Afonso de Albuquerque mas, curiosamente – algo que pouco se tem revelado na historiografia... – tão rechaçada no seu tempo como *a posteriori*, estes luso-indianos foram sistematicamente proibidos de se alistarem como soldados. Boxer encontra mesmo discriminação de castas nessa política portuguesa de casamentos com indianas escolhidas entre castas de origem ariana, brâmanes, não com mulheres de quaisquer castas. Sobre os mestiços, e no que concerne à sua valia militar, foram quase sempre considerados, pelos vice-reis e não só, como “demasiado brandos efeminados”; para se alistarem, se aceites, tinham que ter um certificado de que eram filhos ou netos de portugueses nascidos na Europa... Mas os preconceitos não oficiais, para Boxer, eram mais marcantes nas relações inter-raciais, como se vê nas escolhas para os cargos da administração, na hierarquia da Igreja ou até comandos militares: há até queixas de portugueses de Goa acerca da escolha de adolescentes imberbes chegados de Portugal para comandar actos militares, sem nunca terem visto tal coisa nem conhecerem o território... Noutro registo, Boxer ainda relembra o erro comum de considerar que os goeses têm uma considerável dose de sangue português, contrapondo que os mesmos são etnicamente indianos, ainda que católicos, falando português e tendo nomes portugueses. Não apenas a pretensa discriminação racial merece enfoque da parte do historiador britânico, mas também a clarificação de mitos historiográficos, ou culturais. Mas as referências a essa “discriminação racial”,

noutras nuances, pontuam a obra de Boxer, em diversas nuances, aliás, como veremos de seguida.

Charles Ralph Boxer trabalhou também, continuando esta nossa análise, sucinta, do conteúdo “social” da sua obra plena de reflexão crítica, o problema da questão “sexual” dos soldados, dos colonizadores, casados, solteiros ou até celibatários (clérigos) no Estado da Índia, respigando, por exemplo, o roteiro de Peter Mundy, viajante inglês que andou pelo Oriente, em especial Macau, terra de “luxo, imoralidade, insegurança”⁵... Mas não deixa de referir que naquela colónia portuguesa, apesar da “frequente “libertinagem, roubo, perfídia”, existia também “piedade, caridade, hospitalidade” – entenda-se o dever dos hospitais, como o da Misericórdia. Soldados e “casados”, colonos foram alvo da pena acusadora dos críticos, clérigos, à tão aludida depravação sexual na Ásia portuguesa, onde, segundo uma carta de um jesuíta a S. Inácio de Loiola, em 1550, os portugueses compravam machos e fêmeas como quem compra animais, rebanhos de raparigas compradas por um só homem, que com elas dorme. Como colonos casados, que têm várias escravas com quem dormem, tudo levado a excessos, dizia o remetente. Um artesão euro-asiático ou europeu comum podia ter 15 ou 20 escravas, acrescenta Boxer, dando o exemplo de que, no século XVII, um ferreiro mulato de Goa tinha 26 mulheres e raparigas. Cidadãos e funcionários abastados tinham frequentemente entre 50 e 100 escravos domésticos e as senhoras ricas tinham às vezes mais de 300.⁶ Este número de escravos domésticos era mantido para dar estatuto e prestígio social aos proprietários, tanto em África e na América do Sul como na Ásia. Excessos da “líbido lusitana”, chama-lhe Boxer, perante a “fascinação horrorizada” de visitantes e observadores estrangeiros que viajaram pelo Estado da Índia, ou a “repugnância escandalizada” por parte de missionários e alguma hierarquia da Igreja. Uma promiscuidade sexual, classifica assim Boxer, por vezes, a “liberdade sexual” dos portugueses no Oriente, embora apenas masculina, de “soldados”, “casados” e não só, mas nunca concedida às mulheres. Aliás, maridos enganados que matassem esposas adúlteras não eram condenados nem censurados, mesmo que apenas por suspeita que fosse.⁷ Mas o historiador britânico não alinha em total acordo nesses julgamentos de viajantes e prelados, ou não opta por julgamentos tão terríveis ou severos, apenas revela e documenta, optando por referir que a perfídia e discriminação não eram extensíveis a

todos, havendo homens de sinceridade e reafirmando a boa obra dos irmãos das Misericórdias no Império, gente proba e conscienciosa, recrutada entre “casados”, normalmente.⁸ Revisita até, neste sentido, Peter Mundy, que conheceu a sociedade ultramarina portuguesa de Macau, mas que não deixou todavia de apresentar o “outro lado da moeda”, de uma visão encantadora da sociedade, da família, em Macau, da coexistência interétnica harmoniosa e quase delico-doce, nas palavras de Boxer, que a sublinha.

Cremos que Boxer, apesar de denunciar depravações, discriminações, sexuais ou étnicas, ou outros abusos, em contraponto à lendária liberalidade social e “racial” portuguesa, tão apregoada pela historiografia tradicional, apesar da sua preocupação em revelar todo esse lado mais “obsuro”, ou obscurecido, não deixa nunca de recordar o lado positivo, sem incensos ou bálsamos, sem julgamentos, dos séculos de relações interétnicas na Ásia Portuguesa. Boxer não recorda apenas os erros e deslizos da sociedade ultramarina, radica até esse perfil na sociedade reinol portuguesa, baseado em relatos e cartas, literatura de viagem e outro tipo de escritos, não apenas de estrangeiros mas também de portugueses. De patriotas como o Pe. António Vieira, que designava os seus compatriotas como os “cafres da Europa”, condenação violenta baseada na falta de cultura e de curiosidade das gentes lusas. O “sangue e os bens” sempre contaram mais em Portugal do que a cultura e a literatura, valores que foram levados para o Império Ultramarino e aí muitas vezes excedidos e tornados mais repulsivos aos olhos de alguns viajantes estrangeiros, portugueses cultos e letrados, ou empedernidos moralistas.⁹ A tacanhez que Diogo do Couto acusa de ser característica portuguesa é reverberada por Boxer, bem como a falta de informação ou de conhecimento a vários níveis. Todavia, Boxer não deixou nunca de acusar de maliciosas superficiais muitas dessas críticas, principalmente de estrangeiros, o que atesta a sua ponderação e cuidado, evitando o juízo fácil e jocoso. Chega até a dirigir – para o caso de visitantes ingleses... – as mesmas críticas aos portugueses, feitas por certos estrangeiros, para os compatriotas destes.¹⁰ O que ingleses, franceses, italianos, fossem protestantes ou católicos, disseram acerca dos portugueses, afirma Boxer, podia-lhes ser devolvido em igual ou pior proporção. Como quando refere que muitos dos fidalgos rurais seus compatriotas – que até alguns se comparavam superiores a professores de Oxford – se preocupavam

mais com “cavalos e cães de caça” (e copos, *sic*) “do que em livros e manuscritos”.¹¹ Críticas aos metropolitanos que se estendiam aos habitantes das colónias, claro, não apenas na sociedade civil como na clerical ou militar. Boxer, de forma preclara e esclarecida, na análise e no manuseio e interpretação de fontes, na procura de contexto e com pensamento crítico, diga-se, relembra amiúde que se tem que pensar, quando se estuda ou se procura definir a sociedade portuguesa entre os séculos XVI e XVII, no contexto histórico, religioso, cultural de Portugal e do seu império nesse período. Ou seja, num contexto dominado em boa parte pela Inquisição, nas suas extensões, como o Índex, no moralismo de parte da hierarquia eclesiástica e no pavor ao “estrangeiro” (veja-se o sentido desprezativo do termo português “estrangeirado” para os que iam estudar fora do país e regressavam), semente de ideias heréticas e malfazejas. As plantas da cultura e do crescimento intelectual foram pouco regados, porque à sua volta era difícil abrir portas e horizontes, deixar entrar ventos refrescantes, ou seja, ideias novas e diferentes. O que entrou, ainda assim, ou os que entraram, muito fizeram e reproduziram ainda mais o conhecimento e a instrução. Mas podia ter havido mais brisas. Como no império ultramarino, onde muitas vezes se fez sentir mais apertado esse espartilho controlador e isolante da sociedade e da cultura. Daí os quadros culturais, mentais, comportamentais, sociais que Boxer denuncia, embora não os apresente como valor absoluto e total, repita-se. Mas também, além dessas peias inibidoras, temos que pensar com Valignano, quanto à Índia, e estendendo ao Sudeste Asiático, que por lá se estava em terras de fronteira e em enclaves, logo de guerra e comércio, não tanto para estudo e ensino. A opção pelo material, pela acumulação e distribuição de bens e capitais era o mais importante, criando uma sociedade de “soldados” e “casados”, de mercadores, mas também de contrabandistas, monopolistas, vagabundos e aventureiros, semeadores de “libertinagem, roubo e perfídia”.¹²

Do idealismo voluntarioso dos portugueses que rumavam aos diversos cantos do crescente império ultramarino, entre 1415 e 1825, como descobridores, soldados, colonos, mercadores e missionários, em muitos casos todos esses ideais foram substituídos por ambição, sórdida, de ganhos materiais, de violência, de discriminação étnica e religiosa, de escravatura, de morte... Outros tempos, sem dúvida, mas que não foram de absoluta liberalidade, abertura e “tolerância”

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



– conceito que, em si, já contém possibilidade de discriminação, superioridade... Tolerar é aguentar, sofrer pacientemente, o “mesmo que paciência” como dizia Bluteau. Que nem sempre foi regra ou característica perene ou difundida da mesma forma no tempo e no espaço do império ultramarino português. Onde o espírito de Cruzada, afinal, se manteve por mais tempo que noutros países do orbe católico.

Neste aspecto da formação e nível cultural dos que emigravam para o Ultramar português que depressa eram responsáveis por este aspecto menos positivo das relações sociais nos espaços coloniais, nos desregramentos comportamentais, abusos e prepotências, desmandos, ambições desmedidas e desrespeito pela vida humana, exploração, etc., e evitando o anacronismo, é importante que se reflita no facto de que em Portugal, terra de jurisprudência “selvagem”(como na Inglaterra, refere Boxer), se sentenciava multidões de larápios, de criminosos menores, por períodos mais ou menos longos, degredos e exílios para toda a vida. Esta amálgama de degredados, em vez de servir nas galés, acabava, por comutação das penas de morte, por ir engrossar as fileiras das hostes colonizadoras, agravando a situação social, ao nível ético ou moral, das relações humanas e comportamentais, transferindo hábitos e inseguranças, excessos metropolitanos para o ultramar. Patifes, vagabundos, mendigos, degredados, enxamearam pelo império, terra de fronteira, de guerra e comércio, não tanto de polimento, ensino e cultura, onde a oportunidade e a aventura valiam mais, onde o desejo, a todos os títulos, a necessidade, a corrupção e ganância, colidiam com a probidade de outros, a honestidade e o zelo moral, por vezes excessivo. E aos quais a Inquisição de Goa e os seus tentáculos quase nunca chegaram ou sequer quiseram chegar, ou importunaram ou quiseram atingir. Os infectos protestantes holandeses ou cristãos-novos, os pagãos, as bruxas e os comportamentos sexuais desviantes mereciam mais a atenção proselitista e fumigadora da Inquisição, mais preocupada com o que vinha do estrangeiro ou os livros contaminadores. Os patifes, assassinos, aventureiros sem escrúpulos, eram alçada do poder civil, que também não se preocupou muito em debelar tais agentes de subversão social ou comportamental. Situação social agravada

com a chegada de degredados, patifes, vagabundos e mendigos profissionais, soldadesca mal formada que frequentava os *bas-fonds* do Império, do Brasil a Macau, que se amancebava com prostitutas, “nativas”, de cor, criando uma miscigenação fortuita, ou a “ínfima plebe”, originando problemas de relações interétnicas que vinham agravar o quadro de “discriminação racial” que Boxer projecta em certos contextos e que Plumb tonaliza como praga.¹³

Por aqui vai Boxer, até se servindo dessa apreciação, que pensamos em conceito estar próxima da realidade, para justificar a qualidade de disciplina, técnica e organização dos soldados na Ásia Portuguesa. No comando, optaram sempre os portugueses por fidalgos,¹⁴ nobres, para chefias navais e militares, ou seja, o berço e o nome, ao contrário dos holandeses, que privilegiavam conhecimento, formação e estratégia, disciplina e treino, além de experiência. Que eram os critérios de promoção também, de progressão na carreira. Não linhagens, nomes ou nascimentos, conhecimentos ou casamentos programados. A disciplina e o treino eram também diferentes ao nível subalterno ou de base nas estruturas militares portuguesa e holandesa... A falta de autonomia de decisão e a penúria de capital pioravam ainda mais a “guerra de pobres” dos portugueses, como lhe chamavam os holandeses.

Os soldados, recrutados à força ou em comutação de penas por parte dos portugueses, eram o reflexo de parte da estrutura social do império luso-asiático, pois os cadastrados e condenados na metrópole eram o grosso das hostes. Quando não estavam a soldo, parco, em guerra, podemos pensar no que constituiriam para a sociedade, porque “aquele que se comporta mal em Portugal não se pode comportar bem na Índia”.¹⁵ Boxer alude ainda a outro drama neste quadro social militar da Ásia portuguesa: o recrutamento de crianças para servirem nas forças militares no Estado da Índia. Crianças que tinham entre oito e doze anos, até de seis!!! As queixas surgiram, as resoluções ao que parece nem tanto, mas lá se foi fazendo a guerra.¹⁶ Neste cenário e sem grandes esforços em termos de tática e disciplina, além da inexistência durante os primeiros dois séculos do Império de uma estrutura militar permanente, com unidades organizadas e com formação, era difícil o mundo ultramarino não esboroar por vezes ou em certas alturas, valendo-se então mais de heroísmos e lealdades por parte dos mestiços e dos “casados” e de alguns soldados do que de tropas regulares e esforços

Palanquim rígido, in *Aomen Jilue* 澳门记略 (*Breve Monografia de Macau*), de Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 张汝霖, 1751.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

consistentes da Coroa. Como sucedeu em Macau em 1622 e em Pernambuco, no Brasil, em 1656, sempre contra os holandeses, curiosamente. Por isso, cremos que o Império Civil, ou Mestiço, servirá melhor que Império Militar para qualificar o mundo ultramarino português, sem os *tercios* espanhóis ou a máquina militar holandesa e inglesa. Soldados, poucos e maus, que dormiam sextas em vez de quartos de vigilância, com escravos africanos a guardarem-lhes as armas, fracas, valendo-se ora daqueles ora dos naturais ou “mestiços,” assim ia o Império, segundo Boxer...¹⁷

Mas Boxer, apesar do quadro cinzento que traça do tecido militar e de defesa do Império, fraco na composição e comando, disciplina e formação, mas valendo-se das alianças locais (como os lascarins de Ceilão, por exemplo) ou das mestiçagens (Macau) e muitas vezes dos anónimos e esquecidos escravos africanos (Macau e não só...), mal-grado essa dimensão mais negativa, elabora uma das suas teses mais impressivas e de grande interesse sobre a manutenção longa do império, servindo-se até de opiniões e relatos de estrangeiros. Como colonizadores, defende, os portugueses deixaram raízes mais profundas e perenes, contrabalançando os erros militares e a superioridade esmagadora dos inimigos, como os arqui-rivais holandeses na Ásia, por exemplo, ao longo do século xvii.¹⁸ Os portugueses, na Ásia, por lá viviam como se fosse a sua terra, num sentimento de pertença notável, forte, como se não tivesse outro país para viver, uns contentando-se com pouco, outros enriquecendo, criando laços familiares de mestiçagem, deambulando ou sedentarizando-se, penetrando capilarmente por toda a Ásia meridional.¹⁹ Portugal ficava para trás, até as famílias eram esquecidas, como tantas vezes, precoce e profeticamente Gil Vicente apontou. Jean-Baptiste Tavernier, viajante huguenote, recorda Boxer, dizia nas suas viagens pela Ásia que os portugueses, seja onde for, tentam tornar o lugar onde estão melhor, apaixonam-se pela terra e fixam-se, tomando-a como sua, enquanto os holandeses, por exemplo, tudo destroem (e iam apenas por 5-7 anos, regressando quase sempre à terra natal).²⁰

Além disso, mais que estes ou os ingleses, os portugueses casavam-se muito mais com as mulheres asiáticas. Embora Boxer, atente-se, mitigue esta aclamação do casamento/união fácil dos portugueses com mulheres “nativas”: apenas o faziam mais que os outros europeus, que não deixavam de o fazer. Faziam-no, os portugueses, além disso, também com mulheres

de classes mais baixas, na Índia (embora noutra parte, com já referimos, Boxer referisse que os casamentos, na Índia, eram mais com mulheres de castas superiores, brâmanes de preferência, no que parece uma contradição do autor...), como em Macau, prostitutas ou então mulheres convertidas ao Cristianismo, mulheres quase sempre pertencendo a meios afastados ou renegados pelos poderes autóctones, sem influências as mais das vezes, portanto, na política e nas relações económicas. Boxer, todavia, retoma, mesmo ao traçar esta faceta social ultramarina portuguesa, a tese do preconceito racial, em “elevado grau” até, refere,²¹ apoiando-se numa apreciação, um pouco exagerada, diz, de Jan Huygen van Linschoten (1563-1611) que dizia que os portugueses “em todos os locais serem senhores e donos, desprezando e aviltando os habitantes”.²²

Mas não deixavam de colher simpatias e favores, por exemplo, como sucedeu na Índia, ou Macau, onde eram preferidos a outros europeus no trato e comércio, mesmo apesar das suas tendências monopolistas. Os métodos coercivos, mais que persuasivos, dos missionários do Padroado, aponta Boxer, ajudavam também a esse enraizamento social português no Oriente. Persuasivos foram sim os jesuítas da corte imperial chinesa, em Pequim, quando conseguiram afastar os holandeses da China, ainda que fossem desejados em Guangdong ou Fujian, principalmente depois da instauração da dinastia Qíng (manchus), em 1644. Como importante era a empregabilidade que os portugueses asseguravam em Macau, por exemplo, ou até na Índia, confiando muitas das tarefas ligadas ao comércio e à navegação aos naturais, além de portugueses pobres que circulavam pela Ásia, enquanto outras potências marítimas, como os inevitáveis holandeses, entregavam a maior parte do trabalho aos seus funcionários ou marinagem, nacionais. A língua portuguesa, ou as línguas crioulas, “papiamentos” ou “papiações”, a partir da mesma, disseminaram-se igualmente pela Ásia, como língua franca, falada por portugueses mas também por luso-asiáticos e escravos, além de muitos holandeses (que consideravam uma língua de elite, “cultu”, falando entre si em privado, como em Batávia, onde aprendiam com escravos que a usavam) e outros povos, que necessitavam quase sempre de saber um pouco de português, ou um crioulo derivado, para contactar e mercadejar com populações costeiras em torno do Índico e na China e Insulíndia.

Saliente-se que Boxer se serviu não apenas da documentação, exornada em sede de arquivos, de vários tipos de categorias e fundos, mas também de literatura de viagens, de correspondências e de outras fontes, manuscritas ou impressas, muitas vezes indirectas, para estribo dos seus estudos, no caso em torno da sociedade ultramarina.

Em Macau, como no Brasil holandês, nas revoltas até à expulsão dos holandeses em 1656, quem engrossou e liderou as forças de libertação – não exércitos organizados – foram colonos mas principalmente mestiços, mulatos, índios, escravos, um exército sobretudo de “cor”. Ali, na Cidade do Nome de Deus na China, os vitoriosos não foram tanto os portugueses europeus, mas antes os luso-asiáticos/macaenses, “filhos da terra”, escravos e outros, com poucos portugueses, embora possamos salientar Lopo Sarmiento de Carvalho, por exemplo. Tudo se passou, pois, numa sociedade que, apesar das relações interétnicas nem sempre fáceis, e da opressão colonial, manteve-se leal à Coroa ou a Portugal, melhor dito. Boxer soube enaltecer também este aspecto, mostrando que não queria apresentar uma síntese de denúncia de erros e julgamentos dos mesmos, no aspecto social e interétnico. Sobre Macau, aliás, a sua crítica não é tão verrinosa, segue até Vitorino Magalhães Godinho na sua análise, embora não “embandeirando em arco” em liberalidades e concepções esplendorosas acerca da harmoniosa sociedade ultramarina portuguesa, como fez alguma historiografia tradicional em Portugal, principalmente, como já se referiu, no Estado Novo.

A capacidade de adaptação europeia a um meio asiático nunca foi em lado algum tão bem conseguida ou demonstrada como em Macau,²³ enuncia Charles Ralph Boxer acerca da sociedade de “casados” estabelecida na Cidade do Nome de Deus na China. Uma sociedade onde, todavia, os objectivos e interesses, materiais ou políticos, nem sempre eram coincidentes com os da Coroa ou os do vice-rei em Goa, mesmo estando no Estado da Índia. Em Macau, a mistura “racial” da população, assinala, é notável, como o demonstram o *patoá* (a *papiaçam*) ou a culinária e as tradições culturais e religiosas da população, além da arquitectura e urbanismo. Onde, afinal, poucas ou raras foram as mulheres europeias a viver durante cerca de 250 anos, até ao século xviii, dito de outro modo. Japonesas, malaias, indianas, indonésias (da Insulíndia), terão constituído os grupos étnicos das primeiras

esposas ou concubinas dos portugueses até cerca de 1580, quando são progressivamente substituídas pelas chinesas. Muitas delas descendentes das primeiras famílias chinesas cristianizadas, em crescendo, ou das *mui-tsai* (raparigas reduzidas à escravidão ou servidão, alugadas ou compradas na infância ou adolescência para serviços domésticos, por tempo indeterminado),²⁴ entretanto baptizadas e cristianizadas. *Los Portugueses de Macau se casan con ellas de mejor voluntad que con las Portuguesas, por las muchas virtudes que las adornan*, lembrava o jesuíta espanhol Alonso Sanchéz, em 1583, porque *son naturalmente encogidas, honestas, humildes, sujetas a sus maridos, trabajadoras, caseras; no salen a la calle sino muy raramente, y cuando lo hacen, van en sillas y tapadas, remata*.²⁵ Tais encómios na época, feitos para mais por um sacerdote jesuíta, atestam a idoneidade destas damas e a simpatia que os varões portugueses em Macau lhes dedicavam para matrimoniar e constituir família, criando-se uma classe “média” ou “alta” na sociedade macaense, onde se encaixavam as senhoras merecedoras daquela descrição, mesmo que tivessem ou descendessem de gente de “classes” mais baixas. Continuariam a ser as mulheres chinesas, ou com sangue chinês, as que ascendiam ao matrimónio com os portugueses, como se relata em 1625 e mais tarde em 1637, então já na pena de Peter Mundy, que refere que apenas uma mulher casada em Macau, à época, era europeia (portuguesa). António Bocarro, no seu *Livro do Estado da Índia Oriental* (1635), dois anos antes de Mundy, elencava estatisticamente a sociedade de Macau:

“Os casados que tem esta Cidade são oitocentos sincoenta Portugueses seus filhos, que são muito mais bem dispostos, e robustos, que nenhum que aja neste oriente... Alem deste numero de casados Portugueses, tem esta Cidade outros tantos casados entre naturais da terra, Chinas Christãos que chamao jurubassas de que são os mais, e outras nações todas christãos.”²⁶

Mas quer os “filhos da terra”, quer os “jurubassas” nunca controlaram o poder em Macau, detido sempre por reinóis, os “casados”, de acordo com constrangimentos impostos pelos mandarins, que variavam em intensidade ou periodicidade, mas sempre omnipresentes na vida da colónia do estuário do rio das Pérolas. Também por vezes outros indivíduos, emergentes na Ásia Portuguesa, desembarcavam em Macau e aqui conseguiam passar a controladores

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

ou detentores de poder no território, ao qual se vinculavam através dos casamentos com mestiças filhas de famílias interétnicas formadas e com pergaminhos, criando alternativas na política matrimonial macaense, “sangue novo”, passe a expressão, aliás importante do ponto de vista genético. O Senado e a Santa Casa da Misericórdia, as instituições de poder mais importantes fora do domínio directo dos mandarins e marcadamente portuguesas, na forma como no modelo, foram sempre dominadas e governadas por reinóis. Mas a política da “pureza de sangue”, contra as “raças infectas”, uma vez mais surge na Ásia Portuguesa, em Macau, onde a restritiva possibilidade de ser membro ou irmão naquelas instituições impunha a impossibilidade de se ter sangue judaico, ou cristão-novo, negro ou mouro.²⁷ Pelo menos assim foi até ao século XVIII, sem mestiços ou chineses, que constituíam a maioria da população de Macau, mesmo com lealdades à Coroa comprovadas, heroísmos e bravuras como em 1622; ao que tudo indica sempre estiveram arredados do poder, sendo até vexados...

Até se chegou mesmo à proibição, com pompa e alardo, em 1744, por parte do Senado, a todos os habitantes de Macau que não fossem “europeus de nação e geração” de usarem peruca ou sombrinhas. Claro que os “*naturates*” da terra, que sempre foram leais à Coroa, a defenderam e por ela derramaram o seu sangue, que se casaram com interetnicamente, que foram sempre os primeiros a pagar impostos e taxas, logo saíram a terreiro em veemente protesto, fazendo a sua voz e clamores chegarem a Goa aos ouvidos do vice-rei, que considerou justas as suas reivindicações e anulou o “bando” (decreto do Senado), ofensivo e ilógico, atira Boxer.²⁸ Mas pouco se mudou, os privilégios e honras mantiveram-se exclusivos dos reinóis “moradores”, quando muito para os Macaenses com mais reduzida mistura de sangue asiático... Boxer defende mesmo que

nunca existiram relações verdadeiramente harmoniosas, ou de forma continuada, entre os portugueses e os mestiços ou os chineses cristianizados. Crispação, afrontas, feudos estabelecidos, disputas, dissensões e desuniões, assim poderíamos caracterizar, na mira de Boxer, as relações entre os portugueses e aqueles grupos em Macau. Divergências e tensão até, assim eram as relações muitas vezes entre aqueles grupos, embora não se possa recusar que tenha existido um contexto favorável para relações grupais pacíficas, aliás a forja da sociedade que campeou em Macau até ao século xx. Mas “Não há outra mais Leal”, afirma Boxer, e essa lealdade inquestionada foi a base, mais que a etnia ou religião, origem, casamento, que sustentou a interetnicidade de Macau tal como a conhecemos historicamente. A lealdade que se sobrepôs à tensão e à divergência, cimentando uniões e desenhando teias sociais complexas, esquecidas muitas vezes do poder central ou de Goa, mas, mesmo assim, leais e indomitamente aguerridas contra quaisquer tentativas de subjugação externa.

Em suma, Boxer, grande conhecedor da história ultramarina portuguesa, asiática nomeadamente, como das fontes, manuscritas ou impressas, e da literatura e historiografia em torno da mesma, não alinha, consideramos, na tradicional teoria da liberalidade total e *sine macula* do diálogo inter-racial (a expressão é sempre no sentido *boxeriano*), ou não considera o quadro geral das relações entre os portugueses e os povos autóctones dos territórios “colonizados” como capaz de, no geral, qualificar tal relação como a historiografia tradicional, apologética e laudatória do império multirracial coeso e harmonioso, fez durante largos tempos e como, aliás, ainda continua a fazer. Mas sem cair no exagero indigenista ou na crítica negativa ou desconstruidora apenas. **RC**

13 *Ibidem*, p. 304.
14 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*. Vide cap. III, pp. 43 ss.
15 Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português...*, p. 124, a partir de citação, de relato do capitão João Ribeiro, veterano da Guerra de Ceilão (1640-1658) acerca dos que iam directamente do Limoeiro para a Índia, *apud* João Ribeiro, *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, completado em 1685, com primeira publicação em 1835; cf. Johann Saar, *Oost-Indianische Funfzehen-Jahrige Kriegs-dienst*, Nuremberga, 1662.
16 *Ibidem*.
17 *Ibidem*, pp. 124 ss. Vale a pena compulsar estas páginas, escritas por um historiador, militar, profundamente conhecedor da história ultramarina portuguesa e os exemplos que respiga de textos de época ou relatos, documentos, que desenham um panorama complicado no seio das “forças militares” portuguesas, quase sempre “à espera por um milagre do Céu” ou dos bravos e indómitos luso-descendentes, mais leais e patrióticos que os reinóis e substituindo a “incompetência crónica do alto comando português” em várias situações, como em Ceilão, em 1655, contra os inevitáveis holandeses.
18 *Ibidem*, pp. 127 ss.
19 Não poderemos nunca esquecer que assim também pensava Vitorino Magalhães Godinho, quando defendia que a maioria dos portugueses estantes na Índia consideravam esta região quase como a sua “mãe-pátria, como se de lá fosse nativos ou outra pátria não tivessem.

Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3.ª ed. Lisboa: Arcádia, 1977, p. 64.
20 Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português...*, p. 128.
21 *Ibidem*, p. 129.
22 *Ibidem*. Cf. Jan Huygen van Linschoten, *Itinerario, voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien* (1595-1596) [trad. port. *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, edição de Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998] autor de outros pequenos trabalhos sobre a Ásia portuguesa, que bem conheceu e por onde viajou e circulou livremente. Talvez até como espião, labéu que lhe não foge na opinião de alguns historiadores.
23 Charles R. Boxer, “O Macaense: Homem Dividido?”, *in* Ana Maria Amaro (coord.), *Macaenses em Lisboa. Memórias do Oriente*”, p. 10.
24 Cf. Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente...*, pp. 227 ss.
25 *Tratado e Apuntamiento* apresentados por Alonso Sánchez, S. J., ao rei Filipe II (I de Portugal) em 1588, *apud* Torres y Lanzas e Navas del Valle, *Catálogo de los documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*, Vol. III. Barcelona: Compañia General de Tabacos de Filipinas, 1927.
26 Cf. para Mundy e Bocarro, Charles R. Boxer, *Macau na Época da Restauração (Macau 300 Years Ago)*. Macau: Imprensa Nacional, 1992. Ver ainda Boxer, “O Macaense: Homem Dividido?”, p. 11.
27 Cf. Charles R. Boxer, “O Macaense: Homem Dividido?”, p. 11.
28 *Ibidem*.

BIBLIOGRAFIA

Boxer, Charles R. *Ásia Portuguesa no Tempo do Vice-Rei Conde da Ericeira, 1718-1720*. Macau: Imprensa Nacional, 1970.
———. *Estudos para a História de Macau. Séculos XVI a XVIII*. (Obra Completa de Charles Ralph Boxer, Vol. 1). Lisboa: Fundação Oriente, 1991.
———. “European Missionaries and Chinese Clergy, 1654-1810”, in *The Age of Partnership: Europeans in Asia before Dominion*, edição de Blair B. Kling e Michael N. Pearson. Honolulu: University of Hawaii Press, 1979.
———. *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*. Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
———. *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. Haia: Martinus Nijhoff, 1967.
———. *O Grande Navio de Amacau*. Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, originalmente publicada em inglês, em 1960, *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*.
———. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Ed. 70, 1992.

———. “O Macaense: Homem Dividido?”, *in* Ana Maria Amaro (coord.). *Macaenses em Lisboa. Memórias do Oriente*. Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, 1992.
———. *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500-1750*. Londres: Variorum Reprints, 1985.
———. *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977.
———. *O Senado da Câmara de Macau*. Macau: Leal Senado de Macau, 1997. Tradução de capítulo homónimo in *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.
——— (ed.). *Macau na Época da Restauração/Macau 300 Years Ago*. (Obra Completa de Charles Ralph Boxer, Vol. 2). Lisboa: Fundação Oriente, 1993.
——— (ed.). *South China in the Sixteenth Century*. Londres: Hakluyt Society, 1953.
Maria, José de Jesus. *Ásia Sínica e Japónica*. Edição de Charles R. Boxer, 2 vols. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988.
West, George S. *A Complete Bibliography of the Works of Charles Ralph Boxer, 1926-1983*. Londres: Thamesis Books, 1984.

NOTAS

1 Charles R. Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*.
2 Para todas as referências a J. H. Plumb, cf. Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, “Introdução”, pp. 11 ss.
3 *Ibidem*.
4 *Ibidem*, pp. 245 ss. Para este tema das “raças infectas”, este capítulo XI expressa claramente a posição de Boxer, que alias resumimos neste estudo.
5 *Ibidem*, p. 297.
6 *Ibidem*, p. 296

7 *Ibidem*.
8 *Ibidem*, p. 297.
9 *Ibidem*, p. 327.
10 *Ibidem*, p. 329.
11 *Ibidem*. Leia-se o comentário de Boxer: “No entanto, quando se dá o devido desconto à tendência humana em ver o argueiro no olho do vizinho e ignorar a tranca no seu próprio olho, a convicção de que Portugal era um país atrasado (ainda mais que a Espanha) manteve-se em muita gente durante séculos.
12 *Ibidem*, p. 297.

A América Portuguesa na Obra de Charles Boxer

Nos Meandros da História e da Historiografia

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER*

É preciso lembrar que, a partir das décadas de 1930 e 1940, o pensamento intelectual brasileiro – marcadamente a historiografia – foi impactado pela obra de três grandes intelectuais: Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Júnior (1907-1990). A seu modo, eles foram capazes de oferecer respostas próprias para a compreensão do período colonial, profundamente marcada pelo debate intelectual (e político) brasileiro. Nesse artigo, pretende-se indagar o modo como Boxer leu a experiência colonial portuguesa na América, partindo de uma agenda historiográfica orientada por outros lugares e perspectivas.

O BRASIL VISTO DE FORA

Charles Boxer não foi um brasilianista,¹ no sentido que usualmente se dá ao termo no Brasil, tal como foram Richard Morse (1922-2001), Warren Dean (1932-1994), Robert Levine (1941-2003), Thomas Skidmore (1932) e tantos outros historiadores e cientistas sociais que, a partir de universidades norte-americanas, receberam bolsa de estudos para pesquisar

o Brasil e a América Latina, beneficiando da política externa dos Estados Unidos e do esforço de boa vizinhança em relação ao sul do continente, no contexto da Guerra Fria.² Em primeiro lugar, embora tenha vivido todo o século xx, Boxer foi um homem formado na sua primeira metade. Em segundo lugar, não enxergou a colonização portuguesa a partir dos Estados Unidos, mas de Inglaterra, no momento do ocaso do Império Britânico. Em terceiro lugar, Boxer investigou e narrou o Império Português a partir da Ásia, marcado por um olhar imperial e multicontinental.

Se insistirmos em inserir Boxer numa tradição intelectual, não seria na dos brasilianistas supracitados, marcados pela historicidade da segunda metade do século xx, nem ele aos intelectuais franceses que tiveram importantes relações com o Brasil. Lista que vai de Ferdinand Denis (1798-1890), que, no século xix, escreveu várias obras sobre o Brasil,³ passa por Henri Hauser (1866-1946) historiador e geógrafo que leccionou no Rio de Janeiro na década de 1930,⁴ e chega à significativa presença de Pierre Verger (1902-1996), nome inseparável da historiografia sobre a Baía.⁵ Ou ainda de intelectuais vinculados ao ambiente universitário, que estiveram no Brasil e foram impactados pela experiência pessoal e intelectual no país, como Roger Bastide (1898-1975),⁶ Fernand Braudel (1902-1985)⁷ e Claude Lévi-Strauss (1908-2009).⁸ Nenhum desses percursos lembra o perfil e a trajetória de Charles Boxer.

Antes, faria sentido acomodá-lo na tradição dos historiadores britânicos interessados no mundo luso-brasileiro, como o foi o caso do poeta romântico Robert Southey (1774-1843), que publicou uma *História do Brasil*, entre 1810 e 1819 e pretendia

Johann Baptist Homann, Mapa do Brasil (pormenor da carta de Portugal e Brasil), início do século xviii.

* Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil, com pós-doutoramento no King's College, Londres, e no Departamento de História da Universidade de São Paulo. Leccionou na Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio. Publicou o livro *Silvio Romero hermenêuta do Brasil* (São Paulo: Annablume, 2005) e diversos artigos no Brasil e no exterior.

Ph.D. in History from the University of Campinas, Brazil, with postdoctoral studies at King's College, London, and the Department of History, University of São Paulo. He has lectured at the Tokyo University of Foreign Studies. He published the book *Silvio Romero hermenêuta do Brasil* (São Paulo: Annablume, 2005) and several articles in Brazil and abroad.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

escrever uma História de Portugal e do seu império, o que nunca aconteceu.⁹ Ou ainda do comerciante John Armitage (1807-1856), autor de *The History of Brazil from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Don Pedro the First in 1831*, obra de 1836.¹⁰ Cabe ainda lembrarmos o antecessor de Boxer no King’s College, Edgar Prestage (1869-1951), o principal lusófilo inglês da viragem do século XIX para o XX. Prestage, historiador da diplomacia da Restauração, foi autor de livros importantes, como *The Diplomatic Relations of Portugal and England from 1640 to 1668* e *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668* (ambos de 1925) e o não menos importante *The Portuguese Pioneers* (1933).¹¹ Aliás, é o próprio Boxer quem retrata o seu antecessor no King’s College em artigo de 1959, intitulado “Edgar Prestage, 1869-1951”,¹² implicitamente filiando-se a essa tradição. Para Evaldo Cabral de Mello, Boxer acabou por realizar o “ambicioso plano” do seu compatriota Robert Southey, através “de um longo périplo historiográfico que lhe permitiu abranger, imparcialmente, da epopeia à picaresca, a presença lusitana no mundo”.¹³ Para fecharmos o círculo historiográfico – de britânicos interessados no “mundo que o português criou”, para usar a expressão consagrada de Gilberto Freyre – convém citarmos a síntese da obra de Boxer escrita por outro historiador inglês, Kenneth Maxwell:

“To generations of historians of the Portuguese-speaking world C.R. Boxer was a true colossus. His highly original, pithy, and path-breaking books, monographs, and articles flowed forth with seeming effortless. Boxer’s works covered the history of early European intrusions into Japan and China during the sixteenth century, and splendid accounts of the opulence and decline of Goa, seat of Portugal’s empire in Asia. In over 350 publications, all of the highest order of scholarship, Boxer wrote on sixteenth-century naval warfare in the Persian Gulf, the tribulations of the maritime trading route between Europe and Asia, a sparkling overview of Brazil during the eighteenth century in the age of gold strikes and frontier expansion, magnificent syntheses of both Dutch and Portuguese colonial history, as well as and many pioneering comparative studies of local municipal institutions in Asia, Africa, and South America, race relations, and social mores”.¹⁴

Como se pode ver, trata-se de um percurso singular. Quando Boxer – um major do Exército britânico que havia sido prisioneiro de guerra dos japoneses em Hong Kong – se torna um académico já era um homem de 43 anos, com experiência no serviço de inteligência do exército, onde actuou como tradutor e intérprete de diferentes idiomas, inclusive o japonês. A partir 1947 esteve à frente da Cadeira Camões de Estudos Portugueses, do King’s College Londres, onde permaneceu até 1967, embora jamais tenha tido formação académica no sentido estrito da palavra. Boxer não foi apenas um notável historiador que, ao longo da vida, publicou mais de trezentos textos, entre livros e artigos, mas também um bibliófilo e coleccionador de documentos antigos.¹⁵ Após a sua aposentação no King’s College, em 1967, Boxer cedeu uma prestigiosa colecção de documentos e obras raras, em grande parte referentes ao Império Português, à Lilly Library (Campus de Bloomington), pertencente à Universidade de Indiana, onde servira como conselheiro e professor visitante entre 1969 e 1972. Mais tarde, ocuparia a cadeira de história da Expansão Europeia na Universidade de Yale.

DA ÁSIA AO ATLÂNTICO SUL DO SÉCULO XVII

Se até 1947 não era um historiador profissional, já era um erudito, cujos olhos e interesses estiveram, como muitos ingleses da sua geração, voltados para a Ásia. A história da presença portuguesa no Oriente foi a sua primeira paixão historiográfica. Se a Ásia foi o ponto de partida da sua actuação como historiador, o ponto de chegada foi a publicação, em 1969, da sua grande obra de síntese, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*.¹⁶ Stuart Schwartz considera o historiador inglês o principal responsável pela introdução do Império Português na historiografia de língua inglesa. Porém, de todas as peculiaridades de Boxer, a sua erudição é a característica mais notada por quem quer que se interesse pela sua obra. Para Schwartz,

“ninguém teve melhor domínio de crónicas, gramáticas, cânticos, peças de teatro, narrativas e histórias numa perspectiva imperial do que Boxer; e a maneira como ele conseguia fazer uso de um texto desconhecido relativo à Etiópia ou Macau para esclarecer um acontecimento ou um episódio no Maranhão ou na Baía diferenciava o seu trabalho.”¹⁷



Mercado de escravos, in J. Moritz Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil* (Paris: Engelmann, 1835).

Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao,¹⁸ publicado em 1948, e *The Christian Century in Japan, 1549-1650*,¹⁹ editado em 1951 pela prestigiada Universidade de Michigan, estão entre os grandes livros de Boxer dedicados à Ásia. Não é objectivo deste artigo aprofundar as vastas relações de Boxer com o Extremo Oriente, mas convém lembrarmos que Boxer já havia publicado inúmeros artigos sobre o assunto, inclusive *Jan Compagnie in Japan, 1660-1817* (1936).²⁰ Estas obras garantiram a Boxer a reputação de historiador especializado na presença portuguesa no Oriente.

No entanto, a partir da década de 1950 percebe-se uma sensível mudança de foco. De acordo com Dauril Alden, o historiador britânico “esteve-se preparando por muitos anos para escrever sobre alguns aspectos da história do Brasil”.²¹ Desde a década de 1930, Boxer colecionava documentos e obras raras sobre o século XVII, sobretudo a respeito das invasões holandesas no Brasil açucareiro, naquela altura integrante das

possessões dos Habsburgos espanhóis, contra quem os batavos estavam em luta política e comercial. Entre as suas primeiras aquisições estiveram *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*, de Francisco de Brito Freyre, publicado em Lisboa em 1675, e *Empresa e restauração de Pernambuco & das capitanias confiantes*, de Raphael de Jesús e Castrioto Lusitano, também publicado em Lisboa, em 1679. A emergência do Atlântico Sul lusitano, no século XVII, passa a ocupar o centro das atenções de Boxer, através de importantes pesquisas acerca da ocupação holandesa no Brasil e vicissitudes da América portuguesa, atento na centralidade do tráfico de escravos e consequentes relações com Angola, bem como nos contactos entre o império português e o espanhol, entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Desse deslocamento historiográfico – da Ásia para o Atlântico Sul – que emula o próprio deslocamento do dinamismo do Império Português, nasceram dois dos mais importantes livros de Boxer: *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-*

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

-1686,²² publicado em 1952, e *The Dutch in Brazil, 1624-1654*,²³ obra que veio a lume em 1957. Para Joaquim Romero Magalhães, são “livros excelentes, que continuam a ser essenciais para se entender o Brasil, Portugal e os Países Baixos. E, sobretudo, as dinâmicas da economia atlântica em construção e as políticas europeias do xvii”.²⁴ Francis Dutra considera *Salvador de Sá* o melhor livro publicado em língua inglesa sobre o período. Não se trata de uma biografia convencional, mas a história de um homem, do seu mundo e da sua época. Eis um amplo repositório de informações sobre a história de Portugal, de África, de Angola, da América portuguesa – e das suas conexões com a América hispânica, particularmente o Paraguai, Potosí e Tucumán.²⁵

Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688) – o personagem que ocupa o centro da trama, que é uma história do Atlântico Sul no século xvii – descendia da família dos fundadores do Rio de Janeiro, Mem de Sá e Estácio de Sá e era neto de Salvador Correia de Sá (1540/47-1631), *o Velho*, natural de Coimbra, que também havia sido governador-geral do Rio de Janeiro. Salvador Correia de Sá e Benevides nasceu em Espanha, em 1602, durante a União Ibérica (1580-1640), tornando-se uma das mais importantes figuras do ultramar no século xvii, chegando, já no fim da vida, ao Conselho Ultramarino. É o próprio Boxer quem resume o seu personagem: “foi caçador de índios, ‘puruleiro’, cultivador de cana-de-açúcar e traficantes de escravos por um lado; almirante, general,

governador e experiente estadista por outro”.²⁶ A reconquista de Angola, em 1647, foi um dos capítulos mais importantes na vida de Salvador de Sá e do próprio Império Português, pois aquele contexto foi particularmente dramático, na medida em que estavam em disputa parte da América portuguesa, invadida pelos holandeses, Angola, vital para o abastecimento de escravos, e a própria Restauração (1640), ainda claudicante.

No livro, a actuação dos Jesuítas é constantemente abordada, inclusive porque a Companhia apoiou a restauração portuguesa. O entusiasmo de Salvador de Sá pelos padres jesuítas, como se sabe, não foi compartilhado pela maioria dos colonos, entre outras razões, por se oporem à escravidão indígena. A temática foi uma antiga obsessão de Boxer, que tencionava escrever sobre Antonil,²⁷ o que jamais aconteceu. Além de Antonil, por longos anos, Boxer acalentou a expectativa de escrever uma biografia do Pe. António Vieira, que considerava a figura mais destacada do mundo português do século xvii.²⁸ Para Dauril Alden, “dos nove livros que Boxer pretendeu escrever e nunca completou, o seu projecto Vieira, um complemento perfeito de *Salvador de Sá*, é provavelmente a nossa maior perda.”²⁹ Esse tema viria a a ser explorado pelo próprio Dauril Alden,³⁰ historiador norte-americano muito influenciado por Boxer.

Não há espaço para analisar com acuidade um livro do porte de *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, mas é importante lembrar que Boxer antecipa em várias décadas o que hoje é um dos principais aspectos das investigações sobre o Brasil colonial, fundamentalmente as relações entre os poderes locais e a Coroa, ou entre metrópole e a colónia e a formação de redes de interesse e poder, tema que reaparecerá em vários outros textos, especialmente em *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800* (1965).

Não se pode esquecer, que *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola* e *The Dutch in Brazil, 1624-1654* são obras profundamente interligadas. Neste segundo título, Boxer evidencia o esforço holandês em fundar um império no Atlântico Sul, arrancando dos portugueses o controle do comércio de açúcar do Brasil e de escravos da África Ocidental. O conflito luso-holandês foi também asiático, naquelas paragens vencido pelos holandeses, mas o epicentro da disputa esteve no Atlântico Sul, cujas batalhas se deram tanto

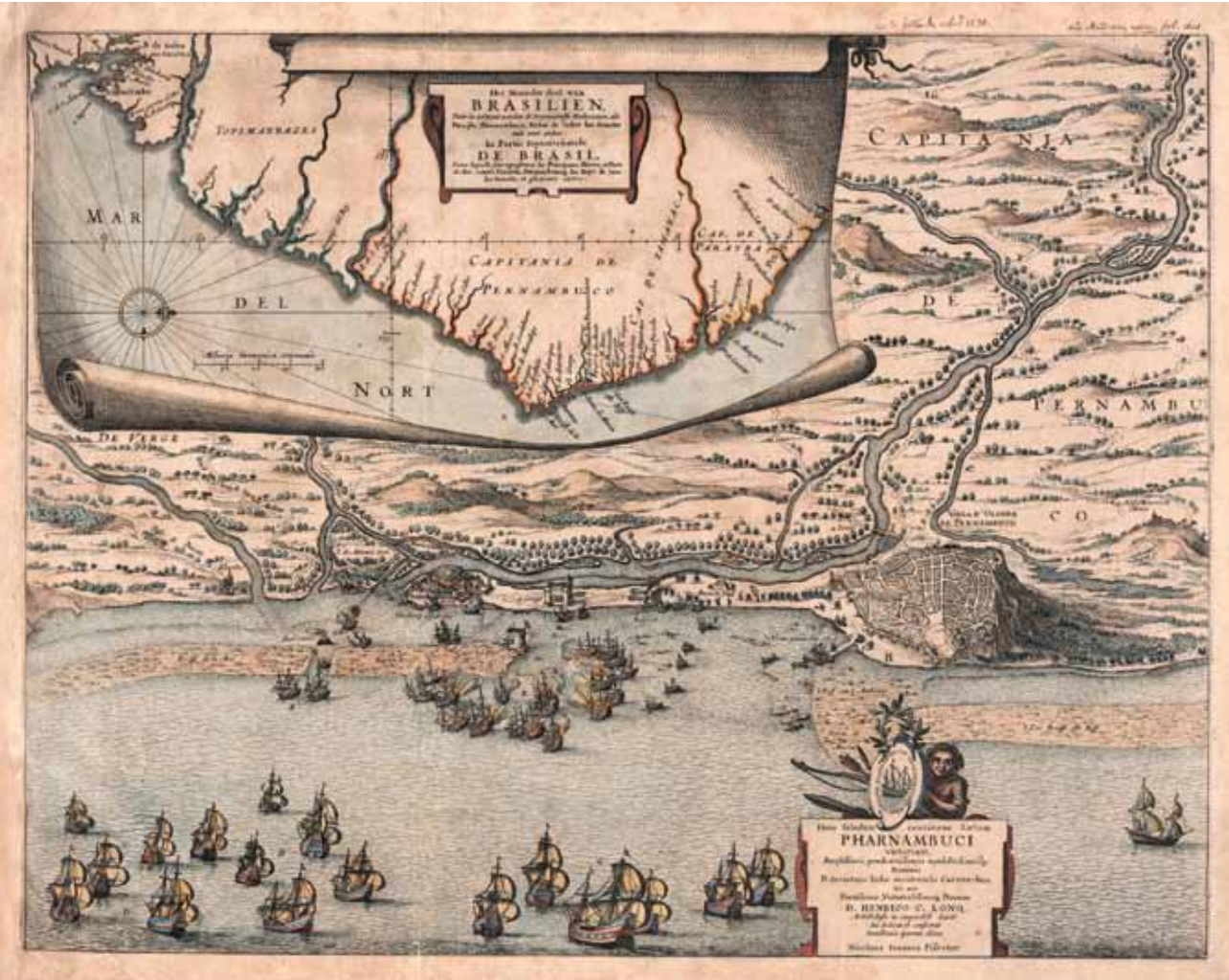
nas margens americanas do Atlântico, em Pernambuco e outros locais da América portuguesa, como na costa africana, particularmente em Angola. Boxer enfatiza um aspecto que a historiografia de Pernambuco enfatizaria nas décadas seguinte: a guerra contra os holandeses na América do Sul foi vencida, em grande parte, pelos luso-brasílicos, que lutavam pelas suas “vidas e fazendas”, ou seja, que lutavam pela sua religião e seus interesses concretos. As quase 500 páginas do livro dedicado à presença holandesa no Brasil conferem de modo pioneiro visibilidade à emergência do Atlântico Sul no século xvii, assunto até então ignorado ou desvalorizado nas historiografias de línguas portuguesa e inglesa. *The Dutch in Brazil* – até à publicação de *Tempo dos Flamengos*,³¹ de José António Gonsalves de Mello, e de *Olinda Restaurada*,³² de Evaldo Cabral de Melo, – foi a grande referência acerca do período holandês no Brasil e, para o próprio Evaldo, continua a ser:

“Quem desejar adentrar-se nos labirintos da história do Brasil holandês, pode percorrer a síntese de C. R. Boxer, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*. Ela oferece ainda a melhor visão de conjunto do período, embora tenha sido publicada há pouco mais de cinquenta anos...”.³³ A década de 1950 está entre os anos mais produtivos de Charles Boxer. Além dos livros comentados, o historiador publicou ainda dezenas de artigos e três outros livros: *South China in the Sixteenth Century* (1953), *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640* (1959) e *The Tragic History of the Sea* (1959), expressando a continuidade do seu interesse pela presença lusitana no Oriente. Os anos cinquenta, no entanto, marcam a viragem “brasileira” de Boxer que culminaria com a publicação, em 1962, *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society, 1695-1750*,³⁴ fechando a trilogia dos grandes livros dedicados ao Brasil colonial.

THE GOLDEN AGE OF BRAZIL

“A idade de ouro do Brasil” é um duplo da “idade do ouro”, tempo marcada pela penetração para o interior, processo que vinha desde o século xvii, mas consolidado no século xviii, com a mineração e o surgimento de vilas a milhares de quilómetros do litoral, sobretudo em Minas Gerais, colonizadas a partir das zonas antigas de povoamento, localizadas no litoral, à excepção da vila de São Paulo. Antes de Boxer,

Esquadra holandesa, sob o comando de Hendrick Corneliszoon Lonck, frente a Pernambuco em 1630, segundo N. J. Piscator.



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

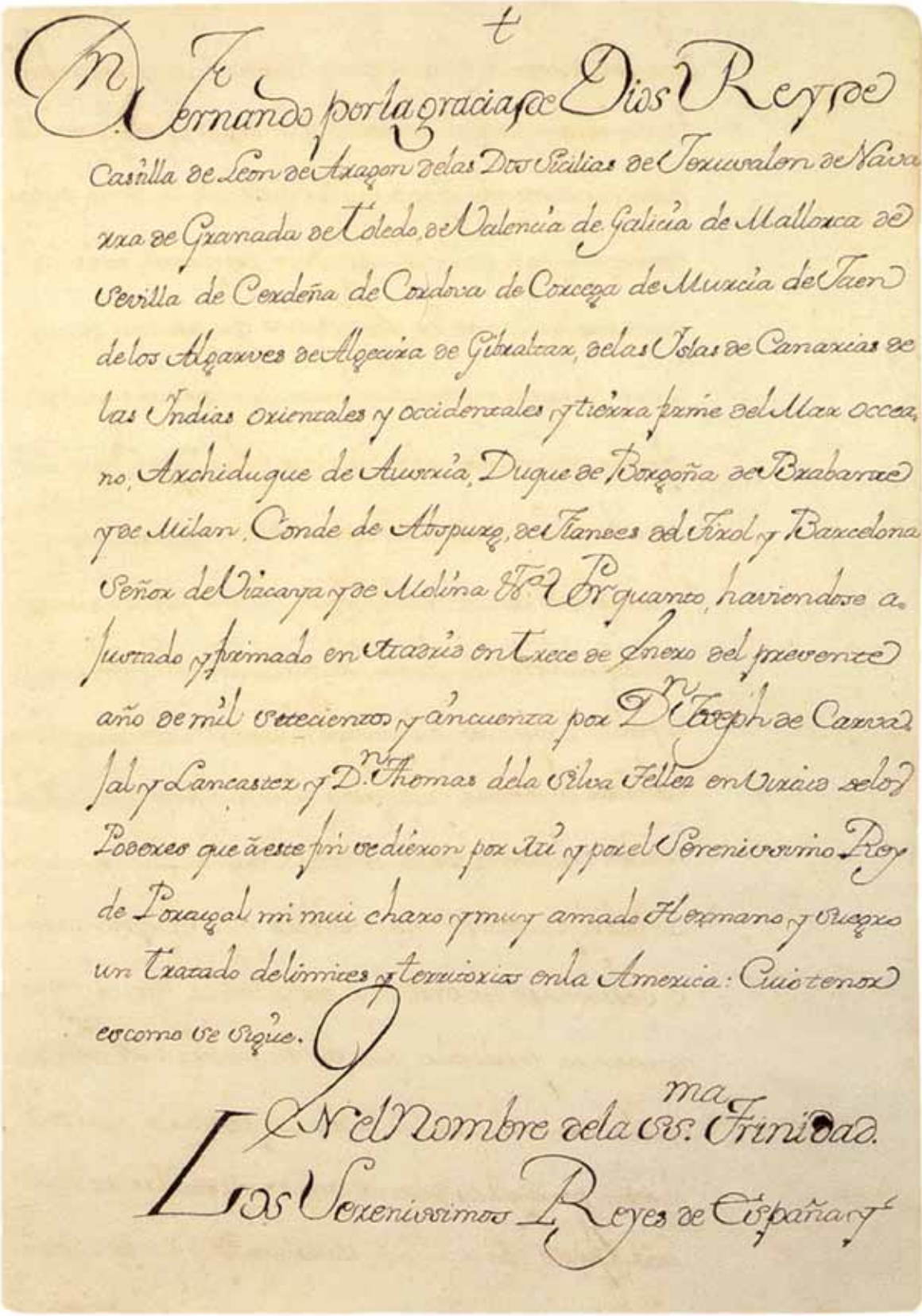
Gilberto Freyre havia-se referido ao século XVIII como o tempo mais sertanejo da história brasileira, no qual se teria acentuado uma singularidade luso-americana, fenómeno que caracterizaria a sociedade e a cultura luso-brasileira até às raias do século XIX, quando se imporá a tendência da reeuropeização.³⁵

O conflito luso-holandês foi também asiático, naquelas paragens vencido pelos holandeses, mas o epicentro da disputa esteve no Atlântico Sul, cujas batalhas se deram tanto nas margens americanas do Atlântico [...] como na costa africana, particularmente em Angola.

The Golden Age of Brazil não é um livro sobre o ouro das Gerais apenas, mas um imenso painel da América portuguesa no século XVIII, cujo impacto da descoberta do metal precioso alterou profundamente todo espaço colonial. Bem ao estilo de Boxer, afeito a grandes painéis, de pinceladas largas e horizontais, o livro é muito diferente dos textos contemporâneos, geralmente nascidos de teses universitárias, de pensamento vertical. O primeiro capítulo chama-se, significativamente “I - Império do Atlântico Sul”, o que dá bem a noção de continuidade em relação a *Salvador de Sá* e *The Dutch in Brazil*. *The Golden Age of Brazil*. Além dos capítulos dedicados a Minas Gerais (“II - O Ouro das Minas Gerais”, “III - Paulistas e Emboabas”, “VII - Vila Rica de Ouro Preto” e “VIII - Distrito Diamantino”), aborda, no capítulo IV, “Os Franceses no Rio de Janeiro”, a invasão da cidade, entre 1710 e 1711 e as suas conexões com as guerras de sucessão na Espanha da época. O capítulo V trata da luta entre “Senhores de Engenho e Mascates”, em Pernambuco, enfatizando as rivalidades entre a chamada nobreza da terra e os comerciantes reinóis, que culminariam em conflito, também em 1710-1711. No capítulo VI, Boxer

descreve a “Bahia de todos os Santos”, traçando um interessante panorama da cidade, com as suas igrejas, mosteiros, instituições da cidade alta, e o comércio da cidade baixa. No capítulo IX, aborda “As Vacarias”, dos sertões da Baía e do Piauí às do continente do Rio Grande, demonstrando a crescente importância da pecuária; no X, “Fronteiras Movediças e Monções”, Boxer mostra quão porosas e móveis eram as fronteiras entre os impérios ibéricos na América do Sul; no XI, “Missionários e Moradores na Amazónia”, descreve as missões, a luta pelo trabalho indígena e o avanço lusitana na região. No XII e último capítulo, Boxer aborda “A América Portuguesa por volta de 1750”, da cartografia aos sertões, dos antecedentes do Tratado de Madrid às frotas e comboios brasileiros e contrabando. Na formação das Gerais, Boxer valoriza o surgimento das vilas que, diferentemente da concentração económica, política e eclesiástica numa única urbe (como foi o caso da Baía), diferia Minas das demais capitânias. Razão pela qual a vida citadina foi mais intensa do que em outras áreas do Brasil. Boxer sugere também que a descoberta de ouro em Minas tornou possível a ocupação, em bases sólidas, de uma imensa área que, no século XVII, foi percorrida pelas “entradas” que partiam de São Paulo, mas que não fora ocupada. O historiador inglês valoriza um verdadeiro *topos* da historiografia brasileira, empenhada em abordar a expansão para Oeste,³⁶ mas sem glorificar a figura do bandeirante, nem atribuir excessiva importância aos paulistas, tal como fazia a historiografia liderada por Afonso de Taunay.³⁷ Boxer quer mapear a formação do território brasileiro, em particular a expansão rumo ao planalto central, aos sertões do Nordeste e ao vale do Amazonas, sem deixar de tratar da luta portuguesa pela colónia de Sacramento e pelo domínio da margem esquerda do rio da Prata. Enfim, o livro traça um grande painel acerca do modo como se formou uma gigantesca massa territorial que acabou consagrada pelo tratado de Madrid, fenómeno incompreensível sem o deslocamento populacional, económico e político que a descoberta do ouro acarretou. Boxer demonstra que o século XVIII luso-brasileiro é, por um lado, continuidade, e, por outro, ruptura em relação ao século XVII. Continuidade, porque a América portuguesa e o Atlântico Sul

Folha de rosto do Tratado de Madrid, firmado entre D. João V de Portugal e D. Fernando IV de Espanha a 13 de Janeiro de 1750.



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

permanecem vitais para o Império Português, num momento em que a presença lusitana no Oriente já há muito havia sido reduzida dramaticamente. Mas é também ruptura, na medida em que os antigos núcleos povoadores, açucareiros e litorâneos, como Pernambuco

e a Baía, gradativamente vão perdendo centralidade em relação a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro e mesmo São Paulo, embora as velhas regiões do açúcar permaneçam importantes, em particular a Baía, que foi a maior urbe lusitana do Novo Mundo durante todo o período

colonial. Boxer evidencia que as Minas, pela primeira vez na história da América portuguesa, atraíram não só grande contingente de portugueses mas também gente oriunda de São Paulo, da Baía e do Rio de Janeiro, o que tem grande impacto, inclusive na economia de

abastecimento de gêneros, vindos de muitas parte da América portuguesa, mesmo muares do continente do Rio Grande, facilitando o domínio político sobre as regiões meridionais em disputa com Castela durante grande parte do Setecentos.

O que Boxer está a dizer é que, a despeito dos esforços da Coroa, o Brasil foi, ao menos em parte, autocolonizado, empregando para isso populações pobres, livres e mestiças, que não encontravam lugar na ordem escravocrata. Evaldo Cabral de Mello, comentando *The Golden Age of Brazil*, afirma que o “produto final” desse processo foi o “caipira”:

“Nossa ‘marcha para o Oeste’, seja ela na Amazónia, no Nordeste ou no Sudeste, onde também foi uma marcha para o Sul, foi sobretudo a fuga às dificuldades da economia escravista do litoral, funcionando como a válvula de escape que permitiu a consolidação do escravismo, assim como o êxodo rural permitiria, feita a Abolição, a sobrevida da grande propriedade.”³⁸

O BRASIL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

O Brasil está profundamente implicado no famoso livro de 1963, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*.³⁹ Este livro é fruto de três conferências proferidas na Universidade da Virgínia, em 1962: “Marocco and West Africa”, “Moçambique and India” e “Brazil and Maranhão”. Ao abordar a questão racial, envolvendo os portugueses e os outros, os “povos de cor”, optou por abordar diferentes pontos do império. Utilizando-se de narrativas de colonos e padres, afirma Russel-Wood, o texto de Boxer “transmite com eficácia ao eleitor o cinismo, o subterfúgio e a deturpação que eram inerentes ao modo como os colonos descreviam suas reacções aos índios”.⁴⁰ Referindo-se à América portuguesa, comenta as relações interétnicas nas áreas de forte presença indígena, como São Paulo e a Amazónia, ou negras, como a Baía e o Maranhão, destacando a existência da mestiçagem, mas empenhando-se diligentemente em evidenciar, sempre pautado pelas fontes, as práticas discricionárias fundadas na origem étnica e na cor, num debate implícito, mas vigoroso, com Gilberto Freyre.



“Planta da Restituição da Bahia”, por Joao Teixeira Albernaz (1631).

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Boxer procurou demonstrar que as pessoas de “sangue infecta” ou com “defeito de sangue”, mesmo quando livres e até proprietárias, tinham as suas possibilidades restritas, pois “o padrão social que prevalece era aquele da consciência da superioridade branca”.⁴¹ Este livro teve particular importância no Brasil, pois ajudou a questionar a composição do caldo de cultura a respeito da suposta tendência dos portugueses para a miscigenação, pressupostos defendidos por Gilberto Freyre, segundo o qual a sociedade brasileira tendia à democracia racial. Daí nasceram as teses luso-tropicais. Explorei essa questão com detalhe em artigo recente, bem como o fez Diogo Ramada Curto.⁴² O tema relativo aos contactos entre os colonizadores e as gentes de outros continentes, e a consequente mestiçagem, não aparece apenas em *Race Relations*, mas de uma ou outra forma está em quase todas as obras de Boxer, especialmente em *The Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800* (1965), *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas*⁴³ (1975) e *The Church Militant and Iberian Expansion*⁴⁴ (1978).

Em 1965, Charles Boxer publicou *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*.⁴⁵ Este livro – menos conhecido no ambiente historiográfico brasileiro e jamais traduzido para português – demonstra a largura do conhecimento histórico de Boxer e a sua capacidade de conectar múltiplas dimensões históricas. Não se pode entender o império holandês, especialmente do século XVII, sem reconhecer e mapear a fricção com os outros impérios europeus, em particular o português, seja no Atlântico, seja no Oriente. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800* e *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825* são livros aparentados e complementares, nos quais Boxer realiza grandes sínteses. Neles, a formação brasileira aparece perspectivada como parte da grande expansão europeia no ultramar.

Passado mais de meio século sobre a publicação de *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, *The Dutch in Brazil* e *The Golden Age of Brazil* pode-se perguntar qual foi o legado dessas obras para a historiografia brasileira. Esta pergunta ainda está por ser respondida e este artigo apenas esboça a discussão, que requer uma acurada análise interna e externa da produção de Boxer. Mas podemos argumentar que a abordagem supranacional da história luso-brasileira é uma das mais significativas contribuições. Este veio

só começou a ser explorado, no Brasil, a partir da década de 1990, seguindo uma vaga mais geral da historiografia ocidental, que se nota desde as décadas de 1960 e 1970. Cabe ainda lembrar que esses livros estão fora de catálogo, tanto no Brasil, como em Portugal, o que é particularmente grave no caso do mercado editorial brasileiro. É inconcebível que os leitores de língua portuguesa não tenham acesso a essas obras, em traduções bem cuidadas, anotadas e comentadas.

A grande contribuição de Boxer para os historiadores brasileiros – concorda Evaldo Cabral de Mello – está no seu olhar imperial, o que permitiu enxergar a historicidade do Brasil colonial em conexão com outras áreas do Império Português, como a África, mas também os contactos entre o império português e o espanhol. Mapear esses contactos, atendendo a contribuições de historiadores brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda e Alice Canabrava, ou norte-americanos especializados na América hispânica, como Lewis Hanke (1905-1993), permitiu a Boxer um olhar abrangente, capaz de conectar as partes. Vale a pena registrar a observação de Evaldo Cabral de Mello:

“Que a um historiador inglês devam Portugal e o Brasil a primeira obra de conjunto acerca da expansão colonial do velho reino, constitui algo merecedor de alguma surpresa e, sobretudo de reflexão [...]. A abordagem supranacional da história luso-brasileira foi assim deixada a estrangeiros [...]. A Boxer cabe boa parte do crédito pelo reconhecimento de que as histórias portuguesa e brasileira tornam-se separadamente ininteligíveis e pela tendência, que já se detecta na historiografia mais recente, de saltar este fosso, como acaba de fazer Luiz Felipe de Alencastro em *O Trato dos Videntes ...*”⁴⁶

Essa abordagem do Império português – livre de esquemas teóricos rígidos e da tendência ao economicismo, que muitas vezes empobreceu a historiografia marxista, e também livre do peso das agendas historiográficas nacionalistas – habilitou Charles Boxer a ver as partes do Império como integrantes de um grande corpo político, económico e cultural, sem deixar de reconhecer as especificidades locais de cada continente, de cada região e de cada contexto temporal. O facto de conhecer a história dos outros impérios modernos, especialmente o holandês, mas também o inglês e o espanhol, certamente lhe enriqueceu significativamente o olhar. Em *The Church*

Militant e Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion, escritos na sua última fase produtiva, Boxer esforçou-se em comparar os Impérios português e espanhol. Perspectiva ainda pouco explorada. Ainda hoje, os leitores não dispõem de comparações entre esses impérios, tal como John Elliott viria a escrever ao comparar o império espanhol e o inglês.⁴⁷

Charles Boxer soube também evitar a sobrevalorização do Estado, à maneira de Raimundo Faoro,⁴⁸ ou o peso excessivo da família patriarcal e a transigência lusitana em relação ao homem tropical, como em Gilberto Freyre,⁴⁹ ou ainda aprisionar-se a um “sentido da colonização”, cuja explicação parte da expansão do capitalismo comercial, como em Caio Prado Jr.⁵⁰ Se Boxer não cedeu ao perigo do economicismo, foi um historiador atento ao peso da escravidão e do colonialismo, razão pela qual autores marxistas como Caio Prado Jr. e Vitorino Magalhães Godinho foram lidos e considerados. Aliás, não se deve esquecer que Boxer e Godinho estiveram entre os historiadores que se ergueram contra os ideólogos do salazarismo, estes últimos defensores da mestiçagem e da missão civilizadora dos portugueses.⁵¹ A temática imperial teve impacto político na década de 1950, tempo em que o movimento pela descolonização se tornou irrefreável, colocando em xeque o que restava dos grandes impérios erigidos pelos europeus na Época Moderna.

Boxer não partia de grandes esquemas interpretativos *apriorísticos*, nem deixava as evidências documentais serem sufocadas por estruturas teóricas, nem produziu um pensamento marcado por um espírito teleológico. Mas é preciso notar um traço fundamental da sua obra: o facto de evitar apriorismos teóricos e se fiar no domínio da documentação e na construção criteriosa de contextos, não o impedia de interpretar de modo frequentemente original. Apesar de notável esforço empírico e erudito, Boxer conhecia a historiografia. Nos seus grandes livros sobre o Brasil – escritos na década de 1950, princípios de 1960 – Boxer citava os historiadores brasileiros já consagrados, como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Afonso de Taunay e Gilberto Freyre (mesmo seu contemporâneo, já era um autor reputado na altura), mas também José Honório Rodrigues (seu amigo pessoal) e os ainda não consagrados Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. o que evidencia a sua atenção à cena intelectual brasileira.

A obra de Boxer – sem ser estruturalista – foi, no entanto, marcada por abordagens largas, no espaço e no tempo, e nisso é resolutamente diferente da historiografia pós-estruturalista, na qual os historiadores das décadas de 1960 e 1970 foram educados, caracterizada pelo que François Dosse chamou de “história em migalhas”,⁵² com abordagens verticais e recortes temporais e espaciais restritos, atentos a linguagem e a diferença, muito diferente de Boxer, que criava painéis de épocas, bem contextualizados e documentados, mas forçosamente porosos, implicando em eventuais generalizações. Depois da contribuição da micro-história e de outras tendências recentes da historiografia ocidental, revisitar a obra de Boxer, com a sua visão horizontal, soa estranho ao leitor contemporâneo, alheio ou mesmo hostil às grandes sínteses interpretativas, capazes de representar a floresta, mas sem conseguir distinguir a árvore. Eis aqui, precisamente, a força (e, se quisermos, a fraqueza) da sua obra.

A grande contribuição de Boxer para os historiadores brasileiros [...] está no seu olhar imperial, o que permitiu enxergar a historicidade do Brasil colonial em conexão com outras áreas do Império Português, como a África

Nos últimos anos, a discussão sobre os impérios modernos tem assumido certa relevância na historiografia de língua inglesa, historicamente interessada nessa temática. Questões em torno das concepções de poder e das inter-relações entre as partes do império, envolvendo europeus e não europeus no interior desse processo, têm recebido crescente atenção. A publicação de uma série de títulos, como *Peripheries and Center*: (Jack Greene),⁵³ *Empires of the Atlantic World* (John Elliott),⁵⁴ *Lords of all the World* (Anthony Padgen),⁵⁵ aponta neste sentido. *Portuguese Oceanic Expansion*, dos historiadores portugueses Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto,⁵⁶ originalmente direccionado ao

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

público de língua inglesa e posteriormente publicado em português, conforma a força e a actualidade desse veio historiográfico, já explorado por Boxer. Nos Estados Unidos, Russel-Wood publicou *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*⁵⁷ (1998) e Dauril Alden *The Making of na Enterprise. The Jesuits in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*.⁵⁸ Russel-Wood e Alden possuem trajectórias pessoalmente marcadas pelo contacto com Boxer. Dauril Alden, inclusive, é autor de uma alentada biografia, intitulada *Charles R. Boxer: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller*⁵⁹ (2001).

Também no Brasil e em Portugal se intensificaram, nas últimas duas décadas, o debate historiográfico e o interesse pela história do Império Português. No caso brasileiro, consolidou-se a percepção de que a América Portuguesa integrou activamente um vasto império ultramarino, participando de múltiplas redes políticas, económicas e culturais. Os estudos sobre o Brasil colonial têm utilizado cada vez mais, explícita ou implicitamente, o conceito de Império, a fim de compreender a dinâmica ultramarina portuguesa. Um dos desdobramentos historiográficos desta leitura é a percepção de que o Atlântico Sul, a partir do século xvii, se erigiu como o pólo mais dinâmico do Império, formando um sistema próprio. Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato dos Viventes*⁶⁰ (2000), foi quem levou mais longe tal interpretação, afirmando a impossibilidade de se compreender o Brasil sem levar em conta as intensas relações entre as duas margens do Atlântico Sul, um veio aberto por Boxer em *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, cuja centralidade da África, especialmente Angola, no entendimento do Brasil colonial, é absolutamente manifesto. Essa agenda também aparece em Manolo Florentino, *Em Costas Negras*⁶¹ (1997), em Alberto da Costa e Silva, autor de livros importantes, como *Um rio chamado Atlântico* (2003) e *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*⁶² (2004), e em Jaime Rodrigues, no excelente *De costa à costa* (2005).⁶³ São obras que confirmam a vitalidade da agenda historiográfica aberta por Charles Boxer.

Em Portugal, o tema do Império também tem sido objecto de uma renovada historiografia, já livre das heranças salazaristas e enriquecida pelo debate com outras tradições intelectuais, interessadas em compreender tanto a multiplicidade como a

especificidade do Império Português. Em 1998, Francisco Bethencout e Kirthi Chaudhuri organizaram em cinco volumes a alentada *História da Expansão Portuguesa*.⁶⁴ A obra colectiva busca pensar as relações entre Portugal e os territórios ultramarinos nas suas múltiplas conexões. Ao lado das clássicas questões económicas e políticas aparecem temas religiosos, artísticos, arquitectónicos e literários. Luís Filipe Thomaz, autor de *De Ceuta a Timor* (1994), realizou uma renovada abordagem do funcionamento do Estado da Índia no século xvi, a partir de um império polimórfico e estabelecido através das relações entre portos no Oriente. Este trabalho levanta questões importantes, como a tensão entre modelos centralizadores e descerebrados, ou polissinodais, estruturados a partir de redes: “a maior parte dos impérios assentou a sua unidade política sobre uma unidade económica e cultural – o que pressupõe a circulação de bens, pessoas e ideias, logo um sistema de comunicações, uma estrutura de rede.”⁶⁵ Essa perspectiva teórica também deitaria raízes no Brasil.

Sob influência de António Manuel Hespanha, a publicação de *O Antigo Regime nos Trópicos* (2001) – organizada no Rio de Janeiro por João Frago, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa⁶⁶ – produziu nova compreensão acerca do funcionamento do Estado português e da participação das elites locais na administração. Conceitos como os de “redes imperiais” e “paradigma de acção político-administrativa” orientam esses trabalhos. Tratar-se-ia de um “governo polissinodal”, formado por uma complexa rede de instituições, jurisdições e práticas de governo, que teria limitado o poder real, num mundo assente na hierarquia e no privilégio, no qual o público e o privado eram fundamentalmente indistintos, em que actos informais e arranjos circunstanciais dos poderes locais foram decisivos.⁶⁷ Tal abordagem teórica introduz a ideia de que o mundo colonial se havia constituído numa sociedade regida pelo signo do antigo regime. Essa perspectiva analítica acabou por valorizar *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao Bahia, and Luanda, 1510-1800*,⁶⁸ obra publicada por Boxer em 1965 e, inexplicavelmente, jamais traduzida, quer no Brasil, quer em Portugal. Stuart Schwartz refere-se ao texto como “um pequeno, mas fundamental livro de história comparada, repleto de *insights* e sugestões a respeito do papel do governo local no sistema imperial português”.⁶⁹

De certo modo, nos Estados Unidos, historiadores como Russel-Wood, em *Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755* (1968),⁷⁰ Stuart Schwartz, em *Sovereignty and Society in Colonial Brazil: The High Court of Bahia and Its Judges, 1609-1751* (1973),⁷¹ e Dauril Alden, em *Royal Government in Colonial Brazil: With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*,⁷² já haviam percorrido o caminho proposto por Boxer, que os historiadores do Rio de Janeiro fizeram. Em Portugal, Romero Magalhães, em *Labirintos Brasileiros* (2011) e “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial

portuguesa” (1986)⁷³ também pode ser considerado tributário da discussão esposada em *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*.

Em São Paulo, Laura de Melo e Souza retoma aspectos relacionados ao Império e a administração. Em *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*⁷⁴ a historiadora questiona a “nova voga do império”, derivada das leituras de António Manuel Hespanha, criticando, consequentemente, *O Antigo Regime nos Trópicos*.⁷⁵ O excessivo apego ao esquema polissinodal teria levado ao enfraquecimento do papel do Estado. Essa análise pensa

“Engenho manual que faz caldo de cana”, in Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (Paris: Firmin Didot, 1834).



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

a ambivalência do poder metropolitano, enfatizando a natureza política e a prática concreta da administração, conferindo importância às ambiguidades, *nuances* e contradições nas formações sociais sob o nexo colonial. Ela propõe a compreensão de uma realidade cambiante, em que a ordem metropolitana tentava permanentemente impor-se sob diferentes estratégias autorizadas pelas circunstâncias, gerando “outra” totalidade. A autora discute criticamente o “sentido da colonização” (Caio Prado Jr.)⁷⁶ e o conceito de “antigo sistema colonial” (Fernando Novais),⁷⁷ chamando a atenção para a centralidade da escravidão no mundo colonial, o que teria diferenciado a formação brasileira da metropolitana.

Tanto nos citados *O Antigo Regime nos Trópicos* (2001) ou em *O sol e a sombra* (2007) ou ainda na coletânea intitulada *O Governo dos Povos* (2009), entre outras obras, a herança intelectual de Charles Boxer aparece valorizada e revisitada. A retomada das

discussões acerca da dinâmica imperial portuguesa e o declínio de explicações profundamente marcadas pela dimensão econômica levaram à retomada do prestígio intelectual de Charles Boxer no Brasil, depois de um relativo ostracismo no período entre a década de 1960 e a de 1980, período que repercute a audiência e a hegemonia da obra de Caio Prado Jr., fortemente marcada pela expansão do capitalismo comercial. A visão alternativa em relação àquela proposta pela “escola paulista”, na qual também pontificava Florestan Fernandes, residia na interpretação de Gilberto Freyre, que leu o período colonial através do prisma da família patriarcal e da mestiçagem, que teriam marcado a formação social brasileira. Essa leitura também destoava daquela que o historiador inglês faria, pois, lembra-nos Laura de Mello e Souza, “Boxer não se esquecia de uma das principais peculiaridades daquele Império, e, invocando o escravismo, criticava Gilberto Freyre no tocante às facilidades de ascensão social dos negros”.⁷⁸ **RC**

NOTAS

1 Não é possível datar de forma precisa o surgimento do que, no Brasil, se tem chamado de “brasilianistas”, para designar acadêmicos estrangeiros especializados em assuntos brasileiros. Podemos, no entanto, afirmar que o fenômeno se tornou particularmente intenso nos anos 60, num contexto histórico marcado pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana, que levou o governo dos Estados Unidos a aumentar significativamente os recursos para as pesquisas destinadas ao estudo da América Latina, de modo geral, e ao Brasil, de modo particular.

2 Ver Maicon Vinícius da Silva Carrijo, *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.

3 Ver Lúcia Ricotta, “A constelação espacial das cenas de origem em *Scènes de La Nature*, de Ferdinand Denis”. *Revista USP*, São Paulo, n.º 91, Set./Nov. 2011, pp. 112-124; Jean-Claude Laborie, “Estudo de mediações: o caso Ferdinand Denis”. *Ponto-e-vírgula*, n.º 13, 2013, pp. 66-77.

4 Ver Alberto Venâncio Filho, “Henri Hauser e o Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, Vol. 158, n.º 396, Jul./Set 1997, pp. 887-893; Marieta de Moraes Ferreira, “Os professores franceses e a redescoberta do Brasil”. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, ano xi, n.º 43, 2005, pp. 227-246.

5 Ver Jean-Pierre Le Boulter, *Pierre Fatumbi Verger: um homem livre*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002; Angela Lühning, “Pierre Fatumbi Verger e sua obra: uma homenagem”. *Afro-Ásia*, Salvador, Vol. 21/22, 1999, pp. 315-364; Angela Lühning (org.), *Verger/ Bastide: Dimensões de uma amizade*. Salvador: Bertrand Brasil, 2002; Pierre Verger, Alex Baradel, Tasso Franco, *O Brasil de Pierre Verger*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2006.

6 Liana Maria Salvia Trindade, *A produção intelectual de Roger Bastide. Análise documental e indexação*. São Paulo: Centro de Estudos de Sociologia da Arte, USP, 1985; Maria Isaura Pereira de Queiróz “Roger Bastide e o Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], 2001; Fernanda Arêas Peixoto, *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2000; Maria Lúcia de Santana Braga, “A recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil”. *Sociedade e Estado*, Vol. 15, 2000, pp. 331-360 [online].

7 Ver Luís Corrêa Lima, *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: EDUSP, 2009; Marcos Antônio Lopes (org.), *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008; Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. Fernando Novais, “Braudel e a ‘missão francesa’”. *Estudos Avançados*, Vol. 8, n.º 22, Set./Dez. 1994.

8 Didier Eribon, *De perto e de longe: Claude Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; Patrick Wilcken, *Claude Lévi-Strauss: O poeta no laboratório*. Rio de Janeiro: Objectiva, 2011; Claude Lévi-Strauss. *Longe do Brasil: Claude Lévi-Strauss*, entrevista com Véronique Maigne. São Paulo: UNESP, 2011.

9 Ver Robert Southey, *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1997; Maria Odila da Silva Dias, *O fardo do homem branco: Southey historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

10 Ver John Armitage, *The History of Brazil from the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Don Pedro the First in 1831*. Londres: Smith, Elder and Co., 1936 (trad. brasileira: *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977); Flávia Florentino Varella,

Da impossibilidade e aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2011.

11 Edgar Prestage, *The Diplomatic Relations of Portugal and England from 1640 to 1668*. Watford: Voss & Michael, 1925; idem, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668*. Watford: Voss & Michael, 1925; idem, *The Portuguese Pioneers*. Londres: A. & C. Black, 1933.

12 Charles R. Boxer, “Edgar Prestage, 1869-1951”. *Proceedings of the British Academy*, Vol. 44, 1958, pp. 199-205.

13 Evaldo Cabral de Mello, “O Século mais agreste”, in *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 273.

14 Kenneth R. Maxwell, “The C. R. Boxer Affaire: Heroes, Traitors, and the Manchester Guardian”. *Notícia e Opinião*, Mar. 16, 2001.

15 Ver Dauril Alden, *Charles R. Boxer: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001.

16 Charles R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. Londres: Hutchinson, Nova Iorque: Knopf, 1969 (trad. brasileira: *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; trad. portuguesa: *O Império Colonial Português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1977, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011. Introd. de Diogo Ramada Curto).

17 Stuar B. Schwartz, “Religião popular e a Igreja militante: Novos rumos no estudo do Brasil colonial”. In Stuar B. Schwartz e Erik Myrup, *O Brasil no império marítimo português*. Bauru, SP: EDUSC, 2009, p. 452.

18 Charles R. Boxer, *Fidalgos in the Far East 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao*. Haia: M. Nijhoff, 1948 (2.ª ed. revista, Hong Kong e Londres: Oxford Press, 1968; trad. portuguesa: *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770: Factos e Lendas de Macau Antigo*. Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990).

19 Charles R. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*. Berkeley: University of California Press, 1951.

20 Charles R. Boxer, *Jan Compagnie in Japan, 1660-1817*. Haia: M. Nijhoff, 1936 (ed. revista: Tóquio e Londres: Oxford University Press, 1968); idem, *Fidalgos in the Far East, 1550-1770...*, cit.

21 Dauril Alden, “Charles R. Boxer e The Church Militant”. In Stuar B. Schwartz e Erik Myrup, *O Brasil no império marítimo português*, cit.

22 Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*. Londres: Athlone Press, 1952 (trad. brasileira: *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973).

23 Charles R. Boxer, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*. Oxford: Clarendon Press, 1957 (trad. brasileira: *Os Holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961).

24 Joaquim Romero Magalhães, “Algumas notas sobre *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*”. In Stuar B. Schwartz e Erik Myrup. *O Brasil no império marítimo português*, cit., p. 535.

25 Francis A. Dutra. “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e a Angola de Charles Boxer: cinquenta anos depois”. In Stuar B. Schwartz e Erik Myrup, *O Brasil no império marítimo português*, cit., p. 14.

26 Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola...*, cit., p. 391.

27 André João Antonil (1649-1716), jesuíta italiano, que chegou à Baía em 1681, possivelmente por intermédio de Pe. Antônio Vieira. Em 1711 publica a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, logo proibida e confiscada. Trata-se de uma das mais importantes crônicas do período colonial. Ver André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

28 Ao longo da vida, desde os anos de 1930, Boxer alimentava a sua biblioteca adquirindo cartas, manuscritos e colecções clássicas de escritos do Pe. Vieira, inclusive a primeira edição dos seus *Sermões*, publicada em Lisboa, em 14 volumes, entre 1679 e 1714. Em 1947, Boxer publica as cartas de Vieira e um artigo sobre o jesuíta.

29 Dauril Alden, “Charles R. Boxer e The Church Militant”, cit., p. 386.

30 Ver Dauril Alden, *The Making of an Enterprise. The Jesuits in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

31 José Antônio Gonsalves Mello, *Tempo dos Flamengos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1987.

32 Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense/São Paulo: EDUSP, 1975. Ver ainda idem, *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

33 Evaldo Cabral de Mello (org.), *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Companhia dasLetras, 2010.

34 Charles R. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of Colonial Society*. Berkeley: University of California Press, 1962 (Trad brasileira: *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963/ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000).

35 Ver Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

36 Até a década de 1950, personificada na figura de Afonso de Taunay – autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, em 11 volumes, obra que Boxer conhecia bem – a historiografia brasileira, particularmente a produzida em São Paulo, gastou milhares de páginas no tema da expansão para Oeste e no alargamento das fronteiras, glorificando a figura do bandeirante, desbravador (e predador de índios). O Museu Paulista, organizado por Taunay nas décadas de 1920 e 1930, reproduz essa leitura da história do Brasil, que Boxer ou discordaria ou matizaria. Sobre Afonso de Taunay e o bandeirismo, ver Antônio Celso Ferreira, *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002; Karina Anhezini, *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay. (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

38 Evaldo Cabral de Mello, “O Século mais agreste”. In *Um imenso Portugal...*, cit., p. 279.

39 Charles R. Boxer, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Londres: Oxford, University Press, 1963 (trad. brasileira: *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.

40 A. J. R. Russell-Wood, “O uso de fontes literárias por Charles Boxer no estudo das relações raciais no Brasil e no Maranhão”. In Stuar B. Schwartz e Erik Myrup, *O Brasil no império marítimo português*, cit., p. 472.

41 Charles R. Boxer, *Relações raciais no Império Português...*, cit.,p. 40.

42 Alberto Luiz Schneider, “Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 26, n.º 52, Jul./Dez. 2013; Diogo Ramada Curto, “The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer’s Position”. *E-journal of Portuguese History*, Vol. 11, n.º 1, 2013, pp. 1-63.

43 Charles R. Boxer, *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas, 1440-1770*. Londres: Duckwoth, 1975 (trad. portuguesa: *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica, 1415-1815*. Lisboa: Livros Horizontes, 1977).

44 Charles R. Boxer, *The Church Militant and Iberian Expansion, 1440-1770*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1978 (trad. brasileira: *Igreja militante e a expansão Ibérica, 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007).

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Charles Ralph Boxer e João de Barros

JORGE BRUXO*, LURDES ESCALEIRA**

INTRODUÇÃO

Apesar de separados por quatro séculos, Barros (século xvi) e Boxer (século xx) têm vários pontos em comum, tais como o facto de cada um deles ter trabalhado mais de meio século para a História dos Portugueses no Oriente, de os dois terem tido preocupações didácticas e, cumulativamente, experiências profissionais que nada tinham a ver com a escrita, em particular a escrita da História, em que se revelaram mestres consagrados.

Além disso, ambos despertaram um grande interesse pelo conhecimento do homem e da obra, tendo daí surgido importantes biografias, tais como *João de Barros: Vida e Obra* (1778), da autoria de Manuel Severim de Faria e *Charles R. Boxer: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller* (2001), escrita por Dauril Alden.

Como historiador da expansão europeia dos séculos xvi e xvii, especialmente a portuguesa e a

holandesa, Boxer socorre-se, naturalmente, daqueles que considera os melhores cronistas coevos da gesta dos descobrimentos marítimos portugueses: Gaspar Correia, Diogo do Couto, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. E este último, nas suas próprias palavras, foi “incontestavelmente o mais importante dos quatro cronistas referidos”.¹

Esta sua admiração pelo legado de João de Barros, que classifica de cronista oficial dos Descobrimentos Portugueses e, simultaneamente, um dos maiores humanistas portugueses do século xvi, leva Boxer a dedicar-se ao estudo da vida e obra do cronista português. Nos seus trabalhos de escrita da História, serviu-se das *Décadas da Ásia* de João de Barros, classificando esta obra como uma fonte credível e o autor um escritor fidedigno, com condições para transmitir bem fundadas informações de um extremo ao outro do Império Português, considerando-a como um “modelo para a sua inspiração pessoal”.²

A exaltação de João de Barros é evidente e materializa-se na obra publicada pelo Xavier Centre of Historical Research, de Goa, no ano de 1981, com o título *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*,³ mais tarde traduzida para português⁴ e publicada pelo CEPESA, em Lisboa, no ano de 2002.

Boxer revela as suas opiniões sobre a obra do humanista, considerando-a de elevado interesse, em especial as *Décadas da Ásia*, e afirma que “é mesmo de ter pena dos historiadores modernos interessados na Ásia do século xvi que tentem ignorar Barros”,⁵ autor que proporciona um contexto histórico e um cuidadoso cenário geográfico. Embora, aqui e além, vá revelando apreciar o estilo da escrita de João de Barros, visto dentro dos condicionalismos temporais em que ele viveu, escusou-se a comentá-lo, ao escrever:

45 Charles R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1965.

46 Evaldo Cabral de Mello, “O Século mais agreste”. In *Um imenso Portugal...*, cit., p. 276.

47 J. H. Elliott, *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006.

48 Ver Raimundo Faoro, *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1975.

49 Gilberto Freyre, *Manifesto Regionalista. Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002. [1933].

50 Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo* [1942]. São Paulo: Brasiliense, 1994.

51 VerDiogo Ramada Curto, “O atraso historiográfico português”. In Charles R. Boxer, *Opera Minora*, Vol. III – *Historiografia/ Historiography*. Lisboa: Fundação Oriente, 2002.

52 Ver François Dosse, *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

53 Jack Greene, *Peripheries and Center: Constitutional Development in the Extended Polities of the British Empire and the United States, 1607-1788*. Athens: University of Georgia Press, 1986.

54 J. H. Elliott, *Empires of the Atlantic World*, cit.

55 Anthony Padgen, *Lords of all the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain, and France, 1500-1800*. New Haven: Yale University Press, 2006.

56 Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto, *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 (ed. portuguesa: *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010).

57 A. J. R. Russell-Wood, *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*. Baltimore: Johns Hopkins, 1992 (trad. portuguesa: *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa: Difel, 1998).

58 Dauril Alden, *The Making of an Enterprise...*, cit.

59 Dauril Alden, *Charles R. Boxer: An Uncommon Life...*, cit.

60 Ver Luiz Felipe Alencastro, *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

61 Manolo Florentino, *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos ente a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

62 Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: A África e o Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003; idem, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

63 Jaime Rodrigues, *De costa à costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

64 Francisco Bethencourt e Kirthi Chaudhuri (orgs., *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1998; Francisco

Bethencourt, “A América Portuguesa”, in *ibidem*, Vol. III – *O Brasil na Balança do Império, 1697-1808*; A. J. R. Russell-Wood, “Governantes agentes”, in *ibidem* Vol. III – *O Brasil na Balança do Império, 1697-1808*.

65 Luís Felipe Thomas, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 208.

66 Ver João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima S. Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Ronaldo Vaifas, Rodrigo Bentes Monteiro (orgs.), *Império de várias faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009; Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado; Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

67 Ver António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal –Séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

68 Charles R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

69 Stuart B. Schwartz, “Religião popular e a Igreja militante. Novos rumos no estudo do Brasil colonial”. In Stuart B. Schwartz e Erik Myruo, *O Brasil no império marítimo português*, cit., p. 450.

70 A. J. R. Russell-Wood, *Fidalgos and philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley: University of California Press, 1968 (trad. brasileira: *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981).

71 Stuart B. Schwartz, *Sovereignty and Society in Colonial Brasil: The High of Bahia and its Judges, 1609-1751*. Berkeley: University of California Press, 1973 (trad. brasileira: *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979).

72 Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil: With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkley: University of California Press, 1968.

73 Joaquim Romero Magalhães, *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011; idem, “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial portuguesa”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 16, 1985.

74 Ver Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

75 Ver João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima S. Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópico...*, cit.

76 Prado Jr., Caio, *Formação do Brasil contemporâneo* cit..

77 Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

78 Laura de Mello e Souza, “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado, Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O governo dos povos*, cit., p. 73.

* Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluiu o mestrado em Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Macau. Publicou, como autor ou co-autor, vários artigos e livros.

Graduate in Law, Faculty of Law, University of Lisbon; M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau. His publications include a variety of papers and books, both as author and co-author.

** Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto e em Gestão e Administração Pública pela Universidade de Macau. É Mestre em Gestão e Administração Pública. Doutorou-se em Didáctica das Línguas na Universidade do Porto. É docente do Instituto Politécnico de Macau. É autora de vários artigos e do livro *Ensino da Tradução em Macau: Dos Currícula Propostos à Realidade de Mercado* (2013).

Graduate in Philosophy from Oporto University and in Management and Public Administration from the University of Macau; M.A. in Management and Public Administration; Ph.D. in Didactics of Languages from Oporto University. Currently lecturing at the Macao Polytechnic Institute. She has published various articles and the book Tradução em Macau: Dos Currícula Propostos à Realidade de Mercado (2013).

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

“Sendo eu um estrangeiro, não quero emitir qualquer juízo de valor sobre os méritos literários da prosa de Barros, mas acho que a maior parte dos que leram o texto original das *Décadas* será da opinião que tem geralmente um estilo claro, cuidadoso e solene, tal como o humanista desejava”.⁶ Assim, Charles Boxer considera-se apenas um biógrafo e estudioso de Barros e não um crítico literário da obra do humanista.



não é excepção, realçando alguns factos biográficos de Barros, nomeadamente: (1) Proximidade aos monarcas portugueses do seu tempo e amigo pessoal de D. João III; (2) Tarefa gigantesca ao ser nomeado feitor das Casas da Guiné e Índia; (3) Dedicação ao estudo e à escrita em acumulação com outras tarefas; (4) Investimento na colonização do Brasil, que se revelou tragicamente desastroso nas duas expedições em cuja organização participou nos anos de 1536 e 1556; (5) “Não procurava os prazeres, mas antes a dimensão produtiva da vida”¹³ e (6) Pai de uma “generosa família de dez filhos, cinco meninos e cinco meninas”,¹⁴ tendo-se preocupado mais com a sua educação do que com a riqueza que lhes iria deixar em herança.

Para além disso, Barros é ainda considerado como pessoa que teve acesso privilegiado às fontes, quer através dos documentos com que lidou no exercício do seu ofício, quer ainda por ter tradutores ao seu serviço, nomeadamente um tradutor chinês com bons conhecimentos das línguas portuguesa e chinesa, o que lhe permitiu conhecer documentos de outros povos, escritos nas suas línguas.

No aspecto humano, todos, sem excepção, se referem ao facto de Barros ser um protegido da Coroa e de ter beneficiado de vários privilégios, mas, mesmo assim, ter contraído enormes dívidas¹⁵ e de estas terem sido motivo de grandes críticas, tanto por parte da família como de amigos, e de futuros dissabores aos seus herdeiros.

Pesem embora as enormes dificuldades financeiras, Barros revela grande humanismo e compreensão das dificuldades dos seus colaboradores, situação que é exemplificada no acto de pagamento de apoios aos órfãos e viúvas de quantos morreram nas suas infaustas expedições ao Maranhão, para colonização do Brasil, apesar das grandes perdas morais e materiais e das dificuldades financeiras que ele próprio teve que suportar como consequência dessas expedições.

Autor de uma importante e diversificada obra da qual, na perspectiva de Boxer, ressaltam as *Décadas da Ásia* é, ainda, atribuída ao humanista a autoria de outros trabalhos que se perderam ou, então, que nunca chegaram a ser concluídos.

Nos últimos anos de vida recolheu-se à sua Quinta de Alitém onde, apesar de muito adoentado, trabalhou afincadamente na conclusão das *Décadas da Ásia* e da *Geografia*, morrendo sem ter concluído o edifício intelectual por si projectado.

João de Barros era um “homem de venerável presença, alvo de cor, olhos espertos, e nariz aquilino, barba comprida e toda branca, magro, e não grande de corpo, na prática ainda que grave era apazível, e de grande conversação. Foi varão de vida exemplar, e mui pio”.¹⁶ Este foi o retrato traçado, em 1536, por um jesuíta que conheceu pessoalmente João de Barros e que Severim de Faria, em 1624, transcreveu nos seus *Discursos Políticos Vários* e Boxer acolheu na biografia de Barros.

A OBRA DE JOÃO DE BARROS

A partir da análise de Boxer sobre a obra do humanista português, podemos concluir que esta nos dá uma visão panorâmica, colocando-se o autor no lugar do *leitor moderno*, guiando-o e avisando sobre o interesse de cada uma das obras de João de Barros. Ao mesmo tempo que descreve o conteúdo nuclear de cada obra, vai apresentando uma interpretação dos principais assuntos focados, bem como a sua própria posição relativamente às críticas que têm vindo a ser feitas, referindo os motivos que, em sua opinião, podem ter contribuído para as opções do humanista português, nomeadamente concepção de história, posições ideológicas e até postura estético literária, apesar de Boxer se ter eximido a assumir-se como crítico literário.

1. Relativamente ao romance de cavalaria *Clarimundo* afirma que “difícilmente esta obra seria capaz de sustentar o interesse de grande parte dos leitores modernos pelas enredadas aventuras e infortúnios das suas múltiplas personagens de ficção”.¹⁷

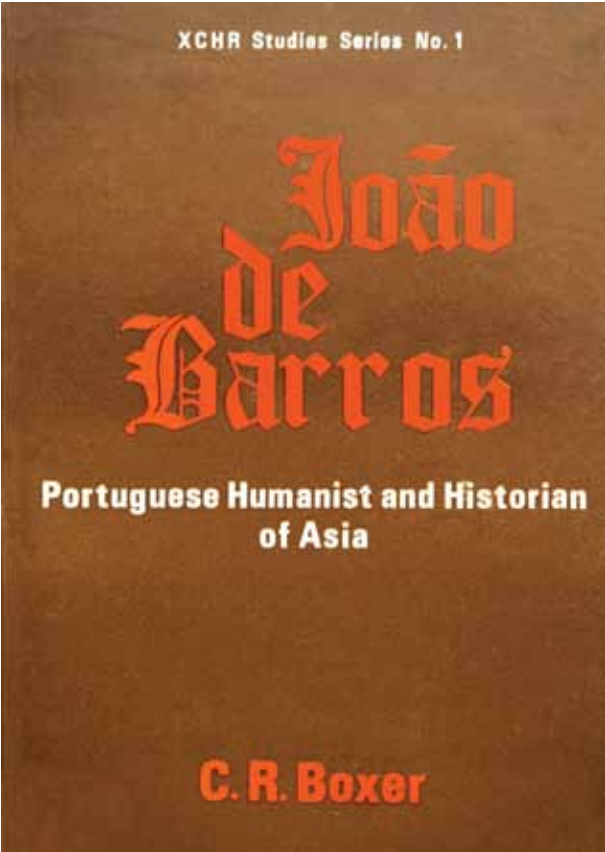
A estratégia literária usada por Barros ao basear o romance num documento por ele traduzido do húngaro “não pretendia iludir ninguém na corte, até porque era conhecido de todos que João de Barros não sabia uma única palavra da língua magiar”.¹⁸

O enredo é “singularmente complicado e labiríntico [...] uma mistura complicada de eventos naturais, sobrenaturais, mágicos e outros absolutamente absurdos”, no qual abundam elementos secundários

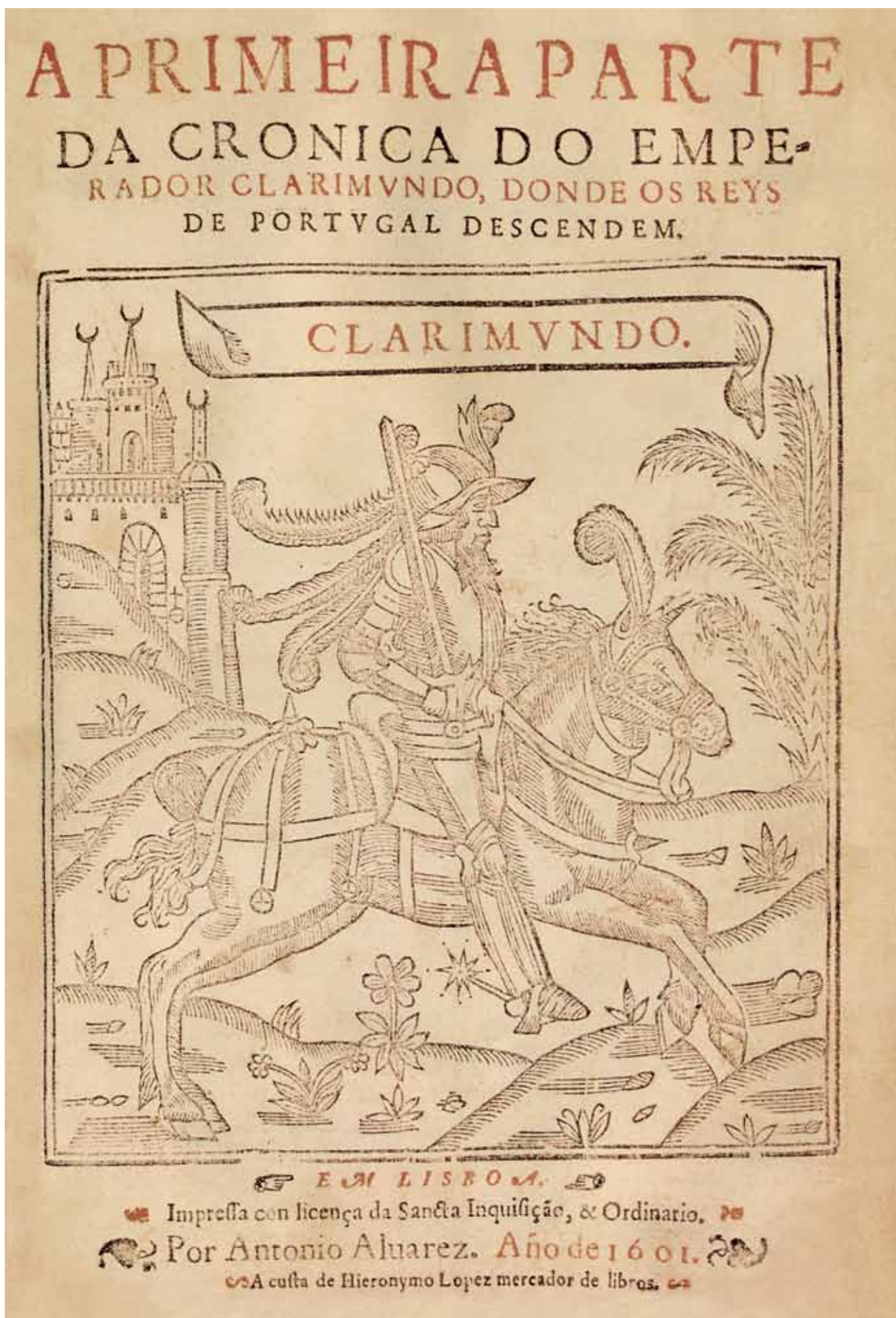
e onde o “único elemento recorrente radica na apresentação de uma reflexão e conclusão morais no fim de cada capítulo”.¹⁹ A forma inesperada como termina a novela deixa a impressão que “João de Barros se sentiu cansado com o seu próprio enredo e decidiu ficar por aí”, nunca tendo escrito uma segunda parte daquela que, na opinião de Boxer e na senda de Severim de Faria, “foi a obra mais popular de todas”.²⁰

Para Boxer, a parte mais interessante desta novela de cavalaria é a profecia de Fanimor sobre a expansão ultramarina portuguesa, considerando até poderem existir semelhanças com *Os Lusíadas* (1572), não sendo “possível concluir peremptoriamente que Camões tenha buscado inspiração na leitura de *Clarimundo*, mas parece muito provável e, segundo muitos críticos competentes, é mesmo o que terá acontecido”.²¹

Afirma ainda que, também Francisco de Moraes (1500-1572) terá ido buscar inspiração a *Clarimundo* para o seu *Palmeirim de Inglaterra*, publicado pela primeira vez em 1544, embora, actualmente, o exemplar mais antigo seja de 1576.



IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



2. A *Rópica Pnefma*²² é, segundo Boxer, “uma das obras mais problemáticas de João de Barros que tem sido analisada e avaliada com resultados bem diferentes” e, por vezes, rotulada de ligeira e superficial, mas na sua opinião “não é um trabalho superficial, nem puramente convencional”, visto estarmos perante “uma produção complexa e paradoxal, contendo trechos em que se empregou um estilo obscuro por razões que apenas podemos tentar adivinhar”.²³ A estrutura, como um diálogo entre o Entendimento, a Vontade, o Tempo e a Razão, integra-se “no género da alegoria medieval”, podendo ser comparada, em vários aspectos, aos *Autos* (*Auto da Feira e a Barca do Inferno*) de Gil Vicente.²⁴

“Julgamos que muitas digressões na *Rópica Pnefma* são curiosas e interessantes, confirmando a originalidade do livro e recordando ao leitor os paralelos nas obras literárias posteriores. [...] somos obrigados a concluir que a obra teve pouco impacto. Julgamos, porém, que deve ser considerada como uma composição muito especial e importante no Portugal do Antigo Regime. Eu não hesitaria em afirmar que se trata de um livro tão importante como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, embora esta seja uma obra muito diferente na sua natureza e tenha sido muito mais divulgada”.²⁵

Boxer afirma ainda que João de Barros “utiliza a estratégia do paradoxo erasmiano, combinando a apologia da doutrina cristã com uma dura sátira da sociedade do seu tempo, transmitindo, assim, uma mensagem espiritual bebida em Erasmo”.²⁶

Neste diálogo, pese embora o recurso à retórica, “fica claro em alguns trechos que as opiniões dos três interlocutores, em particular do Tempo [...] enformam as opiniões do autor”, embora “o estilo deliberadamente enigmático e alegórico” torne difícil descobrir as verdadeiras intenções do humanista.

Barros exagerou o recurso à alegoria e ao paradoxo, abrindo o seu texto a várias leituras, o que parece facilmente explicável se nos lembrarmos de que a Inquisição²⁷ começava a fazer-se presente no ambiente cultural português.

Boxer cita novamente Révah para contrariar a ideia, defendida por alguns autores, tais como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de que o humanista seria um

Folha de rosto de *Rópica Pnefma*.

“fraco erasmista” e defende que “o livro é generosamente influenciado pelo humanista holandês, frequentando muitas das suas ideias e temerários”. O autor da *Rópica* utilizou a técnica erasmiana de combinar o paradoxo e o colóquio, mostrando, ainda, “a influência do grande humanista no anti-judaísmo, na anti-escolástica, na crítica da sociedade e na defesa do pacifismo cristão”,²⁸ sublinhados na *Rópica Pnefma*.

O aspecto mais polémico prende-se com a explicação dada pela Razão acerca da denúncia que esta faz do Antigo Testamento. Esta explicação é, na opinião de Boxer, pouco convincente.

3. O *Panegírico de D. João III* foi aceite com agrado pelo monarca, porque, na opinião de Boxer, apesar de o rei estar em negociações com Roma para introduzir a Inquisição em Portugal, também tinha interesse em atrair Erasmo. Assim, apesar das críticas ao clero e das

Folha de rosto da *Crónica do Imperador Clarimundo*.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

sátiras a figuras poderosas, o Piedoso acolhe bem esta obra.

“O panegírico apresenta prosa corredia e clara, embora repleta de observações sentenciosas e de reflexões de carácter moral [...] exalta as reais ou presumíveis virtudes de D. João III, também não se abstendo de incluir algumas ideias pessoais e outras solicitadas a Erasmo. [...] reflecte e utiliza a *Institutio Principis Christiani* (1516) de Erasmo sem citar explicitamente a sua fonte”.²⁹

Barros foi buscar inspiração a Plutarco (*Vidas*) e a Plínio (*Panegírico do Imperador Trajano*) bem como a muitos outros autores clássicos, o que lhe permitiu “oferecer uma verdadeira ostentação dos seus conhecimentos de mitologia, história e literatura gregas e romanas...”, mas, “não se frequentam citações do Novo Testamento contrastando com as muitas chamadas do Velho Testamento”.³⁰ E a este propósito podemos interrogar-nos sobre a razão porque Boxer não investiga a explicação para isto, ou não ensaia uma hipotética justificativa.

Ao elogiar D. João III por ter optado por uma política de paz na Europa, Barros é, na opinião de Boxer, claramente influenciado pelas ideias de Erasmo, segundo o qual os príncipes cristãos tinham o dever de não se guerrear entre si, nisto consistindo o denominado pacifismo cristão.

Barros, por vezes, exagera as virtudes de D. João III e fala pouco ou nada dos seus defeitos, o que Boxer justifica pelo facto de se estar perante um homem com muitas virtudes e acrescenta que um inglês do século XVI, em escrito feito 25 anos após a redacção deste *Panegírico*, e que não devia favores ao rei *Piedoso*, também lhe teceu enormes elogios.

O *Panegírico da Infanta D. Maria* é de tamanho mais reduzido, “não alcançando metade do discurso dedicado a D. João III” e por isso, comenta Boxer, deve ter “causado um grande alívio em muitos dos seus ouvintes”.³¹ João de Barros segue o modelo clássico do Panegírico, tece elogios a D. Maria, não indica defeitos, faz referências ao Velho Testamento, não se encontrando nenhuma ao Evangelho de Jesus Cristo e elogia a expansão portuguesa e as conquistas temporais e espirituais realizadas durante o reinado de D. João III, irmão da princesa então muito enaltecida, não sendo os elogios fantasiosos, porque D. Maria era uma das princesas mais cultas e virtuosas da Europa do seu tempo.

Boxer sustenta que Camões se inspirou pontualmente em alguns trechos de Barros e, por exemplo, para apoiar que se trata de uma antecipação da famosa expressão dos *Lusíadas*: “por mares nunca dantes navegados”,³² cita o elogio da expansão portuguesa constante do *Panegírico da Infanta D. Maria*:

“... despregando bandeiras, tomando cidades, sujeitando reinos, onde nunca o vitorioso Alexandre e grande Hércules, de cujas façanhas se espantaram os antigos, puderam chegar; achando novas estrelas, navegando mares não conhecidos, descobrindo a ignorância dos filósofos antigos, que o mundo tinha por mestres de verdades ocultas”.³³

4. Relativamente ao *Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos Judeus* (c.1543), Boxer declara que não vale a pena tentar analisá-lo e avaliá-lo em pormenor por a sua competência nas matérias aí discutidas, de confronto entre o judaísmo e o cristianismo, ser ainda mais limitada do que a do próprio João de Barros. Ao recomendar que se tome como referência o estudo de Révah sobre o humanista português, Boxer afirma que ele próprio, em toda a obra, o seguiu muito de perto. Assim, com base em Révah, Boxer conclui que Barros:

- Escreveu um tratado polémico ao qual deu a estrutura de uma disputa entre duas religiões, o cristianismo e o judaísmo;
- Defende a Inquisição, mas relativamente ao anti-judaísmo assume uma posição mais moderada, em contraste com a tomada na *Rópica Pniefma*;
- Possuía do Talmude conhecimentos incompletos, imprecisos e em segunda ou terceira mão;
- Nos doze anos de intervalo entre a *Rópica* e o *Diálogo Evangélico* não se registou qualquer avanço nos seus conhecimentos sobre o judaísmo;
- Pensava que o Talmude era um livro canónico tanto para muçulmanos como para judeus;
- Usou fontes pouco credíveis para estudar o judaísmo recorrendo a autores (Pietro Galatino, H. Fino, Johann Reuchlin e Pedro Alfonso) que Révah classifica de desonestos e ignorantes e deixarem muito a desejar;
- Sustenta que o cristianismo é superior ao judaísmo com fundamento em argumentos baseados no Velho e no Novo Testamento, no “Apocalipse” e noutros textos pós-bíblicos e rabínicos, isto é, produzidos pela

classe sacerdotal dos judeus e dos cristãos, mas os seus argumentos são inconsistentes.

O facto de esta obra ter ficado inédita, apesar de favorecer o proselitismo cristão, deve-se, segundo Boxer, ao facto de se viver no contexto da Inquisição e de o Cardeal D. Henrique e os seus conselheiros não considerarem “oportuno continuar a permitir discussões abertas sobre temas religiosos delicados e melindrosos mesmo quando se faziam com intenções de defender os dogmas católicos”.³⁴

O *Diálogo Evangélico* foi escrito logo após o terceiro auto-de-fé ocorrido em Lisboa em Novembro de 1542. E Boxer constata que “a análise do texto deixa-nos com a impressão de se tratar de uma obra composta com alguma pressa, ficando provavelmente acabada no início de 1543”.³⁵ Tal como Révah, considera que Barros não é um estudioso *sério* do judaísmo em Portugal e classifica este texto como “pouco afamado e polémico”, mas constituindo uma prova clara do interesse de Barros pelo “problema judaico do seu

Folha de rosto de *Gramática da Língua Portuguesa*.



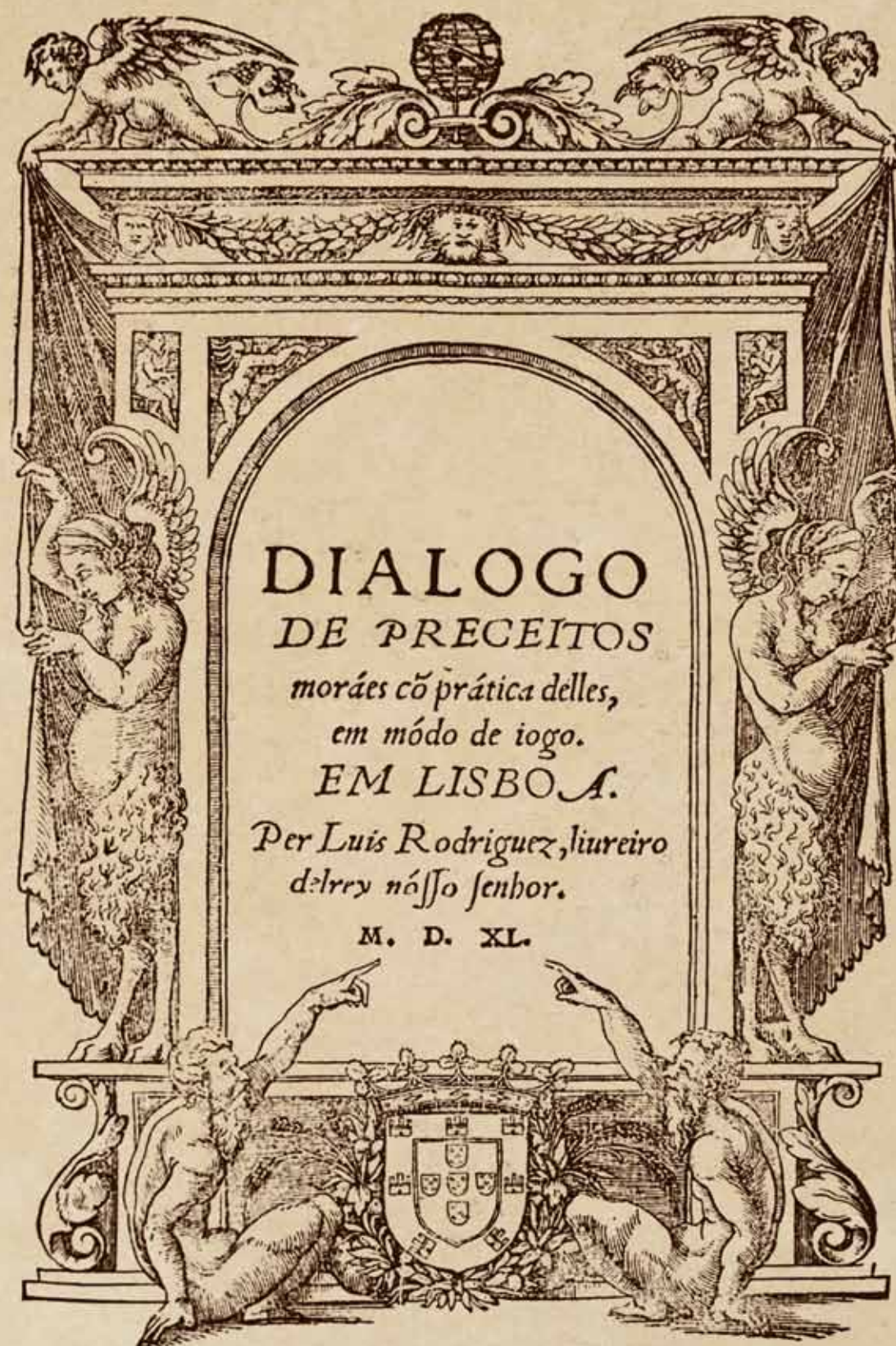
tempo e da sua geração”, tendo-se, contudo, baseado em estudos desonestos ou ignorantes. Esta obra, depois de dormir quase três séculos no silêncio dos arquivos, só teve publicação integral em 1950, concluindo Boxer que “em nada contribui para aumentar a glória teológica ou literária do nosso humanista”.³⁶

5. Boxer considera que a *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*,³⁷ geralmente conhecida como “Cartinha”, é uma “cartilha” de catecismo e não uma gramática, “um catecismo que ensinava um aluno a ler, instruindo-o também na doutrina católica”.³⁸ É sua opinião ter esta obra um teor medieval e não existirem nela influências da Contra-Reforma e, sobretudo, revelar desenvolvimentos sob o ponto de vista didáctico e pedagógico (inclusão de objectos e de figuras para ensinar o alfabeto). Boxer ressalta este aspecto inovador de ensinar a ler e a escrever e afirma estarmos perante um percursor de J. A. Commenius, teólogo e reformador checo (1592-1670), “apresentando o nosso humanista uma estrutura melhor e mais eficaz”.³⁹ É sua opinião que o humanista português defende um método original de escrever e de acentuação, pese embora esta originalidade não ter tido ecos, tanto no seu tempo como mais tarde.

6. Além da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros e, quase ao mesmo tempo, foi também editada uma Gramática de Fernão de Oliveira, tendo ambas recebido alguma influência da Gramática da língua castelhana de António Nebrija, mas esta é mais especulativa do que as duas primeiras gramáticas portuguesas.

Barros defende a superioridade da língua portuguesa, mesmo em relação ao latim, importando para o português palavras de origem asiática e africana e sustentando o pleno direito de a língua portuguesa ser imposta aos povos dominados. Critica severamente o baixo nível dos professores e insiste na vantagem de escrever com letra romana em vez de ser usada a letra gótica. E Boxer conclui desta forma:

“... João de Barros estava avançado para o seu tempo, situação que ajuda a explicar porque é que as suas inovações não tiveram grande aceitação. Se elas tivessem sido aceites [...] Portugal estaria na vanguarda do progresso europeu em vez de se arrastar na sua retaguarda já nos meados do século XVII.”⁴⁰



7. O *Diálogo da Viciosa Vergonha* é, como o título “algo críptico” parece indicar, um diálogo, entre João de Barros e seu filho António, acerca da vergonha, distinguindo-a da culpa. Boxer classifica-o como um tratado moral visando infundir o temor de Deus e a fonte da sabedoria nos jovens educandos.

Acontece que João de Barros já tinha solicitado ao humanista António Luís, seu amigo, que escrevesse um tratado sobre esta matéria, o que ele fez, tendo publicado uma obra com o título *De pudore*. Nestas circunstâncias natural é que se pergunte sobre qual a razão porque ainda assim Barros escreveu o *Diálogo da Viciosa Vergonha*. A esta questão responde Boxer da seguinte maneira: “Ou Barros não estava satisfeito com esta obra, ou não a tinha visto antes de publicar, precisamente no mesmo ano, o seu próprio trabalho”.⁴¹

Charles R. Boxer escreve ainda:

“O humanista retoma a discussão de alguns temas da *Rópica Pnephna*. Temos uma breve, mas curiosa, menção ao pacifismo cristão, enumerando-se também alguns ‘defeitos temporais’ denunciados como sendo inspirados por Satanás, neles se incluindo a ‘conquista, navegação, e comércio’ (‘conquistar, navegar, tratar com totalas outras indústrias que Satanás inventou’).”⁴²

Curiosamente aqui a conquista, a navegação e a actividade comercial são classificadas como invenções satânicas, diferentemente do exposto noutras obras, como se pode ver em *Clarimundo* e nas *Décadas*. Sobre esta questão Boxer comentou que se trata de uma posição que não corresponde àquilo que Barros “sustentava nas *Décadas*, em preparação na mesma altura, dedicadas com muito orgulho à celebração da “conquista, navegação e comércio” dos portugueses no Oriente. Como já tentámos compreender, esta situação que parece ser ilógica e discordante não nos surpreende nem é inexplicável”.⁴³

Acerca de uma discussão sobre as diferenças entre vergonha e culpa Boxer diz textualmente que “devo confessar que esta composição ultrapassa minha compreensão”, querendo com isso significar não ter entendido o sentido desse trecho do diálogo e parecendo inculcar uma crítica a Barros por ter usado um estilo difícil e algo nebuloso em matérias já por si nada fáceis.

Folha de rosto de *Diálogo de Preceitos Morais com prática deles em modo de jogo*.

8. O *Diálogo de Preceitos Morais com prática deles em modo de jogo*, publicado em 1540, apresenta um diálogo entre João de Barros e dois dos seus filhos, Catarina e António. A finalidade deste jogo educativo é a de promover a formação de personalidades moderadas, isto é não inclinadas a extremismos, quer num sentido quer no seu oposto. Inspirado no jogo das damas, com 36 pedras, representando cada uma delas um vício ou uma virtude, procede-se ao ensino da ética.

Na *Década II*, Boxer encontra provas de que Barros tomou conhecimento de a jovem princesa D. Maria⁴⁴ ter apreciado muito o jogo e de o ter praticado variadíssimas vezes com o seu pai, também aí registando o lamento por este jogo se não ter popularizado, como ele gostaria. Boxer, ao comentar esta atitude, anota que algum sucesso deve ter tido, porque ocorreu uma segunda edição deste livro em 1563.

9. No que concerne especialmente às *Décadas da Ásia*, Boxer cita Donald Lach quando este define as *Décadas* como “uma crónica narrativa em moldes geográficos”, nunca tendo o humanista perdido de vista a expansão global dos portugueses. De seguida remete para a metáfora de Niels Steensgaard, ao escrever que se podem olhar as “*Décadas* como um ecrã enorme de um radar, abrangendo a totalidade da actividade portuguesa da expansão, desde o Maranhão até às Molucas”.⁴⁵

Numa visão panorâmica, Boxer considera que o autor das *Décadas* não é a melhor autoridade para o estudo das viagens portuguesas na costa ocidental da África, porque afirma ter-se baseado em Gomes Eanes de Zurara, cuja *Crónica da Guiné* é bastante imperfeita. A partir do reinado de D. João II e, sobretudo, com D. Manuel I, Barros teve acesso a fontes mais fiáveis e a narrativa torna-se mais fidedigna.

Na análise detalhada das *Décadas*, Boxer parece colocar-se no lugar do leitor moderno e vai tecendo considerações. Assim, sobre a *Década I* (1493-1505)⁴⁶ afirma que, nos três primeiros livros, talvez “os capítulos mais interessantes [...] sejam aqueles que tratam da construção do castelo de S. Jorge da Mina” e das relações dos portugueses com os reinos Jalogo da Senegâmbia e Edo de Benin; o sétimo livro “não tem nada de especial interesse para um leitor moderno”, mas o oitavo é “mais interessante” e o nono “inclui três capítulos de muito interesse”. Destaca o livro décimo por “conter um relato fascinante, mas baseado em boatos, das famosas ruínas do Grande Zimbabué “e,

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

ainda, por este texto ser um exemplo da capacidade do humanista português “de escrever um relato resumido, correcto e crítico”.⁴⁷

Boxer detem-se⁴⁸ sobre uma afirmação de Barros que ele qualifica como uma explicação interessante para justificar o imperialismo português. Essa afirmação é a seguinte: “porque (como já repetimos por vezes) os Sumos Pontífices tinham concedido a este reino tudo o que descobrissem do Cabo Bojador até à Oriental praia, em que se compreendia toda a Índia, ilhas, mares, portos, pescarias, etc., segundo extensamente se contém nas doações”.⁴⁹

Relativamente à *Década II* (1506-1515) refere que o primeiro livro “não oferece nenhuma novidade a um leitor moderno, podendo ser de algum interesse o relato (cap. 3) da conquista da ilha de Socotorá na entrada do Mar Roxo” e o segundo contém “uma descrição preciosa e a história da ilha”, assente num cronista persa e em fontes portuguesas, a qual revela a “atenção que o nosso humanista prestou à geografia humana, já o seu interesse sincero pelos habitantes da região e pelo seu passado”. O terceiro livro descreve a vitória de D. Francisco de Almeida perto de Diu, em 1509, a qual, na óptica de Boxer, “pode ser considerada uma das grandes batalhas na história do mundo por ter aberto aos portugueses o domínio sobre o Oceano Índico.” No quarto livro, a propósito das histórias antigas de Malaca e de Singapura Barros recorre às tradições orais, entre outras fontes históricas. No sétimo, “é fixada uma crónica [...] da malograda expedição” de Afonso de Albuquerque ao mar Roxo. Essa narrativa é, na opinião de Boxer, muito mais credível do que a de muitos outros, incluindo a do próprio Albuquerque.⁵⁰ O último livro da *Década II* relata a conquista definitiva de Ormuz por Afonso de Albuquerque e a morte deste durante a viagem de regresso, já quando se avistava Goa, facto que Boxer considera ter sido dramatizado com competência por João de Barros.

Segundo Boxer, a *Década III* (1516-1525) “é talvez das mais interessantes para um leitor moderno” visto que “fornece informações da maior importância sobre a Ásia”.⁵¹ O primeiro livro prova que João de Barros estava excepcionalmente bem informado sobre o Sião e a China. No terceiro livro, Barros “repete uma lenda corrente e ridícula” sobre a origem dos birmaneses, oferecendo “uma outra que não parece ser mais credível” sobre a mesma questão. Podemos também encontrar uma “descrição muito valiosa”

das ilhas Maldivas. Referindo-se ao Livro V, Boxer informa que o humanista usa informação “muito valiosa”, recorrendo a fontes portuguesas e também a documentos castelhanos confiscados pelos portugueses em Ternate e que lhe foram entregues pelo seu amigo Duarte de Resende, quando regressou ao Reino. Acerca deste assunto, Boxer refere que o cosmógrafo italiano Giovanni Battista Gessio emitiu um parecer, em Madrid, em 24 de Novembro de 1579, no qual Barros é acusado de ter intencionalmente reduzido a largura do Atlântico para aumentar o Brasil. E conclui: “É natural que João de Barros tenha feito uma selecção deste material espanhol, mas mesmo assim a sua descrição é indispensável para qualquer investigador sério desta viagem épica”, porque, tal como Gessio admite, “o nosso humanista merece maior confiança do que qualquer outra autoridade portuguesa”.⁵²

A leitura desta *Década* permite concluir que “João de Barros alimentava uma admiração sem limites pela China, possibilitando-lhe olhar os ‘pagãos chineses’ com muita tolerância”, afirmando “que tinham muito orgulho da sua superioridade cultural”. O humanista mostra possuir bons conhecimentos sobre a cultura chinesa e enumera várias inovações técnicas, o sistema judicial e a administração provincial para concluir que “a cultura e a civilização chinesas eram superiores às dos gregos e romanos”.⁵³

Boxer diz-nos ter Barros muito mais informação que estava usando na sua *Geografia*, escrita em simultâneo com as *Décadas*, atitude que diz compreender, mas ao mesmo tempo lamenta:

“Compreende-se, mas é isto que torna a perda da sua *Geografia* ainda mais lamentável. A generalidade dos leitores de hoje estaria mais interessada em ler ainda mais sobre a cultura e a civilização do *Florido Reino do Centro*, do que sobre as velhas e infelizes histórias do passado que, nas cercanias do Oceano Índico, ocupam tanto espaço nas *Décadas*. No entanto, convém sublinhar que o autor escrevia principalmente para os seus contemporâneos e não para nós”.⁵⁴

Apesar de Barros ter afirmado que teria concluído a *Década IV* (1527-1538), o facto é que só 45 anos após a sua morte ela é publicada em resultado de um exaustivo trabalho de João Baptista Lavanha.⁵⁵ Este introduziu três mapas – de Java, Guzerate e Bengala – que “não serão de grande utilidade para os leitores modernos, mas foram certamente úteis para os leitores da época”.⁵⁶

Discordando de alguns autores, Boxer concorda com Severim de Faria quando este afirma “que ficou esta *Quarta Década* um dos melhores livros que hoje temos em nosso vulgar”,⁵⁷ considerando ter sido esta obra produzida em co-autoria de João de Barros e de João Baptista Lavanha.

10. Não se pode estudar Barros sem referir os *Escritos incompletos, inéditos e perdidos*, entre os quais se destaca, para além da *Década IV* e, segundo Boxer, a *Geografia Universal* (*Geographia Universalis*) à qual se dedicava ao mesmo tempo que preparava as *Décadas*. Barros faz várias alusões a esta obra e Frei Mariano Azaro⁵⁸ diz ter visto o manuscrito em 1583 e deixou-nos uma descrição do seu conteúdo. É ainda Azaro que nos dá conta de um tratado sobre *Comércio*, obra de grande valor e utilidade para comerciantes e mercadores. Apesar de considerar que talvez haja algum exagero por parte de Azaro, Boxer considera que “deve admitir-se que a perda destas duas grandes obras foi grave e que João de Barros era, na verdade, um pioneiro da história económica”.⁵⁹

Há ainda referências a trabalhos pedagógicos e didácticos: *Esfera da Estrutrura das Cousas; Tratado de Causas ou Problemas Moraes; Exclamação contra os Vícios (Abusões do Tempo)*. Boxer dá-nos conta de mais três obras inéditas que, em 1747, Diogo Barbosa Machado incluía na sua Biblioteca Lusitana: *História Natural do Oriente, Sumário* que trata das províncias do Mundo e *História dos Reis da Pérsia, Grão Tamerlão e Preste João*.

Existe ainda a obra *Grammatices Rudimenta*, uma incompleta gramática latina, só descoberta em meados do século xx e publicada, em 1972, por Maria Leonor Buescu, onde Barros usa um método indutivo com ilustrações, organizado para ser ensinado latim à jovem infanta D. Maria.

POSIÇÃO DE BOXER FACE A ALGUMAS CRÍTICAS A JOÃO DE BARROS

Perante autor de tão vasta e variada obra não é de estranhar que tenham surgido algumas críticas face às quais o historiador inglês toma posição, defendendo e tentando explicar as razões do humanista, mesmo nos casos em que admite existirem problemas. Boxer dá alguns exemplos de erros cometidos, em sua opinião, por Barros:

“É inevitável que Barros tenha errado algumas vezes na utilização de fontes orientais, mas são

falhas menores. Como verdadeiro humanista e gramático que era, a curiosidade em investigar os significados e as origens das palavras às vezes confunde-o. Algumas das suas interpretações de topónimos e antropónimos asiáticos não correspondem à realidade, mas a etimologia tem sido sempre um campo perigoso mesmo para os mais experimentados”.⁶⁰

Boxer não concorda com a opinião de Severim de Faria quando este afirma que Barros aprendeu com grande perfeição várias línguas, incluindo o grego, considerando que Barros não seria “tão proficiente como este biógrafo proclama”.⁶¹

E também divergem relativamente ao facto de Barros ter sido, entre 1522-1525, capitão e governador do Castelo de S. Jorge da Mina, na Guiné, afirmação errónea, porque, segundo Boxer, não existe documentação da época para comprovar este facto e, também, porque é duvidoso que dessem uma tão grande responsabilidade a um jovem principiante. Acrescenta ainda que o facto de Barros falar⁶² de uma viagem a S. Jorge da Mina não implica que tivesse ocupado o cargo que alguns lhe atribuem, porque podia tratar-se de uma simples viagem de inspecção ou de uma missão oficial.

Richard Hakluyt identifica Barros como “cosmógrafo-mor” da nação e como “motivador da colonização do Brasil”. Boxer discorda de Hakluyt e defende que Barros nunca foi “cosmógrafo-mor de Portugal, mas apenas uma personalidade reconhecida pelos seus escritos e conhecimentos de cosmografia” e acrescenta que também “não era o único defensor da colonização sistemática do Brasil”, embora a sua opinião tivesse um importante peso na corte de D. João III.⁶³

Boxer, fundamentado na opinião de Marques Braga, sustenta que, em *Clarimundo*, Barros segue o modelo *Amadis de Gaula*⁶⁴ (1508) e defende que apesar de haver algumas semelhanças não revela muita influência da obra *Claribalte*.⁶⁵ De facto, embora tendo lido *Claribalte*, aqui não existe nenhuma referência à expansão colonial de Castela semelhante à profecia de Fanimor, relativamente à expansão portuguesa. Acresce ainda que Oviedo se tornou um crítico das novelas de cavalaria, inclusive de *Claribalte*, enquanto Barros, na sua maturidade intelectual, nunca se refere em tom depreciativo a esta obra escrita da sua juventude.

Perante a polémica de saber se Barros é ou não influenciado por Erasmo, Boxer coloca-se ao lado de

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Révah, António José Saraiva e outros, defendendo que o humanista português sofre influência de Erasmo, tanto nos conceitos como nos temas, combinando o paradoxo e o colóquio e assumindo posições anti-judaísmo, anti-escolástica, crítica da sociedade e defesa do pacifismo cristão. Tal como Erasmo aprecia a pureza e o teor evangélico do Novo Testamento, afirmando que a ciência suprema consiste em imitar Cristo porque tudo o mais é vaidade.

Acerca do *Panegírico da Infanta D. Maria*, Boxer afirma que apesar de não se ver uma influência clara de Erasmo esta existe e isso pode ser comprovado pelo facto de Barros se referir ao *Elogio da Loucura*, obra de Erasmo naquela época muito criticada por ortodoxos e conservadores influentes. Para além de Erasmo notam-se influências de Raymond Sébond (*Liber Creaturarum*, 1436) e de Henri Cornelis Agrippa (*De incertitudine et vanitate*, 1530).

Vários autores se têm debatido com a aparente contradição presente na obra de Barros visto que na *Rópica Pnefma* plasma o pacifismo de sentimentos erasmianos, mas nas *Décadas da Ásia*, no *Clarimundo* e nos *Panegíricos* justifica a expansão portuguesa. Boxer não estranha a contradição e conclui:

“... não precisamos de confirmar com os psiquiatras que os seres humanos têm muito de contraditório em si, ou que há muita gente que considera o patriotismo uma virtude e não o último refúgio dos patifes ... Não temos que duvidar da sinceridade de João de Barros quando organizou as *Décadas* e quando escreveu a *Rópica Pnefma*”.⁶⁶

Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa* entende Boxer que João de Barros “preferia seguir os moldes tradicionais das gramáticas latinas, procurando ser mais sistemático e abrangente”. Aceita ser manifesta uma certa influência de Nebrija, mas acrescenta que “se a gramática de Barros pode ser considerada uma versão portuguesa da obra castelhana, não foi certamente uma adaptação servil, havendo diferenças patentes”. Cita Maria Leonor Buescu e refere que a principal divergência consiste no próprio conceito de gramática (“Nebrija é o gramático especulativo, o cientista da linguagem. Barros é o mestre e pedagogo da geração dos seus próprios filhos”⁶⁷). Relativamente aos destinatários da gramática, Charles Boxer refere a opinião de António José Saraiva, que afirmava terem como público alvo os asiáticos e os africanos e defende:

“Não subscrevo esta opinião, e continuo convencido que o objectivo de Barros foi o de ensinar a sua língua aos portugueses de casa, um objectivo que fracassou”.⁶⁸

As críticas tecidas à *Década IV* em parte têm a ver com o facto de não se saber ao certo qual a intervenção de Lavanha na reformulação do texto, concluindo Boxer que parece “razoável atribuir a autoria de metade ou dois terços do texto a João de Barros “refutando a crítica, por a achar injusta, à coordenação editorial de Lavanha.

Alguns autores criticam Barros por este não ter incluído informação que afirmava ter em sua posse, reservando-a para obras que tinha intenção de redigir e que nunca teve oportunidade de escrever devido aos inúmeros afazeres profissionais e, também, por causa da doença que o acometeu nos últimos anos de vida.

Uma das críticas mais contundentes tem a ver com o conceito de História de Barros, já que este sustentava que não devem ser registados pormenores daquilo que apouca os heróis, mas apenas aquilo que os enaltece, porque a História deve ser motivo de orgulho e exemplo para quantos a leiam. A este propósito Charles Boxer transcreve o seguinte passo da *Década II*:

“E porque nossa tenção é em todo o decurso desta nossa Ásia escrever somente a guerra que os Portugueses fizeram aos infiéis, e não a que tiveram entre si, não espere alguém que destas diferenças do vice-rei e Afonso de Albuquerque, e assim de outros que ao diante passarem, se haja de escrever mais que o necessário para entendimento da história, para não macular uma escritura de tão ilustres feitos com ódios, invejas, cobiças, e outras coisas de tão mau nome, de que assim os vencedores como os vencidos podiam perder muita parte de seus méritos”.

Boxer remata esta questão afirmando que “Barros não foi o primeiro nem o último historiador oficial a seguir esta orientação”.⁶⁹

O que fica referido constitui acusação a que acresce a de parcialidade, mas quanto a isso também Boxer defende Barros, afirmando que a culpa deve-se mais ao material informativo, com variadas e contraditórias notícias, de que é bem exemplo o governo do Estado da Índia por Nuno da Cunha.

Barros é fortemente criticado por um seu contemporâneo, Fernão Lopes de Castanheda, pelo facto de escrever sobre lugares onde nunca esteve,

nomeadamente os territórios indianos portugueses. Whiteway, entre outros, retoma esta crítica e afirma que João de Barros “tinha uma autoridade limitada sobre temas da Índia por nunca lá ter posto o pé”. Boxer sai em defesa do humanista e afirma que até se pode admitir existir algo de verdadeiro, no entanto, é sua opinião, que Barros “escreve várias coisas mais correctas do que Gaspar Correia (c.1496-1567), Fernão Lopes de Castanheda (c.1500-1559) e Diogo do Couto (c.1542-1616) que estiveram muitos anos na Índia”.⁷⁰

Pese embora se possa discutir da fiabilidade das fontes, parece não restarem dúvidas de que Barros teve acesso a um grande e variado manancial de fontes, e por isso alguns autores⁷¹ foram levados a afirmar estarmos perante a pessoa mais bem informada da sua época. Boxer cita Frei Mariano Azaro comentando que este:

“... certamente exagerava ao afirmar que João de Barros era a pessoa mais bem informada de entre os vivos, mas nós não hesitamos em declarar que o humanista e historiador português era sem dúvida o mais bem informado entre os sábios contemporâneos da Europa ocidental, merecendo a sua obra ser mais bem apreciada em todo o mundo”.⁷²

Nos prólogos das *Décadas*, Barros responde às críticas e tece auto-justificações, por vezes muito amargas, perante os que o criticam por se ter dedicado tanto aos livros e pelo facto de não lhe terem dado o valor que ele e a sua obra mereciam. Queixa-se ainda por serem os estrangeiros a dar mais valor aos seus trabalhos do que os portugueses. Severim de Faria associa-se aos lamentos do humanista que dedicou quase todos os momentos livres e até tirou muitas horas ao sono para se votar à sua obra. Apesar de Boxer sentir que estes amargos queixumes tinham certa razão de ser, também realça não se poder escamotear o facto de D. João III e a Casa Real Portuguesa o terem tido sempre em muito apreço e nunca o terem deixado sem ajuda, nomeadamente financeira. Acrescenta que “antes da sua morte, João de Barros tinha atingido uma relativa notoriedade como historiador da expansão portuguesa, e como uma autoridade sobre a China”, aditando que “a apreciação do estrangeiro limitou-se às *Décadas* e fez-se numa escala modesta durante séculos”, anotando ainda que apesar de as *Décadas* sempre terem “merecido o respeito de uma minoria de investigadores conhecedores do seu valor, apenas durante os últimos cem anos ganharam maior reconhecimento”.⁷³



GRAMMÁTICA DA
língua portuguesa com os mandamen-
tos da santa mãe igreja.

Folha de rosto de *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*.

IDEIAS INOVADORAS NA OBRA DE BARROS
NA PERSPECTIVA DE BOXER

Segundo Charles Boxer o humanista pode ser considerado um orientalista pioneiro porque, apesar de não dominar qualquer língua asiática, teve acesso e coligiu, de forma sistemática, muita informação sobre os lugares de que fala tanto através de documentos que chegavam às suas mãos, devido ao seu ofício na Casa da Índia, como através de entrevistas a navegadores, comerciantes, religiosos e soldados que tinham estado nesses lugares, bem como com recurso a tradutores que ele próprio contratava para o efeito. E Boxer acrescenta que “esta utilização científica e discriminada de fontes primárias orientais não tinha qualquer precedente, demonstrando o grande mérito de João de Barros”.⁷⁴

No *Panegírico da Infanta D. Maria*, Boxer destaca algumas mulheres notáveis e eruditas da Antiguidade

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



e do Velho Testamento (Judite, Rainha Ester, Santa Catarina de Alexandria, entre outras), elogiando a sua coragem. As mulheres surgem como seres corajosos e dá o exemplo de Cristo crucificado e abandonado por todos excepto por valorosas mulheres. Barros afirma que para além das mulheres mencionadas existem muitos outros casos de heroísmo de mulheres que igualaram ou mesmo excederam os homens nos seus actos de coragem, o que, na opinião de Boxer, se pode entender como arrojos de feminismo.

Barros sustenta o ensino forçado da língua portuguesa ao afirmar que um povo conquistador tem direito de impor a sua língua às populações submetidas e que os padrões implantados pelos descobridores e tudo o mais pode desaparecer, mas a língua é algo que fica para sempre. A língua portuguesa “é filha primogénita do latim”, mas “João de Barros não estava obcecado pela superioridade desta língua clássica e não se sentiu pressionado a importar vocábulos latinos [...] preferia as palavras que o longo uso na província nortenha do Minho e Douro [...] já tinha naturalizado”.⁷⁵ Para além disso também introduziu vocábulos de origem asiática e africana e insistia na vantagem da escrita romana sobre a gótica. Boxer afirma que a defesa e uso da língua portuguesa, o aportuguesamento de palavras bebidas do latim e do grego clássico e a importação e adaptação de muitos vocábulos de origem africana e asiática mostram que Barros estava avançado para o seu tempo e isso explica o fraco impacto das suas ideias inovadoras na sociedade portuguesa de então.

João de Barros contribuiu decisivamente para consolidar a língua portuguesa,⁷⁶ que ainda carecia de saltos qualitativos que a afirmassem como língua de cultura europeia ao lado das demais emergentes línguas românicas, potenciando as suas raízes galaico-durienses e simultaneamente moçárabes para poderem enriquecer o seu léxico com o objectivo de se universalizar como língua do trato internacional e de ponte intercultural. A forma como o humanista português contribuiu para isso consistiu nomeadamente na atrás referida elaboração de uma gramática, que ele sustentava ter sido a primeira a ser feita, mas de facto foi a segunda a ser editada, quatro anos após Fernão de Oliveira ter publicado a primeira em 1536. Boxer coloca a justificada hipótese de as duas gramáticas terem ficado prontas quase em

simultâneo, acontecendo que foram publicadas com um intervalo de quatro anos. Embora sofrendo influência das gramáticas de latim, então usadas no ensino em Portugal, e da gramática castelhana de António Nebrija, verdade é que a gramática de Barros apresenta inovações várias, nomeadamente no que se refere à pedagogia e ao pragmatismo.

Na área da História, João de Barros entende que esta tem de ser bem fundamentada e bem contextualizada. Para ser bem fundamentada recorre não só às fontes escritas coevas dos acontecimentos, mas também de outras épocas. E não só a fontes europeias, mas também aos documentos e narrativas locais, que eram escritas em várias línguas estrangeiras, nomeadamente, chinês e árabe. Entre essa documentação Boxer cita: uma crónica árabe de Quíloa, uma crónica persa de Ormuz, uma biografia persa do conquistador mongol Timur, uma crónica persa sobre a origem dos mongóis, crónicas do reino de Guzerate, uma crónica dos sultanatos do Decão, uma crónica hindu de Vijayanagar, etc. Mas Barros também utiliza depoimentos de pessoas que viveram os acontecimentos e que, por isso, puderam testemunhá-los com a sua perspectiva. Mas a narrativa de Barros não serve os acontecimentos de forma descontextualizada, privada dos seus antecedentes históricos, da sua teia política e dos ambientes da respectiva geografia física e humana que os condicionavam.

A *Década III* mostra ser João de Barros “um dos primeiros escritores a descrever as actividades e os costumes dos siameses, em vez de se limitar à crónica das cerimónias e guerras régias, como faziam as crónicas locais”. E Boxer afirma ter João de Barros antecipado “Henry Yule por mais de dois séculos ao identificar a Caugigu de Marco Polo com o Laos”. Para além destes aspectos, é de notar que é a primeira vez que aparece, em livros europeus, uma referência à Grande Muralha da China. Nem Marco Polo a tinha feito!

Quanto à troca de acusações entre Barros e Castanheda,⁷⁷ considera que ambos foram reciprocamente injustos e aproveita para realçar a grandeza das *Décadas da Ásia* de João de Barros porque considera terem estas uma estrutura superior à da *História* de Castanheda e, ainda, uma perspectiva global e uma apreciação da geografia que não estão presentes na obra deste último. Acrescenta que ambas as obras “honram com elevação os seus produtores”,⁷⁸ podendo ser vistas como complementares.

Folha de rosto da *Terceira Década da Ásia* (1563).

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Segundo Boxer, “João de Barros não era somente um escritor ágil, mas era também um dos mais distintos humanistas do século xvi”.⁷⁹ Numa exaltação do contributo de Barros para a língua portuguesa vemos a seguinte afirmação:

“Se elas tivessem sido aceites [...]Portugal estaria na vanguarda do progresso europeu em vez de se arrastar na sua retaguarda já nos meados do século xvii”.⁸⁰

CONCLUINDO...

Em jeito de conclusão, é justo que se afirme a relevância de João de Barros e de Charles R. Boxer e se reconheça que a admiração deste último pela figura e obra do humanista português é bem merecida. De facto, pesem embora os lamentos de Barros e dos seus admiradores, perante o desconhecimento ou falta de reconhecimento do papel de João de Barros, existe já uma grande variedade de estudos sobre as várias obras de Barros e a notícia de que vários estudos e teses de doutoramento estão na forja. O aprofundamento do estudo conduz a novas abordagens das *Décadas da Ásia*, da *Gramática*, bem como das restantes obras e, frequentemente, se lastima a perda ou a não publicação de obras não acabadas.

Apaixonados pela temática dos descobrimentos portugueses, Boxer e Barros comungam uma admiração pela tenacidade do povo português ao criar o primeiro império colonial moderno e, também, o último a desaparecer, espalhado por cinco continentes, opondo-se e sobrevivendo aos choques com inimigos bem mais poderosos.

Um outro ponto comum, para além de terem assumido para si próprios a missão de descrever os

feitos dos portugueses, os dois autores deixam obras que retratam a grandeza e a coragem dos portugueses dando uma visão de conjunto e tornando as suas obras peças fundamentais na bibliografia da história dos portugueses, nomeadamente da expansão portuguesa.

Assim, se à partida o objecto de estudo poderia parecer muito limitado, tal não se veio a verificar visto que a ligação entre Boxer e Barros veio abrir portas para múltiplas análises, abordadas no âmbito deste artigo mas que necessitam de ser aprofundadas.

Boxer, além da leitura de toda a obra acessível de João de Barros bem como da documentação a ele atinente, como a compilada por António Baião, pesquisa nos estudos mais notáveis sobre a obra do humanista português, como são os da autoria de António José Saraiva, Carolina Michäelis de Vasconcelos e George Schurhammer.

Não restam dúvidas sobre o contributo de Boxer no estudo e divulgação da obra de Barros, podendo-se destacar que a sua obra sobre a vida e trabalhos de Barros, editada em inglês, tornou possível um maior conhecimento deste vulto do humanismo português no mundo anglo-saxónico.

Boxer qualifica Barros de orientalista pioneiro, de sinólogo, de ideólogo da expansão portuguesa e de apoiante das conquistas temporais e espirituais dos portugueses e simultaneamente defensor da *pax cristiana* o que, à primeira vista, parece ser contraditório, mas, de facto, não é, porque a paz é no mundo cristão.

Homenageando Boxer também quase automaticamente se enaltece Barros, ambos irmanados na missão de legarem à Humanidade um melhor conhecimento da Ásia nos séculos xvi e xvii e do seu impacto na primeira experiência de globalização do nosso planeta. 

NOTAS

1	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português e Historiador da Ásia</i> , tradução de Teotónio R. de Souza, Lisboa, CEPESA, 2002, p. 9.	21	<i>Ibidem</i> , p. 44.
2	Afirmação de Teotónio de R. de Souza, <i>in</i> “Prefácio” a Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , p. 6.	22	Barros no prefácio afirma ter inventado o título a partir de duas palavras gregas, <i>ropica</i> e <i>pnefmaticos</i> , que em português significaria “mercadoria mspiritual”. Boxer recorre a Révah para nos dizer que Barros interpertou erradamente o texto de Plutarco em que fundamenta o título e daí se poder concluir que o humanista teria um maior domínio do latim do que do grego clássico.
3	Charles Ralph Boxer, <i>João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia</i> , Nova Delhi: Concept Publishing Company, 1981. Segundo Teotónio R. de Souza (<i>ibidem</i> , p. 6) Boxer alterou o subtítulo original “Bio-bibliographical study” para “Portuguese Humanist and Historian of Asia”, por considerar este último mais atractivo para o leitor. Boxer já anteriormente tinha publicado o artigo “Three Historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)”, reeditado por Diogo Ramada Curto, Charles Ralph Boxer, <i>Opera Minor</i> , Vol. II – <i>Orientalismo/Orientalism</i> . Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. 13-36.	23	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português ...</i> , p. 47.
4	Entre os motivos que levaram à tradução desta obra, Teotónio R. de Souza refere no”Prefácio” os seguintes: (1) o facto de a edição em língua inglesa ter despertado grande interesse nos investigadores da história e da cultura portuguesas; (2) levar ao público que não domina a língua inglesa uma obra de referência; e (3) obstar a que a obra seja usada sem referenciação das fontes e, ainda, (4) homenagear Charles Boxer, insigne historiador que como muito poucos, concorreu para disseminar o interesse pela expansão portuguesa pelo mundo fora (p. 5).	24	<i>Ibidem</i> , p. 48.
5	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português e Historiador da Ásia</i> , p. 120	25	<i>Ibidem</i> , pp. 61-62.
6	<i>Ibidem</i> , p. 125.	26	<i>Ibidem</i> , p. 48.
7	Para além de outras fontes o presente artigo tem por base a obra de Boxer, <i>João de Barros: Portuguese Humanist ...</i> , tanto na sua versão original em inglês como a sua tradução para português.	27	Citando Révah (1963), Boxer lembra que Portugal teve a Inquisição mais nefasta e obscurantista de toda a Igreja Católica. No último quartel do século xvi, a tripla censura inquisitorial, episcopal e do Desembargo do Paço tornou a actividade editorial enfadonha e perigosa para o autor, para o editor e para o impressor (<i>Ibidem</i> , p. 25).
8	Severim de Faria escreveu as primeiras biografias de João de Barros, Diogo do Couto, Luís de Camões e outros. Primeiro biógrafo de João de Barros, o culto chantre da Sé de Évora (1584-1665), lamenta a pouca atenção que no seu tempo era dispensada a João de Barros.	28	<i>Ibidem</i> , p. 60.
9	Boxer diz que os humanistas do século xvi podem ser organizados em três categorias principais, pertencendo à primeira categoria aqueles que se votaram ao estudo do grego da Antiguidade ou do latim e a copiar ou adoptar modelos greco-romanos, afastando-se do cristianismo ou professando-o apenas formalmente, sendo por isso considerados como neo-pagãos. Outros, como Erasmo, conciliavam os ideais clássicos, mantinham firmes os ideais cristãos, mas aspiravam a uma profunda reforma da Igreja Católica. E, finalmente, os da terceira categoria eram fiéis à plenitude da sua crença e ortodoxia, cultivando ardentemente a literatura grega e a latina sem se deixarem afectar pelo apelo dos ideais clássicos (Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , pp. 13-14).	29	<i>Ibidem</i> , p. 65.
10	<i>Ibidem</i> , p. 9.	30	<i>Ibidem</i> .
11	<i>Ibidem</i> , p. 22.	31	Os Panegíricos eram para ser lidos, na sua totalidade, perante a audiência.
12	<i>Ibidem</i> , p. 20.	32	<i>Os Lusitadas</i> I, 1, alínea 3.
13	<i>Ibidem</i> , p. 34.	33	<i>Panegíricos</i> , ed. 1943, p. 169 (cit. por Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , p. 70.)
14	<i>Ibidem</i> .	34	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , p. 78.
15	Os avultados investimentos que João de Barros fez nas expedições de colonização do Brasil, bem como na aquisição de prédios em Lisboa e de terrenos e construção de edifícios na sua quinta de Alitém resultaram em fracasso e em acumulação de dívidas que os seus descendentes tiveram que suportar após a sua morte, apesar do perdão de parte de dívida que a Coroa lhe concedeu.	35	<i>Ibidem</i> , pp. 74-75.
16	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português ...</i> , p. 36.	36	<i>Ibidem</i> , pp. 78-79.
17	<i>Ibidem</i> , pp. 40-41.	37	Esta obra foi autonomizada pelo editor/impressor já que inicialmente o autor a escreveu juntamente com a Gramática da língua portuguesa e mais dois diálogos.
18	<i>Ibidem</i> , p. 38.	38	O Catecismo foi aproveitado por S. Francisco Xavier nas missões dos jesuítas do Oriente, com exclusão do abecedário pictográfico. Este mesmo Catecismo foi traduzido em tâmil por Tomé da Cruz, um dos quatro convertidos do Malabar. Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português ...</i> , p. 84.
19	<i>Ibidem</i> .	39	<i>Ibidem</i> , p. 84.
20	<i>Ibidem</i> , p. 40	40	<i>Ibidem</i> , p. 90.
		41	<i>Ibidem</i> .
		42	<i>Ibidem</i> , p. 91.
		43	Aqui Boxer, não de forma expressa, remete para a mudança dos tempos, sobretudo aquelas circunstâncias decorrentes da Inquisição que, no ano da edição desta obra, em 1540, já se manifestava de forma assustadora (<i>ibidem</i>).
		44	Esta obra foi dedicada à Infanta Dona Maria, que mais tarde veio a ser desposada por Filipe II, rei de Espanha e mais tarde também rei de Portugal. Esta infanta não é a princesa referida nos <i>Panegíricos</i> , embora ambas se chamem Maria.
		45	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , p. 97.
		46	Anote-se que cada Década se estrutura em 10 livros e cada um destes se organiza em vários capítulos.
		47	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , p. 100.
		48	<i>Década I</i> , Livro VI.
		49	Charles R. Boxer, <i>João de Barros: Humanista Português...</i> , pp. 98-99.
		50	<i>Ibidem</i> , pp. 101-103.
		51	<i>Ibidem</i> , p. 104.
		52	<i>Ibidem</i> , p. 110.
		53	<i>Ibidem</i> , pp. 106-107.
		54	<i>Ibidem</i> , p. 109.
		55	João Baptista Lavanha (1550-1624) foi professor de Matemática em Lisboa e em Madrid. Na Corte de Lisboa exerceu os cargos de



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

engenheiro-mor do Reino (1586), cosmógrafo-mor do Reino (1591) e cronista-mor do Reino (1618). Organizou o quarto volume das *Décadas da Ásia*, deixado inacabado por João de Barros, que foi publicado em Madrid em 1615.

56 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 113.

57 *Ibidem*, p. 113.

58 Frei Mariano Azaro era um carmelita descalço, constando os seus comentários de uma carta escrita em Lisboa em 9 de Outubro de 1583.

59 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 128.

60 *Ibidem*, p. 121.

61 *Ibidem*, p. 27.

62 *Década III*, Livro 3, cap. 1.

63 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, pp. 33-34.

64 Facto assinalado por Marques Braga na edição de *Crónica do Imperador Clarimundo*, em 3 volumes, Lisboa, Sá da Costa, 1953.

65 Obra da autoria do castelhano Gonzalo Fernandez de Oviedo e Valdéz, publicada em Valência, em 1519.

66 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 99.

67 *Ibidem*, p. 86.

68 *Ibidem*, p. 87.

69 *Ibidem*, p. 118.

70 *Ibidem*, p. 121.

71 Entre estes Frei Mariano Azaro.

72 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 139.

73 *Ibidem*, pp. 137-139.

74 *Ibidem*, p. 36.

75 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*p. 89.

76 Boxer sustenta esta tese constante dos estudos do Professor Hernâni Cidade, que, na sua obra *Portugal Histórico Cultural*,(Lisboa, Editora Arcádia,1968), afirma, na página 141, que João de Barros deu um contributo tão importante para o aperfeiçoamento da língua portuguesa que sem isso o português não seria a mesma língua.

77 Fernão Lopes de Castanheda escreveu, na primeira metade do século xvi, sobre a presença portuguesa na Ásia. A sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* é a primeira crónica da Expansão a ser impressa. Segundo escreve João de Barros, no prólogo da *Primeira Década da Ásia*, tanto D. Manuel como D. João III tinham enviado missivas a D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, a Afonso de Albuquerque que lhe sucedera, e a Nuno da Cunha, solicitando que lhe fossem enviadas informações minuciosas sobre o que acontecia no Oriente de forma a se poder escrever a História da Expansão Portuguesa.

78 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*p. 123.

79 *Ibidem*, p. 132.

80 *Ibidem*, p. 90.

Cenários da China em Casas Portuguesas

A Propósito do Papel de Parede: Tratos, Rotas e Destinos

CRISTINA COSTA GOMES*, ISABEL MURTA PINA**

CHARLES BOXER: MERCADORES E MERCADORIAS EM CENÁRIOS ASIÁTICOS

A figura e a obra pioneira de Charles Boxer constituem ainda hoje marcos de referência nos estudos sobre Macau e sobre a presença dos portugueses na Ásia. Na sua vasta e multifacetada produção bibliográfica, o autor traça-nos fascinantes retratos deste mundo

de negociantes e de negócios nos litorais da Ásia, envolvendo portugueses, outros europeus, chineses, japoneses, indianos, malaios, javaneses e outros asiáticos, além de africanos e colocando em articulação os portos da Ásia Oriental, da Ásia do Sueste, da Ásia do Sul, da África Oriental, do Brasil e da Europa. Através de estudos como *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*,¹ *O Grande Navio de Amacau*,² *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*,³ “The Rise and Fall of Nicholas Iquan,”⁴ ou “The Carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)”⁵ entramos na pulsante circulação de cultura material em vários sentidos, em diferentes dimensões e em múltiplas escalas.

Numa homenagem ao trabalho de Charles Boxer, este artigo abordará o caso de um dos produtos, até há pouco tempo insuficientemente explorado, que surge arrolado nas listas de cargas das naus da Carreira da Índia a partir do século xviii: o papel de parede chinês. Mercadoria de luxo, de carácter efêmero e frágil, com um enorme impacto visual, permitiu criar verdadeiros cenários exóticos da China em casas portuguesas.

MEMÓRIAS ESCRITAS DE PAPÉIS DA CHINA

A prática de revestir as paredes com papel foi, ao que tudo indica, pouco comum na China, embora um escasso número de registos documentais, permitam atestar esta utilização. Efectivamente, desde o século xvii, alguns relatos redigidos por europeus confirmam a aplicação de papel nas paredes das casas chinesas, mesmo sendo essa uma opção decorativa invulgar.

* * Doutorada em História Moderna pela Universidade de Lisboa. Directora da Biblioteca do Centro Científico e Cultural de Macau (Lisboa) e investigadora do Centro de Estudos Clássicos (Universidade de Lisboa), é ainda Paleógrafa e Professora na Escola Superior de Artes Decorativas. Tem publicado diversos artigos e livros, entre os quais: *Diogo de Sá no Renascimento Português* (Lisboa: CEC/FLUL, 2012); *Comentários de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624) de Don García de Silva y Figueroa*, Vols. I e II (co-edição com Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende; Lisboa: CHAM, 2011) e *Tomás Pereira. Obras* (como co-autora; Lisboa: CCCM, 2011).

Ph.D. from the University of Lisbon. She is the Director of the Library of the Macau Scientific and Cultural Centre (Lisbon) and researcher at the Classical Studies Centre (University of Lisbon). A well-known Paleographer, she teaches at Escola Superior de Artes Decorativas in Lisbon. She has published several articles and books, such as Diogo de Sá no Renascimento Português *(Lisbon: CEC/FLUL, 2012);* Comentários de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624) *de Don García de Silva y Figueroa*, Vols. I and II *(as co-editor with Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende; Lisbon: CHAM, 2011) and* Tomás Pereira. *Obras (as co-author; Lisbon: CCCM, 2011).*

** Doutorada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigadora no Centro Científico e Cultural de Macau. Foi docente no Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa, entre 2006 e 2011, e posteriormente na licenciatura de Estudos Asiáticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É autora dos livros *Jesuítas Chineses e Mestiços da Missão da China (1589-1689)* (Lisboa: CCCM, 2011) e *Os Jesuítas em Nanquim, 1599-1633* (Lisboa: CCCM, 2008). É ainda uma das autoras de *Tomás Pereira. Obras* (Lisboa: CCCM, 2011).

Ph.D. in History from the the Faculty of Social and Human Sciences of Lisbon's Universidade Nova, she is a researcher at the Macau Scientific and Cultural Centre. She lectured at the Institute of Oriental Studies of theCatholic University of Portugal and at the Asian Studies Course at the University of Lisbon. She has published the books Jesuítas Chineses e Mestiços da Missão da China, 1589-1689 *(Lisbon: CCCM, 2011) and* Os Jesuítas em Nanquim, 1599-1633 *(Lisbon: CCCM, 2008). She is also co-author of* Tomás Pereira. *Obras (Lisbon: CCCM, 2011).*

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Um dos casos mais antigos com que nos deparámos foi o testemunhado pelo jesuíta português Gabriel de Magalhães (1610-1677) que, na segunda metade da década de 1660, ao mencionar uma sala, existente na antiga residência jesuíta de Pequim (Xitang 西塘), chamada “Hiu K’i t’am”, que traduzia por “sala de esperar e observar as exalações e ares da primavera”, dizia terem sido forrados “a custa do Rey o tecto e as 4 paredes da sala de taboas” e depois “coberto de grosso e bem pegado papel”.⁶

Também o jesuíta francês Louis Le Comte (1655-1728) ao reportar, na década de 1690, a utilização de seda nas paredes de casas abastadas chinesas, acrescentava que outros optavam por branquear as divisões, colando papel nas paredes. Além de papel branco, testemunhos posteriores, como o de Lord Macartney (1737-1806), o embaixador britânico ao imperador Qianlong (1711-1799), em 1793-1794, dão-nos ainda pistas sobre a aplicação de papel dourado e carmesim.⁷

Se o papel de parede, usado na Europa desde o século XVI, era um recurso pouco enraizado na tradição chinesa, o mesmo não se pode dizer do papel colado em janelas. Embora na generalidade do território chinês esse papel não fosse decorado, no Sul, mais especificamente nas cidades portuárias de Cantão/ Guangzhou e Macau, teve a particularidade de o ser.⁸

Igualmente pintados, com diferentes motivos, encontramos os papéis aplicados em biombos que, como descrevia outro jesuíta da China, o português Álvaro Semedo (1585-1658), em 1642, as “*otras aves que vemos pintadas en sus biombos, i otros adornos que llegan a Europa, sin duda ay las màs dellas, puesto que siempre el arte favorezca, o altere en algo a la Naturaleza*”.⁹ Este tema, note-se, é precisamente o mais representado nos papéis de parede, como adiante veremos.

Os papéis decorados e aplicados em janelas e biombos, admirados pelos europeus, nomeadamente em Cantão e em Macau, poderão ter sido fonte de inspiração e modelo na produção chinesa de papéis de parede, especificamente destinada ao mercado europeu, e que no século XVIII era transacionado nas feiras de Cantão.¹⁰

A chegada à Europa de uma significativa quantidade de papel de parede por via da *East India Company* britânica é um facto devidamente comprovado, quer pelos inúmeros exemplares ainda sobreviventes,¹¹ quer pelas referências documentais.¹²

Já a via portuguesa, da Carreira da Índia, com a sua articulação a Macau e aos portos brasileiros, tem sido completamente ignorada no que diz respeito a este produto de luxo.¹³ Apesar disso, várias listas de cargas desses navios portugueses, datadas da segunda metade século XVIII, comprovam inequivocamente a existência de muito papel pintado proveniente da China.¹⁴ Sem que seja identificada a sua finalidade, encontramos, porém, referências como, por exemplo, “dois rolos de papel pintados” (1770);¹⁵ “seis papéis pintados de charão pequenos” (1780);¹⁶ “caixas com papéis pintados” (1782);¹⁷ ou, simplesmente, “papeis pintados” (1785 e 1787).¹⁸

O mesmo género de alusões figura em alguns inventários de bens *post-mortem*, nomeadamente no de Alexandre Metelo de Sousa e Menezes (1687-1766),¹⁹ o antigo embaixador do rei D. João V ao imperador Yongzheng (1725-1728).²⁰ Nesse documento, de 1766-1768, são assinalados “Sete paineis em papel da China dous deles encarnados mais estreitos”²¹ e “Seis molduras ao alto, de papel da China”.²² Mas outros inventários testemunham a posse de papéis chineses por parte de gente endinheirada, como são os casos de Joaquim da Costa Quintela, de 1800 e de José da Cruz de Miranda, de 1802. O primeiro foi proprietário de “tres paineis chinezes com bastante uzo”²³ e o segundo de “quatorze painéis pintados em papel da Xina pintura de flores”.²⁴

Destaca-se, pela riqueza e precisão de detalhe, o inventário de bens de António Joaquim de Pina Manique (1742-1794), irmão mais novo do intendente de D. Maria I, Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805), e ele próprio visitador do ouro dos navios vindos da América e desembargador dos agravos e superintendente geral dos contrabandos e descaminhos dos reais direitos.²⁵ No seu inventário, datado de 1796, sucedem-se oito referências a papéis ou painéis de papel da China,²⁶ alguns “com figuras”,²⁷ outros “pintados de flores e pasaros”, as duas tipologias de papel de parede da China com exemplares sobreviventes em Portugal.²⁸

APLICAÇÃO DO PAPEL E SUAS TIPOLOGIAS: TÓPICOS DE ABORDAGEM

Os papéis de parede provenientes da China tornaram-se uma moda que se generalizou um pouco por toda a Europa, durante os séculos XVIII e XIX.²⁹ Assim o confirmam os vários conjuntos encontrados

desde Portugal até à Rússia, sendo sobretudo conhecidos casos na Grã-Bretanha, França e Itália.

No continente americano, destacam-se os Estados Unidos.³⁰ No entanto, tendo o Brasil para o século XVIII alguns portos de escala das embarcações da Carreira da Índia, onde eram comercializadas várias mercadorias oriundas da China, podemos aventar a hipótese de também aí ter ficado algum papel pintado, nomeadamente para revestir paredes de casas de famílias abastadas.

O papel que da China chegava à Europa era, pelo menos no caso inglês,³¹ maioritariamente transportado em rolos, que depois eram cortados para se adaptarem aos espaços onde eram aplicados, regra geral relativamente pequenos, tais como quartos de dormir, quartos de vestir, ou salas. Em Portugal, todos os conjuntos de papel encontrados, até ao momento, decoraram exclusivamente salas.

Material delicado e de difícil preservação, o papel exigia cuidados redobrados na sua aplicação, que envolvia o revestimento prévio das paredes com uma tela grosseira de linho ou de outro tipo de papel, a que eram fixados os papéis chineses, com recurso a cola de amido. Este processo, que evitava o contacto directo do papel com a parede, contribuía para a preservação do mesmo (deixando-o menos exposto, por exemplo, a factores externos de degradação, tais como humidades) e facilitava, por outro lado, a remoção desta arte decorativa, dispendiosa, mas que, como todas as outras, estava sujeita a alterações dos padrões de gosto.

Estes papéis eram sobretudo pintados à mão, embora alguns deles partissem de uma base inicial com contornos impressos.

Quanto à sua temática decorativa, podemos identificar três tipologias:

1. Papéis figurativos, com paisagens e pessoas envolvidas em actividades agrícolas, como o cultivo de arroz, ou a participarem noutras actividades, como a produção de seda e de porcelana, sobretudo baseados em conjuntos de imagens comemorativas.³² Esta constitui uma tipologia mais rara e aparentemente mais cara de papel.³³

2. Papéis com árvores e outras plantas floridas, aves, insectos e rochas. Trata-se da tipologia mais comum,³⁴ em que os conjuntos mais antigos tendem a ser mais próximos do estilo tradicional chinês de pintura, enquanto os exemplos mais tardios revelam uma maior estilização decorativa. Representações

idealizadas de jardins, estes papéis são por norma totalmente pintados à mão.³⁵

3. Papéis com combinação de figuras e árvores, dos quais não detectámos ainda nenhum exemplar no caso português.

CENÁRIOS CHINESES EM PAREDES PORTUGUESAS: OS CONJUNTOS

Em Portugal, sobreviveram poucos vestígios de papel de parede chinês. Com efeito, o levantamento que realizámos apenas nos permitiu assinalar cinco conjuntos, sendo que de um destes já não resta senão uma mera memória.

TIPOLOGIA DE PAPÉIS FIGURATIVOS

1. Palácio Pombal, Oeiras

Do papel que forrou as paredes da “Sala Chinesa” ou Salão Nobre do Palácio Pombal, em Oeiras,³⁶ apenas nos chegou um pequeno registo escrito, da autoria de Francisco Ildefonso dos Santos, integrado na sua colecção de memórias sobre Oeiras, redigidas ao longo de alguns anos até à sua morte em 1866. Aí o autor descrevia alguns pormenores da referida “Sala Chinesa”, a qual dizia ser “toda ao gosto oriental, na mobília, e no mesmo papel que forra as paredes della, no qual se mostra em boa pintura o grande estado que precede o Imperador da China, quando sahe em publico...”³⁷

A datação deste conjunto remete para um intervalo de tempo entre a segunda metade do século XVIII, especialmente a partir de 1759, ano em que Sebastião José de Carvalho e Melo, ao receber o título de conde de Oeiras, intensificou as obras de ampliação do palácio, e o já indicado ano de 1866, em que as memórias foram interrompidas. No entanto, saliente-se que as principais obras de engrandecimento decorativo da propriedade foram realizadas até 1777, ano em que o marquês de Pombal foi afastado do cargo de ministro. Note-se que a *Relação Fiel e Exacta* de uma visita de D. Maria I ao Palácio, no dia 10 de Agosto de 1783, escrita pelo morgado João de Saldanha e Oliveira, permite pensar que a sala já teria, nessa data, o seu programa decorativo terminado, com os papéis aplicados. Conforme asseverava o morgado, fora grande o deleite dos membros da família real, os quais “entrando na Casa ou grande sala chinesa tiveram

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

o prazer e gosto sensível, gostando muito dela, e do seu ornato lembrou-se a Rainha de que seus Pais ali haviam estado...”³⁸, provavelmente nos verões de 1775 ou 1776.³⁹

Por não terem sobrevivido vestígios materiais deste papel, é impossível confirmar se estamos perante um conjunto efectivamente de origem chinesa, como os quatro outros inventariados, ou se se trata antes de produção europeia com decoração ao gosto chinês.

2. Paço Episcopal de Lamego (Museu)

No antigo Paço Episcopal de Lamego, actual Museu, existiu igualmente uma “Sala Chinesa”, cujas paredes foram revestidas com treze painéis de papel chinês, dos quais ainda se conservam marcas.⁴⁰

Os papéis, de tipologia figurativa, foram retirados, no final da década de 1990, para serem intervencionados no Instituto José de Figueiredo, de onde só recentemente regressaram.⁴¹ Foi este mesmo

“Sala Chinesa”: painéis antes de terem sido retirados para restauro. Paço Episcopal de Lamego (Museu).



Cena de cultivo de arroz. Paço Episcopal de Lamego (Museu).

instituto que certificou a sua origem chinesa e que procedeu à sua datação, situando cronologicamente este conjunto entre os finais do século XVIII e os inícios do século seguinte.

Este intervalo de tempo permite equacionar dois possíveis encomendadores entre os bispos de Lamego: D. Manuel de Vasconcelos Pereira, que exerceu o seu pontificado entre 1773 e 1786; e o seu sucessor, D. João António Binet Pinço, bispo entre 1786 e 1821. Note-se, porém, o papel desempenhado pelo primeiro ao nível da reconstrução e decoração deste Paço Episcopal, a que acresce o seu comprovado interesse pela Ásia, nomeadamente pelas artes decorativas chinesas, perfeitamente reflectido num inventário de bens inédito, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal.⁴² No entanto, nenhuma referência aos papéis se encontra neste documento, a exemplo do que sucede com a documentação do Fundo do *Bispado de Lamego*, consultada na Torre do Tombo.⁴³

O conjunto de papéis de parede chineses do Paço Episcopal de Lamego é composto por duas séries, de seis painéis cada, a que se acrescenta um painel isolado.

Sendo o único conjunto sobrevivente que se insere na primeira das tipologias apresentadas, de papel figurativo com pessoas e paisagem, é precisamente um exemplo de cenas de cultivo de arroz. Este tema surge representado nas duas séries de desenhos repetidos e que apenas diferem nas cores utilizadas, por exemplo nas roupas, e na representação da vegetação, que tanto surge sem folhas e flores como com elas, sugerindo a renovação que marca a passagem entre o Inverno e a Primavera.

Nestas cenas características do sul da China, o eixo económico e cultural do país na dinastia Qing (1644 a 1911), observam-se agricultores a trabalharem nos arrozais, com a presença do tradicional búfalo de água; embarcações típicas do sul da China, onde tantos chineses habitavam; casas também desta região, assentes em estacaria; lojas, vendedores ambulantes, aparentemente de comida e de seda; mandarins com chapéus ao modo da dinastia Qing; letrados que viajam nos seus cavalos, com os criados a carregarem livros; chineses Han, com a trança imposta pela dinastia manchú em 1645, em sinal de submissão; um velho de longas barbas, a caminhar com a ajuda de um cajado, acompanhado de um menino, provavelmente um sábio taoísta, ou mesmo o Deus da longevidade, Shoulao 寿老, com o seu crânio proeminente e os outros atributos referidos; meninos que brincam, um tema popular nas artes decorativas chinesas, sobretudo durante as dinastias Ming e Qing, símbolo do desejo chinês de prole abundante; meninos que estudam; registos de delicadeza feminina; ou uma cena de chá.



Pormenor. Paço Episcopal de Lamego (Museu).

Estes papéis partem de uma base com contornos impressos, único exemplar conhecido para o caso português, que depois foi pintada à mão por artífices, com aguadas, tendo sido também identificados, no Instituto José de Figueiredo, alguns corantes e pigmentos. Como igualmente se verificou neste



Programa decorativo contínuo (painéis antes de serem restaurados). Paço Episcopal de Lamego (Museu).

Instituto, os painéis, apesar de terem sido emoldurados e separados entre si, poderiam ter sido aplicados todos juntos, porque as figuras apresentam um programa decorativo contínuo. Esta poderá ter sido a solução encontrada para responder à falta de papel para revestir a totalidade das paredes da sala, uma forma de diminuir custos, ou uma simples opção decorativa, como indiciam os inventários de bens *post-mortem* referidos, onde frequentemente surgem registados papéis chineses emoldurados.

Ter-se-á decidido, assim, colocar os papéis em molduras douradas, separadas por faixas de seda vermelha, e rodeadas por pintura marmoreada azul.

TIPOLOGIA DE ÁRVORES FLORIDAS, PÁSSAROS, INSECTOS E ROCHAS

Se os dois exemplares já abordados se inserem na chamada tipologia de figuras e paisagens, os outros três que falta mencionar, existentes em três pequenas salas do antigo Paço de Maiorca, da Quinta da Francelha de Cima e da Casa da Ínsua pertencem à tipologia de árvores floridas, pássaros, insectos e rochas, bastante mais usual. Nestes três casos, os papéis foram exclusivamente pintados à mão, como era a regra nesta tipologia.

3. Quinta da Francelha de Cima, Prior Velho (Loures)⁴⁴

Na Quinta da Francelha de Cima, no Prior Velho (Loures), surge, na chamada “Sala dos Pássaros”, um destes conjuntos de papel chinês.

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

Esta sala, tal como as outras Salas Chinesas ainda existentes, apresenta dimensões relativamente reduzidas⁴⁵ e integra-se numa das duas alas desta casa, datada da segunda metade do século XVIII.⁴⁶ Situada no primeiro piso, logo no cimo da escadaria, a sala constitui-se como um espaço de entrada na residência, que dá acesso simultaneamente a outras duas salas maiores.

A “Sala dos Pássaros” encontra-se integralmente forrada com papel,⁴⁷ à excepção de um lambrim em *tromp l’oeil*, simulando balaústres, que criam a ilusão de um balcão, de onde se pode contemplar a natureza, que se abre diante do observador.

Este é um dos dois casos registados até ao momento, em Portugal, em que o papel se encontra *in situ*, permitindo ter a percepção do extraordinário impacto visual que estes conjuntos produziam.

No que diz respeito à datação do papel, tudo indica que seja coevo da construção da ala da casa em que se encontra, ou seja, da segunda metade do século

XVIII. Uma equipa de investigadores do Centro de Física Atómica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que procedeu a uma análise exaustiva dos pigmentos presentes nas pinturas, confirmou esta datação,⁴⁸ atestando igualmente a origem chinesa do papel, com base na identificação das fibras que o constituem (bambu e cânhamo).⁴⁹

O provável encomendador destes papéis foi Félix Martins da Costa (m. 6/9/1827),⁵⁰ um rico homem de negócios da praça de Lisboa, envolvido no comércio de açúcar, algodão, arroz, couros secos, entre outros produtos, e proprietário de alguns navios que estabeleciam a ligação ao Brasil,⁵¹ nomeadamente à Baía, um importante porto de escala de mercadorias asiáticas, trazidas pelas naus da Carreira da Índia.⁵² Foi precisamente este comerciante que mandou edificar e decorar a ala da casa em que os papéis se encontram.⁵³

Nas duas margens de um curso de água, abre-se todo um cenário de jardim chinês idealizado, carregado de exotismo, de movimento e de harmonia, composto

Pormenor: casal de aves e borboletas. Quinta da Francelha, Prior Velho (Loures).



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

por diferentes árvores e vegetação, flores, rochas, aves de múltiplas espécies e insectos.

No universo das aves, catatuas, papagaios, patos, faisões, corvos e pegas surgem-nos aos pares, simbolizando a harmonia conjugal, um princípio fundamental na cultura chinesa.⁵⁴ Estas aves conferem ainda todo um dinamismo ao cenário, sugerido tanto pelo seu voo livre, símbolo de liberdade, como pelo seu olhar atento, em direcções múltiplas, muitas vezes de cabeça virada para trás, ou ainda pela sua posição, preparando-se para pousar, comer ou espreitar.

Quanto aos insectos, observam-se inúmeras libelinhas e borboletas, representando as últimas o amor jovem ou a ligação inquebrantável entre os amantes.

As flores, de diferentes cores, embelezam este jardim exótico e reforçam a imagem de harmonia, equilíbrio, felicidade e amor. A peónia, tida como uma das mais requintadas e delicadas flores, associada à Primavera, à beleza feminina, à reprodução, à nobreza moral e à dignidade, povoa este jardim e transmite-nos a ideia de paz, quando se encontra totalmente aberta. A flor de lótus reflecte uma dimensão de pureza e de perfeição. Surgem ainda os crisântemos, que atraem a boa sorte, e as flores de cerejeira, também associadas ao amor. Entre as árvores de fruto sobressaem as

romãzeiras, numa alusão clara à reprodução e à longevidade, e a ameixoeira, uma das primeiras árvores a brotar no final do Inverno, que faz desta o arauto da Primavera, que se anuncia.

Se com os painéis de Lamego temos um caso de papel restaurado, na Francelha estamos diante de um dos dois conjuntos conhecidos que permanecem ainda no seu local de origem. Apesar disso, estes papéis de parede reclamam uma intervenção urgente. Ao longo do tempo, foram sofrendo pequenos restauros, mas as marcas de degradação, causadas por humidades e infiltrações, são já demasiadamente evidentes e impõem uma acção a muito curto prazo, sob risco de se perder este património.

4. Paço de Maiorca, Maiorca (Figueira da Foz)

O antigo Paço de Maiorca, situado na freguesia do mesmo nome, a poucos quilómetros da Figueira da Foz, actualmente na posse desta Câmara Municipal, foi na sua origem pertença dos viscondes de Maiorca. Neste edifício, que conheceu várias fases de construção, uma das quais no século XVIII, existe uma sala cujas paredes estiveram revestidas, até há poucos anos, com papéis chineses, provavelmente datados da segunda metade do século XVIII, nos quais predominam árvores entrelaçadas e floridas, flores, pássaros, insectos e rochas, à semelhança do conjunto anterior.

Em Maiorca, os papéis eram, porém, rematados por um lambrim de azulejos, uma solução tipicamente portuguesa que, como na Francelha, simulava um balcão para observação de um jardim chinês.

Há algum tempo, este conjunto foi avaliado e retirado pela Secção de Conservação e Restauro da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, para se analisar a possibilidade de ser intervencionado. Aí permanece, aguardando apoio mecenático que permita a recuperação deste património, num preocupante estado de conservação.

Foi através desta secção que tivemos conhecimento de uma anterior acção não qualificada que, pretendendo preservar os papéis, lhes provocou antes graves danos, alguns dos quais irreversíveis. Nessa altura, os papéis foram removidos da parede e fixados em contraplacados de madeira, com cola de contacto, tendo sido estes,

Pormenor: Peónia. Quinta da Francelha, Prior Velho (Loures).



“Sala Chinesa”.
Paço de Maiorca, Maiorca (Figueira da Foz).



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



Pormenor: Paço de Maiorca, Maiorca (Figueira da Foz).

por sua vez, pregados à parede (causando, assim, furos irreparáveis). Na mesma ocasião, foram feitos repintes, em toda a extensão do papel, que lhe retiraram a graciosidade dos motivos e que transformaram as cores translúcidas em cores baças e inexpressivas; actuação agravada pela aplicação de verniz e de goma-laca.

5. Casa da Ínsua, Penalva do Castelo (Viseu)

Na Casa da Ínsua ou Solar dos Albuquerque, uma opulenta casa senhorial da Beira Alta, em Penalva do Castelo, a cerca de 25 quilómetros de Viseu, hoje transformada num hotel, existe o último dos conjuntos de papéis de parede chineses encontrados que, a exemplo dos da Francelha, se encontram *in situ*.

Mandada reconstruir cerca de 1780, por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), é bem provável que os papéis tenham sido encomendados, nesta fase, por este fidalgo da Casa Real, com ligações ao Brasil, onde desempenhou o cargo de governador e capitão-geral do Estado de Mato Grosso, entre 1772 e 1788.⁵⁵

Vários painéis em papel de arroz, pintados à mão, decoram não apenas a totalidade das paredes, mas também o tecto da “Sala Chinesa”, cujo lambrim e painéis do tecto e das paredes são definidos por canas de bambu.

Mais uma vez, estamos perante a tipologia de árvores entrelaçadas floridas, flores e aves, mas com algumas diferenças em relação aos dois casos anteriores. A observação possível neste momento,⁵⁶ permite-nos perceber algumas variações nos motivos deste papel. Registem-se as árvores entrelaçadas em forma de coroas, vegetação, aves e insectos menos

abundantes e o aparecimento de peixes no tecto, símbolo de prosperidade. Ao nível das flores, repetem-se as peónias e flores de cerejeira, com a carga simbólica já aludida.

Este conjunto foi intervencionado há uns anos, aquando da transformação do solar em hotel.

NOTAS FINAIS

Como notas finais, importa salientar alguns pontos:

- Dos cinco conjuntos de papéis inventariados, apenas quatro sobreviveram, sendo estes representativos das tipologias de papéis figurativos e de papéis com árvores e outras plantas floridas, aves, insectos e rochas.
- Dois dos quatro conjuntos sobreviventes (Quinta da Francelha e Paço de Maiorca) reclamam intervenções urgentes.
- Apenas dois dos conjuntos analisados se encontram *in situ* (Quinta da Francelha e Casa da Ínsua).
- Um dos conjuntos encontra-se numa instituição especializada em Conservação e Restauro (Paço de Maiorca/Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva), enquanto um segundo, depois de mais de duas décadas numa instituição, acaba de regressar ao seu local de origem (Paço Episcopal de Lamego/Instituto José de Figueiredo).

• Apesar do número reduzido de exemplares inventariados, mais terão existido seguramente, conforme indicia a participação portuguesa no comércio com a China no eixo Macau/Cantão, a presença constante de papéis pintados nas listas das cargas de navios da Carreira da Índia e nos inventários de bens por morte dos proprietários; e, por fim, o impacto que esta moda teve por toda a Europa.

Urge despertar a atenção para este património, aparentemente tão reduzido e simultaneamente tão vulnerável, que exige um estudo aprofundado, que passará pela inventariação de outros conjuntos, certamente esquecidos nos interiores de casas particulares em Portugal, e pela sensibilização para a necessidade da preservação e restauro deste fenómeno artístico tão peculiar.

O papel de parede constituiu, pois, uma das muitas mercadorias chinesas transportadas a bordo das naus da Carreira da Índia, ligação/viagem que perpassa toda a profícua obra de Charles Boxer. 

“Sala Chinesa”. Casa da Ínsua, Penalva do Castelo (Viseu).



EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

NOTAS

1 Macau: Fundação Oriente-Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990 (*Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, 2.^a ed., revista. Hong Kong: Oxford University Press, 1968).

2 Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989 (edição original: *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963).

3 Haia: Martinus Nijhoff, 1967.

4 In *T'ien Hsia Montly*, April-May 1941, 39 p.

5 Separata do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas, 1961, pp. 33-82. Sobre o mesmo tema, refira-se ainda “The Carreira da Índia, 1650-1750”, in *The Mariner’s Mirror*, Vol. 46, no. 1, Feb. 1960, pp. 35-54.

6 Cf. Noël Golvers, *Libraries of Western Learning for China. Circulation of Western Books between Europe and China in the Jesuit Mission (ca. 1650-ca. 1750)*, Vol. 2 - *Formation of Jesuit Libraries*, p. 103.

7 Macartney alude ainda à aplicação de papel, assim como de madrepérola, nas janelas das casas chinesas. Veja-se o seu diário J. L. Cranmer-Byng (ed.), *An Embassy to China, Being the Journal kept by Lord Macartney during His Embassy to the Emperor Ch’ien-lung, 1793-1794*, p. 303.

8 Gill Saunders, “Chinese Wallpapers and Chinoiserie Styles”, in *Wallpaper in Interior Decorations*, pp. 63-73.

9 Álvaro Semedo, *Imperio de la China y Cultura Evangelica en Él* (Madrid, 1642), p. 10. Esta obra foi largamente utilizada por Charles Boxer no seu artigo “Expedições militares portuguesas em auxílio dos Ming contra os Manchus, 1621-1647” (Macau: Escola Tipográfica Salesiana), pp. 1-23. Posteriormente este artigo foi publicado em *Estudos para a História de Macau. Séculos XVI a XVIII* (Obra Completa de Charles Ralpoh Boxer, Vol. I, Tomo I). Lisboa: Fundação Oriente, 1991, pp. 119-133).

10 Sobre a actividade comercial que tinha como um dos seus eixos estas feiras de Cantão, para os casos dos séculos XVI e XVII, vejam-se os estudos de Charles Boxer “Missionaries and Merchants of Macao, 1557-1687”. Separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Vol. II (Lisboa: [s.n.], 1960), pp. 210-224 e *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and The Old Japan Trade, 1555-1640*.

11 Na Grã-Bretanha, foi levado a cabo um projecto intitulado “East India Company at Home”, em cujo âmbito foi desenvolvida uma linha exclusivamente centrada no papel de parede chinês. Este projecto, de três anos, foi coordenado por Margot Finn, do Departamento de História da Universidade de Warwick. Daqui resultou a publicação da obra de Emile de Bruijn, Andrew Bush e Helen Clifford, *Chinese Wallpaper in National Trust Houses*.

12 Veja-se ainda, além do livro anterior, Gill Saunders, “Chinese Wallpapers and Chinoiserie Styles”, in *Wallpaper in Interior Decorations*.

13 Charles Boxer desenvolveu vários estudos sobre a Carreira da Índia e o Brasil. Vejam-se, os já citados, “The Carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)” e “The Carreira da Índia, 1650-1750”. Veja-se ainda “The principal ports of call in the Carreira da Índia”, in *Luso-Brazilian Review*, Vol. 8, n.º 1 (Verão, 1971), pp. 3-29. Neste último artigo, Boxer chama a atenção para a importância dos portos brasileiros como escalas da Carreira da Índia, destacando de forma particular o da Baía, a partir de 1663. Do mesmo autor, refira-se *A Idade de Ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969; edição original: *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society, 1695-1750*.

14 Veja-se Ana Godinho Coelho Doti de Carvalho, *A papeleira miniatura chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e o comércio*

do século XVIII, 2010 (Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

15 AHU, Correspondência de Macau, caixa 6, doc. 17.

16 AHU, Correspondência de Macau, caixa 13, doc. 21.

17 AHU, Correspondência de Macau, caixa 14, doc. 8.

18 AHU, Correspondência de Macau, caixa 17, docs. 16 e 62.

19 Sobre os inventários *post-mortem* de bens, veja-se o artigo de Lina Marrafa de Oliveira, “Inventários post-mortem: documentos de vivências senhoriais”, in Marize Malta e Isabel M. G. Mendonça (orgs.), *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, pp. 203-211.

20 Inventário dos bens que ficaram de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses (1766-1768), Direcção-Geral de Arquivos/Torre do Tombo [DGARQ/TT], *Orfanológicos*, letra A, Maço 121, n.º 1, caixa 206.

21 Avaliados em 1400 réis. *Ibid.*, fl. 76v.

22 Avaliadas em 2400 réis. *Ibid.*, fl. 78.

23 Avaliados em 400 réis. “Inventário que se faz dos bens que ficaram por falecimento de Joaquim da Costa Quintela, a requerimento de seu primo Agostinho Ignacio da Costa Quintela”, DGARQ/TT, *Orfanológicos*, letra J, Maço 248, n.º 6, fl. 31.

24 Acrescentando-se, ainda, terem “molduras pintadas de preto” e serem “avaliados em três mil reis”. DGARQ/TT, *Orfanológicos*, letra J, Maço 227, n.º 9, fls. 38-38v.

25 Nascido em Lisboa, tornou-se bacharel em leis por Coimbra, tendo sido cavaleiro da Ordem de Cristo e moço-fidalgo com moradia de fidalgo-cavaleiro. No decurso da sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais a de provedor da comarca e conservador do Contrato do Tabaco de Torres Vedras, desembargador da Relação do Porto e Casa da Suplicação, visitador do ouro dos navios vindos da América, síndico do Senado e Corte (quando o seu irmão desistiu da posição), ajudante do intendente geral da polícia, para além do já mencionado de superintendente-geral dos contrabandos e descaminhos dos reais direitos. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, [s.d.], Vol. XXI (Penina-Pisoteio), p. 691.

26 “Autos do inventário dos bens que ficaram por falecimento do desembargador António Joaquim de Pina Manique continuado com a viúva sua mulher, D. Antónia Cláudia Rosa da Costa”, DGARQ/TT, *Orfanológicos*, letra A, Maço 120, n.º 1, fls. 67v-69v, 71v-72.

27 “Oito paineis da Xina em papel de figuras molduras pintadas de roxo e douradas avaliados todos em outo mil reiz” (fl. 68v); “Sinco paineis da Xina pintura de figuras em papel molduras douradas e pintadas de roxo avaliados todos em tres mil e duzentos reis” (fls. 69-69v); “Quatro paineis de pintura da China em papel con figuras, molduraz pintadas cor-de-pedra com filetes dourados avaliados em quatro mil reis” (fl. 71v).

28 “Tres paineis de papel da Xina pintados de flores e pasaros molduras douradas e pintadas de verde avaliados todos em mil e outocentos reiz” (fl. 68v).

29 No finais do século XVIII, o papel decorado chinês, devido ao seu elevado preço, já era imitado. Cf. Oliver Impey, *Chinoiserie. The Impact of Oriental Styles on Western Art and Decoration*, pp. 160-173. No caso de Portugal, a imitação dos motivos chineses e a pintura “de cousas da China” podem ser referenciadas não apenas para o século XVIII, mas ainda para o XVII. Com efeito, no primeiro quartel deste último século, Vítor Serrão apurou, num dos *Livros de Devassas do Arcebispo de Lisboa*, do ano de 1625, que nesta cidade exercia a actividade “Luís de Macedo, pintor de cousas da China *morador* na freguesia de São Pedro d’Alfama de idade de quarenta e cinco anos”. O mesmo autor informa ainda que outros pintores “de cousas da China” podem ser encontrados para os séculos indicados, alguns dos quais,

acrescenta, especializados em papéis de parede, com decorações de inspiração chinesa. Vítor Serrão, “Entre a China e Portugal: temas e outros fenómenos de miscigenação artística, um programa necessário de estudos”, in *Actas do Colóquio Património Cultural Chinês em Portugal*, CCCM-FRESS-IHA/FLUL, 21-23 de Janeiro de 2013 (artigo ainda não publicado).

30 No The Cooper Hewith, National Design Museum Smithsonian Institution encontra-se a maior colecção de papel de parede dos Estados Unidos da América.

31 A que nos reportamos por ser o que melhor se conhece.

32 O imaginário da paisagem panorâmica parece ter sido parcialmente derivado da tradição chinesa de rolos de paisagens, tais como o intitulado “Próspera Suzhou” (*Gusu fanhua tu* 姑苏繁华图), de Xu Yang 徐扬 (1759), Museu Provincial de Liaoning, um pintor da corte do imperador Qianlong.

33 No caso inglês, representa cerca de 15% do total de papel.

34 No caso inglês, do papel identificado, cerca de 60% é desta tipologia.

35 Cf. Gill Saunders, “Chinese Wallpapers and Chinoiserie Styles”, in *Wallpaper in Interior Decorations*, p. 69.

36 Cf. José Meco, “Artes Decorativas no Palácio do Marquês de Pombal”, in *Oeiras – Encontros de História e Património (I). Diálogos em Noites de Verão 2006-2007*, pp. 167-185; idem, “O recheio desaparecido do palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras”, in Marize Malta e Isabel M. G. Mendonça (orgs.), *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, pp. 105-125.

37 Cf. Francisco Ildefonso dos Santos, *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras. Desde seu princípio, como Lugar e Cabeça de Julgado, e depois Vila. Com o título de Condado e Cabeça de Concelho*, 1.º Vol., p. 165.

38 José Meco, “O recheio desaparecido do palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras”, p. 107.

39 Anos em que a família real passou o verão no palácio, para permitir ao rei D. José I frequentar as águas termais do Estoril.

40 As suas dimensões são de cerca de 1,95 metros por 0,80 metros.

41 Ao regressarem ao Museu foi com estes painéis que se inaugurou o ciclo de actividades “Museu em Imagens”, neste caso intitulado “O papel de parede chinês do Museu de Lamego” (5, 20 e 21 Junho de 2014).

42 BNP, Secção de Reservados, Cód. 13469.

43 DGARQ/TT, *Bispado de Lamego*, Livros 9, 10, 11, 13, 14, 20, 29, 34, 35, 59, 74, 90, 210 e *Bispado de Lamego, Correspondência*, Maço 11, caixa 38 (1737-1747); Maço 12, caixa 38 (1750-1772); Maço 13, caixa 38 (1773-1779); Maço 14, caixa 38 (1780-1789) e Maço 15, caixa 39 (1790-1879).

44 Este conjunto foi objecto de estudos realizados no âmbito da Conservação e Restauro e da Física Atómica, respectivamente, por: Rita Castro Oliveira, *A conservation study of an eighteenth-century Chinese wallpaper*, 2009 (Dissertação de mestrado em Conservação e Restauro de Documentos Gráficos apresentada à Faculdade de

Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa); e Sofia Pessanha *et al.*, “X-ray Fluorescence study on ancient painted wallpaper: approach of artwork dating”, 10th Rio Symposium on Atomic Spectrometry, Salvador, Baía: Setembro, 2008 e idem, “Study of a XVIII century hand-painted Chinese wallpaper by multianalytical non-destructive techniques”, in *Spectrochimica Acta Part B*, Vol. 64, n.º 6, 2009.

45 Tem uma área de cerca de 9 metros quadrados e com um pé direito de 3,30 metros.

46 A primeira recua ao século XVII.

47 De dimensões aproximadas de 3,30 metros de altura por 1,20 metros de largura.

48 Alguns dos pigmentos presentes neste papel, tal como a malaquite, já não eram utilizados no século XIX.

49 Sofia Pessanha *et al.*, “X-ray Fluorescence study on ancient painted wallpaper ...”; Idem, “Study of a XVIII century hand-painted Chinese wallpaper by multianalytical non-destructive techniques”.

50 Nascido, em data incerta, na Quinta dos Minotes (freguesia de Fermentões), em Guimarães, faleceu em Lisboa. Veja-se Maria Adelaide Pereira de Moraes e Helena Cardoso de Macedo e Menezes, “Genealogias Vimaranenses”, in *Armas e Troféus*.

51 Era proprietário dos três navios: *Aliança*, *Eneias* e *São Gualter*.

52 Sobre a importância da Baía como porto de escala da Carreira da Índia, além do já citado artigo de Charles Boxer “The principal ports of call in the Carreira da Índia”, veja-se igualmente José Roberto do Amaral Lapa, “A Bahia e a Carreira da Índia”, in *Brasiliiana*, Vol. 338, pp. 253-299.

53 Na Direcção Geral de Arquivos/Torre do Tombo, no Fundo dos *Feitos Findos*, encontra-se um conjunto de vinte processos em que este comerciante esteve envolvido e que atestam os negócios e a sua riqueza. DGARQ/TT, *Juízo da Índia e Mina*, Maço 27, n.º 14 a 21, caixa 27; Maço 28, n.º 1 a 8, caixa 28; Maço 91, n.º 4, caixa 91; Maço 9, n.º 1, caixa 133; Maço 18, n.º 23, caixa 142 e Maço 27, n.º 9, caixa 151. Veja-se ainda DGARQ/TT, *Feitos Findos, Juízo dos Falidos*, Maço 7, n.º 9.

54 Essa ideia de harmonia conjugal é reafirmada pela pega, considerada pelos chineses o pássaro da alegria, um símbolo capaz de atrair a felicidade, que está associada ao casamento e à procriação.

55 Celina Bastos e Anísio Franco, “Para uma memória futura: interiores autênticos em Portugal”, in Marize Malta e Isabel M. G. Mendonça (orgs.), *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, pp. 76-77; João Carlos Garcia (coord.), *A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Insua*.

56 Trata-se do único conjunto que ainda não tivemos oportunidade de observar directamente, já que se aguarda autorização para o fazer ou o envio de fotografias com a resolução necessária à sua descrição iconográfica. Apenas tivemos acesso a duas fotografias *online*, com pouca qualidade, a que se juntou o apoio de uma funcionária do hotel, que fez uma descrição sumária do papel.

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

THE DIMENSIONS OF THE CANON - II

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS
Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)
Correspondência de Macau, caixa 6, doc. 17; caixa 13, doc. 21; caixa 14, doc. 8; caixa 17, docs. 16 e 62.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
Secção de Reservados, Cód. 13469

Direcção-Geral de Arquivos/Torre do Tombo (DGARQ/TT)
Bispado de Lamego: Livros 9, 10, 11, 13, 14, 20, 29, 34, 35, 59, 74, 90, 210; Correspondência, Maço 11, caixa 38 (1737-1747); Maço 12, caixa 38 (1750-1772); Maço 13, caixa 38 (1773-1779); Maço 14, caixa 38 (1780-1789) e Maço 15, caixa 39 (1790-1879).
Feitos Findos, Juízo dos Falidos, Maço 7, n.º 9.
Juízo da Índia e Mina, Maço 27, n.ºs 14 a 21, caixa 27; Maço 28, n.ºs 1 a 8, caixa 28; Maço 91, n.º 4, caixa 91; Maço 9, n.º 1, caixa 133; Maço 18, n.º 23, caixa 142 e Maço 27, n.º 9, caixa 151.
Orfanológicos, letra A, Maço 120, n.º 1, Maço 121, n.º 1, caixa 206; letra J, Maço 227, n.º 9, Maço 248, n.º 6.

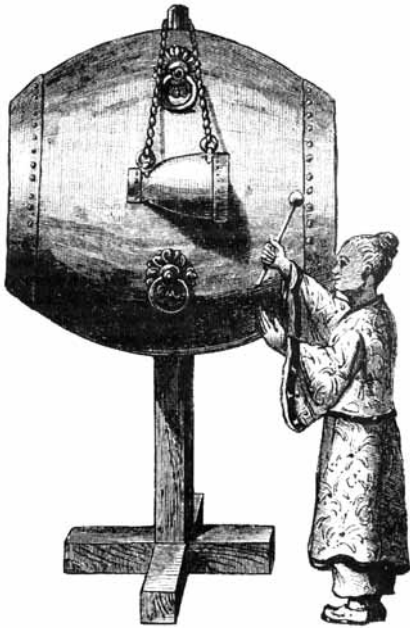
Cranmer-Byng, J. L. (ed.). *An Embassy to China, Being the Journal kept by Lord Macartney during His Embassy to the Emperor Ch'ien-lung, 1793-1794*. Londres: Longmans, 1962.
Santos, Francisco Ildefonso dos. *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras. Desde seu princípio, como Lugar e Cabeça de Julgado, e depois vila. Com o título de Condado e Cabeça de Concelho*. Oeiras: Edição da Câmara Municipal de Oeiras, 1.º Vol., 1982.
Semedo, Álvaro. *Imperio de la China y Cultura Evangelica en Él*, Madrid: 1642.

ESTUDOS
Boxer, Charles R. “Missionaries and Merchants of Macao, 1557-1687”. Sep. das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Vol. II. Lisboa: [s.n.], 1960, pp. 210-224.
———. “The Carreira da Índia, 1650-1750”. Reprinted from *The Mariner’s Mirror*, Vol. 46, no. 1, Feb. 1960, pp. 35-54.
———. “The Carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)”. Sep. de Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas, 1961, pp. 33-82.
———. *The Golden Age of Brazil, 1695/1750: Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1962.
———. *The Great Ship from Amacon:Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.
———. “The principal ports of call in the Carreira da India”. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 8, n.º 1 (Verão, 1971), pp. 3-29.
———. “Expedições militares portuguesas em auxílio dos Ming contra os Manchus, 1621-1647”. Macau: Escola Tipográfica Salesiana, pp. 1-23.

Bruijn, Emile de, Bush, Andrew & Clifford, Helen. *Chinese Wallpaper in National Trust Houses*. Newcastle: National Trust, 2014.
Carvalho, Ana Godinho Coelho Dotti de. *A papeleira miniatura chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e o comércio do século XVIII*, 2010. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Garcia, João Carlos (coord.). *A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
Golvers, Noël. *Libraries of Western Learning for China. Circulation of Western Books between Europe and China in the Jesuit Mission (ca. 1650-ca. 1750)*, Vol. 2 – *Formation of Jesuit Libraries*, Lovaina: Ferdinand Verbiest Institute, 2013.
Gomes, Cristina Costa & Pina, Isabel Murta. “Papéis da China”, in *Actas do Colóquio Património Cultural Chinês em Portugal*, CCCM-ESAD/FRESS-IHA/FLUL, 21-23 de Janeiro de 2013 (artigo ainda não publicado).
Impey, Oliver. *Chinoiserie. The Impact of Oriental Styles on Western Art and Decoration*. Londres: Oxford University Press, 1977.
Lapa, José Roberto do Amaral. “A Bahia e a Carreira da Índia”, in *Brasiliiana*, Vol. 338, pp. 253-299.
Malta, Marize & Mendonça, Isabel M. G. (orgs.). *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro/Lisboa: EBA-UFRJ e IHA-FCSH-UNL & CEAD-ESAD-FRESS, 2013-2014.
Meco, José. “Artes Decorativas no Palácio do Marquês de Pombal”, in Joaquim M. F. Boiça (coord.), *Oeiras – Encontros de História e Património (I). Diálogos em Noites de Verão 2006-2007*. Oeiras: Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra, 2007, pp. 167-185.
Moraes, Maria Adelaide Pereira de & Menezes, Helena Cardoso de Macedo e. “Genealogias Vimaraneses”, in *Armas e Troféus*. Braga: Tip. Liv. Cruz, 1967.
Oliveira, Rita Castro. *A conservation study of an eighteenth-century Chinese wallpaper*, 2009. Dissertação de mestrado em Conservação e Restauro de Documentos Gráficos apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
Pessanha, Sofia *et al.* “X-ray Fluorescence study on ancient painted wallpaper: approach of artwork dating”, 10th Rio Symposium on Atomic Spectrometry, Salvador, Baía, Setembro, 2008.
———. “Study of a XVIII century hand-painted Chinese wallpaper by multianalytical non-destructive techniques”, in *Spectrochimica Acta Part B*, Vol. 64, n.º 6, 2009.
Saunders, Gill. “Chinese Wallpapers and Chinoiserie Styles”, in *Wallpaper in Interior Decorations*. Londres: V&A Publications, 2002.
Serrão, Vítor. “Entre a China e Portugal: temas e outros fenómenos de miscigenação artística, um programa necessário de estudos”, in *Actas do Colóquio Património Cultural Chinês em Portugal*, CCCM-FRESS-IHA/FLUL, 21-23 de Janeiro de 2013 (artigo ainda não publicado).

Arte Musical na China Arcaica
À Guisa de Contexto

GIORGIO SINEDINO*

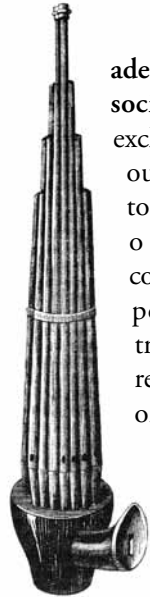


* Mestre em História das Ideias pelo Departamento de Filosofia e Religião da Universidade de Pequim, prepara o doutoramento em História da Religião Chinesa na Academia de Filosofia da Universidade Renmin da China. Traduziu e comentou clássicos chineses para a Editora da Universidade Estadual Paulista.

M.A. in History of Chinese Ideas, Peking University (Department of Philosophy); Ph.D. candidate in History of Chinese Religion, Renmin University (Academy of Philosophy). He has translated and commented the Analects (2012) and Laozi’s Dao De Jing (to be published in 2015), all published by the Universidade Estadual Paulista Press (Brazil).

às qualificações exigidas por estarmos a tratar de uma cultura peculiar, a chinesa; em segundo lugar, às especificidades acrescidas pelo adjectivo “arcaica”.
Numa perspectiva estritamente formal, o termo “música”² possuía uma acepção mais abrangente na China arcaica do que nos tempos actuais: qualquer tipo de *performance* onde houvesse uma melodia, directa ou indirectamente, podia ser vista como tal. Isto implica que canto e poesia, música instrumental e dança estavam interligados numa mesma categoria.³ Contudo, numa perspectiva material, o termo “música” tinha um sentido mais restrito do que hoje em dia: para a antiga ortodoxia chinesa, nem toda a *performance* musical mereceria ser chamada de Música. Além de uma apreciação puramente “técnica” das qualidades da execução de uma peça musical em particular, havia ainda uma série de outras exigências. Logo, a definição do que é ou não Música dependia de um juízo mais amplo, que agregava critérios estéticos, sociais e institucionais.
Como poderemos constatar nas traduções dos *Apontamentos sobre Música* (*Yueji* 樂記 a seguir, essas três ordens de critérios unem-se numa única **tradição crítica**. Havia, de facto, exigências formais ou “técnicas” que prescreviam afinações, escalas, instrumentos musicais, coreografias, composições e temáticas, em detrimento de outras possibilidades.⁴ Essas preferências, todavia, revelavam um conjunto de exigências de fundo, de natureza axiológica, sobre a

AS DIMENSÕES DO CÂNONE - II

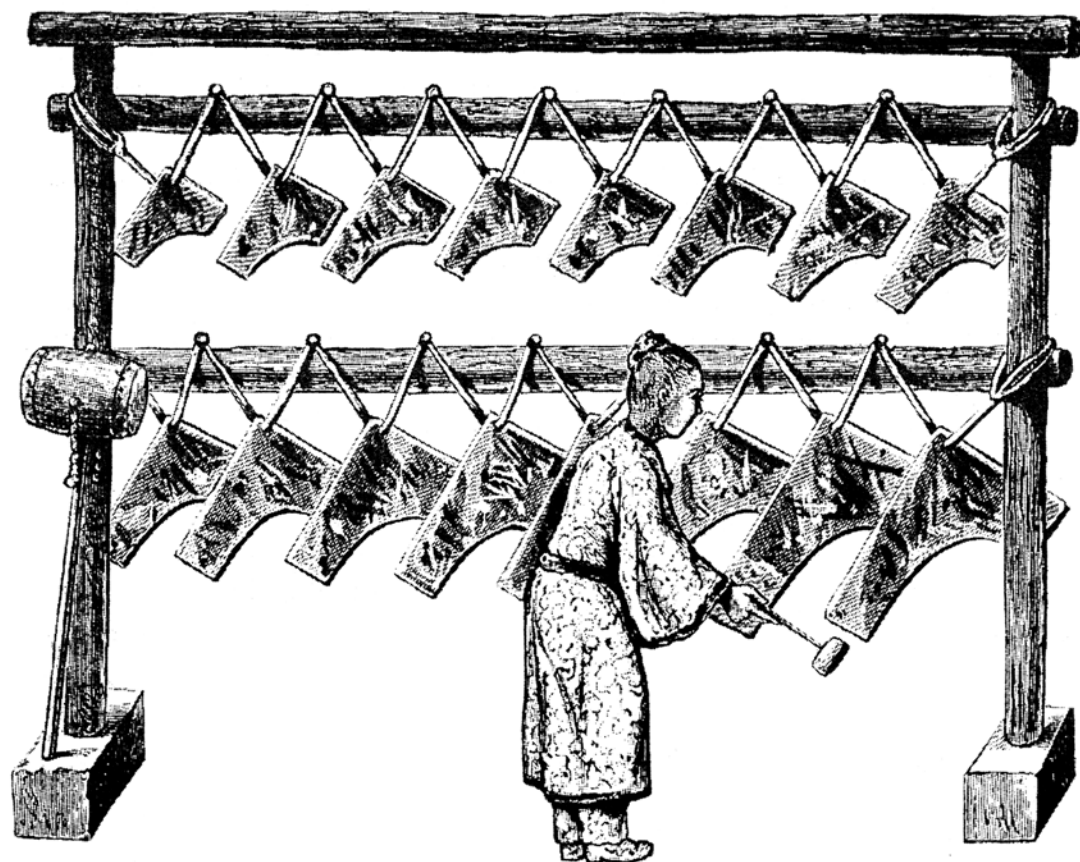


adequação entre a performance e o seu papel social. Enfatize-se que não se trata de algo exclusivo da China antiga, pois também em outras culturas havia a expectativa de que toda a manifestação cultural acompanhasse o prescrito pela tradição.⁵ Se violados os costumes, essas práticas sofriam duras sanções, podendo constituir-se em tabu: eis um traço marcante das tradições, que parecem relacionar à música um valor cerimonial de origem religiosa.

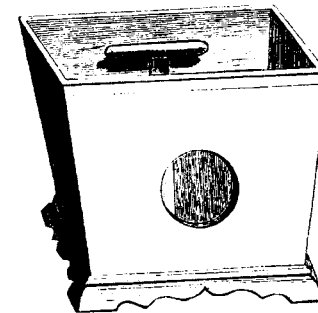
Nos textos fundadores da cultura chinesa ortodoxa, “Música” frequentemente vem associada ao vocábulo “Ritos”: *li yue* 禮樂, “Ritos e Música”. Os Ritos eram um sistema de regras de conduta estabelecidas consuetudinariamente a partir da etiqueta vigente em cada clã aristocrático, em que o culto aos antepassados e à senioridade possuíam um lugar de relevo. O que é peculiar à China, entretanto, é que tais tradições religiosas “privadas”, especialmente da família

real, foram transpostas para a vida política e adquiriram uma coercitividade sem par na experiência ocidental. Apesar de os Ritos historicamente se terem laicizado no seu exterior, um elemento religioso subsistiu no seu íntimo, sobretudo no que se refere à sanção atribuída ao regime sociopolítico chinês e à integração “mágica” que promovia entre o mundo natural e social.⁶ Todavia, desse pressuposto “religioso” desenvolveu-se um complexo sistema de normas que, sem exagero, disciplinavam todas as esferas da vida humana, em cada uma de suas etapas. Vale a pena mencionar três, para o ilustrar.

A primeira dessas etapas era a educação, intelectual, moral e cívica, dos futuros *literati*, a elite de intelectuais-burocratas de quem dependia a gestão do país. Nesse sentido, a Música tinha uma função pedagógica. Assim como na Grécia antiga, a música também fazia parte do currículo escolar chinês,⁷ que a tradição chamava de *Seis Grandes Artes* (*liu yi* 六藝). Isto parece decorrer de um traço comum entre as duas culturas, que não apenas valoriza a música como prática mnemónica, mas que também vê nela um certo elemento lúdico,



apropriado à psicologia infantil. Uma vez reconhecidas as suas raízes comuns com a poesia, vê-se que a música é o veículo por excelência de grandes obras fundadoras – no caso da China, o *Clássico dos Poemas* (*Shijing* 詩經), que não era apreciado pelo valor literário das suas composições em si, mas pelas lições morais e cívicas que podem ser depreendidas



do teor dos poemas. Os poemas, que eram cantados com acompanhamento musical, inculcavam valores, bem como formas de pensar e agir definidos como modelares.

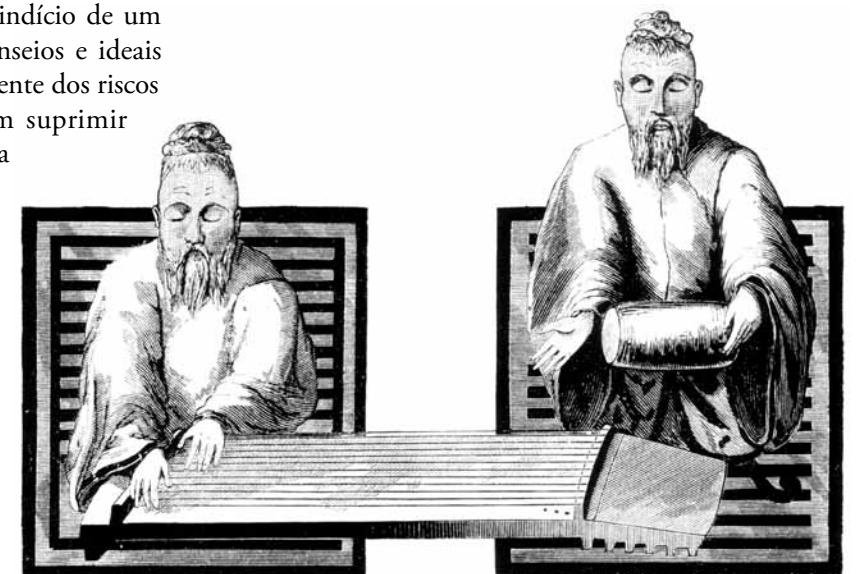
Tendo em conta o testemunho de obras ortodoxas, como *Os Analectos* (*Lun Yu* 論語) e *Xunzi* 荀子 (*Mestre Xun*), que também discutem o tema, vemos que a Música, continuava a ser importante mesmo após a maioria dos *literati*. Nesta etapa, contudo, predominava o seu papel terapêutico, como bálsamo para as frustrações da vida burocrática, em que era tolhida a espontaneidade, a individualidade e criatividade de cada um deles – o preço de uma hierarquia rígida e relações pessoais baseadas em papéis pré-determinados. Nesse contexto, enquanto os Ritos permaneciam como regras que orientavam a vida “exterior” das pessoas, a Música dirigia-se para o íntimo. Os *Apontamentos* enfatizam que “os Ritos constroem; a Música expande”. Portanto, cabia à Música dar vazão ao que restava reprimido e não-expresso em cada um. Este é o indício de um conflito perigoso, que contrapõe os anseios e ideais particulares aos ditames da tradição. Ciente dos riscos envolvidos, a ortodoxia apressa-se em suprimir todo o tipo de música que considerava “abusiva” ou “lasciva”. Nesse contexto, apesar de a Música ser descrita como um elemento terapêutico, há uma clara circunscrição da mesma aos valores éticos que a ortodoxia prescreve como naturais. Portanto, a Música deve ser vista como um tipo de disciplina das emoções e terapia moral, não como vector de catarse.

Neste ponto, chegamos à terceira e última etapa, a realização dos fins maiores dos *literati*, o governo

THE DIMENSIONS OF THE CANON - II

da sociedade. Aqui, Ritos e Música colimam-se num único propósito, pois ambos são ferramentas da harmonia e estabilidade social. Subjacente a esse objectivo, há uma visão dogmática da história chinesa, que idolatra um grupo de soberanos que outorgaram Ritos e Música como benesses ao povo. Como ensinam os *Apontamentos*, cada governante imprimiu as características do seu governo sobre um tipo de Música, que exercia um papel legitimador e doutrinário – consolidando a tradição ideológica governamental. Portanto, a Música não deve ser vista como uma “arte” ou “ciência” independente das relações sociais e políticas. Se desvinculada do objectivo de contribuir para a governança do mundo e do si próprio, a Música reduzia-se a uma mera questão técnica – desmerecida pela elite. Apesar do facto de a Música constar do currículo obrigatório, nenhum dos *literati* ortodoxos que escrevem sobre o assunto (inclusive os autores dos *Apontamentos*) pode ser considerado músico em sentido estrito. Na China, os músicos eram ou artesãos, ou burocratas de baixa patente, que desde crianças eram treinados na afinação de instrumentos, canto e toque de peças musicais, dança ou coreografia.⁸ O último dos *Apontamentos* serve de testemunha para o tipo de distinção social que separava o músico (ou qualquer artesão) do *literatus* na sociedade chinesa antiga.

Com estas ressalvas e qualificações em mente, passemos às traduções dos *Apontamentos sobre a Música*. **RC**



NOTAS

- 1
- A primeira das qualificações deve ser dedicada ao próprio substantivo português “música”. O termo grego μουσική, de que deriva, remetia às musas, filhas de Zeus e Mnemosyne (memória), tradicionalmente contabilizadas como nove, de acordo com Homero e Hesíodo. Elas eram vistas como guardiãs de todas as “artes” humanas – que, na taxonomia clássica, envolviam não apenas o que conhecemos por “música” e dança, mas também, e sobretudo, os diversos ramos da literatura (poética, tragédia, comédia, história). Nesse contexto, o adjetivo μουσικός indicava não somente o que hoje chamaríamos de “músico profissional”, mas incluía um julgamento amplo sobre os talentos, aptidões, instrução e “bom gosto” de um indivíduo – alguém “culto”.
- 2
- Em geral, a língua chinesa arcaica utilizava o termo *yue* 樂 para significar “música” e *yin* 音 para indicar “sons”. A ortodoxia, contudo, dava uma aplicação mais restrita ao termo *yue* 樂, como o tipo de música que estava conforme a tradição e que se legitimava pela sua aplicação “terapêutica”, formando o indivíduo e protegendo a sociedade. A ortodoxia desmerecia todas as outras formas de música como meros 音. Em chinês moderno, o termo “música” corresponde à junção dos dois ideogramas: 音樂 *yin yue*.
- 3
- Na cultura europeia, “música” também era um conceito difuso. Por exemplo, a música dos “hinos”, poemas dirigidos aos deuses, estava indissolivelmente unida ao seu conteúdo e contexto social. Um outro bom exemplo eram as “pantomimas”, espectáculos dramáticos baseados nas tradições mitológicas, que incluíam também canto e dança, com acompanhamento instrumental.
- 4
- Esse carácter prescritivo do conceito “música” verifica-se também na Índia, de que são exemplo os *ngas*. Também na Grécia antiga encontramos as distinções dos chamados “modos” (τονοί) e suas associações com a cosmologia dos quatro elementos.
- 5
- Um exemplo notório é o da música no ritualismo védico. Ademais, vale a pena considerar se a atitude crítica de Platão com referência à música e às mais diversas artes na *República* e nas *Leis* está ou não motivada por considerações “tradicionalistas” – lembremos que as críticas de Platão à música do seu tempo possuem traços em comum com o oitavo texto dos *Apontamentos*. O tema é difícil, porque aquele filósofo em muitos sentidos era um antitradicionalista, a julgar pelas suas sólidas críticas a Homero. Havia, contudo, um factor espiritual subjacente à posição do grande académico, pois considerava que a literatura (e as artes em geral) eram simples representação (*mimesis*)

- da “realidade” em que vivemos. Essa “realidade”, constituída por objectos limitados no tempo e espaço, não podia ser mais do que reflexo turvo das verdades últimas. Neste ponto, também não podemos tomar Platão por tradicionalista. Dado esse pano de fundo, podemos voltar às críticas conservadoras de Platão que, na *República*, pretendia constituir a música num modelo pedagógico “oficial”, capaz de incutir um senso moral e cívico desejável em todo corpo social.
- 6
- A ortodoxia da China imperial pressupunha um tipo de interacção entre o mundo natural e humano: eis o inequívoco fundamento religioso das ideias na China arcaica. Desta forma, a correcção sacrificial garantia colheitas fartas, protecção contra secas e enchentes, etc. Daí decorre que os Ritos (e a Música), desde a sua origem, eram ferramentas de propiciação, constituindo-se em elos entre a sociedade e a ordem natural. Portanto, havia a crença de que os comportamentos humanos eram capazes de influenciar a natureza, do mesmo modo que “comportamentos” naturais afectavam a sociedade. Este pensamento evoluiu no tempo e adquiriu contornos cada vez mais “moralizantes”, ou seja, a correcção formal na execução dos sacrifícios deixou de importar tanto quanto a correcção moral das pessoas envolvidas. Concomitantemente, o poder da natureza sobre o homem também foi racionalizado, sendo passível de uma interpretação puramente ética. Não obstante as transformações históricas, a crença no que chamo “Correspondência por Afinidade” (*gan ying* 感應) é um dos mais importantes pressupostos para os textos que vêm a seguir.
- 7
- É importante termos em mente as diferenças entre as experiências culturais greco-romana e chinesa. Mal-grado a Música e a Poesia também visarem a formação moral e cívica dos indivíduos, na Antiguidade europeia a política era pautada pela arte de falar e convencer, inexistindo um centralismo hierárquico e culto dos precedentes análogos à China. Em termos de diferentes *ethoi* sociais, o individualismo do que se chama de “espírito agónico” na Grécia e em Roma, assim como a ausência de supervisão governamental da produção e transmissão dos textos produziram uma tradição musical e poética muito menos estável (ou fechada) do que a China.
- 8
- No Clássico ortodoxo *Ritos de Zhou* (*Zhouli* 周禮) há o “Grão-Mestre de Música”, responsável pelo ensino dos rudimentos de arte poética e coordenação das rotinas burocráticas relacionadas com a Música numa casa real. Não se trata de um “músico” em sentido estrito.

O Cânone da Música Ortodoxa Chinesa

Uma Selecção dos *Apontamentos sobre Música*

GIORGIO SINEDINO



APRESENTAÇÃO GERAL

A compilação *Yueji* 樂記, que no presente trabalho intitulo de *Apontamentos sobre Música*,¹ está recolhida como o 19.º Capítulo do *Clássico dos Ritos* (*Liji* 禮記), o que faz dela o mais importante – e antigo – conjunto de textos sobre música no cânone ortodoxo chinês.² Afora secções ou capítulos hoje dispersos em obras dos “mestres” *zi* 子, como *Zhuangzi* 莊子 (*Mestre Zhuang*) ou *Xunzi* 荀子 (*Mestre Xun*) ocasionalmente dedicados ao tema, pode-se dizer que os *Apontamentos* são a mais antiga e consistente reflexão dedicada à Música, ao seu papel e estatuto na vida sociopolítica da China pré-unificação. Na China imperial, os *Apontamentos* persistiram como o referencial obrigatório em qualquer debate concernente não apenas a composições musicais *stricto sensu*, mas também ao seu conceito amplo, que inclui poesia e dança. Conforme a tradição do erudito Zheng Xuan

鄭玄 (127-200), os *Apontamentos* reúnem 11 breves textos, cuja temática poderíamos dividir *grosso modo* em duas grandes partes: (1) textos teóricos, contendo um tipo de “psicologia musical”, a sua relação com a filosofia-religião naturalista e com as instituições dos Ritos (caps. 1, 2, 3, 5, 7 e 10); (2) textos “práticos” concernentes à apreciação e pormenores da *mise-en-scène* musical (caps. 4, 6, 8, 9, 11). Ressalva-se que esta é uma divisão puramente didáctica, que foge à intenção dos autores. Os *Apontamentos* parecem carecer de qualquer plano de composição, havendo diversas passagens rebarbativas e quebras na argumentação que apontam para o carácter original, fragmentário, da compilação. Por limitações de espaço, escolhemos os *Apontamentos* números 1, 5, 8, 9 e 10 por melhor representarem os diversos ângulos abordados pela compilação e por desenvolverem as ideias que considero mais importantes.

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

《樂本章第一》
[UM: OS FUNDAMENTOS DA MÚSICA]

APRESENTAÇÃO: neste primeiro e mais importante dos *Apontamentos*, a Música é apresentada sob uma dupla perspectiva. Primeiro, há o facto social da música como um tipo de *performance* – a melodia criada por voz(es) ou instrumento(s). Neste particular, o texto analisa a música como o mais complexo dentre quatro elementos: uma “forma definida” (que poderia ser chamada de “composição musical”), a “variedade” de sons que se combinam para criar uma composição, os sons individuais e a emoção que lhes dá origem. Ao aludir à emoção, aparece uma segunda perspectiva, mais importante para o autor, da música na sua interacção com o coração humano e as consequências psicológicas e sociais daí decorrentes. Mas, ao invés de uma especulação sobre uma cosmologia matemática, ao gosto pitagórico, o pensador chinês está mais interessado nas correspondências sociais e políticas da Música, bem como no seu papel na arte de governo. Aproveitando um tema caro para a ortodoxia confuciana, o texto explora a influência da música sobre o coração humano para fazer dela um tipo de auscultador do corpo político. Daí vem a tese de que três tipos de música caracterizam as sociedades bem governadas, mal governadas e em crise.

（一）凡音之起，由人心生也。人心之動，物使之然也。感於物而動，故形於聲。聲相應，故生變，變成方，謂之音。比音而樂之，及干戚、羽旄，謂之樂。

(1) Toda melodia surge ao receber vida do coração humano. [Essa vivacidade, por sua vez, advém do facto de que são] as coisas a comover [primeiro] o coração. Contagiado por elas, o coração agita-se [com emoções que] ganham forma através de sons [isolados]. Assim que tais sons começam a corresponder-se mutuamente, tem origem [a noção de] variedade. Quando a variedade [de sons] se amalgama numa “forma definida”, eis o que se chama de melodia. Ao consonarem [os instrumentos musicais], somando-se-lhe escudos e machados, plumas de faisão e rabos de iaque, tem início a Música.

（二）樂者，音之所由生也，其本在人心之感於物也。是故其哀心感者，其聲噍以殺。其樂心感者，其聲嘽以緩。其喜心感者，

其聲發以散。其怒心感者，其聲粗以厲。其敬心感者，其聲直以廉。其愛心感者，其聲和以柔。六者非性也，感於物而後動。是故先王慎所以感之者。故禮以道其志，樂以和其聲，政以一其行，刑以防其姦。禮、樂、刑、政，其極一也，所以同民心而出治道也。

(2) [Recapitulando,] a Música obtém a sua vida das melodias e tem a sua origem no facto de o coração humano ser contagiado pelas coisas [que existem no mundo. Por isso,] quando o coração é tomado pela tristeza, os sons ressoam súbitos e dissipam-se sem demora; quando pela alegria, ressoam amplos e vagarosos; quando pelo contentamento, ressoam cheios de ânimo e espargem-se generosamente. Quando o coração é tomado pela fúria, os sons são ásperos e severos; quando pelo respeito, são directos e francos; quando pelo carinho, são moderados e plenos de ternura. Estas seis [emoções] não correspondem à natureza [inata; elas nada mais são do que] movimentos [do coração humano], uma vez contagiado por coisas.³ [Cientes disso,] os reis da antiguidade estavam atentos ao tipo de coisas a contagiar [o coração humano,] empregando os Ritos para orientar os ideais [do povo], a Música para dar harmonia aos seus sons, políticas para uniformizar os seus comportamentos e punições para prevenir transgressões.⁴ Ritos, Música, políticas ou punições, [os quatro] culminam numa única coisa: são meios de unificar as mentes do povo e viabilizar o governo do feudo.⁵

（三）凡音者，生人心者也。情動於中，故形於聲。聲成文，謂之音。是故治世之音，安以樂，其政和。亂世之音，怨以怒，其政乖。亡國之音，哀以思，其民困。聲音之道，與政通矣。

(3) Toda a melodia é capaz de vitalizar os corações humanos. Quando as emoções se agitam no íntimo de cada um, [cabe aos] sons dar-lhes forma. Se os sons se conformam numa ordem [determinada], denomina-se melodia. As melodias de uma sociedade em que há bom governo são tranquilas e transmitem alegria; isso porque [as classes superiores] adoptam uma política de conciliação. Numa sociedade em desordem, as melodias são rancorosas e transmitem fúria, pois a política não consegue construir consenso. Os feudos prestes a

extinguir-se caracterizam-se por melodias tristes que suscitam reflexão, uma vez que a sua gestão caiu num impasse.⁶ [Por conseguinte,] o “*Dao* 道 dos sons e melodias” permeia a política.

（四）宮為君，商為臣，角為民，徵為事，羽為物。五者不亂，則無怙懣之音矣。宮亂則荒，其君驕。商亂則陂，其官壞。角亂則憂，其民怨。徵亂則哀，其事勤。羽亂則危，其財匱。五者皆亂，迭相陵，謂之慢。如此，則國之滅亡無日矣。

(4) [Dentre as cinco vozes,] *gong* 宮 corresponde ao soberano; *shang* 商, ao ministro; *jiao* 角, ao povo; *zhi* 徵, às actividades humanas e *yu* 羽, aos frutos dessas actividades.⁷ Se esses cinco elementos não caírem em desordem, nunca haverá cacofonia [das cinco vozes]. Se *gong* sair do tom, soará disperso; a razão está em que o soberano se tornou arrogante. Se *shang* sair do tom, soará oscilante; isso se deve ao facto de os burocratas serem ineficazes. Se *jiao* sair do tom, soará angustiado; o motivo é que o povo tem ódio. Se *zhi* sair do tom, soará tristonho; a sua origem remete ao excesso de labuta [exigida das classes inferiores]. Se *yu* sair do tom, soará precário; isso porque faltarão recursos [às classes superiores].⁸ Caso [a prioridade dentre os] cinco elementos cair em desordem, um violará as prerrogativas do outro, [fenómeno que se chama de] “desrespeito [à ordem]”. Nesse caso, a extinção do feudo estará próxima.

（五）鄭、衛之音，亂世之音也，比於慢矣。桑間、濮上之音，亡國之音也，其政散，其民流，誣上行私而不可止也。

(5) As melodias das terras de Zheng e de Wei são melodias de sociedades desestruturadas, o que equivale [à situação de] “desrespeito [à ordem]”. As melodias que há nas terras nas margens do rio Pu e entre os arvoredos de amoreiras⁹ são melodias de feudos prestes a extinguir-se. Ali, as políticas de governo cederam à lassidão; o povo fugiu [para outras terras]. Ludibriado pelos seus superiores, [a plebe] passou a agir unicamente conforme os seus interesses particulares, sem o menor comedimento.

（六）凡音者，生於人心者也。樂者，通倫理者也。是故知聲而不知音者，禽獸是也。

知音而不知樂者，眾庶是也。唯君子為能知樂。是故審聲以知音，審音以知樂，審樂以知政，而治道備矣。是故不知聲者，不可與言音。不知音者，不可與言樂。知樂，則幾於禮矣。禮樂皆得，謂之有德。德者得也。是故樂之隆，非極音也。食饗之禮，非致味也。《清廟》之瑟，朱弦而疏越，壹倡而三歎，有遺音者矣。大饗之禮，尚玄酒而俎腥魚。大羹不和，有遺味者矣。是故先王之制禮樂也，非以極口腹耳目之欲也，將以教民平好惡，而反人道之正也。

(6) [Enquanto] toda melodia nasce do coração humano, a Música permeia cada classe [de coisas que há no mundo]. Por isso, animais e aves sabem o que são sons, mas desconhecem o sentido de melodia. A plebe, por sua vez, entende o que é melodia, mas permanece ignara sobre o significado da Música. Somente o Homem Nobre é capaz de a conhecer. Ele considera os sons para distinguir a melodia; discrimina as melodias para conhecer a Música. Avalia a Música para apreender a política; é neste momento que o *Dao* do governo se completa. Consequentemente, não se pode falar de melodias com quem não sabe os sons; nem de Música, com quem não conhece as melodias. Conhecer a Música significa estar próximo dos Ritos: quem apreendeu ambos [Ritos e Música], possui o [poder da] Virtude. Pois Virtude é [ser capaz de] apreender.

A majestade da Música não se deve à mais alta expressão melódica. Da mesma maneira, os ritos de sacrificar alimentos [para os Reis Ancestrais] não [têm o seu clímax] no oferecimento de manjares [supremos. Por exemplo], a cítara *se* 瑟 que música o poema “Santuário Puro” possui cordas rubras e uma cavidade ao longo de seu fundo;¹⁰ [somente] uma pessoa entoa o cântico e [apenas] três a acompanham; [neste arranjo], sempre sobra uma [lenta] ressonância, [digna de] apreciação. E nos ritos de grande regalo (*da xiang* 大饗),¹¹ as maiores [honras] são atribuídas à aguardente escura, é peixe cru que se põe nas vasilhas rituais, é caldo insosso de carne [que se tributa; neste cardápio], o sabor [que resta na boca] é [digno] de apreciação. Enfim, quando os Reis Ancestrais outorgaram os Ritos e Música, não o fizeram para elevar ao mais alto grau os prazeres da boca e da barriga, das orelhas e dos olhos. Fizeram-no, pelo contrário, para ensinar o povo a gostar das mesmas coisas, a detestar as mesmas coisas e a retornar ao que é a ortodoxia no Caminho dos Homens.¹²

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

(七) 人生而靜，天之性也。感於物而動，性之欲也。物至知知，然後好惡形焉。好惡無節於內，知誘於外，不能反躬，天理滅矣。夫物之感人無窮，而人之好惡無節，則是物至而人化物也。人化物也者，滅天理而窮人欲者也。於是有人悖逆詐偽之心，有淫佚作亂之事。是故強者脅弱，眾者暴寡，知者詐愚，勇者苦怯，疾病不養，老幼孤獨不得其所，此大亂之道也。

(7) O homem nasce tranquilo [no seu íntimo], tal a natureza [que lhe] dadivou o Céu. [Entretanto], contagiado pelas coisas, [o seu coração] agita-se: tais os desejos [advindos] da sua natureza. [Uma após a outra,] as coisas chegam a si e [o homem] as conhece: [neste momento] ganham forma suas apetências

e repugnâncias. Se tais apetências e repugnâncias vencerem a temperança de seu coração, ele ficará à mercê das tentações fora de si e, [por fim,] sem conseguir restaurar o seu comedimento, morrerão nele os Princípios Celestes.

Infinito [é o poder] que as coisas têm de contagiar o homem; sem temperança [para disciplinar] o que lhe apetece ou não, as coisas subjuga-lo-ão e, [por fim], o homem se reificará. O homem que se transformou em coisa é alguém que extinguiu os Princípios Celestes [numa busca] infinita [pela satisfação dos seus] desejos humanos. Neste momento, há irreverência no seu coração, há subversão, há fraude, há falsidade; nos seus actos, há libertinagem e há insubordinação. [Numa sociedade de pessoas assim], os fortes intimidam os fracos; os muitos violentam os poucos; os espertos

logram os tolos; os indómitos amarguram os tímidos; doentes e moribundos não obtêm socorro; infantes, velhos, órfãos e desassistidos não têm lugar: eis o caminho do caos.¹³

(八) 是故先王之制禮樂，人為之節。衰麻哭泣，所以節喪紀也。鐘鼓干戚，所以和安樂也。昏姻冠笄，所以別男女也。射、鄉食饗，所以正交接也。禮節民心，樂和民聲，政以行之，刑以防之。禮、樂、刑、政，四達而不悖，則王道備矣。

(8) Quando os Reis Ancestrais outorgaram os Ritos e a Música, [estabeleceram-nos] como medida para as gentes: moderaram as cerimónias fúnebres por meio da hierarquia [das vestes de] cânhamo e da etiqueta segundo a qual se deve carpir os mortos; deram harmonia e tranquilidade à Música através de [melodias de] sinos e tambores e de [dança com] escudos e machados; diferenciaram os homens das mulheres com as [cerimónias da maioridade], atribuindo o uso do chapéu aos homens e do grampo às mulheres, além de estabelecerem cerimónias de casamento; promoveram relações [moralmente] correctas entre as pessoas mediante as cerimónias do tiro com arco e flecha e de banquetes colectivos.

Os Ritos moderam os corações do povo; a Música dá harmonia às suas vozes; as políticas são o meio de pôr em acção [os princípios desses dois]; e as punições previnem [a violação dos mesmos]. Ritos, Música, políticas e punições: se os quatro forem eficazmente praticados, sem se contradizerem, o Caminho do Rei perfectibilizar-se-á.

《樂言章第五》
[CINCO: DISCURSO SOBRE A MÚSICA]

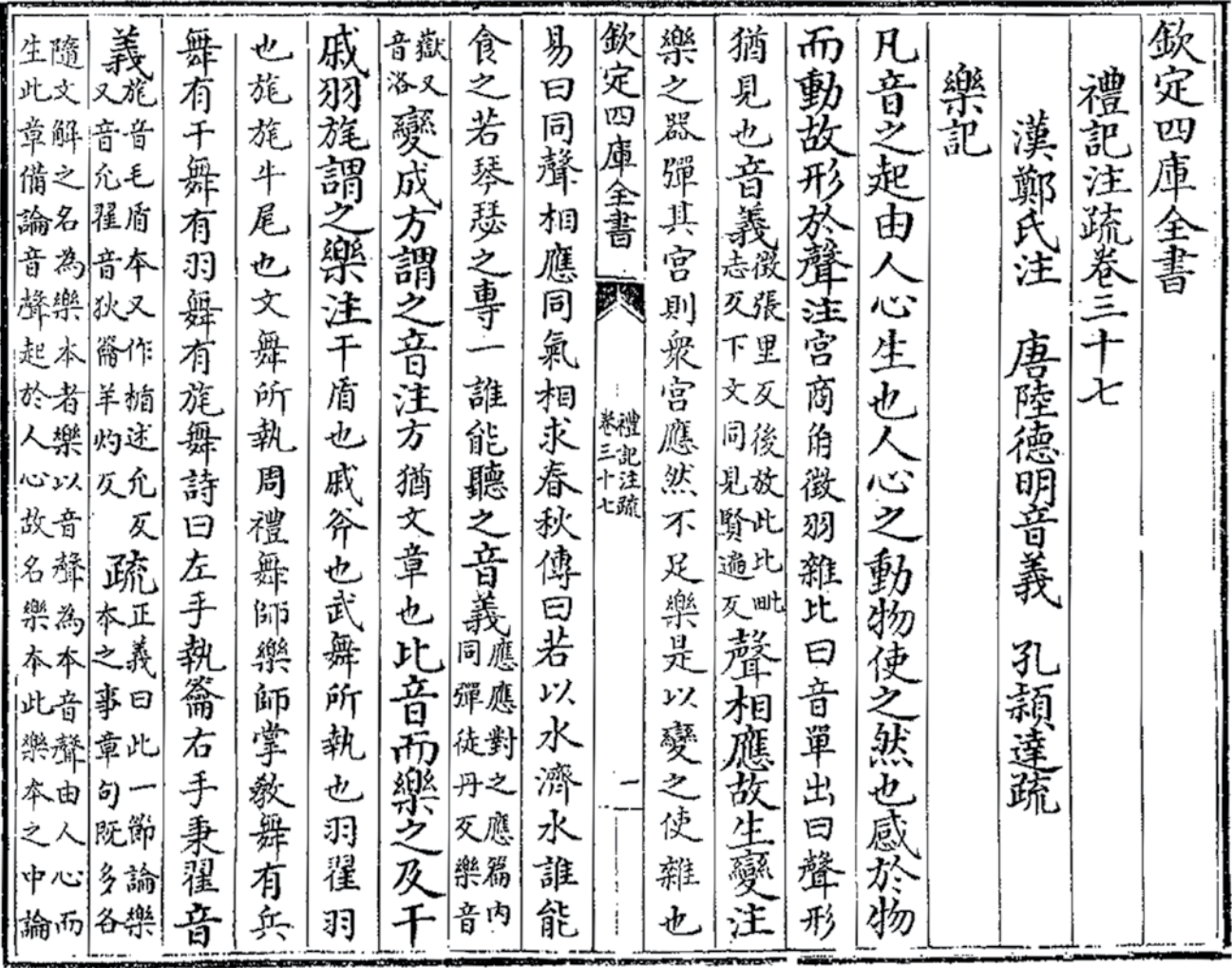
APRESENTAÇÃO: O terceiro capítulo dos *Apontamentos* (e também o sétimo, que lhe serve de breve anexo) problematiza a relação entre Ritos e Música, que é uma das principais particularidades do pensamento musical chinês. Naqueles dois textos, Ritos e Música são descritos a partir do modelo *Yin-Yang*, o sistema taxonómico que alicerça toda a tradição intelectual ortodoxa da China. O par *Yin-Yang* não é um tipo de dualismo, representando antes uma tentativa de assimilar opostos, que colaboram com base numa

hierarquia e divisão de funções naturais. Pode-se sustentar, assim, que há um tipo de unidade orgânica e funcional entre os dois. No pensamento chinês, tal unidade é o grande mistério de que derivam a realidade e a vida. A partir desse esquema, portanto, a música deixa de ser uma arte ou ciência para se tornar corolário de uma força cósmica. Não é demasiado propor que há um sentimento religioso subjacente a tal descrição, dado que, como partícipe da ordem natural, a música adquire uma autoridade incompatível com o facto de ser uma instituição eminentemente humana.¹⁴ Dado esse pressuposto cosmológico, o quinto capítulo explora as consequências práticas da afirmação de que Música e Ritos são cristalizações do *Yin* 陰 e *Yang* 陽. Conforme a tradicional ideologia de que existe uma mesma ordem perpassando a natureza, a sociedade e o mundo interior de cada ser vivo, o capítulo aborda uma ampla gama de temas que perpassam a interacção entre a psicologia individual e a música, os efeitos terapêuticos da música “correcta”, os usos políticos, educacionais e ideológicos da música sobre o corpo político, culminando com uma noção socializada de ordem – espelho da harmonia do *Yin* e *Yang*.

(二十八) 夫民有血氣心知之性，而無哀樂喜怒之常，應感起物而動，然後心術形焉。是故志微、噍殺之音作，而民思憂。嘽諧、慢易、繁文、簡節之音作，而民康樂。粗厲、猛起、奮末、廣賁之音作，而民剛毅。廉直、勁正、莊誠之音作，而民肅敬。寬裕、肉好、順成、和動之音作，而民慈愛。流辟、邪散、狄成、滌濫之音作，而民淫亂。

(28) [Embora] o povo possua [uma mesma] Natureza [inata, composta por] sangue, energia vital e um coração [capaz de] de conhecer [as coisas, sentimentos como] tristeza, alegria, júbilo e fúria variam [de pessoa a pessoa, de momento a momento].¹⁵ É quando se interage emocionalmente com as coisas que se abrem, em cada um, as “vias do coração”.¹⁶ Por tal motivo, se os ideais [do Rei] se apequenarem, as suas melodias ressoarão precárias, súbitas, cortadas repentinamente; [isso inspirará] angústia na mente do povo. Se, [por outro lado], consonarem cheias, soltas e livres, de composições complexas e ritmos fáceis, o povo [encontrará] alento [e mesmo] alegria neles. Se, [de outra forma], ressoarem ásperas, severas, com arroubos impetuosos, fazendo saltar as extremidades [do corpo, tais melodias], amplas

Folha de rosto dos *Apontamentos sobre Música*, edição *Siku Quanshu* 四庫全書 (Enciclopédia dos Quatro Ramos da Literatura), finais do século XVIII.



AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

e cheias de furor, [suscitarão] dureza e fibra no povo. Se, [ademais], soarem directas e francas, resolutas e correctas, solenes e sinceras, o povo [corresponder-lhes-á] com seriedade e respeito. Se, [alternativamente], soarem largas e ricas, encorpadas e agradáveis,¹⁷ fluindo perfeitas, moderadas e comoventes, o povo [responderá com] carinho e afecto. Se, [por último], soarem libertinas e excêntricas, heterodoxas e desleixadas, precipitadas em seu desenvolvimento e conclusão, o povo [reagirá] com depravação e indisciplina.¹⁸

（二十九）是故先王本之情性，稽之度數，制之禮義，合生氣之和，道五常之行，使之陽而不散，陰而不密，剛氣不怒，柔氣不懼，四暢交於中，而發作於外，皆安其位，而不相奪也。然後立之學等，廣其節奏，省其文采，以繩德厚，律小大之稱，比終始之序，以象事行，使親疏、貴賤，長幼、男女之理，皆形見於樂，故曰：“樂觀其深矣”。

(29) [Tendo em mente tais anomalias], os Reis Ancestrais basearam as suas Músicas [tanto na] Natureza [inata dos homens, quanto] nas suas Emoções, graduando-as com referência à escala [dos doze tubos tonais *lǚ* 呂] e formalizando-lhes um regime pautado pelo que é ritualmente devido. [Fizeram-no para que a Música] estivesse conforme a harmonia das energias vitais, orientando o seu fluir segundo as Cinco Constantes.¹⁹ [Assim], o que era *Yang* não se dispersava e o que era *Yin* não se condensava, as energias duras não [irrompiam com] fúria, as energias ternas não [se encolhiam de] medo. [*Yin*, *Yang*, duro e terno,] os quatro se mesclavam sem obstáculo dentro [de cada composição], produzindo [uma obra coerente] por fora.²⁰ Assim, cada [um dos quatro] aceitava a sua posição, sem entrar em disputas. Depois de se estabelecer os diversos graus do Estudo, ampliou-se [a prática] de ritmos, investigou-se [a diversidade] de variações, com o objectivo de avaliar o teor da Virtude [das Músicas de cada ordem política. Formalizou-se] as denominações [das duas categorias] dos tubos tonais *lǚ*, grandes e pequenos.²¹ Estas foram combinadas à ordem de onde começam e onde terminam [as cinco vozes], para simbolizar [as três personagens centrais da política] e suas actividades.²² [A hierarquia de tons e vozes] delinea a ordem [hierárquica] entre quem é familiar ou estranho, nobre ou plebeu, mais velho ou

mais jovem, homem ou mulher. Tudo isso transparece pela Música, por isso [o ditado diz] “a Música revela a sua profundidade”.²³

（三十）土敝則草木不長，水煩則魚鰲大，氣衰則生物不遂，世亂則禮慝而樂淫。是故其聲哀而不莊，樂而不安，慢易以犯節，流湎以忘本。廣則容奸，狹則思欲。感條暢之氣，而滅平和之德。是以君子賤之也。

(30) Erva e árvores não crescem do solo cansado; peixes e tartarugas de casco mole não crescem em águas frequentadas; se a energia vital fenece, a vida não se desenvolve; se a sociedade entra em crise, os Ritos decaem e a Música se corrompe. Em tais situações, os sons são tristes e perdem o seu carácter solene. Se há alegria [neles], não é [possível sentir-se] em paz; se [transmitem uma sensação de] soltura e liberdade, [certamente é porque] se violou a temperança; [é uma situação próxima à de quem] se afundou em rios de aguardente, esquecendo-se totalmente da Raiz [da doutrina. Se os sons] ecoam frouxos, é porque escondem [uma ponta de] languidez; se arquejam, é porque os seus pensamentos [estão tomados por] volúpia. Quando a energia vital, fluida e longaeva, se deixa contagiar [por sons assim], aniquila-se a Virtude [firmada sobre a] estabilidade e harmonia.²⁴ Logo, o Homem Nobre despreza tudo isto.

《辨明樂之古、今章第八》
[OITO: DISCRIMINANDO AS COMPOSIÇÕES DA ANTIGUIDADE E DO PRESENTE]

APRESENTAÇÃO: Os importantíssimos oitavo e nono capítulos dos *Apontamentos* são dois exemplos modelares dos debates eruditos entre os *literati* confucianos. Mais do que puras conversas de diletantes, essas discussões tinham o objectivo de construir consenso sobre questões de ritual e de definir linhas hermenêuticas para a ideologia em vigor no país, donde o seu contributo para a contínua “actualização da tradição”. Lembre-se que a Música deveria ter sido um tema relevante em tais debates, considerado o facto de que, além de ser um passatempo da elite, era também um importante segmento do programa educacional chinês, um elemento da etiqueta de corte e um vector dos valores éticos autorizados pela ortodoxia.

Este capítulo apresenta Bu Shang 卜商 (507-420 a.C.), mais conhecido pelo nome honorífico de Zi Xia 子夏, que não apenas foi um dos mais importantes discípulos de Confúcio, como também se consagrou como o transmissor de uma das mais influentes linhagens do *Clássico dos Poemas* (*Shijing* 詩經) e do *Clássico das Mutações* (*Yijing* 易經). Na passagem, Zi Xia debate com um certo Hou 侯 (senhor feudal membro da alta nobreza), conhecido pelo título de Wen 文, “o ilustrado”, “o erudito”. Na verdade, Wen não era um Hou autêntico, pois pertencia a uma nova classe oriunda da baixa nobreza que, através da sua influência militar ou económica, estava a tomar o poder das elites tradicionais. Ao mesmo tempo, essa nobreza apócrifa desenvolvia imensos esforços para imitar os símbolos e instituições empregados pelos seus antecessores. Com esse objectivo em mente, contratavam os serviços de eruditos como Zi Xia para actuarem como “consultores”, orientando-os nas mais importantes questões da ortodoxia. No texto, Zi Xia ensina Hou Wen a apreciar a música erudita, esclarecendo quais os instrumentos legítimos e o complexo jogo de associações entre os seus sons, as emoções que suscitam e a burocracia que gere o país.

（四十二）魏文侯問於子夏曰：“吾端冕而聽古樂，則唯恐臥。聽鄭衛之音，則不知倦。敢問古樂之如彼，何也？新樂之如此，何也？”

(42) O Hou Wen das terras de Wei perguntou a Zi Xia: “com vestes negras e chapéu ritual ouço a Música da antiguidade, mas o meu medo é cair no sono; ao ouvir as composições das terras de Zheng, contudo, não há o menor cansaço. Pergunto-lhe, por que a Música da antiguidade é assim? Por que as novas músicas são assim?”²⁵

（四十三）子夏對曰：“今夫古樂，進旅退旅，和正以廣，弦匏笙簧，會守拊鼓。始奏以文，複亂以武。治亂以相，訊疾以雅。君子於是語，於是道古。脩身及家，平均天下。此古樂之發也。

(43) Zi Xia respondeu: “a Música da antiguidade, tal como a compreendemos hoje, [presume que os dançarinos] avancem e recuem em conjunto; [a composição] é harmónica e ortodoxa, [ressoando] ampla; [os diversos instrumentos] de cordas, de cabaças, de bambu devem esperar pelo toque do tambor. O

início da apresentação [é anunciado pelo tambor, simbolizando] o elemento literário, e sua conclusão [é assinalada por toques repetidos de um sino *nao* 鐃, simbolizando] o elemento marcial. [Põe-se em] ordem [a fileira dos dançarinos] ao fim da dança com toques de tambor; ao evoluir celeremente, seu ritmo é marcado por toques de *ya* 雅. [Após a apresentação], os homens nobres discutem [as qualidades da dança], é neste momento em que tomam a antiguidade como guia. [Os benefícios] do auto-cultivo alcançam o clã, promovendo um mesmo tipo [de valores e convicções] em Tudo sob o Céu. Eis de onde provém a Música da antiguidade.

（四十四）今夫新樂，進俯退俯，奸聲以濫，溺而不止，及優、侏儒，獫狁子女，不知父子。樂終，不可以語，不可以道古。此新樂之發也。

(44) O que compreendemos actualmente por nova música [indica a dança em que] o tronco se curva ao avançar ou recuar; o canto é lânguido, [inspirando] depravação; [a plateia] responde com vício, incapaz de se conter, até ao ponto em que aparecem acrobatas, anões, numa balbúrdia similar à dos macacos, misturando-se machos e fêmeas num mesmo grupo, perdendo-se [as distinções sociais como as entre] pais e filhos. Após a apresentação, não há nada que mereça discussão, não há como emular a antiguidade. Eis de onde provem a música nova.²⁶

（四十五）今君之所問者樂也，所好者音也。夫樂者，與音相近而不同。” 文侯曰：“取問何如？”

(45) Embora o senhor me pergunte sobre a Música, [na verdade] as suas apetências voltam-se [unicamente] para [meras] composições [musicais]. Música e composições [musicais] de facto aproximam-se, mas não são idênticas”. Hou Wen perguntou: “Como assim?”

（四十六）子夏對曰：“夫古者天地順而四時當，民有德而五穀昌，疾疢不作而無妖祥，此之謂大當。然後聖人作為父子君臣，以為紀綱。紀綱既正，天下大定。天下大定，然後正六律，和五聲，弦歌《詩·頌》，此之謂德音，德音之謂樂。《詩》云：‘莫其德音，其德克明。

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

克明克類，克長克君。王此大邦，克順克俾。俾于文王，其德靡悔。既受帝祉，施于孫子。’此之謂也。

(46) Zi Xia respondeu: “Na antiguidade, Céu e Terra [interagiam] concertadamente e as quatro estações [sucedi-am-se, cada uma em seu] devido lugar; o povo tinha Virtude e os cinco grãos abundavam; não se disseminavam moléstias, não surgiam portentos ominosos. Eis o que chamo de Grande Conformidade. Passada [essa era], os Sábios [determinaram a hierarquia social] entre pai e filho, entre soberano e servo, tomando-a como Linhas Mestras. Se as Linhas Mestras [estão de acordo] com a Ortodoxia, há Grande Estabilidade em Tudo sob o Céu. [Nestas condições], os seis *lǚ* [terão a medida] correcta, as cinco vozes estarão em harmonia, [podendo-se tocar], com cordas e canto, poemas *shi* 詩 de louvor. Tais são as composições que possuem Virtude, e somente [a elas é que podemos] dar o nome de Música. Os *Poemas* dizem: ‘Grandioso é vosso nome, vossa Virtude fulge./ Irmana-vos a tudo, sois mestre soberano./ Reinais neste domínio, não há quem não vos siga./ Igual do bom Rei Wen, Virtude imaculada! Graças vos dá o Espírito, até filhos e netos’. Isto descreve [a Música]”.²⁷

(四十七) 今君之所好者，其溺音乎？’
文侯曰：“敢問溺音何從出也？”

(47) [Pergunto-me] se aquilo com que o senhor se deleita não seriam [apenas] composições voluptuosas?” Hou Wen [continuou]: “Sendo assim, de onde vêm essas composições?”.

(四十八) 子夏對曰：“鄭音好濫淫志，宋音燕女溺志，衛音趨數煩志，齊音敖辟喬志。”此四者，皆淫於色而害於德，是以祭祀弗用也。

(48) Zi Xia respondeu: “Nas terras de Zheng, aprecia-se composições libidinosas, corruptoras dos ideais; as de Song só se importam com a beleza feminina, o que faz os ideais perderem seu vigor; em Wei, o [ritmo] frenético [das canções] oprime os ideais; a altivez [das composições de] Qi [contamina] os ideais de soberba. [O que se chama de ‘música’] nestas quatro terras perde-se na beleza [feminina], prejudicando a Virtude. É por isso que não se pode usá-la durante os sacrifícios”.²⁸

(四十九) 《詩》云：‘肅雍和鳴，先祖是聽。’夫肅，肅敬也。雍，雍和也。夫敬以和，何事不行？”

(49) Os *Poemas* dizem: ‘Solene, sossegada soa/ E bem ouvem os avoengos’.²⁹ ‘Solene’ [exprime a atmosfera de] respeito. ‘Sossego’, a concórdia [reinante no ambiente]. Se a concórdia assenta sobre respeito [mútuo], qual o [grande] feito que não será exequível?

(五十) “為人君者，謹其所好惡而已矣。君好之，則臣為之。上行之，則民從之。《詩》云：‘誘民孔易。’此之謂也。”

(50) Aquele que é soberano de homens deve estar atento para o que lhe preza ou não. Se o soberano preza algo, os seus servos agirão [nessa direcção]. Se [as pessoas] superiores agem [numa direcção], o povo as seguirá. É isso que querem dizer os *Poemas* com ‘É mui fácil guiar o povo’.³⁰

(五十一) 然後聖人作為鞀、鼓、柷、敔、塤、箎。此六者，德音之音也。然後鍾、磬、竽、瑟以和之，幹、戚、旄、狄以舞之。此所以祭先王之廟也，所以獻、酬、醕、酢也，所以官序貴賤各得其宜也，所以示後世有尊卑長幼之序也。

(51) [Com isso em mente] os Sábios urdiram *tao* 鞀,³¹ *gu* 鼓,³² *qiang* 柷,³³ *qia* 敔,³⁴ *xun* 塤,³⁵ e *chi* 箎.³⁶ Estes seis instrumentos [são os que produzem] os sons das composições Virtuosas. Depois vêm *zhong* 鐘,³⁷ *qing* 磬,³⁸ *yu* 竽;³⁹ e *se*⁴⁰ para lhes dar harmonia; escudos, machados, rabos de iaque e penas de faisão para [conceder uma forma concreta à Música através da] dança. É com tais coisas que se levam a cabo os sacrifícios dedicados aos ancestrais no templo [do culto familiar]. Esse é o contexto para as cerimónias *xian* 獻,⁴¹ *chou* 酬,⁴² *yin* 醕⁴³ e *zuo* 酢⁴⁴ e o meio através de qual se distinguem as patentes para os funcionários e [prerrogativas] para nobres e plebeus, fazendo com que [a cada categoria] assista o que lhe é devido. Desta forma, esse é o método para demonstrar às gerações posteriores que há uma sequência [hierárquica] entre pessoas dignas de respeito e pessoas baixas, bem como entre os mais velhos e os mais jovens.

(五十二) “鍾聲鏗，鏗以立號，號以立橫，橫以立武。君子聽鍾聲，則思武臣。

(52) ‘Keng’ 鏗 [é a onomatopeia associada à] voz dos sinos; ao tilintarem, parecem estar a dar ordens; [a impressão de que] estão a dar ordens vem do seu ímpeto; e o ímpeto está associado ao [espírito] marcial. Se o Homem Nobre ouvir o som dos sinos, de imediato vêm à sua mente os servos [encarregados dos afazeres] de guerra.

(五十三) 石聲磬，磬以立辨，辨以致死。君子聽磬聲，則思死封疆之臣。

(53) ‘Qing’ 磬 [é a onomatopeia associada à] voz dos [instrumentos de] pedra. Ao soarem, parecem estar a distinguir [as fronteiras entre o certo e o errado]; nesse sentido, [produzem um senso de dever moral cujo cumprimento] pode levar à morte. Se o Homem Nobre ouvir o seu som, de imediato virão à sua mente os servos [que defendem] as fronteiras do país.

(五十四) 絲聲哀，哀以立廉，廉以立志。君子聽琴瑟之聲，則思志義之臣。

(54) A voz dos [instrumentos de] seda [inspira] indignação [face a injustiças]; é tal indignação que baseia a integridade [moral]; e é a integridade [moral] que funda os Ideais. Se o Homem Nobre ouvir o som das cítaras *qin* 琴 ou *se*, [virá ao seu espírito] a lembrança dos servos cujos ideais [se pautavam pelo] senso de dever.

(五十五) 竹聲濫，濫以立會，會以聚眾。君子聽竽、笙、簫、管之聲，則思畜聚之臣。

(55) A voz dos [diferentes instrumentos de] bambu parece recolher-se [num mesmo punhado; enfeixando-se] firma [um sentido de] gregarismo. [Através de tal sentido] reúnem-se as multidões [num único corpo]. O Homem Nobre ouve as vozes de *yu* 竽, *sheng* 笙, *xiao* 簫, *guan* 管,⁴⁵ vindo à sua mente a corporação dos servos.

(五十六) 鼓鼙之聲謹，謹以立動，動以進眾。君子聽鼓鼙之聲，則思將帥之臣。

(56) A voz dos tambores *gu* 鼓 e *pi* 鼙 é alvoroçada; o alvoroço exprime dinamismo; com dinamismo, faz-se

marchar pelotões [de soldados]. Ouvindo a voz dos *gu* e dos *pi*, o Homem Nobre lembra-se dos servos que comandam as [suas] tropas.⁴⁶

(五十七) 君子之聽音，非聽其鏗鎗而已也，彼亦有所合之也。”

(57) Quando o Homem Nobre escuta os sons, não é só o tilintar que entra nos seus ouvidos; [ele também se apercebe] da conjunção [das notas].⁴⁷

《賓牟賈問章第九》
[NOVE: AS QUESTÕES DE BINMOU JIA]

APRESENTAÇÃO: Este nono texto é o mais técnico das onze obras que compõem os *Apontamentos sobre Música*. Nele, testemunha-se um debate erudito de *connaisseurs* sobre a coreografia da “Dança Militar”, reprodução artística da vitória do clã de Zhou sobre a antiga dinastia Shang. Os dois personagens são o *dafu* 大夫 (membro da baixa nobreza) Binmou Jia 賓牟賈, possivelmente do feudo de Lu, e o também *dafu* 大夫 Mestre Kong ou Confúcio, o mais aclamado erudito da história cultural chinesa. A dança militar Wu é uma dramatização das guerras da fundação da dinastia Zhou, tendo finalidades didáticas, cerimoniais e políticas. O episódio conclui com uma breve descrição histórico-ideológica de como foi estabelecida uma nova ordem harmónica (a “Grande Imparcialidade”). Nela, o Rei aparece como pináculo e alicerce, liderando tanto pelo monopólio ideológico como pelo da violência, que enfeixa nas suas mãos.

(五十八) 賓牟賈侍坐於孔子，孔子與之言，及樂，曰：“夫《武》之備戒之已久，何也？”對曰：“病不得其眾也。”

(58) Binmou Jia estava ajoelhado ao lado do Mestre Kong, fazendo-lhe companhia. O Mestre dialogava com ele e, ao tocar no assunto da Música, perguntou-lhe: “[O bailado integrante da Música] Marcial [somente se inicia] um longo tempo depois de [tocados os tambores para] alertar o público. Qual será a razão?”. [Bingmou] respondeu: “[É para exprimir] o temor [da casa de Zhou] de que [naquele instante] ainda não contavam com a lealdade [incondicional] de suas tropas”.

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

（五十九）“詠歎之，淫液之，何也？”對曰：“恐不逮事也。” “發揚蹈厲之已蚤，何也？”對曰：“及時事也。” “《武》坐，致右憲左，何也？”對曰：“非《武》坐也。” “聲淫及商，何也？”對曰：“非《武》音也。” 子曰：“若非《武》音，則何音也？”對曰：“有司失其傳也。若非有司失其傳，則武王之志荒矣。” 子曰：“唯。丘之聞諸萇弘，亦若吾子之言是也。”

(59) “[Pouco antes de começarem a dança], há gemidos prolongados, em que a voz ressoa, inconsútil. Por que será?” Ele respondeu: “[Isso simboliza o] medo [da Casa de Zhou], de que [os seus aliados] não chegassem [ao campo de batalha] a tempo”. [O Mestre] lançou outra questão: “Logo [no início da dança], há um movimento vivo de braços e pernas, cheio de vigor e força. Por quê?”. [O atendente] contestou: “[Para mostrar que as forças de Zhou] lançaram o seu ataque no momento correcto”. [Confúcio] questionou, [então: “Em dado momento, os dançarinos] apoiam o joelho direito sobre o chão, enquanto a perna esquerda permanece plantada sobre o pé. Qual o motivo?”. [Binmou] afirmou: “[a dança na Música] Wu não possui tal passo”. [O Mestre] foi adiante: “A composição [parece] clamar [pela tomada de] Shang. Por quê?” [Ele] respondeu: “A melodia [da Música] Marcial não é assim”. [Confúcio] inquiriu: “Se a melodia [da Música] Marcial não for assim, qual será?”. [Binmou] disse: “[Se for tal como dizeis], será por erro na transmissão dela pelos funcionários [encarregados da Música]. Do contrário, [teríamos de aceitar o facto de] que o Rei Wu possuía ambições depravadas”. [O Mestre] concluiu: “É mesmo. Aquilo que ora me dizeis, Qiu ouviu-o de Chang Hong.”⁴⁸

（六十）賓牟賈起，免席而請曰： “夫《武》之備戒之已久，則既聞命矣，敢問遲之遲而又久，何也？”

(60) Binmou Jia ergueu-se, deixando a sua esteira,⁴⁹ e rogou ensinamento ao Mestre, dizendo: “Já fui agraciado com os vossos ensinamentos no que toca à longa pausa após o primeiro toque de tambores. Agora ousou perguntar: a uma primeira demora [antes do início das evoluções] segue-se uma segunda demora, que prolonga [ainda mais o começo da dança],⁵⁰ qual o seu motivo?

（六十一）子曰：“居，吾語汝。夫樂者，象成者也。總幹而山立，武王之事也。發揚蹈厲，大公之志也。《武》亂皆坐，周、召之治也。

(61) O Mestre respondeu: “Senta-te que te explico. A Música é uma imitação [dos grandes] feitos [que a motivaram. Desta maneira, quando os dançarinos], permanecem parados de pé como montanhas, brandindo os seus escudos, [isso lembra] as campanhas do Rei Wu [para unificar Tudo Sob o Céu. Quando eles] se apoiam sobre seus joelhos direitos, [isso exprime o] ideal [do Rei] de estabelecer a Grande Imparcialidade. [No final da apresentação], quando as fileiras de dançarinos se desfazem e todos se sentam no chão, [isso expressa] o governo [civil] dos duques de Zhou e de Shao.⁵¹

（六十二）“且夫《武》，始而北出，再成而滅商，三成而南，四成而南國是疆，五成而分周公左、召公右，六成複綴以崇。

(62) “No início da Dança Marcial, [os bailarinos posicionam-se a sul do tablado, para que] possam deslocar-se em direcção a norte. No segundo acto, [dramatizam] a eliminação da casa de Shang. No terceiro, [movem-se em sentido contrário, representando] o retorno para sul. No quarto, [simbolizam] a delimitação das fronteiras destas [nossas] terras meridionais. A quinta secção [marca] a divisão [da tutela sobre Zhou] em duas metades, [cabendo] a esquerda ao duque de Zhou e a direita ao duque de Shao. [Por derradeiro], na sexta secção [todos] voltam à posição inicial e [a dança] completa-se”.⁵²

（六十三）“天子夾振之而駟伐，盛威於中國也。

(63) “O Filho do Céu [dança junto com o grupo], chocando as suas armas [com as do Grande General] quatro vezes, [para simbolizar as] campanhas [contra Shang], preenchendo os feudos do meio com a sua autoridade”.⁵³

（六十四）分夾而進，事蚤濟也。久立於綴，以待諸侯之至也。且女獨未聞牧野之語乎？武王克殷反商，未及下車而封黃帝之後於薊，封帝堯之後於祝，封帝舜之後於陳，下車而封夏後氏之後於杞，投殷之後於宋，

封王子比干之墓，釋箕子之囚，使之行商容而復其位。庶民弛政，庶士倍祿。濟河而西，馬散之華山之陽而弗複乘，牛散之桃林之野而弗複服，車甲爨而藏之府庫而弗複用，倒載干戈，包之以虎皮，將帥之士使為諸侯，名之曰 ‘建囊’，然後天下知武王之不復用兵也。

(64) “Dividindo-se em grupos, usam as percussões [das armas para marcar o ritmo da dança] e assim avançam, [exprimindo seu esforço] de concluir as ofensivas o mais breve possível. [Quando os bailarinos] permanecem parados por longo tempo na sua posição inicial [isso significa] que estão à espera da chegada dos nobres enfeudados. Por acaso serás o único a não ter ouvido as narrativas dos Prados dos Pastores?⁵⁴

Logo após ter derrotado a casa de Yin, o Rei Wu chegou à terra deles em Shang; antes mesmo de descer da sua carruagem, enfeudou os descendentes de Huang Di em Ji; os de Di Yao em Zhu; e os de Di Shun em Chen.⁵⁵ Descendo da sua carruagem,⁵⁶ enfeudou os descendentes de Xia em Qi; acomodou⁵⁷ os de Yin nas terras de Song; sepultou o príncipe Bi Gan 比干; libertou Jizi 箕子 do cárcere, [ordenando] para que fosse até onde estava Shang Rong 商容 e restaurá-lo na sua antiga posição.⁵⁸

Aliviou [as duras políticas que o rei Zhou adoptara] para a plebe, dobrou a remuneração para os *shi* 士 ordinários [da baixa nobreza]. Em todas as terras a oeste do rio Amarelo, ninguém voltou a montar os cavalos que pastavam a sul da montanha Hua, nem a usar os bois [que ruminavam] nos bosques de pessegueiros para carregar mantimentos; carruagens de guerra e armaduras sacramentadas foram retornadas aos seus depósitos, para não mais serem usadas; deitadas sobre o chão,⁵⁹ as alabardas e lanças foram envoltas com pele de tigre; os *shi* que serviram como generais e comandantes [foram integrados à ordem] como senhores feudais, recebendo a alcunha de “as aljavas”, “os estojos”. E assim Tudo Sob o Céu aprendeu que o Rei Wu não mais iria às armas.⁶⁰

（六十五）“散軍而郊射，左射《狸首》，右射《騶虞》，而貫革之射息也。裨冕撙笏，而虎賁之士說劍也。祀乎明堂，而民知孝。朝覲，然後諸侯知所以臣。耕藉，然後諸侯知所以敬。五者，天下之大教也。食三老、五更於大學，天子袒而割牲，執醬而饋，執爵而醕，冕而總幹，所以教諸侯之弟也。

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

(65) “[Após] dispensar os seus exércitos, [ele começou a] praticar os Ritos de atirar com arco e flecha⁶¹ nos subúrbios [da capital]. À sua esquerda, [na escola ocidental,⁶² fazia cantar] ‘Cabeça de Guaxinim’;⁶³ à sua direita, [na escola oriental,⁶⁴ fazia executar] ‘Zouyu’.⁶⁵ Foi assim que se deixou de atirar flechas com o fito de perfurar o alvo.⁶⁶ [Os nobres passaram a] vestir roupas e chapéu rituais, trazendo a plaqueta de jade (*hu* 笏) preso à faixa.⁶⁷ [Como resultado], os soldados que [antes] corriam, furiosos como tigres, [puderam] livrar-se das suas espadas. Os sacrifícios [começaram a] ser realizados no Salão de Luz (*mingtang* 明堂)⁶⁸ e o povo aprendeu [a observar] a piedade filial. As visitas sazonais⁶⁹ à Corte [foram estabelecidas] e os nobres enfeudados aprenderam [a agir] como servos. [Quando o Rei passou a observar os Ritos] de lavrar a terra, os nobres enfeudados aprenderam a respeitar [os espíritos das colheitas]. Estes cinco [Ritos⁷⁰ corporificam] a maior das doutrinações em Tudo Sob o Céu.

[Nos Ritos devidos durante a recepção de hóspedes, o Rei] servia [pessoalmente] os Três Lao (*san lao* 三老) e os Cinco Geng (*wu geng* 五更)⁷¹ na Grande Escola (*daxue* 大學), despindo a sua veste exterior para sacrificar as vítimas,⁷² tomando o caldo [de carne] nas próprias mãos e dando-o a beber, segurando o cálice de aguardente para o bochecho [dos anciães] e, de chapéu *mian* 冕, brandindo o seu escudo [para participar da dança]. Desta maneira, ensinava os nobres enfeudados a tratar [esses homens distintos] como [se fossem seus próprios] irmãos mais velhos.

（六十六）若此，則周道四達，禮樂交通，則夫《武》之遲久，不亦宜乎！”

(66) “Assim, o *Dao* de Zhou estendeu-se aos quatro cantos [de Tudo Sob o Céu], os Ritos e Música integraram-se [numa coisa só]. Não é de surpreender que a dança Wu envolva tantas delongas e dure tanto tempo!”.

《樂化章第十》
[DEZ: DA TRANSFORMAÇÃO MORAL
PROMOVIDA PELA MÚSICA]

APRESENTAÇÃO: Este penúltimo texto da compilação, desenvolve um tema subjacente a todos os 11 *Apontamentos*: a prática e apreciação da Música é

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

um importante componente do programa de auto-cultivação do erudito confuciano. O texto é uma longa prelecção do “Homem Nobre” (君子 *junzi*), termo que reclama a mais alta distinção de sabedoria na ortodoxia intelectual chinesa. Ao invés de se referir a um autor em particular, este “Homem Nobre” é a transfiguração de um ideal de perfeição humana – tradicionalmente chamado de “Confúcio”. A Música a que se refere, portanto, é a música ortodoxa, capaz de produzir uma compleição psicológica e moral propícia a quatro estados de espírito, com que o “Homem Nobre” faria brilhar as suas credenciais para trazer paz para a sociedade.

(六十七) 子曰：禮樂不可斯須去身。致樂以治心，則易、直、子、諒之心油然而生矣。易、直、子、諒之心生則樂，樂則安，安則久，久則天，天則神。天則不言而信，神則不怒而威，致樂以治心者也。

(67) O Homem Nobre disse: “Nem mesmo por um instante [sequer] nos devemos afastar dos Ritos e Música. [Devemos] perscrutar a Música para pôr os nossos corações em ordem, sem esforço condicionando-nos a um temperamento leve, directo, carinhoso e sincero. Se um temperamento marcado por essas quatro características nascer [em nós, sentiremos uma sensação] de alegria; alegres, teremos tranquilidade; com tranquilidade, [conheceremos a] permanência;⁷³ com ela, [teremos intuições sobre o] Céu⁷⁴ e, daí, sobre os espíritos.⁷⁵ O Céu não precisa explicar-se para obter a confiança [de Tudo Sob o Céu]; tampouco precisam os espíritos mostrar a sua fúria, para terem a sua autoridade [resguardada: por isso devemos] perscrutar a Música, no intuito de pôr o coração em ordem”.

(六十八) 致禮以治躬，則莊敬，莊敬則嚴威。心中斯須不和不樂，而鄙詐之心入之矣。外貌斯須不莊不敬，而易慢之心入之矣。

(68) “Perscrutamos os Ritos para disciplinarmos o nosso comportamento, com o que [adquirimos um ar] de solenidade e respeito e, a partir dele, [transmitirmos uma atitude] de rigor e autoridade. [Todavia], se os nossos corações, por um instante que seja, não estiverem nem alegres, nem em harmonia, pensamentos abjectos de trapaça instilar-se-ão neles. Se o nosso aspecto deixar de ser solene e respeitoso, por um instante que seja, pensamentos relapsos e levianos instilar-se-ão nele.⁷⁶

(六十九) 故樂也者，動於內者也。禮也者，動於外者也。樂極和，禮極順，內和而外順，則民瞻其顏色而弗與爭也，望其容貌而民不生易慢焉。故德輝動於內，而民莫不承聽。理發諸外，而民莫不承順。

(69) Quem souber disso, [compreenderá que] a Música é algo que move o íntimo [do homem] e os Ritos, o [seu] exterior. O acme da Música é a harmonia; o dos Ritos, a obediência. Se o nosso íntimo estiver em harmonia e nosso exterior [manifestar] conformidade, quando o povo contemplar a expressão [que carregamos em nossos] rostos, não entrará em contendas; quando observar nossos aspectos, não será tomado por indolência. Se a Virtude reluzir desde nosso íntimo, não haverá ninguém no povo [que ouse] nos desobedecer. Quando [uma sensação de] ordem se manifesta no exterior [de um homem], ninguém dentre o povo não se lhe submeterá.⁷⁷

(七十) 故曰：致禮樂之道，舉而錯之天下，無難矣。

(70) Por isso, [o Homem Nobre] diz: [se alguém] adoptar um *Dao* dos Ritos e da Música em Tudo Sob o Céu, não haverá nada [que lhe seja] difícil.⁷⁸

(七十一) 樂也者，動於內者也。禮也者，動於外者也。故禮主其減，樂主其盈。禮減而進，以進為文。樂盈而反，以反為文。禮減而不進則銷，樂盈而不反則放，故禮有報而樂有反。禮得其報則樂，樂得其反則安。禮之報，樂之反，其義一也。

(71) A Música move o íntimo [do homem]; os Ritos, [o seu] exterior. Desta forma, é fundamental que os Ritos se resumam [a um mínimo necessário], enquanto que a Música amplie [os horizontes de cada um].⁷⁹ Caso os Ritos [se ativerem] a um mínimo e [as pessoas] se esforçarem [em sua prática], ao cabo seus esforços produzirão [uma bela] ordem [em si próprios]. Se a Música ampliar [os horizontes das pessoas e estas preservarem] a sua introspecção, [assim também] produzirão [uma bela] ordem em si.⁸⁰ [Por outro lado], quando os Ritos [se atêm] a um mínimo, mas [as pessoas] não se esforçam [na sua prática], isso leva à decadência [da etiqueta social]. Quando, [ainda],

a Música amplia [os horizontes], sem [que isso seja compensado pelo reforço] à introspecção, isso causa devassidão. Se houver motivação à prática dos Ritos, [a pessoa] sentir-se-á alegre; se a Música promover um retorno [à introspecção], [a pessoa] sentir-se-á tranquila. A motivação, no caso dos Ritos, e a introspecção, no caso da Música, têm um único [e o mesmo] significado.

(七十二) 夫樂者，樂也，人情之所不能免也。樂必發於聲音，形於動靜，人之道也。聲音動靜，性術之變，盡於此矣。

(72) Música é alegria,⁸¹ [de um grau tamanho] que não pode ser contida pela emotividade humana. A Música só pode se manifestar na voz e no som, ganhando forma com o movimento ou repouso: tal a forma de ser⁸² dos homens. Voz e som, movimento e repouso [nada mais] são do que as únicas, embora diferentes, maneiras por que se expressa a Natureza inata.

(七十三) 故人不耐無樂，樂不耐無形。形而不為道，不耐無亂。

(73) É por isso que os homens não suportam [uma vida] sem alegria, [que, por seu turno], precisa [de manifestar-se por alguma] forma. [Porém], se tal forma não se adequa ao *Dao*, não haverá meio de escapar à desordem.

(七十四) 先王恥其亂，故制《雅》、《頌》之聲以道之，使其聲足樂而不流，使其文足論而不息，使其曲直、繁瘠、廉肉、節奏，足以感動人之善心而已矣，不使放心邪氣得接焉。是先王立樂之方也。

(74) Os reis da Antiguidade sentiam-se envergonhados com [tal tipo de] desordem e assim disciplinaram o canto das “Odes Elegantes” e dos “Cânticos Reais” para conduzir [a Música de volta à ortodoxia]. Desta forma, garantiram que as vozes tivessem alegria suficiente, sem, no entanto, incorrerem em excesso; fizeram com que as composições [tivessem conteúdo bastante] para poderem ser discutidas, sem contudo eliminar [as emoções que lhe dão vida]; fizeram, [por derradeiro], com que [o canto] fosse plano ou variado,⁸³ forte ou fraco, agudo ou grave, lento ou rápido e assim capaz de emocionar somente aquilo que há de bom no coração

das pessoas, sem liberar a sua psicologia a um ponto tal que as energias vitais incorrectas se lhe pudessem agregar.⁸⁴ Eis a maneira por que os Reis Ancestrais instituíram a Música.

(七十五) 是故樂在宗廟之中，君臣上下同聽之，則莫不和敬；在族長鄉里之中，長幼同聽之，則莫不和順；在閭門之內，父子兄弟同聽之，則莫不和親。故樂者，審一以定和，比物以飾節，節奏合以成文，所以合和父子君臣，附親萬民也。是先王立樂之方也。

(75) Por tal razão, quando há Música no Templo Ancestral, Soberano e servos acima e abaixo [do salão] a ouvem [igualmente], não havendo ninguém que não esteja em concórdia e que não demonstre respeito. Quando [ressoa] pelos vilarejos [na periferia e exterior da capital], os habitantes mais velhos e mais jovens ouvem-na igualmente, de maneira que não há ninguém que não esteja em concórdia e que não demonstre submissão. Quando [ressoa] através das portas [dos aposentos] do palácio, pais e filhos, irmãos mais velhos e mais jovens ouvem-na igualmente, e depois todos ficam em concórdia e manifestam afecto familiar.⁸⁵ Diantes dessas situações, [percebe-se que], na Música, [se deve] apreciar [as características do] primeiro [e mais importante aspecto, a voz,] para [em seguida] determinar a afinação; junta-se-lhe instrumentos [musicais] para adereçar seu ritmo. Em seguida, a execução e pausas [dentro de uma composição] unem-se para produzir uma ordem [determinada], e é a partir dessa ordem que a concórdia e união entre pais e filhos, soberano e servos se perfaz. [É a ela, ainda], que os dez mil povos se sentem afeiçoados, agregando-se [aos seus superiores sem constrangimentos]. Eis a maneira por que os Reis Ancestrais instituíram a Música.

(七十六) 故聽其《雅》、《頌》之聲，志意得廣焉；執其干戚，習其俯仰詘伸，容貌得莊焉；行其綴兆，要其節奏，行列得正焉，進退得齊焉。故樂者，天地之命，中和之紀，人情之所不能免也。

(76) Ao ouvir as “Odes Elegantes” e os “Cânticos Reais” musicados, os ideais e o arbítrio [de cada um saem] enriquecidos. Tomando o escudo e o machado nas

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / *Música*

THE DIMENSIONS OF THE CANON / *Music*

mãos, exercitando [os passos] de olhar para cima e para baixo; contraindo e estendendo os membros, o aspecto e a expressão facial tornam-se solenes. Evoluindo pelas posições determinadas conforme o ritmo [da música], as filas e as colunas mantêm-se na conformação devida; avançam e recuam sem perder a sua integridade. A Música é decretada pelo Céu e a Terra e preceituada pela moderação e harmonia; não pode ser contida pela emotividade humana.⁸⁶

（七十七）夫樂者，先王之所以飾喜也。軍、旅、鈇、鉞者，先王之所以飾怒也。故先王之喜怒，皆得其儕焉。喜則天下和之，怒則暴亂者畏之。先王之道，禮樂可謂盛矣。

(77) A Música é um adorno [através do qual] os Reis Ancestrais [manifestavam] o seu contentamento. Tropas e divisões, faca de estripar e machado para decapitar, tais os objectos [com que] eles [demonstravam] a sua fúria. Contentamento ou fúria, cada um é capaz de [produzir efeitos sobre] suas correspondências. Se estiverem contentes, Tudo Sob o Céu entrará em concórdia com eles; se furiosos, [os elementos subversivos], violentos asseclas da desordem, temê-los-ão. Ah, o *Dao* dos Reis Ancestrais, pode-se dizer que seus Ritos e Música eram os mais grandiosos.⁸⁷ **RC**

NOTAS

- Com relação ao título da obra, Lu Deming 陸德明 atribui a Zheng Xuan 鄭玄 a explicação: “a obra chama-se ‘Antologia sobre Música’ porque explica o significado e significância da Música”.
- Não são despidiendas as referências espalhadas em outros textos canónicos como o *Clássico dos Documentos* (*Shujing* 書經), o capítulo específico sobre o Grão-Mestre de Música nos *Ritos de Zhou* (*Zhouli* 周禮) ou mesmo anedotas dos *Anais da Primavera e Outono* (*Chunqiu* 春秋). Não se deve esquecer tampouco o material incluído nos *Analectos* (*Lun Yu* 論語); embora limitado a um punhado de referências, estas revestem-se de um importante sentido prático e hermenêutico para o tema. Nada obstante, tanto pelo seu volume, como pelo seu teor, os *Apontamentos sobre Música* contêm um rico manancial de informações e juízos de valor sobre a ortodoxia musical chinesa.
- Este axioma prepara a tese de que a música tem um poder sobre o coração humano, donde a sua função doutrinadora. Ao mesmo tempo, reforça a distinção existente no pensamento chinês entre a “natureza inata”, ou seja, a humanidade pura e boa herdada do Céu, e as “emoções humanas”, decorrentes da relação entre o indivíduo e seu meio.
- Ritos e Música, “políticas” e punições são pares correspondentes, que no pensamento chinês são classificáveis como manifestações do *Yin* e do *Yang*. As políticas podem ser explicadas como medidas “positivas” de governo, ou seja, prémios e vantagens oferecidas às pessoas para que ajam num determinado sentido – logo correspondem a *Yang* e à Música. Já as punições obviamente são medidas negativas, orientadas a coibir comportamentos indesejáveis – relacionando-se assim com *Yin* e os Ritos. Ao observar os quatro termos horizontalmente, percebe-se que são tratados neste contexto como ferramentas de governo.

- A tradução preferiu “governo do feudo” à expressão literal “o *Dao* da Ordem”.
- O trecho “as melodias de uma sociedade [...] haja caído em impasse” é idêntico ao item 6 do “Grande Intróito aos *Poemas*” (*Shijing* *da xu* 詩經 大序).
- Este parágrafo descreve o sistema minimalista de correspondências entre as “cinco vozes” e cinco itens que permeiam a vida política. As “cinco vozes” são *gong* 宮, *shang* 商, *jiao* 角, *zhi* 徵 e *yu* 羽, idênticas à escala pentatónica maior (dó, ré, mi, sol, lá) na música ocidental. Já os cinco itens reúnem três actores (rei, burocracia, trabalhadores) e dois elementos do processo de produção de riqueza que permite a continuidade da existência humana e alicerça o Estado, ou seja, o trabalho – a ser realizado pelo povo – e os frutos criados por essa actividade. O comentário de Kong Yingda 孔穎達, baseado nas glosas de Zheng Xuan a um outro importante capítulo do *Clássico dos Ritos* (*Liji* 禮記), as “Ordenações Mensais”, esclarece a razão para as correspondências: tomando uma cítara Qin de cinco cordas por referencial, interpreta-se que a espessura das cordas e o timbre de cada uma delas reflecte a hierarquia entre os cinco itens. A ideologia dos Cinco Elementos permeia toda a doutrina, justificando as precedências entre os termos e os nexos causais, além de permitir que imperfeições em performances musicais sejam interpretadas como prova de que há falhas na administração do país. Há uma certa literatura, mencionada pelo comentário clássico à passagem, especializada no debate sobre o sentido prático das correspondências.
- As relações políticas pressupostas pelo trecho são bastante simples: o povo deve prestar corveias e tributos, as elites devem administrar esse

- Segundo o Grande Cronista Sima Qian 司馬遷 (139-86 a.C.), as “margens do rio Pu e arvoredos de amoreira” indicam as terras do feudo de Jin (actual província de Shanxi), onde o Mestre de Música da casa real de Shang se abrigou durante as guerras com o clã de Zhou. Há também uma explicação que ignora qualquer motivo histórico para a alusão. Como sugere o texto, por um lado, “terras às margens do rio Pu e entre os arvoredos de amoreiras” é um espaço para onde fugiu o povo, insatisfeito com a situação política nas terras onde viviam. Por outro lado, há também uma explicação, mais usual, que devolve ao povo a responsabilidade pela sua fuga. “Margens do rio Pu” e “arvoredos de amoreira” representam os lugares onde o povo se escondia parase divertirfora do alcance da estrita política de costumes adoptada pela elite governante.
- Nos “Cânticos das Casas Reais”, terceira parte do *Clássico dos Poemas* (*Shijing* 詩經), há uma década (conjunto de dez poemas) intitulado “Santuário Puro”. Contudo, como é o caso das mais de 300 obras recolhidas no texto transmitido daquela obra, não há registo das melodias que acompanhavam a recitação do texto. A cítara *se* 瑟 mencionada no texto tinha suas cordas tingidas com cinábrio – donde as cordas rubras. A cavidade no fundo do instrumento aumentava a ressonância, dando maior profundidade e, segundo o comentário clássico, mais imponência ao som.
- Os ritos de “grande regalo” (*da xiang* 大饗) eram os mais elaborados na antiga tradição sacrificial, pois incluíam oferendas de três tipos diferentes de carne – verdadeiras iguarias na dieta da época. Não obstante, o texto afirma que eram simples oblações de aguardente rala, peixe cru e caldo insosso de carne que mais bem representavam o espírito dos Ritos.
- Este parágrafo explora Ritos e Música como duas ferramentas de governo, orientadas ideologicamente por valores de parcimónia, simplicidade e discrição. Idealmente, não se trata de um puro sistema de dominação, pois a elite parece estar comprometida (e tolhida) pelos mesmos valores que deseja ver amplamente realizados na sociedade. Contudo, deve ficar claro que, conforme o texto, as fronteiras entre povo e elite não são permeáveis. Da mesma forma que a plebe é capaz de distinguir as melodias dos sons individuais, somente a elite é capaz de intuir o património intelectual, ético e ideológico que separa a Música do conjunto de composições fora do cânone.
- O sétimo parágrafo é uma das passagens mais célebres da literatura chinesa. Retoricamente, é um texto muito poderoso, seja pelo encadeamento e paralelismo das frases, seja pelas anáforas e pela gradação com que se conclui. Teoricamente, representa uma argumentação sólida em favor da doutrinação ideológica do povo pela elite cultural e política, mediante a qual se formata um sólido consenso moral. A dicotomia “Princípios Celestes” e “Desejos Humanos” está na base da refundação do pensamento ortodoxo chinês durante a dinastia Song. Essa doutrina vingou historicamente na China e as suas repercussões sobre o presente devem ser cuidadosamente meditadas. No que toca ao comentário de Kong Yingda, anterior portanto à doutrina Song, a dicotomia resolve-se num contraste mais simples, entre “natureza inata” e “emoções”. Ao passo que, na leitura Song, os elementos cosmológico e teológico dos “Princípios Celestes” predominam sobre toda a Natureza, inclusive as próprias emoções humanas, no caso de Kong a emotividade humana aparece sob uma luz mais crítica.
- Dentre as muitas lendas chinesas sobre a criação da música, chama a atenção aquela em que Fu Xi 伏羲 inventa as cítaras *qin* 琴 e *se* – instrumentos “legítimos” para a tradição ortodoxa chinesa. Nas entrelinhas da narrativa, contudo, há claros modelos cosmológicos, onde *qin* e *se* correspondem aos princípios masculino e feminino do *Yin-Yang*. Ademais, há especulações de que Fu Xi pudesse ele mesmo

- ser um princípio cosmológico antropomorfizado, dado que também se lhe atribui a descrição dos oito trigramas essenciais do *Clássico das Mutações* (*Yijing* 易經), cujas permutações definem o padrão de formação e transformações do universo.
- Distinção tradicional entre Natureza (*xing* 性) e Disposições emocionais (*qing* 情).
- Na obra *Zhuangzi* 莊子 (*Mestre Zhuang*), o termo será empregue no sentido de “técnicas de cultivo do íntimo”.
- 肉好 *rouhao*, ora traduzido literalmente por “encorpado e agradável”, originalmente descreve as proporções esperadas de um disco de jade *bi* 璧. *Rou* descreve as bordas perfeitamente redondas do disco, enquanto *hao* caracteriza o círculo vazio ao centro da peça. Tal como na escola de Pitágoras, o círculo na ortodoxia chinesa também representa um tipo de perfeição, de completude. O que é peculiarmente chinês, contudo, é associar o círculo ao Céu e o quadrado à Terra.
- O parágrafo sugere e o comentário ratifica que a Música dá corpo à Virtude de um soberano, reflectindo a sua personalidade e estados emocionais. Ao mesmo tempo, assume o axioma de que a Música é capaz de influenciar o comportamento dos subordinados do rei, que emulam as emoções e qualidades de quem está acima. Portanto, a Música indica a eficácia da política de doutrinação exercida pelo rei.
- O mesmo que cinco elementos: metal, água, madeira, fogo, terra.
- Por dentro e por fora poderiam perfeitamente referir-se à acção do *Yin-Yang* no corpo de cada um dos indivíduos e à sua harmonia colectiva, correspondendo ao ideal de uma sociedade em que cada parte tivesse aquilo que lhe compete por sua Natureza.
- Trata-se de 12 tubos divididos em dois grupos de seis, *sei yin* e seis *yang*, que padronizavam a afinação dos instrumentos chineses. O número total de 12 sugere os 12 anos de translação de Júpiter, que dá base ao horóscopo chinês.
- Cf. item 4 *supra*.
- Segundo o comentário, “a Música revela a sua profundidade” é um ditado erudito. Música é um equivalente de *Dao*, que parece referir-se ao governo do Sábio.
- Esta frase pode ser lida em dois níveis: cosmológico – onde a Música reflecte a harmonia do *Yin-Yang* e cinco elementos; e também político – em que os dez mil seres se conformam à ordem emanada da Virtude do rei.
- Esta afirmação de Hou Wen revela o seu carácter: embora deseje mostrar-se erudito, as suas verdadeiras inclinações comprovam que é um homem comum. Embora no momento seja um governante de homens, carece da Virtude necessária para se constituir num Homem Sábio.
- Zi Xia 子夏 evidentemente está a vituperar a música nova. Não demonstra o menor interesse em compreendê-la ou, pelo menos, oferecer um relato factual da mesma. Isso deixa claro que o objectivo de Zi Xia é contrastar tradição e modernidade como dois extremos: um desejável e respeitável, outro como algo nocivo e detestável.
- Zi Xia improvisa sobre um trecho do poema “Sois Augusto” (*Huang yi* 皇矣), recolhido na década Wen Wang, primeira dentre as que compõem as Odes Elegantes Maiores (*Da ya* 大雅), segunda divisão do *Clássico dos Poemas*.
- As regiões citadas por Zi Xia compõem o núcleo duro dos feudos cuja aliança a Zhou era a mais antiga. Chama a atenção o facto de Zi Xia não mencionar as composições de Lu, terra natal de Confúcio e da sua escola ortodoxa, certamente pelo facto de que ela seria a guardiã das mais puras tradições de Zhou.
- Mais literalmente: “os ancestrais ouviram a música que é solene e sossegada”. Este trecho pertence ao poema “O Cego Mestre de Música” (*You gu* 有瞽), incluído nos Cânticos da Casa de Zhou (*Zhou song* 周頌), terceira divisão do *Clássico dos Poemas*.
- Este adágio está presente no poema “Tábua” (*Ban* 板), composição parte das Odes Elegantes Maiores do *Clássico dos Poemas*.

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Music

31 Tamboril com dois cordéis atados à caixa; cada cordel possui pesos atados às extremidades

32 Tambor.

33 Também conhecido como *zhu* 祝. Instrumento de percussão peculiar à música ritual confuciana, em forma de caixa de madeira (sem tampa), possuindo placas de jade com um orifício no meio.

34 Também conhecido como *yu* 敔. Outro instrumento específico da música confuciana, com a forma de um tigre esculpido em madeira. As suas costas possuem 27 dentes transversais entalhados, que podiam ser esfregados com um feixe de varetas de bambu, para assinalar o final de uma apresentação.

35 Tipo de ocarina feita de argila, porcelana.

36 Flauta transversal de bambu, com cerca de 40cm de comprimento.

37 Sinos de bronze, normalmente instalados em estruturas de madeira.

38 Conhecido como *singing bowl* ou “bacias tibetana”, é na verdade um sino invertido, que é tocado com a concavidade voltada para cima.

39 Instrumento de sopro com palheta livre, similar ao *sheng* 笙, composto por um grupo de tubos de bambu fixos a uma caixa de ar que pode ser de bambu, madeira ou cabaça.

40 Um dos dois principais tipos de cítara chinesa, instrumento com 25-50 cordas esticadas sobre uma caixa de ressonância.

41 Apresentação das oferendas de carne.

42 Apresentação das oferendas de aguardente.

43 Bochecho com aguardente feito pelo Filho do Céu após o término do sacrifício ou da refeição cerimonial.

44 Em retribuição ao brinde do anfitrião, o hóspede também bebe um copo para mostrar seus respeito.

45 *Yu* 竽, *sheng*, *xiao* 簫 e *guan* 管 são todos flautas de bambu, diferindo uns dos outros pela extensão e número dos tubos. Devido ao facto de os tubos serem fixados uns aos outros e também pela sua consonância harmoniosa, justifica-se o ensinamento de Zi Xia.

46 *Gu* 鼓 e *pi* 篳 eram dois tambores (grande e pequeno) utilizados por um general para fazer marchar as suas tropas na China arcaica.

47 Zheng Xuan ensina que a união dos sons transmite os ideais que se carrega no peito.

48 Explica o comentário que Chang Hong 萇弘 era um *dafu* do feudo de Lu. Tal como Binmou Jia 賈牟賈, não há referências históricas seguras sobre essa personagem.

49 Com o gesto simbólico de se erguerda esteira, Binmou deixou de estar numa posição de igualdade com Confúcio, assumindo a atitude de um discípulo que, respeitosamente, busca obter conhecimento do seu mestre. Este gesto estabelece o tom para a longa prelecção que se segue, onde Confúcio analisa em detalhe o significado da dança marcial, bem como o simbolismo da coreografia e toda a proposta política e pedagógica a ela subjacente.

50 Binmou Jia agradece o assentimento de Confúcio às suas respostas, passando então a questões mais arcanas, que somente podem ser conhecidas pelo intermédio do Mestre, especialista em cerimonial. As duas pausas a que se refere Binmou são: (1) após os primeiros toques de tambor, em que os dançarinos permanecem imóveis; e (2) durante os gemidos iniciais, quando ninguém sai de sua posição.

51 A partir deste parágrafo, Confúcio faz um longa prelecção sobre a música marcial como uma reencenação do drama histórico em que a casa de Zhou conquistou o poder. Aqui, trata-se da significância histórica da dança. Confúcio distingue nela três etapas: (1) as guerras de unificação; (2) a fundação de uma nova ordem política garantida pela paz armada do rei Wu e, com a morte de Wu, (3) sua consolidação final pela regência dos duques de Zhou e Shao. Vale a pena esclarecer que este enredo envolve uma harmonização de dois elementos fulcrais da cultura ortodoxa confuciana: os valores militares e os valores civis. Dito isso, há uma dupla correspondência do vigor dos movimentos na dança de (1) e (2) às virtudes marciais do rei Wu e, por outro lado, da tranquila estabilidade de (3) às virtudes civil-literárias dos dois duques. Grande Imparcialidade (大公 *dagong*) é o ideal de uma ordem política

orientada para a realização de interesses comuns, em que todos saem beneficiados. O termo possui fortes conotações ideológicas, estando contraposto à ordem de Shang, de que se dizia estar voltada para os interesses “particulares” das elites no poder.

52 Confúcio descreve a coreografia da dança marcial, explorando o seu elemento simbólico. Organizada em seis secções ou actos, a coreografia faz os dançarinos evoluírem ao longo de quatro casas demarcadas na área de dança. Cada secção envolve um deslocamento vertical de uma casa, donde o facto de uma apresentação completa prever um movimento completo de ida e volta entre as quatro posições. Simbolicamente, isso sugere o facto de que a tomada de poder pelo clã de Zhou permeou Tudo sob o Céu com a sua Virtude. Os movimentos horizontais são importantes para conceder uma certa diversidade à apresentação, representando a sorte e as desventuras de cada etapa do enredo. O ir e vir, contudo, expressa a “necessidade histórica” de que os Zhou tomariam Tudo sob o Céu – tamanhos o vigor e a decisão dos seus ideais.

53 Os comentários antigos atêm-se a questão de se o Rei e o Grande General participavam em pessoa da dança, questão obviamente inconclusiva. Há evidências no capítulo “Jitong” do *Clássico dos Ritos*, onde se afirma que o Rei dançava durante cerimónias sacrificais particularmente importantes ou para honrar anciães. Para além dessas referências, não se pode excluir a possibilidade de que fossem meros dançarinos encarregados dos papéis em questão.

54 Nome do lugar em que o rei Wu derrotou em definitivo as tropas do clã de Shang, situado na moderna província de Henan.

55 “Sem descer da carruagem” exprime a pressa do Rei Wu em honrar os três Reis da Antiguidade e, conseqüentemente, o respeito e veneração particulares dedicados a essas personagens.

56 “Descer da carruagem” sugere profunda reflexão e escolha cuidadosa. Igualmente sinaliza que a casa de Zhou se via como no mesmo nível de precedência dos Xia e Shang.

57 Embora haja uma clara separação da precedência cerimonial entre os Reis da Antiguidade e as três novas dinastias, o termo correspondente a “enfeudação” é o mesmo 封 *feng* nas duas categorias, com excepção do clã de Yin (Shang), para quem se utilizou 投 *tou* – que traduzi por “acomodar”. *Feng* é um tipo de cerimónia religiosa que prevê amontoar-se uma porção de terra, sacralizada por meio de sacrifício.

58 Shang Rong 商容, membro do clã Shang, havia actuado na corte do rei Zhou como funcionário encarregado dos Ritos e Música. Considerado um homem valoroso, Rong caiu em desgraça ao se opor ao rei em certa altura. Foi despossado das suas prerrogativas aristocráticas, degredado da capital e reduzido à condição de “um dentre a multidão, que, em Shang, era sinónimo de escravo.

59 O comentário regista uma leitura alternativa, segundo a qual “deitar sobre o chão” quer dizer “ser guardada ao contrário”. Por via de regra, as armas eram guardadas com a sua lâmina voltada “para fora”, isto é, para os limites do feudo – talvez significando a ameaça constante àqueles que tentassem violar a integridade do país. Neste caso, as armas eram guardadas com a lâmina voltada para a capital do país, possivelmente para exprimir um estado de grande paz, em que não havia nenhuma oposição, doméstica ou externa, à estabilidade da nova dinastia.

60 Fugindo ao tema específico da Música, este parágrafo narra a Grande Imparcialidade que se seguiu à conquista de Tudo sob o Céu pela casa de Zhou. Vale a pena ressaltar que cada elemento da ordem sociopolítica recebe o que lhe assiste pela sua posição na hierarquia tradicional. É importante ressaltar, ainda, o importante factor cerimonial e religioso dos Ritos e Música na legitimação desse novo arranjo.

61 A cerimónia de tiros com arco e flecha funciona como uma metonímia, significando que, em sua nova governança, o rei Wu passou a priorizar o elemento Civil (Ritos) em detrimento do elemento Marcial (exércitos). A cerimónia de tiro com arco e flecha era realizada como congraçamento durante as reuniões com os nobres enfeudados. Tinha lugar no “subúrbio” da capital, sítio que se revestia de importante sentido religioso – um dos mais importantes sacrifícios pela paz e estabilidade do país era realizado naquele lugar.

62 Nos subúrbios a leste da capital estava instalada a “Grande Escola” (*daxue* 大學), encarregada do ensino da tradição literária de Zhou, organizada em seis disciplinas correspondentes aos mais antigos Clássicos ortodoxos (*Mutações, Poemas, Documentos, Ritos, Música e Primavera e Outono* – registos históricos).

63 O conteúdo deste poema não é mais conhecido.

64 A oeste da capital, havia a “Pequena Escola” (*xiaoxue* 小學) que ensinava os rudimentos de seis disciplinas práticas (escrita, tiro com arco, condução de carruagem, contagem, Ritos e Música) às crianças da elite de Zhou.

65 “Zouyu” 騶虞 é a última obra dos “Ventos de Shao” (*Shao feng* 召風), segundo capítulo da primeira divisão do *Clássico dos Poemas*. Zouyu é o nome de uma besta lendária, descrita como um tipo de felino, “com corpo de tigre e cabeça de leão”. Os comentários clássicos atribuem-lhe uma alta moralidade, por não se alimentar de filhotes e de se aproximar apenas dos seres humanos mais confiáveis. Fundado nessa crença, afirma-se que se trata de uma referência indirecta ao rei. O poema original, contudo, emprega Zouyu como qualificativo para um exímio arqueiro que tem sucesso na sua caça; talvez daí sua relação com os Ritos de tiro com arco e flecha. Vale a pena aproveitar este ensejo para referir a maneira como os especialistas em clássicos confucianos reinventavam livremente o sentido literal dos textos, com o fim de obter um tipo de conotação moral desejada. Assim, um dos versos de “Zouyu” lê “騶發五豝” (*yifa wuba*), lit. “com uma flecha [derruba] cinco javalinas” (ou “com poucas flechas derruba muitas javalinas”). Os comentaristas antigos propõem que se trata de uma metáfora para o Filho do Céu que, se virtuoso, angariará para sua causa um grande número de pessoas de talento.

66 “Perfurar o alvo” é uma metáfora para a contenda em que as partes disputam quem é capaz de realizar o disparo mais certo e mais forte. Conforme a tradição de Zheng Xuan e Kong Yingda, *ge* 革 não se refere à pele do alvo, mas a couraças que eram usadas como alvo. Na prática, o sentido da frase permanece o mesmo: as competições de arco e flecha serviam originalmente para demonstrar força superior à dos outros competidores. Se mediado pelos Ritos, contudo, o instinto de competição, que normalmente recai sobre os outros, é desviado para o próprio atirador. Ou seja, ao invés de superar os adversários, o mais importante torna-se conter as próprias emoções e desejos.

67 A hierarquia aristocrática era assinalada por um sistema de vestes Ritualis. A passagem menciona os nobres enfeudados, que comparecem aos sacrifícios aos ancestrais vestido com uma roupa abaixo da que assiste ao rei segundo as prerrogativas usuais. Trazem também um chapéu chamado de *mian* 冕, cuja nota distintiva é ser coberto por um longo rectângulo de cujas extremidades, frontal e traseira, pendem cordames com pequenas esferas de jade. Além disso, carregam plaquetas de jade chamadas de *hu* 珪, sobre que podiam anotar aquilo que lhes era determinado pelo rei.

68 O “Salão de Luz” era o nome dado ao Templo Ancestral do clã de Zhou, dedicado ao culto do rei Wen.

69 O *Clássico dos Ritos* alude a um sistema de audiências sazonais que os nobres enfeudados deviam ao rei. O termo original chinês *chaojin* 朝覲 refere-se, respectivamente, às audiências devidas na Primavera e no Outono.

70 Os cinco ritos são: tiro com arco e flecha; audiências na corte; sacrifícios para ancestrais; visitas da hierarquia nobiliárquica à corte; e lavragem da terra.

71 Três “Lao” 老 (anciãos) e Cinco “Geng” 更 (“homens que viram gerações passar”) eram servos do rei que se distinguiram pela sua senioridade, havendo permanecido ao serviço por um longo período. O objectivo desta cerimónia era enfatizar as honras sociais devidas aos mais velhos – de maneira que o rei estava constringido a tratar essas pessoas seja como seu próprio pai, seja como seu próprio irmão mais velho (de acordo com a diferença etária concreta que o separasse deles). A tradição associava os “Três Lao e Cinco Geng” à sua experiência na prática das chamadas “Três Virtudes e Cinco Atitudes”, respectivamente “correção, rigor, ternura” e “expressão facial, expressão oral, capacidade de ouvir, de perceber e de ponderar”.

72 Dependendo do sacrifício, o rei executava um porco, uma cabra ou um boi, ou os três, em ocasiões mais importantes.

73 Kong Yingda esclarece que a permanência da passagem não possui um carácter cosmológico, nem soteriológico: trata-se da longevidade da “Natureza Dada” pelo Céu (*xingming* 性命) a qual, neste caso específico, deve ser interpretada como um tipo de correspondência entre a conduta moral do homem e um tipo de ordem ética instaurada pelo “Céu”. A natureza “celeste” dessa ordem também pode ser interpretada de diversas maneiras, das quais as duas principais são a do Céu como uma deidade (mais antiga) ou como natureza das coisas (mais influente).

74 O comentário esclarece que o Céu é o modelo para a perfeita confiabilidade, constituindo-se no modelo para a Virtude do “Homem Nobre”. Em outra passagem do comentário, reiterando uma convicção disseminada nos clássicos confucianos, a confiabilidade contrapõe-se à busca de vantagens particulares, o que dispõe o texto ainda mais na perspectiva da educação do príncipe e governo da sociedade.

75 Concluindo a hermenêutica da secção, estritamente moralizante, o comentário esclarece que os espíritos são um modelo para o tipo de “medo e reverência” que o Homem Nobre deve inspirar no povo que governa. Segundo esta leitura, Céu e espíritos devem ser lidos como metonímias dos valores preconizados para o soberano ideal.

76 Esta secção retoma uma tese basilar para os *Apontamentos*: o cultivo da Música educa o íntimo do erudito; o dos Ritos, o seu exterior – contraposição que repercutirá até o final deste texto. É importante asseverar a prioridade da Música em relação aos Ritos, especialmente na pedagogia do soberano ideal. Tal precedência da Música distingue-se neste ponto, pelo facto de que somente ela pode fazer raiar a “sinceridade” ou “autenticidade” dos valores que o “Homem Nobre” manifesta fora de si.

77 Neste parágrafo, o autor explora um outro nível da correspondência entre Ritos e Música. Se na passagem acima se explorou a correlação entre o íntimo do governante, cultivado pela Música, e o seu exterior, treinado pelos Ritos, desta vez explora-se a correspondência entre a pessoa do governante, vista organicamente, e o povo que governa.

78 Esta sintética conclusão reforça a tese de que o soberano ideal deve ser educado com Música e Ritos. No entanto, a ideia de que um único sistema de Ritos e Música deve ser instaurado em Tudo sob o Céu, ao arripio de toda a diversidade linguística, cultural e, em última instância, humana existente no país é muito esclarecedora das motivações políticas profundas do pensamento ortodoxo chinês.

79 Mal-grado as motivações autocráticas e absolutistas do ideal de cultivação chinesa, não se pode negar que há consciência dos limites práticos ao projecto político que o permeia. Nesse sentido, Zheng Xuan explica que os Ritos constringem as pessoas, donde a necessidade de serem reduzidos ao mínimo; a Música, ao contrário, gera nelas uma reacção positiva, o que recomenda o seu uso mais abundante.

80 Outro ponto forte da pedagogia chinesa dos Ritos e Música está plasmada neste ensinamento. O erudito confuciano deve ser capaz de se adaptar emocionalmente aos efeitos das duas disciplinas, estabelecendo uma nova harmonia a partir da experiência geral segundo a qual os Ritos constringem e a Música libera.

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Música

ABSTRACTS

81 Mal-grado terem leituras diferentes (*yue* e *le*), em chinês arcaico, Música e alegria correspondem ao mesmo ideograma 樂. O facto de comungarem um mesmo símbolo sugere uma relação íntima entre as ideias, explorada pelo comentário segundo o clássico binómio *tiyong* 體用, “corpo” e “função”: alegria é “corpo”, música é “função”. Ignorados os detalhes técnicos da questão, isso significa que a Música é o produto por excelência das emoções humanas. Escondidas no íntimo das pessoas, as emoções precisam de “vias” ou “caminhos” para expressar-se. Lembre-se que a cultura chinesa ortodoxa não apregoava a livre expressão das individualidades, postulando antes uma série de códigos e rituais socialmente legítimos. Confrontada com a pressão irresistível dos desejos humanos, a ortodoxia não apenas institui a Música como canal autorizado para que sejam veiculados, mas também como modelo terapêutico para essas pulsões.

82 *Dao* 道, no original.

83 Pela descrição do comentário, plano e variado talvez possam ser associados ao que a música ocidental chama de *canto spianato* e *fiorito*.

84 Os chineses acreditavam que a realidade física era constituída por energia vital que, correspondendo à dualidade do *yin* e *yang*, se dividiam em energias positivas e negativas. Dependendo do contexto, era possível falar em energias correctas e energias incorrectas, ou corruptas. Dado que o ser humano estava aberto às influências do ambiente, ele podia receber um influxo de energias, as quais interferiam no funcionamento de seu corpo, inclusive sua psicologia. Nesse caso, a Música possuía potencialmente um papel terapêutico, reforçando as energias correctas e impedindo o acesso de energias corruptas.

85 Nesta passagem são explorados três ambientes onde a Música exerce os seus efeitos: (a) o Templo Ancestral, santuário em que se cultua a memória e espírito dos ancestrais da casa real, cujos sacrifícios

são realizados com o objectivo de obter protecção espiritual para o regime; (b) vilas e vilarejos, responsáveis pelo sustento do corpo político; e (c) os aposentos privados do palácio real, talvez como símbolo de todas as famílias do império. Estes três ambientes representam três tipos essenciais de relações políticas que abrangem e definem a sociedade como um todo: os laços tradicionais de legitimidade, as relações entre governantes e governados e os vínculos de autoridade familiar, cujo paradigma é o clã real. Esses três ambientes estão unidos no texto por meio da palavra “concordia”, que em chinês é expressa com *he* 和. Trata-se de um termo polissémico, cujo sentido básico é “harmonia”, isto é, um arranjo de elementos heterogêneos, que coexistem segundo uma ordem hierárquica. No presente caso, expressa um tipo de convivência entre actores diferentes; psicologicamente, expressa uma espécie de equilíbrio entre emoções diferentes; por último, especificamente no caso da Música, indica um tipo de harmonia entre sons diferentes. O restante do parágrafo concentrar-se-á no papel da Música para organizar o país e a família.

86 Enquanto a última frase desta passagem parece reclamar um fundamento transcendente para a Música, o comentário explora-a meramente como fruto do trabalho de doutrinação política do rei. É óbvio, contudo, que nada impede que seja feita uma leitura naturalista da passagem (cf. o segundo dos *Apontamentos*).

87 Esta é a grande conclusão do tratado, que atribui ao rei ou imperador o papel de doutrinar Tudo sob o Céu. Zheng Xuan esclarece: “o Filho do Céu disciplina com Ritos e Música as emoções (lit. apetências e desgostos) de Tudo Sob o Céu, de maneira que a arraia-miúda se submete de bom grado, temendo e respeitando o seu soberano. Ritos e Música é algo que o Rei promove, costumeiramente, e de que decorre a grandeza [de seus regime]”.

BIBLIOGRAFIA

Texto principal
A tradução tomou por base o texto de Ruan Yuan 阮元, *Shisanjing Zhushu* 十三經註疏 (Anotações e Glosas aos Treze Clássicos). Pequim: Zhonghua Shuju, 1980

Comentários consultados
Zheng Xuan 鄭玄, Kong Yingda 孔穎達. *Li Ji Zhengyi* 禮記正義 (Interpretação Correcta do *Clássico dos Ritos*). Pequim: Beijing Daxue Chubanshe,

Ademais, a leitura da seguinte obra, com comentários da dinastia Song, ampliou nossas perspectivas sobre os *Apontamentos sobre Música*:

Wei Shi 衛湜. *Li Ji Jishuo* 禮記集說 (Explicações Reunidas ao *Clássico dos Ritos*). Changchun: Jilin Chuban Jituan, 2005.

Estudos
Um estudo ocidental sobre a íntegra dos *Apontamentos* (a que não tivemos acesso) é Scott B. Cook, “Yue Ji – Record of Music. Introduction, translation, notes, and commentary”. *Asian Music*, vol. 26 no. 2, 1995, pp. 1-96.

Dentre a literatura disponível na China, merecem destaque duas obras recentes:

Wang Yi 王律. *Li Ji Yanjiu Lungao* 禮記・研究論稿 (Estudos sobre os “Apontamentos sobre Música” no *Clássico dos Ritos*: Um Esboço). Xangai: Shanghai Shiji Chuban Jituan, 2011.

Xue Yongwu 薛永武. *Zhongguo Wenlun Jingdian Liubian: Liji Yueji de Jieshoushi Yanjiu* 中國文論經典流變：《禮記 樂記》的接受史研究 (Transformação dos Tratados Clássicos sobre as Letras na China: Estudos sobre a Recepção dos *Apontamentos sobre Música* do *Clássico dos Ritos*). Pequim: Beijing Shehui Kexue Wenxian Chubanshe, 2011.

RESUMOS

Historiadores, Autores e Amantes: A Parceria de 60 Anos entre Charles Boxer e Emily Hahn

Charles Boxer é reverenciado como historiador – possivelmente o preeminente historiador do século xx, da presença portuguesa na nossa região. As suas obras sobre Macau, Japão e sobre as explorações portuguesas em geral,permanecem entre as obras mais respeitadas sobre o tema dos primórdios da influência europeia na Ásia. Mas este homem tinha outros atributos: linguista, soldado, marido. A vida e a carreira de Boxer estavam intimamente interligadas com as da sua mulher, Emily Hahn, uma aventureira americana e autora com quem teve um filho em Hong Kong, em 1941. Ambos sobreviveram à ocupação japonesa e depois da guerra, já casados, mudaram-se para Inglaterra onde empreenderam separadas carreiras autorais de sucesso, por mais 50 anos. Neste artigo Richard Pflederer, que conheceu Boxer alguns anos antes da sua morte, traça um retrato do seu percurso, com ênfase no papel de Emily Hahn.

[Autor: Richard Pflederer, pp. 6-10]

Charles Ralph Boxer: A Notável Carreira de Um Grande Historiador

Charles Boxer foi sem dúvida o maior historiador não-Português a escrever sobre a expansão de Portugal além Europa. Foi também um notável historiador da expansão ultramarina holandesa. Este ensaio descreve o seu percurso académico. Começando com um esboço do passado, explica como se tornou um coleccionador de livros e manuscritos, que utilizava como base para reconstruir os factos históricos, particularmente quando estava ao serviço da inteligência militar britânica em Hong Kong. Ao aposentar-se do exército em 1946, tornou-se professor universitário em tempo integral, primeiro no King’s College, em Londres, a partir de 1967 em várias instituições nos Estados Unidos. Deixou escritas cerca de 350 obras, tendo editado em média uma

a cada três meses, por mais de quatro décadas, entre elas 18 livros. A sua escrita foi caracterizada pelo uso exaustivo de fontes primárias, empirismo e um foco no indivíduo. Evitou modelos e teorias e escreveu em prosa clara e pungente. Era um professor extremamente eficaz, generoso incentivador de alunos e colegas historiadores. Este ensaio termina com alguns relatos pessoais baseados na correspondência e contactos com Charles Boxer, de 1960 até finais da década de 1980.

[Autor: Anthony Disney, pp. 11-23]

Macau e a Visão do Colonialismo Português de Charles R. Boxer

Este artigo pretende homenagear o historiador britânico, justamente considerado um dos maiores historiadores de Macau. *Fidalgos’ no Extremo Oriente, 1550-1770; O Grande Navio de Amacau; e Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)* são algumas das muitas obras que deixou sobre o passado histórico de Macau. Em 1963, na década da emergência dos movimentos nacionalistas contra o domínio colonial português, Boxer publicou *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Esta obra, contrariando a ideologia subjacente à política ultramarina portuguesa, quebrou, à época, a unanimidade entre os intelectuais portugueses sobre o valor historiográfico dos estudos de Boxer. Armando Cortesão, historiador e eminente cartógrafo, opôs-se à tese nela defendida, colocando-se ao lado da política do Estado Novo, que se apoiava, entre outras, na teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Boxer não incluiu Macau na tese desenvolvida no livro. Este ensaio pretende mostrar que esse facto se deveu ao profundo conhecimento do historiador quanto à singularidade do processo histórico macaense, cuja vivência sociológica deveria ser estudada em outra sede, que não a colonial.

[Autora: Celina Veiga de Oliveira, pp. 24-33]

História Local como História Global? Fraqueza e Resistência das Comunidades Comerciais Portuguesas Auto-organizadas no Início da Modernidade: O Caso de Macau nos Séculos XVI e XVII

Nos tempos mais recentes, os historiadores têm centrado a sua atenção no papel desempenhado pelos agentes de comércio e suas companhias na construção de dinâmicas comerciais europeias nos pré-existentes circuitos asiáticos. Charles R. Boxer abriu o caminho para este tipo de interpretação examinando a actuação das comunidades portuguesas no Oriente e Extremo Oriente. Em livros como *The Great Ship from Amacon* ou *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, Boxer reavaliou a presença e as estratégias dos portugueses nestas partes do mundo nos séculos xvi e xvii, e chamou a atenção para a necessidade de estudos neste sentido. Este artigo pretende analisar o papel das comunidades comerciais portuguesas auto-organizadas reavaliando o seu papel através de exemplos concretos de mercadores estabelecidos em Macau, na baía de Bengala e no Sudeste Asiático. Neste estudo predomina a análise de documentação conservada nos arquivos espanhóis relativos ao trato entre Macau e o Japão e, com eles, é minha intenção explicar a aparente contradição no título deste estudo. Metodologicamente apresentarei documentação de arquivo inédita e o inquérito que lhe farei que tem em vista identificar as ameaças a estas comunidades e a forma como elas responderam a este desafio tornando-se, como se verá, mais fortes.

[Autor: Amândio Jorge Morais Barros, pp. 34-49]

Charles Boxer e o Leal Senado de Macau

Charles Boxer foi um dos grandes historiadores da presença portuguesa no Extremo Oriente, particularmente em Macau. Neste breve estudo discutem-se algumas das linhas orientadoras da filosofia política do Leal Senado de Macau nas suas relações com Portugal, Goa e China. Séculos a fio, o Leal Senado foi o verdadeiro governo e o garante da sobrevivência político-

RESUMOS

diplomática e económica do estabelecimento de Macau.

[Autor: António Aresta, pp. 50-59]

Soldados, Casados, Clérigos e “Gentios”... A Sociedade no Império Luso-Oriental Segundo C. R. Boxer

A historiografia tradicional portuguesa, em particular durante o Estado Novo, veiculou a tese da “ausência de preconceitos raciais” no império ultramarino português, a qual C. R. Boxer põe em causa em vários dos seus trabalhos. Revisitando a obra historiográfica de Boxer, procura-se aqui fazer uma síntese da desconstrução que o autor britânico faz dessa plena e absoluta liberalidade e harmonia nas relações interétnicas e culturais entre os Portugueses e os povos do império ultramarino, no caso na Ásia, até ao século XVIII. Não exagerando para caracterizações de “racismo”, o autor apresenta também o contraponto da capacidade de adaptação dos portugueses, causa da perenidade na longevidade do império, a par da criação e consolidação de uma sociedade euro-asiática singular, solidamente implantada geográfica e historicamente.

[Autor: Vitor Teixeira, pp. 60-75]

A América Portuguesa na Obra de Charles Boxer: Nos Meandros da História e da Historiografia

O objectivo deste artigo é apresentar a historiografia de Charles Boxer, privilegiando a parte de sua obra dedicada à história da América portuguesa e do Atlântico Sul, nos séculos XVII e XVIII, com destaque aos seguintes livros: *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*. Por outro lado, pretende-se investigar a maneira pela qual o Brasil colonial entra no Império Português, desenhado pelo historiador britânico. Interessa também avaliar, ainda que de passagem, a relevância e a repercussão da obra de Boxer na historiografia brasileira. [Autor: Alberto Luiz Schneider, pp. 76-92]

Charles R. Boxer e João de Barros

Charles R. Boxer tem em comum com João de Barros o facto de ambos terem sido historiadores da expansão europeia,

especialmente na Ásia no século XVI, diferenciando-se não só pelos séculos que os separam, mas ainda porque Boxer conheceu os locais de que falava e Barros não, pois saiu uma única vez de Portugal para cumprir uma missão na costa africana da Mina. Charles R. Boxer socorreu-se na sua notável e prolífica obra das famosas *Décadas da Ásia* de João de Barros, que cita muitas vezes. E das *Décadas* passou ao estudo de toda a obra conhecida de João de Barros. Desse bem fundamentado estudo resultou a publicação do livro *João de Barros, Humanista Português e Historiador da Ásia*, uma obra não muito extensa, mas muito interessante e reveladora de alguns aspectos singulares. Aí Boxer refere Barros como o maior humanista português e primeiro orientalista europeu, assinalando os traços caracterizadores do seu retrato físico e psíquico. Boxer percorre a diversificada e vasta obra de Barros, tendo escrito no prefácio do citado estudo que se considera acima de tudo seu biógrafo e estudioso, não seu crítico literário. Os autores do presente artigo consideram ainda alguns aspectos mais relevantes sublinhados por Boxer ao apreciar as obras de Barros, especialmente *Crónica do Imperador Clarimundo, Rópica Pnefma, Gramática da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja e Décadas da Ásia*. Boxer refere-se ao reconhecimento internacional das obras de João de Barros, nomeadamente daquelas de que há notícia, mas das quais nada se sabe acerca do seu paradeiro, como é o caso da importante e grandiosa *Geographia Universalis*. [Autores: Jorge Bruxo e Lurdes Escaleira, pp. 93-110]

Cenários da China em Casas Portuguesas. A Propósito do Papel de Parede: Tratos, Rotas e Destinos

A figura e a obra pioneira de Charles R. Boxer são ainda hoje marcos de referência nos estudos sobre Macau e sobre a presença dos portugueses na(s) Ásia(s). O autor traçou-nos fascinantes retratos deste mundo de negociantes e de negócios nos litorais da(s) Ásia(s) envolvendo portugueses, outros europeus, chineses, japoneses, indianos, javaneses e outros asiáticos, além de africanos, e colocando

em articulação os portos da Ásia Oriental, da Ásia do Sueste, da Ásia do Sul, da África Oriental, do Brasil e da Europa. Através de Boxer, entramos na pulsante circulação de cultura material em vários sentidos, em diferentes dimensões e em múltiplas escalas. É este o nosso ponto de partida para o caso de estudo de um dos produtos, largamente ignorado e nunca estudado, que surge arrolado nas listas de cargas das naus da Carreira da Índia, a partir do século XVIII: o papel de parede chinês. Mercadoria de luxo, de carácter efêmero e frágil, com um enorme impacto visual, permitiu criar verdadeiros cenários exóticos da China em casas portuguesas. [Autoras: Cristina Costa Gomes e Isabel Murta Pina, pp. 111-124]

O Cânone da Música Ortodoxa Chinesa: Uma Selecção dos Apontamentos sobre Música

Recolhidos como capítulo do clássico confuciano *Clássico dos Ritos*, os *Apontamentos sobre Música* são uma compilação de 11 textos que balizaram a apreciação da música ortodoxa no período imperial chinês. Desse total, a presente tradução seleccionou cinco obras representativas, devidamente apresentadas e enriquecidas com anotações. No que se refere ao conteúdo, os *Apontamentos* tratam de dois conjuntos de temas. O primeiro, e mais caro à hermenêutica tradicional, é o que poderia ser chamado de “psicologia musical”: os chineses antigos também admitiam a correspondência entre estados de espírito, valores éticos e melodias. Dado que a doutrina confuciana estipulava um modelo de erudição e de moralidade, a Música possuía um papel educativo e terapêutico no plano individual. Disso decorre que, socialmente, a Música é alçada ao estatuto de instituição política. Neste plano é possível apreciar a importância do segundo grupo de temas discutidos pelos *Apontamentos*: a apreciação e *connoisseurship* de detalhes das apresentações musicais. Dado esse contexto, fica patente a maior importância relativa do erudito confuciano, especialista na interpretação dos espectáculos, do que a contribuição individual dos músicos e dançarinos os quais, na sociedade chinesa antiga, tinham uma posição social secundária. [Autor: Giorgio Sinedino, 129-146]

ABSTRACTS

Historians, Authors and Lovers: The 60-Year Partnership of Charles Boxer and Emily Hahn

Charles Boxer is rightly revered as an historian – possibly the preeminent 20th century historian of the Portuguese presence in our region. His works on Macao, Japan, and Portuguese explorations in general, remain among the most respected works on the subject of early European involvement in Asia. But there was much more to this man: a linguist, a soldier, and a husband. The life and career of Boxer was intimately intertwined with that of his wife, Emily Hahn, an American adventuress and author with whom he had a child in Hong Kong in 1941. Both survived the Japanese occupation and after the war they married, relocated to England and conducted successful but separate writing careers for another 50 years. In this article the author, who had met Professor Boxer a few year prior to his death, traces the life and career of Boxer, with an emphasis on role of Emily Hahn in the story. [Author: Richard Pflederer, pp. 6-10]

Charles Ralph Boxer: The Remarkable Career of a Master Historian

Charles Boxer was unquestionably the greatest non-Portuguese historian ever to have written about the history of Portugal’s expansion beyond Europe. He was also a distinguished historian of Netherlands overseas expansion. This essay describes his life in scholarship. Beginning with a sketch of his background, it explains how he became a collector of books and manuscripts, which he then used as a basis for reconstructing history, particularly when serving in Hong Kong in British military intelligence. Retiring from the army in 1946, he became a full-time university professor, first at King’s College, London, then from 1967 at various institutions in the United States. Overall, he wrote almost 350 historical works, averaging about one every three months, for over

four decades. They included eighteen books. His writing was characterised by exhaustive use of primary sources, down-to-earth empiricism and a firm focus on flesh and blood individuals. He eschewed models and theory and wrote in clear, pungent prose. He was an extremely effective teacher, generously encouraging and helping students and fellow historians alike. The essay concludes with some personal reminiscences based on my correspondence and face-to-face contacts with him, 1960s to late 1980s. [Author: Anthony Disney, pp. 11-23]

Macao and Charles R. Boxer’s Views on Portuguese Colonialism

This paper aims to honour the British historian, justly considered one of the greatest historians of Macao in the year that marks the 110th anniversary of his birth. *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*; *The Great Ship From Amacon*; and *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)* are some of the many books he wrote about the historical past of Macao. In 1963, the decade of the emergence of nationalist movements against the Portuguese colonial rule, Boxer published the book *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. This work, running contrary to the underlying Portuguese political overseas ideology, broke at the time the Portuguese unanimity among scholars on the historiographical value of Boxer’s studies. Armando Cortesão, an eminent historian and cartographer, opposed the thesis defended in the book, standing by the Portuguese policy that was influenced by Gilberto Freyre’s Luso-tropicalism theory. Boxer did not include Macao in the thesis developed in his book, and this essay aims to show that the omission is due to his deep knowledge of the uniqueness of Macao’s historical process, whose sociological experience should be studied in another seat, not the colonial one. [Author: Celina Veiga de Oliveira, pp. 24-33]

Local History as Global History? Weakness and Resilience of Early Modern Self-organised Portuguese Commercial Communities: The Case of Macao in the 16th and 17th Centuries

Recently, scholars move their attention to the role performed by informal trade and commerce companies and individual agents in the construction of European commercial dynamics in the pre-existing circuits of the Asian worlds. Charles R. Boxer opened the path to this kind of approach by examining the role of the Portuguese communities in the East and Far-East. In some of his books, such as *The Great Ship from Amacon* or *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, Boxer reassesses the presence and strategies of the Portuguese in that part of the world in the 16th and 17th centuries, and paved the way to new studies. This paper addresses the subject of Portuguese self-organised commercial communities by reassessing their role through specific examples of merchants and ports established in Macao but also in the Bengal Bay, and Southeast Asia. By examining documentation both from Portuguese and Spanish archives, mainly regarding the trade between Macao and Japan, it is my purpose to explain the apparent contradiction in this papers’ title. Methodologically, I’ll present the archive documentation – as said, mainly from Spanish archives – and the inquiry that frame the research, I’ll identify the communities and agents under scrutiny, the threats they faced and the reports they wrote, the solutions they found and, finally, the results they achieved. [Author: Amândio Jorge Morais Barros, pp. 34-49]

Charles Boxer and the Leal Senado of Macao

Charles Boxer was one of the greatest historians regarding the Portuguese presence in the far East, particularly in Macao. In this brief study we will discuss some Leal Senado’s political philosophy guidelines in its relationships

ABSTRACTS

RESUMOS

with Portugal, Goa and China. For a long time, Leal Senado was the true government and the main responsible for the political-diplomatic and economic survival of Macao’s establishment.
[Author: António Aresta, pp. 50-59]

Soldiers, *Casados*, Clerics and ‘Heathens’... Society in the Luso-Eastern Empire According to C. R. Boxer

The traditional Portuguese historiography, in particular during the Estado Novo, ran the argument of the ‘lack of racial bias’ in Portuguese overseas empire, which undermines C.R. Boxer in several of his works. Revisiting the historiographical work of Boxer, the aim of our study it’s to summarise the deconstruction that the British author makes of the full and absolute generosity and harmony in inter-ethnic and cultural relations between the Portuguese and the peoples of the seaborne empire, in the case in Asia until the 18th century. Not falling in exaggerated characterisations like ‘racism’, the author also presents a counterpoint adaptability of the Portuguese, an important fundament of the continuity in the longevity of the empire, together with the creation and consolidation of a solidly implanted geographically and historically unique Eurasian society.
[Author: Vitor Teixeira, pp. 60-75]

The Portuguese America in the Work of Charles Boxer: In the Meanders of History and Historiography

The purpose of this article is to present the historiography of Charles Boxer, focusing on the part of its dedicated to the history of Portuguese America and South Atlantic in the 17th and 18th centuries, highlighting the following books work: *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, *The Dutch in Brazil, 1624-1654* and *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*. On the other hand we intend to investigate the manner in which the colonial Brazil enters the Portuguese Empire, designed by British historian. Interests also evaluate even in passing, the relevance and impact of the work of Boxer in Brazilian historiography.
[Author: Alberto Luiz Schneider, pp. 76-92]

Charles Ralph Boxer and João de Barros

Charles R. Boxer and João de Barros were both historians of the advent of European expansion, particularly in Asia in the 16th century. Their difference lies not only in the centuries between them, but also in their research approach: Boxer was acquainted with the population targeted in his works, while Barros left Portugal only once, on a mission to Mina (African Guinea). The famous João de Barros’s *Décadas da Ásia* is often quoted in the remarkable and prolific works of Charles R. Boxer,who also studied the works of Barros. That well-grounded study was published in *João de Barros, Portuguese Humanist and Historian of Asia*, a not very extensive, yet very interesting book, which presents some innovative aspects. Boxer portrays Barros as the most important Portuguese humanist and the first European orientalist, describing his physical and psychological traits. Boxer goes through the vast and diverse work of Barros, stating in the preface that foremost, he considers himself as his biographer and scholar, not his literary critic. The authors of this article also discuss some relevant aspects highlighted by Boxer regarding the works of Barros, namely *Crónica do Imperador Clarimundo, Rópica Pniefma, Gramática da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* and *Décadas da Ásia*. Boxer mentions the international acknowledgment of João de Barros’s work, in particular those that are known to exist, albeit of unknown whereabouts, such as the important and impressive *Geographia Universalis*.
[Authors: Jorge Bruxo e Lurdes Escalreira, pp. 93-110]

Chinese Scenarios in Portuguese Manor Houses Wallpaper: Trade, Routes and Destinations

The pioneer work of Charles R. Boxer remains to this day seminal in studies on Macao and on the Portuguese presence in Asia. In it, the author provides a fascinating portrait of the world of traders and trade in maritime Asia, comprising Portuguese and other Europeans, Chinese, Japanese, Indian, Javanese and other Asians, besides

African people, and articulating together the ports of East, Southeast and Southern Asia, West Africa, Brazil and Europe. Lead by Boxer, we come into contact with a lively, pulsating circulation of material culture in several directions, different dimensions and multiple scales. This supplies our starting point to the case study of Chinese wallpaper in Portugal. Although largely forgotten and never yet studied, this luxury product is featured in the cargo lists of the Carreira da Índia ships, from the 18th century onward. In spite of a fragile and ephemeral nature, its tremendous visual impact would allow for the appearance of truly exotic Chinese settings in Portuguese manor houses.
[Authors: Cristina Costa Gomes e Isabel Murta Pina, pp. 111-124]

The Orthodox Music Canon: A Selection of the *Remarks on Music*

Gathered as a chapter of the Confucian classic *Li Ji*, the *Remarks on Music* are a compilation of eleven texts which played a pivotal role in the appreciation of orthodox music during the Chinese imperial age. This translation selected a group of five representative works, thoroughly presented and annotated. The *Remarks* are thematically arranged around two sets of questions. The first, dearer to traditional hermeneutics, could be classified as ‘music psychology’: the ancient Chinese also acknowledged that states of mind, ethical values and melodies are correlated. Given that the Confucian doctrine prescribed a model of erudition and morality, Music played an educational and therapeutic role for the individual. Hence, considered as social phenomenon, Music was raised to the status of a political institution. And it is when music is treated as a social fact that the second set of questions discussed in the *Remarks* becomes relevant, such as technicalities in the appreciation and connoisseurship of musical performances. In this context, it becomes clear that the Confucian scholar was relatively more important, in the light of his interpretive capabilities, than the individual contribution of musicians or dancers who, in the Chinese ancient society, had a secondary social status.
[Author: Giorgio Sinedino, 129-146]

郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macao, China

RC

Boletim de Assinatura
Subscription Form
Aquisição de Publicações
Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento
Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome de **Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____
- Endereçar a / Send to**
Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China
- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card
- ☐ Visa ☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture**N.º 35 Julho/July 2010**

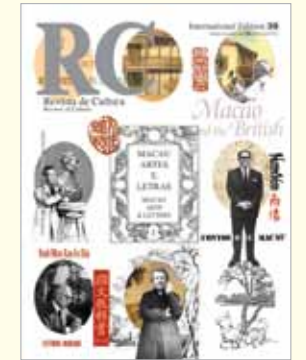
Culturas Paralelas
e Processos Transculturais
Parallel Cultures
and Transcultural Processes

**N.º 36 Outubro/October 2010**

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - I
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - I

**N.º 37 Janeiro/January 2011**

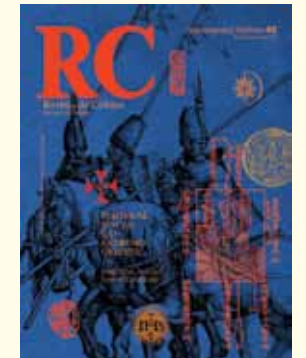
Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - II
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - II

**N.º 38 Abril/April 2011**

Macau: Artes e Letras - I
Macao: Arts & Letters - I

**N.º 39 Julho/July 2011**

Macau Artes e Letras - II
Macao Arts & Letters - II

**N.º 40 Outubro/October 2011****N.º 41 Janeiro/January 2013****N.º 42 Abril/April 2013**

Portugal, Macau e o Extremo Oriente
Portugal, Macao and the Far East

**N.º 43 Julho/July 2013****N.º 44 Outubro/October 2013**

Literatura
Literature

**N.º 45 Janeiro/January 2014**

Estudos Asiáticos
Asian Studies

**N.º 46 Abril/April 2014**

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: **rci@icm.gov.mo**

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: **rci@icm.gov.mo** concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.